

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH)

Paula Gabriela Mendes Lima

**DO INTERESSE À PAIXÃO NA POLÍTICA:
UMA TRAJETÓRIA FILOSÓFICA DE ALEXIS DE
TOCQUEVILLE**

Belo Horizonte

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (FAFICH)

**DO INTERESSE À PAIXÃO NA POLÍTICA:
UMA TRAJETÓRIA FILOSÓFICA DE ALEXIS DE
TOCQUEVILLE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Federal de Minas Gerais, para obtenção
do título de Doutora.

Linha de Pesquisa: Filosofia Política.

Orientador: Prof. Dr. Newton Bignotto de Souza.

Belo Horizonte

2018

L732i Lima, Paula Gabriela Mendes

Do interesse à paixão na política: uma trajetória filosófica de Alexis de Tocqueville [manuscrito] / Paula Gabriela Mendes Lima. – Belo Horizonte, 2018.
197f.

Orientador: Newton Bignotto de Souza
Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdades de Ciências Humanas (FAFICH); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

1. Tocqueville, Alexis de. 2. Ciência Política. 3. Democracia. I. Newton Bignotto de Souza. II. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). III. Título.

CDU: 320

Ficha elaborada por Leandro Ribeiro Negreiros – Bibliotecário – CRB 6/2345

FOLHA DE APROVAÇÃO

DO INTERESSE À PAIXÃO NA POLÍTICA: UMA TRAJETÓRIA FILOSÓFICA DE ALEXIS DE TOCQUEVILLE

PAULA GABRIELA MENDES LIMA

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em FILOSOFIA, como requisito para obtenção do grau de Doutor em FILOSOFIA, área de concentração FILOSOFIA, linha de pesquisa Ética e Filosofia Política.

Aprovada em 13 de dezembro de 2018, pela banca constituída pelos membros:

Prof. Newton Bignotto de Souza - Orientador (UFMG)

Prof. Helton Machado Adverse (UFMG)

Prof. Carlo Gabriel Kszan Pancera (UFMG)

Prof. Marcelo Gantus Jasmin (PUC-Rio)

Profa. Maria Isabel de Magalhaes Papaterra Limongi (UFPR)

Belo Horizonte, 13 de dezembro de 2018.

Documento assinado eletronicamente por **Walter Romero Menon Junior, Coordenador(a) de curso de pós-graduação**, em 11/08/2022, às 14:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1662510** e o código CRC **E80A93E7**.

Para Tereza, querida filha, que nasceu e cresceu
junto com este doutorado.

Para o meu pai Carlos (em memória),
que me ensinou a buscar sentidos para a vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais Lúcia e Alexandre por terem me aberto um mundo de possibilidades. São os meus grandes exemplos de amor pelo conhecimento.

À Tereza, minha filha, por ser uma companheira neste processo.

Às minhas irmãs, Tatiana e Izabella, por estarem a meu lado e por me apoiarem de forma tão amorosa.

Aos familiares que estão sempre próximos e torcem por mim, especialmente meus avós e meu sobrinho Arthur.

Ao professor Newton Bignotto, pelo cuidado dispensado à orientação. Trabalhamos juntos há 10 anos e agradeço pelo respeito que sempre demonstrou à minha posição de pesquisadora. Agradeço também pela acolhida no departamento de filosofia, pela compreensão em relação às adversidades ocorridas no percurso do doutorado e pelos amplos ensinamentos que inclui reflexões sobre filosofia, política, sociedade, amizade e maternidade.

Aos Professores Helton Adverse e Carlo Gabriel, pelos diálogos filosóficos, pela leitura cuidadosa e pelas sugestões no exame de qualificação.

Ao professor Marcelo Jasmin, importante interlocutor desta tese, pela disponibilidade de diálogo e pela oportunidade de acesso a materiais fundamentais para esta pesquisa.

Aos meus amigos irmãos: Débora, Pedro, Thiaguinho, Bárbara e Patrícia. Aos meus amigos queridos: Marcelo Maciel, Marcus, Rômulo, Inácio, Rodrigo Ribeiro, Flávio Loque, Geraldo Emery, Lívia de Souza, Gláucia, Ana Rogéria, Karine e Sérgio Pompeu. A minha rede de mães amigas, especialmente Marcela Gonzaga, Raquel Costa, Carine Reis e Ana Carolina. Aos amigos e colegas da Assembleia. À Cibele Girão. A amizade é o amor que nunca morre!

Aos colegas interlocutores do grupo de filosofia política da UFMG, pela cumplicidade intelectual e convívio.

Aos Fernando Noronha e Leandro Negreiros, amigos que revisaram esta tese com muito carinho.

À Universidade Federal de Minas Gerais, pela abertura para o conhecimento.

Aos Funcionários da *Bibliothèque Nationale de France* (BNF), pela presteza e atenção nas minhas demandas de pesquisa durante o estágio de pesquisa.

À Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, pelo apoio à pesquisa realizada.

[...] vejo uma multidão incalculável de homens semelhantes e iguais que giram sem repouso em torno de si mesmos para conseguir pequenos e vulgares prazeres com que enchem a alma. Cada um deles, retirado à parte, é como que alheio ao destino de todos os outros: seus filhos e seus amigos particulares formam para ele toda a espécie humana; quanto ao resto de seus concidadãos, está ao lado deles, mas não os vê; toca-os mas não os sente – cada um só existe em si mesmo e para si mesmo [...].

(TOCQUEVILLE, 2004a, p. 389)

[...] no momento em que estamos, creio que dormimos sobre um vulcão; disso estou profundamente convencido.

(TOCQUEVILLE, 2004a, p. 52)

RESUMO

Esta pesquisa buscou investigar, a partir do pensamento de Alexis de Tocqueville, o que propulsiona a ação dos homens democráticos modernos na esfera pública, fazendo-os retirarem-se da esfera privada. Trata-se de indivíduos que vivem exclusivamente para si, conforme a sua razão e que visam prioritariamente a busca do seu bem-estar material. Eles tendem a viver isolados, mas há algo que os motiva a agir para a união do corpo político. A aposta desta tese é que, no percurso de suas reflexões filosóficas, Tocqueville apresenta as categorias políticas do interesse e da paixão como esse algo. Elas são descritas como categorias fundamentais para a conservação e o funcionamento da democracia moderna e são importantes chaves de leitura das obras “*A democracia na América – Livro I e II*” – e “*Souvenirs*”. A leitura filosófica dessas obras permite compreender que, nas duas primeiras, o modelo norte-americano de democracia consolidado é posto como um modelo epistemológico para se pensar no interesse como princípio da democracia. Em *Souvenirs*, Tocqueville reflete sobre um outro contexto político: o estado social francês que era uma democracia em consolidação. Percebe-se uma mudança de perspectiva do pensamento tocquevilliano decorrente da alteração do contexto analisado. O pensamento filosófico tocquevilliano parte da análise de um estado político e social que se funda no interesse para outro que se funda, predominantemente, nas paixões. Tocqueville não negligencia a existência de paixões no estado social americano ou a existência do interesse no estado social francês, mas observa-se em “*A democracia na América – Livro I*” e em “*A democracia na América – Livro II*” uma democracia consolidada e que tem como base de sua conservação como corpo político a categoria política do interesse; e em “*Souvenirs*”, uma sociedade que, por estar em processo de transição democrática, move-se sob as balizas das paixões. A percepção dessa mudança de perspectiva foi central para a construção desta tese e se deu a partir da leitura sequencial de “*A democracia na América – Livro I*”, “*A democracia na América – Livro II*” e “*Souvenirs*”.

PALAVRAS-CHAVES: Interesse. Paixão. Filosofia política. Democracia.

ABSTRACT

This research sought to investigate, from the thought of Alexis de Tocqueville, what propels the action of democratic modern men in the public sphere, causing them to withdraw from the private sphere. These are individuals who live exclusively for themselves, according to their reason and who are primarily concerned with the pursuit of their material well-being. They tend to live in isolation, but there is something that motivates them to act for the union of the political body. The point of this thesis is that, in the course of his philosophical reflections, Tocqueville presents the political categories of interest and passion as that something. They are described as fundamental categories for the preservation and functioning of modern democracy and are important keys to reading the works “Democracy in America - Book I and II” - and “Souvenir”. The philosophical reading of these titles allows us to understand that, in the first two, the American model of consolidated democracy is put as an epistemological model to think of interest as a principle of democracy. In Souvenirs, Tocqueville reflects on another political context: the French social state which was a democracy in consolidation. It is possible to perceive a change of perspective of the Tocquevillian thought due to the alteration of the analyzed context. The Tocquevillian philosophical thought starts from the analysis of a political and social state that is based on interest for another that is based, predominantly, on the passions. Tocqueville does not neglect the existence of passions in the American social state, nor the existence of the interest in the French social state, but it is observed in “Democracy in America - Book I and II” a consolidated democracy, which conservation as a political body is based on the political category of interest; and in “Souvenirs”, a society that, being in the process of democratic transition, moves under the beacons of the passions. The perception of this change of perspective was central to the construction of this thesis and it was based on the sequential reading of “Democracy in America - Book I and II” and “Souvenirs”.

KEYWORDS: Interest. Passions. Political philosophy. Democracy.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 ALEXIS DE TOCQUEVILLE E A FILOSOFIA POLÍTICA.....	18
2.1 Tocqueville, filósofo político.....	22
2.2 Os conceitos de estado social, aristocracia, democracia, igualdade e liberdade na filosofia de Tocqueville.....	29
3 O INTERESSE COMO PRINCÍPIO DA DEMOCRACIA.....	50
3.1 O interesse particular.....	54
3.2 O interesse comunal.....	64
3.3 Interesse nacional.....	76
3.4 Interesse e a democracia utilitária.....	85
4 OS INTERESSES DO HOMEM DEMOCRÁTICO.....	91
4.1 Os interesses dos homens democráticos isolados.....	93
4.1.1 Interesse pelas ideias gerais.....	93
4.1.2 Interesse pelas coisas do mundo material.....	105
4.1.3 Interesse bem compreendido.....	111
4.2 Os interesses nas relações dos homens democráticos.....	122
4.3 Os interesses na relação do homem com a sociedade.....	128
5 A PAIXÃO NO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DEMOCRÁTICA.....	132
5.1 Entre o interesse e a paixão na política.....	137
5.2 A paixão como princípio de uma democracia em consolidação.....	148
5.3 Um homem político que age conforme o interesse.....	168
6 CONCLUSÃO.....	179
REFERÊNCIAS.....	186

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa iniciou-se quando cursei disciplina ministrada pelo professor Newton Bignotto, sobre o tema da democracia em Alexis de Tocqueville, no Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais, no primeiro semestre de 2009. O objetivo da disciplina era debater o tema da democracia em Alexis de Tocqueville, a partir da obra “*A democracia na América*”¹, dialogando com alguns intérpretes do pensamento tocquevilliano que se inserem na recepção da filosofia política francesa, como Claude Lefort e Agnès Antoine.

A curiosidade sobre o autor derivava do estudo sobre o pensamento de Lefort, especialmente a partir da obra “*Pensando o Político – ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*”, que abordava “as questões que emergem da experiência de nosso tempo”². Na obra de Lefort, Tocqueville é considerado um grande intérprete do seu tempo, que contribuiu para uma maior compreensão da democracia moderna e suas ambiguidades.

O nosso tempo, para Lefort, é o tempo da democracia de massas, e é esse o contexto das reflexões tocquevillianas. Alexis de Tocqueville destacou-se de seus contemporâneos por considerar a democracia como uma forma de sociedade que emergiu da decadência da sociedade aristocrática e diferenciava-se dela por ter como fato gerador a igualdade de condições. A base do seu pensamento está nas transformações sociais e políticas que decorrem dessa transição da aristocracia para a democracia, de um estado social fundado na desigualdade para um fundado na igualdade.

Ao explorar essa transição, o autor reflete sobre os vínculos sociais, as instituições, o indivíduo, as formas de conhecimento, as regras jurídicas, os costumes, etc., e descreve a sociedade de seu tempo a partir dessas reflexões. É indubitável a aproximação de seus textos com o contexto da nossa democracia atual. Lefort não se equivocou ao inserir o pensamento tocquevilliano numa obra que trata da “experiência do nosso tempo”.

Alexis de Tocqueville era um pensador da democracia e contribuiu com reflexões sobre as ambiguidades e os paradoxos – termo que, nesta tese, deriva da lavra lefortiana – desse estado social. A partir de elementos internos da democracia, verifica-se o que é possível construir e conservar e, simultaneamente, observam-se os riscos e os problemas que surgem

¹ TOCQUEVILLE (2004; 2005).

² LEFORT (1991, p. 9).

da democracia e que contribuem para a sua destruição. Tocqueville não é um opositor da democracia, mas um pensador crítico.

O elemento central e natural da democracia é a igualdade de condições: nela os homens são iguais, e isso significa que podem ter o mesmo status social, a mesma fortuna e o mesmo conforto material. Não há mais uma estrutura hierarquizada rígida, como na aristocracia, mas prevalece a possibilidade de mobilidade social. E “possibilidade” é o melhor termo a ser utilizado nesse contexto, pois não há uma efetiva igualdade, mas a possibilidade de um homem ser igual a seu semelhante. Na democracia, há ricos, pobres, patrões e empregados, como na aristocracia, mas a relação entre eles é diferente diante da permanente possibilidade de se tornarem semelhantes.

O alicerce da democracia é a igualdade como algo que está no espírito individual e que se manifesta de diversas formas no estado social. Por exemplo, entender-se como igual significa não aceitar uma superioridade intelectual, *a priori*. O homem democrático pensa e age conforme a sua razão, considerando-se independente dos seus semelhantes. E essa independência produz o fenômeno político do isolamento social. Os indivíduos tendem a se isolar e a viverem preocupados apenas com a sua vida privada e com o acúmulo de bens materiais.

A igualdade de condições na democracia resulta no individualismo como base da vida cotidiana e da ação do homem. Vive-se exclusivamente para si e conforme a sua razão. Ou seja, a igualdade, que é base da democracia moderna, tende a produzir homens isolados em suas mônadas, que não possuem nem tempo nem disponibilidade de espírito para tratar de assuntos que não concernem a sua vida doméstica.

Alexis de Tocqueville apresentou essas ambiguidades da igualdade de condições e refletiu sobre suas possíveis consequências. Para ele, a democracia fundada na igualdade pode sustentar regimes despóticos ou regimes de liberdade. O despotismo democrático, termo cunhado pelo filósofo, decorre do isolamento e da não participação na política. Os homens democráticos se isolam nas suas vidas privadas e deixam vazio o lugar do poder de mando e organização da sociedade. Esse lugar vazio é facilmente ocupado por um déspota, cujo discurso de ação é a ordem e a segurança que tornam possível aos indivíduos desfrutarem de seus bens materiais com segurança. Os homens democráticos, afirma Tocqueville, preferem a igualdade na servidão. E essa preferência é uma importante abertura para a instituição e conservação da servidão e do despotismo na democracia.

A democracia também pode resultar num regime de liberdade. A liberdade não é, para Tocqueville, algo natural desse estado social, mas deve ser produzida e conquistada pelos

homens. Para o autor, é essencial exigir a participação dos indivíduos na esfera pública até que ela se torne algo natural da sociedade. Produzida, a liberdade política torna-se elemento indispensável para a harmonia da democracia, mas deve ser permanentemente objeto de luta.

O debate sobre a igualdade, como fato gerador, e a liberdade, como elemento a ser conquistado para que a democracia não resulte em despotismo, se dão entre diversos intérpretes do pensamento toquevilliano e são apresentados na revisão da literatura nacional e internacional, citada ao longo desta tese. Trata-se de um debate central para a leitura das obras de Tocqueville e para a compreensão de suas reflexões.

Esta tese cita e analisa essa literatura como um ponto de partida para a pesquisa. Entretanto, compreende-se que esse debate não dá conta de toda a complexidade do pensamento toquevilliano sobre a democracia moderna. É um debate inicial, apresentado na seção 2 desta tese, e suscita diversas investigações e hipóteses. Esta pesquisa aposta na ideia de que é preciso ir além desse debate que já é teoricamente bastante explorado pelos pesquisadores. Não é um debate que se exauriu, mas é preciso explorar outros caminhos para melhor apreensão da filosofia política de Tocqueville. E, certamente, aventurar-se por novos caminhos terá como resultado a permanente revisita desse debate inicial.

A proposta desta pesquisa é investigar um desses novos caminhos. Considerando a concepção de democracia, igualdade e liberdade de Alexis de Tocqueville, apresentados na seção 2, o problema central desta tese é: o que propulsiona a ação dos homens democráticos modernos na esfera pública, fazendo-os retirarem-se da esfera privada? Quer-se, com isso, compreender especialmente as motivações para ação política de indivíduos que vivem exclusivamente para si, conforme a sua razão e que visam prioritariamente à busca do seu bem-estar material. Busca-se, também, demonstrar que essas motivações são o alicerce para a união do corpo político de uma sociedade composta por homens democráticos que tendem a viver isolados.

A originalidade desta tese inicia-se na novidade da pergunta que se pretende responder. Não se encontram, na literatura analisada e apresentada como referência bibliográfica, pesquisadores que se propuseram a realizar uma investigação consistente, a partir dos textos de Alexis de Tocqueville, sobre as motivações do homem democrático para sair de sua vida privada e agir na esfera pública.

A elaboração das respostas possíveis para esta questão exigiu um esforço criativo e interpretativo de pesquisa que resultou na tese original aqui apresentada. Buscou-se uma resposta para essa indagação a partir da leitura das obras “*A democracia na América – Livros*

*I e II*³ – e “*Souvenirs*”⁴, de Alexis de Tocqueville. Considerando essas obras, a hipótese desta tese é a de que, no percurso de suas reflexões filosóficas, Tocqueville apresenta as categorias políticas do interesse e da paixão como categorias fundamentais para a conservação e o funcionamento da democracia moderna, pois são elas que propulsionam a ação política do homem democrático moderno.

Essa hipótese central é demonstrada neste trabalho a partir da leitura filosófica dessas obras e permite compreender que, em “*A democracia na América – Livros I e II*” –, o modelo norte-americano de democracia consolidado é posto como um modelo epistemológico para se pensar no interesse como princípio da democracia. E, em *Souvenirs*, Tocqueville reflete sobre um outro contexto político: o estado social francês que era uma democracia em consolidação. Percebe-se uma mudança de perspectiva do pensamento tocquevilliano decorrente da alteração do contexto analisado, e essa percepção foi fundamental para a construção desta tese.

Tocqueville apresenta ao seu leitor algumas hipóteses sobre o tema da ação na esfera pública num estado social democrático. Para ele, há algo que une os homens individualistas democráticos e contribui para a constituição e conservação de um corpo político uno. E a aposta desta tese está na compreensão de que o filósofo, partindo de diferentes contextos sociais, apontou esse algo, primeiramente, como sendo a categoria política do “interesse” e, posteriormente, como a categoria política da “paixão” na política.

O título desta tese – *Do interesse à paixão na política* – visa expressar essa mudança de perspectiva do autor, considerando a ordem cronológica de “*A democracia na América*” e “*Souvenirs*”. Houve uma alteração do contexto de análise – da observação do estado social americano para o estado social francês –, da qual decorreu a necessária mudança de resultados em Tocqueville. Compreender e demonstrar essa alteração é fundamental para esta tese e é uma proposta original de interpretação do pensamento tocquevilliano.

³ TOCQUEVILLE (2004; 2005). Nesta tese, utilizou-se como referência primária a primeira edição histórica-crítica das obras “*A democracia na América – Livro I e Livro II*” revistas e comentadas por Eduardo Nolla (TOCQUEVILLE, 1990), que além de rever a parte textual dos livros publicados anteriormente a 1990, traz ao longo do texto notas, rascunhos e materiais de todo tipo que acompanham o tempo da sua redação. Eduardo Nolla, para essa edição, trabalha com o manuscrito de “*A democracia na América*” que se encontra na Beinecke Rare Book e Manuscript Library de l’University Yale. Nolla afirma que em Yale se encontra os manuscritos originais e os últimos rascunhos da obra, além de cópias dos originais perdidos na França. A universidade americana tem também vários textos, notas e correspondências relacionadas a esta obra (NOLLA, 2005, p. IV). Em relação às citações de “*A democracia na América – Livro I e II*” em português utilizou-se a tradução de Eduardo Brandão da editora Martins Fontes (TOCQUEVILLE, 2005; TOCQUEVILLE, 2004).

⁴ TOCQUEVILLE (2003). A obra *Souvenirs* citada nesta tese e utilizada como fonte primária de pesquisa, compõe a obra TOCQUEVILLE, Alexis de. *Lettres choisies; Souvenirs (1814-1859)*. Manchecourt: Quarto Gallimard; Éditions Gallimard, 2003.

Não há aqui uma defesa da oposição entre a categoria do interesse e da paixão, como se pode observar na célebre obra *As paixões e os interesses*⁵, de Albert O. Hirschman. Para Tocqueville, uma categoria não exclui a outra, mas há, em determinado contexto, a predominância de uma como princípio da sociedade e como elemento de construção e conservação da democracia. O interesse e a paixão são categorias fundamentais para a democracia moderna e são importantes chaves de leitura das obras aqui trabalhadas.

Em “*A democracia na América – Livros I e II*”⁶, a hipótese tocquevilliana gira em torno da categoria política do interesse. O interesse é o princípio da democracia responsável pela ação do homem em várias esferas. A relação entre o interesse como uma teoria da ação e a conservação de um estado social democrático foi apresentada na seção 3 desta tese. A partir da análise do *Livro I*, foi possível detectar os diversos sentidos do termo “interesse” que o constituem como uma categoria política principiológica da democracia moderna.

O *Livro I* é uma descrição do estado social norte-americano, que era, na época de elaboração do texto, uma democracia consolidada. Tocqueville apresenta uma democracia em que, apesar da tendência ao isolamento, os homens democráticos se uniam cotidianamente devido ao vínculo baseado no interesse. O interesse particular move essencialmente o indivíduo que busca permanentemente a satisfação das suas necessidades privadas. Esse interesse, associado aos costumes institucionais e sociais norte-americanos, resultava em ações indispensáveis para a manutenção do corpo político, como a obediência à lei e ao patriotismo.

Do *Livro I* também é possível se depreenderem as definições dos termos interesse comunal e interesse nacional, que são importantes para a conservação do estado social democrático consolidado. Ambos referem-se, em efeito, à compreensão do indivíduo democrático de que a comuna e a nação são instituições fundamentais para a satisfação do que lhe é útil. E essa utilidade é debatida no último item da seção 3, em que se questiona a defesa tocquevilliana de uma democracia utilitária.

Na seção 4, foi feita a análise do tema do interesse no *Livro II* de “*A democracia na América*”. O objetivo não era mais observar o tema do interesse como princípio de um estado social, mas como um elemento moral constitutivo do homem democrático. O homem democrático diferencia-se dos homens de outras épocas por ser um indivíduo que se move predominante pelo interesse.

⁵ HIRSCHMAN (1975).

⁶ TOCQUEVILLE (2004; 2005).

No início do século XIX, elementos como a virtude política e a fé não eram mais alicerces viáveis para se explicar a ação do homem na vida pública. Os indivíduos movem-se conforme as próprias razões, e isso resulta em ações que tenham como resultado a satisfação de seus interesses. Na seção 4, são apresentados alguns dos interesses que podem ser delimitados para a compressão da identidade do homem democrático moderno, como o interesse por ideias gerais, o interesse pelas coisas do mundo material, o interesse nas relações entre os homens, o interesse na relação do homem com a sociedade e, o principal, o interesse bem compreendido.

No *Livro II*, Tocqueville apresenta a sua principal doutrina do interesse, que é denominada “a doutrina do interesse bem compreendido”. Não se trata de um interesse particular ou de um interesse coletivo, mas da capacidade do homem democrático de harmonizar interesses particulares e interesses gerais a fim de conservar o corpo político democrático. Na seção 4, essa doutrina é analisada de forma minuciosa e são apresentadas as respostas para as questões postas na seção 3 sobre o princípio da utilidade, bem como respostas sobre o funcionamento da democracia e sobre a possibilidade de produção da liberdade política e da formação de um corpo político uno.

Após a publicação de “*A democracia na América – Livros I e II*”⁷, Tocqueville lançou-se na vida política de forma efetiva e tornou-se deputado da Assembleia Nacional e, em 1849, Ministro das Relações Exteriores do Estado Francês. Nesse período, ele vivenciou as jornadas revolucionárias de Paris de 1848 e a queda da república. Suas experiências vividas e suas observações sobre esse contexto são narradas na obra “*Souvenirs*”⁸, objeto de estudo da seção 5 desta tese.

Na introdução dessa seção, apresentaram-se as dificuldades de se trabalhar com um texto que é tão pouco explorado academicamente. Há pouco material com que se possa dialogar para a sua análise, por isso a dificuldade de se fazerem reflexões filosóficas sobre um texto que não se pretende um texto teórico. “*Souvenirs*” é um autorretrato do autor e da sua época.

Essas dificuldades, porém, não tiram o mérito e a importância de se pensar nas reflexões tocquevillianas. Foi essencial perceber que houve uma mudança de perspectiva do pensamento tocquevilliano da obra “*A democracia na América*” para a obra “*Souvenirs*” para que se pudesse responder à pergunta central, já citada, formulada nesta tese.

⁷ TOCQUEVILLE (2004; 2005).

⁸ TOCQUEVILLE (2003).

No estado social francês, que era uma democracia em consolidação, o interesse não era mais o princípio predominante da sociedade e do homem. Pode-se inferir, da leitura de *Souvenir*, que o que movia o homem moderno francês no início do século XIX era a paixão. Apesar da presença do interesse na política, eram as paixões que propulsionavam as ações dos vencidos e dos vencedores na esfera pública. Era essa a categoria política fundamental que movia o indivíduo da sua vida privada e o levava a se armar em prol de objetivos sociais e políticos.

A paixão é lida, a partir do texto toquevilliano, como paixão revolucionária, paixão socialista, paixão guerreira e, também, como medo. Num estado social em que não se tem uma democracia consolidada, mas que se insere num contexto de luta e mudanças sociais, a paixão parece ser o elemento predominante de uma teoria da ação.

Para esta tese, foi fundamental elaborar uma reflexão cronológica sobre os dois fenômenos analisados por Tocqueville. Na primeira obra, o autor analisou uma democracia que ele considerava consolidada; na segunda, ele tratou de uma democracia em consolidação. São duas perspectivas que geram reflexões diferentes e hipóteses diferentes. Buscou-se, portanto, nesta pesquisa, compreender essa trajetória do pensamento toquevilliano a partir de uma recepção filosófica possível.

2 ALEXIS DE TOCQUEVILLE E A FILOSOFIA POLÍTICA

Tocqueville a confesse qu'il n'aimait pas les philosophes et as pensée est rien moins que systématique. Néanmoins, sous l'écritures limpide de l'oeuvre, se tapit l'intuition fondamentale qui est le secret de l'acte de philosopher – quelque chose d'extraordinairement simple et dont le philosophe a parle tout as vie: le sens du geste révolutionnaire⁹.

Para compreender a recepção de Alexis de Tocqueville na filosofia política e para interpretar o seu percurso filosófico é importante apresentá-lo, ainda que resumidamente. Ele nasceu em 1805, filho de uma antiga família aristocrática da Normandia. Seu pai, o Conde Hervé de Tocqueville, foi aprisionado durante o Terror, mas, com a Restauração, retomou suas funções políticas e foi nomeado *préfet* de vários Departamentos da França. Alexis acompanhou seu pai durante sua juventude e, a partir da observação da instabilidade do *status* social de Conde Hervé, compreendeu que esse *status* não estava assegurado a ninguém.

Tendo realizado seus estudos superiores de Direito em Paris e, em 1827, ingressado na magistratura, Tocqueville teve a oportunidade de fazer uma viagem de quase um ano para os Estados Unidos da América. Essa viagem teve como pretexto o estudo do sistema penitenciário do país, mas sua maior contribuição foi suscitar em Tocqueville observações sobre o estado social democrático norte-americano.

A sua primeira obra, "*A democracia na América*", foi o resultado dessa viagem aos Estados Unidos¹⁰. Tocqueville retornou à França e escreveu o "*Livro I – Leis e Costumes*", em 1835, e o "*Livro II – Sentimentos e Opiniões*", em 1840. No *Livro I* o autor descreve as instituições políticas em funcionamento na democracia norte-americana. No *Livro II*, ele apresenta a influência da democracia sobre o movimento intelectual, os sentimentos, a sociedade política e o costume, utilizando o recurso constante da comparação com as experiências europeias. Na verdade, Tocqueville queria desenhar um "tipo" ideal de sociedade democrática que permitisse deduzir tendências futuras.

"*A democracia na América*" foi escrita sob a preocupação constante de um só pensamento: "o advento próximo, irresistível, universal da democracia no mundo"¹¹. A democracia era, para Tocqueville, um fato "providencial". Não significa, contudo, que ela

⁹ GOYARD-FABRE (1990, p. 23).

¹⁰ Nesta seção, apresentar-se-á de forma suscita as ideias gerais das obras de principais de Alexis de Tocqueville, pois elas serão minuciosamente trabalhadas ao longo das próximas seções. Para complementar essas ideias gerais ver também "*Tocqueville y sus libros*", de Luiz Del Corral (1980) e "*História das ideias políticas*", de Châtelet e Duhamel, (2000).

¹¹ TOCQUEVILLE (2005, p. 3).

fosse fruto de uma ação divina, mas que a instituição do regime democrático na sociedade era uma necessidade histórica. Para o autor, há, no início do século XIX, uma revolução social caracterizada pela transição da aristocracia para a democracia. Ele admite essa revolução como um fato consumado ou prestes a se consumir¹².

Após a publicação dos *Livros I e II* de “*A democracia na América*”¹³, Tocqueville lançou-se na vida política. Essa experiência foi marcada pelo desgosto com os negócios públicos na França e está narrada no livro *Lembranças de 1848: as jornadas revolucionárias de Paris* (“*Souvenirs*”¹⁴). Nessa obra, Tocqueville disserta sobre os acontecimentos de que foi ator e testemunha, ocorridos de janeiro a fevereiro de 1848, da véspera da Revolução que derrubaria o trono de Luís Felipe, até a demissão do governo Odilon Barrot em 31 de outubro de 1849. Esse é o período em que o pensador participou ativamente dos assuntos públicos da França, primeiro como deputado na Assembleia Nacional e depois como ministro dos negócios estrangeiros.

Essa obra foi escrita entre 1851 e 1859, após o fim da sua carreira governamental. Ocioso, ele se propôs a compreender as causas dos acontecimentos e dos feitos empreendidos pelos atores políticos da época. Para conservar sua liberdade de escrever sobre si e sobre seus colegas, ele manteve a obra em segredo. Ela só foi publicada após a morte de todos eles. Tocqueville sentiu necessidade de refletir livremente sobre os fatos da época, pois se encontrava confuso em relação a eles. O autor confessa que “as lembranças serão um descanso ao meu espírito, não uma obra literária”¹⁵. A narração de Tocqueville, nessa obra, inclui sua análise das causas gerais dos acontecimentos, pois ele busca a motivação das ações dos homens nesse período a fim de clarificar sua memória.

A reconstituição dos acontecimentos por Tocqueville tem um valor inestimável para a compreensão do seu pensamento. Ela apresenta o contexto histórico em que o autor está

¹² TOCQUEVILLE (2005, p. 19). A intuição tocquevilliana em relação à “marcha da democracia” ocorre devido à observação do modelo americano, o qual ele considera ser a democracia na sua essência, em estado puro. Tocqueville acreditava que o caso norte-americano mostrava nitidamente qual a fundação e a estrutura do Estado democrático. Devido à ausência de perturbações e resistências nesse país, tudo teria ficado perfeitamente visível e tal visibilidade foi essencial para a constatação de que a democracia já era um fato na sociedade europeia da época. Tocqueville conclui que a marcha irresistível em direção à institucionalização da democracia já havia se iniciado nos espaços exteriores aos da sociedade norte-americana. Desta última, ele constata certas características associadas à essência de toda sociedade moderna. Claude Lefort afirma que a observação de Tocqueville em relação à revolução democrática na sociedade seria uma consequência da análise da sociedade específica americana, em que a origem da nação coincide com a origem da democracia (LEFORT, 1987, p. 218). O que não ocorreria na Europa. Lá não se conseguiria discernir o que é da essência da democracia, o que é natural e o que é acidental, imputável às desordens resultantes da revolução. Sobre o tema da providência ver Jasmin (1997; 2005).

¹³ TOCQUEVILLE (2004; 2005).

¹⁴ TOCQUEVILLE (2003).

¹⁵ TOCQUEVILLE (2011, p. 42).

inserido e suas concepções sobre os fatos políticos. O pensador descreve nessa obra também a conduta moral e política dos homens que participaram desses fatos, e realiza julgamentos sobre isso.

Depois de 1859, Tocqueville foi em busca do seu último desafio: explicar os acontecimentos históricos que deram origem à Revolução Francesa. Na obra *O Antigo Regime e a Revolução*, ele se propôs a fazer um estudo sobre a Revolução, tendo como pressuposto a ideia de que, involuntariamente, os sentimentos, os hábitos e as ideias do Antigo Regime conduziram à Revolução que o destruiu e que, posteriormente, utilizou-se de seus escombros para construir a nova sociedade.

Essa sucinta biografia, acompanhada de uma breve cronologia das obras de Tocqueville, serve como um ponto de partida para pensar a sua recepção nos diversos ramos do conhecimento. Percebe-se, a partir dela, que se está diante de um autor de origem aristocrática que busca refletir sobre a sociedade moderna, seus vícios e suas virtudes. É um autor que vive no seu contexto social e na sua vida pessoal a tensão existente no início do século XIX entre a manutenção da velha ordem de privilégios da aristocracia e o movimento de mudanças trazidas pela democracia¹⁶.

Tocqueville parece consciente dessa tensão e sabe que a marcha para a democracia é inexorável. Ele não é um autor que defende a democracia, mas ele está ciente da mudança e da necessidade de se enfrentar algo novo na história da humanidade¹⁷. Ainda que ele demonstre em algumas passagens dos seus textos nostalgia em relação aos costumes da era aristocrática, o seu foco principal como escritor político é apresentar as características constitutivas desse novo e pensar sobre novas formas de atuação dos atores e instituições políticas nesse contexto. O que, certamente, é a sua maior contribuição.

Tocqueville não define de forma expressa o seu conceito de democracia. Entretanto, é possível delimitá-lo, numa interpretação sistemática de seus textos, a partir da oposição que ele estabelece entre essa definição e a de aristocracia. É na tensão vivenciada entre essas duas

¹⁶ Jacques Coenen-Huther afirma que esses sentimentos contraditórios não cessam de atormentar Tocqueville. “*Il semble tantôt porte vers la vision optimiste d’un avenir maîtrise, tantôt incapable de ne pas céder à la nostalgie d’un passé idéalisé*” (COENEN-HUTHER, 1997, p. 16). Ver sobre esses dois lugares ocupados por Tocqueville em Gargan (1965), Audier (2004) e Bazot (2016).

¹⁷ Alguns autores, como a professora de filosofia Anne-Marie Roviello defendem que é possível afirmar que Tocqueville possui uma visão positiva da democracia (ROVIELLO, 2008, p. 59). A questão, entretanto, é bem posta por Luis Diez del Corral que afirma que Tocqueville não se sente chamado a decidir entre a aristocracia e a democracia. “*cualesquiera que fueran las preferencias valorativas, la realidad social de su tempo no ofrece, a su juicio, alternativas*” (DEL CORRAL, 1989, p. 76). Helena Esser dos Reis, também, afirma não se tratar de uma questão valorativa. Sobre a contraposição entre aristocracia e democracia, ela diz que “semelhante confronto não pretende estabelecer qual a melhor sociedade, nem propor os costumes e valores de uma sociedade para outra; mas quer, pela análise comparativa, destacar o que é própria a cada sociedade e o que a transcende” (REIS, 2002, p. 21).

formas de sociedade que seu sistema conceitual se constitui. E, por isso, esta seção propõe apresentar alguns dos conceitos-chave do pensamento toquevilliano partindo da análise da diferença entre aristocracia e democracia.

A oposição entre aristocracia e democracia permite compreendê-las como objetos teóricos de mesma natureza. Ambas são denominadas por Tocqueville como um estado social e este é um outro conceito fundamental para a apreensão do seu pensamento. Não se trata de formas de governo ou de regimes políticos, mas são estados sociais que estão sendo confrontados no século XIX, havendo uma queda natural da aristocracia e uma ascensão da democracia como forma de sociedade. A definição de estado social será melhor apresentada, por questão didática, no item que apresenta as definições de aristocracia e democracia.

É importante na compressão do pensamento toquevilliano e desta tese apreender, ainda, a relação entre os conceitos de igualdade e liberdade. Tocqueville é essencialmente um pensador da democracia, considerando-a como um estado social cujo fato gerador é a igualdade. A igualdade é, como se verá, o seu elemento principal, mas o funcionamento desse estado social depende da harmonia entre a igualdade que lhe constitui e a liberdade que deve ser instituída.

Propõe-se, nesta seção, esclarecer de forma breve a relação entre a igualdade vista como algo natural e a liberdade como um produto da arte, algo produzido e aprendido pelos homens. A democracia é necessariamente, para Tocqueville, derivada do processo de igualização social. Mas, como se verá, pode resultar em regimes em que a liberdade não se faz presente. A liberdade pode ser construída no estado social democrático ou pode não existir, gerando o despotismo.

Os conceitos de aristocracia, democracia, estado social, igualdade e liberdade serão apresentados nesta seção, considerando o pensamento do autor a partir de sua recepção filosófica. Nesta tese o enfoque é especialmente na recepção do pensamento toquevilliano no âmbito da filosofia política. E, por isso, antes de apresentar o sistema conceitual do autor, buscar-se-á expor o posicionamento dos principais intérpretes de Tocqueville que o compreendem a partir de suas reflexões filosóficas.

O objetivo desta seção não é defender a titulação do pensador político como filósofo, mas apenas apresentar a literatura existente que defende expressamente a sua recepção filosófica. Esta tese utiliza-se dessa literatura para pensar o percurso filosófico de seu pensamento.

2.1 Tocqueville, filósofo político

Alexis de Tocqueville, em geral, não figura entre os inspiradores do pensamento filosófico. Suas reflexões são tradicionalmente objeto de estudo no âmbito das ciências políticas, da sociologia e da história. Pensador do século XIX, despertou grande interesse dos intelectuais norte-americanos dessas áreas do conhecimento a partir do início do século XX¹⁸.

No final desse século, seu pensamento tornou-se também objeto de análise da literatura e da filosofia, em especial da filosofia política francesa contemporânea¹⁹. Raymond Aron, Pierre Manent, Jean-Louis Benoît e Claude Lefort, por exemplo, destacam-se como importantes intérpretes da obra de Tocqueville. Esta tese, a fim de realizar uma leitura filosófica das obras do autor, privilegia essa recepção francesa ao seu pensamento.

Tocqueville lançou novas luzes sobre temas clássicos da filosofia, tais como a virtude, a liberdade, a igualdade e a investigação sobre a ação na vida pública. Em suas obras, ele descreve a sociedade de seu tempo e, concomitantemente, julga o que nela ocorre. Raymond Aron afirma que, ao descrever, Tocqueville também busca explicações e causas²⁰, e isso permite inseri-lo na tradição da filosofia política²¹.

Essa afirmação de Aron é a premissa teórica inicial que deve ser levada em consideração para pensarmos o lugar de Tocqueville no âmbito da filosofia, mas não exaure o debate sobre esse espaço. Essas reflexões de Aron foram apresentadas na sua célebre obra *As*

¹⁸ Após as Guerras Mundiais, intelectuais norte-americanos, como George Pierson e Louis Hartz, retomam o estudo das obras de Alexis de Tocqueville para refletirem sobre a democracia e o liberalismo. O professor Cheryl Welch afirma que a análise dessas obras era realizada essencialmente em diálogo com o pensamento de teóricos como David Truman e Robert Dahl (WELCH, 2007, p. 5). Jean-Claude Lamberti afirma, na sua célebre obra *“Tocqueville et les deux démocraties”*, que Alexis de Tocqueville é melhor conhecido entre os americanos do que entre os franceses, havendo mais abundância e qualidade de publicação entre os trabalhos americanos (LAMBERTI, 1983, p. 9). Pensamos que esta comparação era verdadeira na época da publicação da sua obra, mas atualmente há uma grande quantidade de textos e obras sobre o pensamento político do autor na França, que se destacam pela qualidade da pesquisa realizada. Para uma crítica sobre a retomada do pensamento toquevilliano na França, ver Le Strat (2005).

¹⁹ No Brasil, destaca-se a recepção de Marcelo Gustus Jasmin no âmbito da história, especialmente com a obra *Alexis de Tocqueville: a historiografia como ciência da política* (JASMIN, 2005). E, na filosofia, foram encontradas apenas três pesquisas de destaque, sendo uma a tese de Helena Esser Reis, orientada pelo professor Milton Meira do Nascimento, realizada no Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo; a outra a dissertação de Ronney Greeve, orientada pelo professor Daniel Tourinho Peres da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia; e a última a dissertação de Roberta Kelly Soromenho Nicolete, defendida no departamento de ciências políticas da Universidade de São Paulo (USP).

²⁰ No Livro I de *“A Democracia na América”*, por exemplo, Tocqueville enumera as causas que tornam a democracia americana liberal, quais sejam: a situação acidental e particular da sociedade americana, as leis, os hábitos e os costumes. Célio Quirino diz que as investigações de Tocqueville estão sempre voltadas para a compreensão e a explicação da realidade sócio-política (QUIRINO, s.d., p. 2).

²¹ ARON (2003, p. 343). No mesmo sentido, afirma Simone Goyard-Fabre que *“dès lors, l’explication devient réflexion, et la science politique se fait philosophie”* (GOYARD-FABRE, 1991, p. 23)

etapas do pensamento sociológico, de 1967, e são consideradas o marco do retorno do estudo do pensamento toquevilliano.

Philippe Raynaud afirma que para refletir sobre o lugar que Alexis de Tocqueville ocupa no pensamento é importante considerar que a sua redescoberta inicia-se com Aron²². No mesmo sentido, afirma Oliver Meuwly que foi Aron quem restituiu a Tocqueville um lugar de mérito na história da sociologia, e, a partir daí, sociólogos, filósofos e politólogos ficaram quase que obrigados a observar as suas obras²³.

Em que pese o exagero da afirmação de Meuwly, Tocqueville desapareceu do horizonte político e intelectual dos anos de 1880 até ser redescoberto por sociólogos, historiadores, filósofos e teóricos político. E essa redescoberta ocorreu, especialmente, afirma Jean-Louis Benoît e Pierre Manent, a partir da obra publicada em 1967 por Raymond Aron²⁴. É Aron, certamente, o ponto de partida para a retomada do pensamento toquevilliano como objeto de estudo teórico.

Raymond Aron, no seu artigo *Tocqueville Retrouvé*, publicado pela primeira vez em 1979, afirma que descobriu Alexis de Tocqueville à medida que suas obras completas eram publicadas na França²⁵. Ele inicia os seus estudos sobre o pensamento toquevilliano em 1950 e rapidamente percebe a sua potencialidade em trazer questões importantes para a democracia moderna. Para Aron, Tocqueville consegue mobilizar vários ramos de pensamentos em seus textos, salientando reflexões de disciplinas que ele considera autônomas e, por isso, pode ser um autor da sociologia, da filosofia, da literatura, etc.

Apesar dessa descoberta de Aron, ele afirma que “atribuem uma parte do mérito do seu retorno à moda a mim [...], mas minha parte é marginal ou acidental”²⁶. Aron acredita que apenas fez algumas reflexões sobre um autor cuja importância fora demonstrada pela história do pensamento francês. Coube a ele apenas realizar interpretações possíveis em relação a um pensamento que já estava circulando como relevante entre os intelectuais da época.

Essa “redescoberta” ocorreu num período em que se tinha um avanço do socialismo e, convenientemente, as teses de Tocqueville apresentavam questões sobre uma democracia que não se chocava com o capitalismo e nem com a revolta do proletariado, afirma Aron²⁷.

²² RAYNAUD (2014, p. 205). Ver também Furet (1984).

²³ MEUWLY (2002, p. 124).

²⁴ BENOÎT (2004, p. 2); MANENT (2004, p. 581).

²⁵ ARON (2005, s.p.). Observação: posição 252 no “Kindle”.

²⁶ ARON (2005, s.p., tradução nossa). Observação: posição 302 no “Kindle”. Christine Fauré afirma que a obra de Tocqueville foi descoberta após a segunda guerra mundial por Jacob Peter Mayer que dirigiu a edição das obras completas das Éditions Gallimard. Mayer, diz ela, teve o mérito de compreender que o pensamento toquevilliano profetizava uma nova democracia de massa (FAURÉ, 2015, p. 14).

²⁷ ARON (2005, s.p.) Observação: posição 313 no “Kindle”. Para Aron não ocorreu um total esquecimento de Alexis de Tocqueville entre 1856 a 1939, mas o fato novo se deve a sua entrada nas universidades como objeto

Era uma teoria da democracia que não se confundia com a teoria do socialismo. E, também, trazia respostas para como se ter uma democracia que não seja totalitária. Ou seja, é um autor que se fazia extremamente importante em face das questões com as quais se deparavam os teóricos políticos no período de pós-guerra.

Aron afirma que a Europa liberal em que estava inserido parecia mais com a sociedade profetizada por Alexis de Tocqueville do que por Karl Marx²⁸, entretanto ele diz que não é possível realizar uma leitura marxista ou antimarxista de Tocqueville. Marx e Tocqueville se debruçaram sobre questões semelhantes, mas partiram de premissas diferentes e deram respostas que não são comparáveis. Afirma Aron que ambos estudavam o mesmo tema, eles descreveram a sociedade moderna que é uma sociedade industrial. Mas Marx tem como pressuposto de sua descrição o capitalismo e a luta de classe; e Tocqueville, a igualdade de condições, “visível na América e previsível na Europa”²⁹. São autores que, apesar da proximidade temática, não podem ser considerados opostos, pois possuem pontos de partida diferentes.

A relação entre Tocqueville e Marx realizada por Aron não é algo descontextualizado. Nos anos 50, afirma Françoise Mélonio, havia uma “guerra fria na ordem das ideias” e a renovação de Tocqueville aparece como uma “ressaca” progressiva ao comunismo³⁰. O pensamento tocquevilliano é posto como uma possível solução para o mal-estar gerado pelo totalitarismo da segunda guerra e, também, como um contraponto para o comunismo.

Essa redescoberta de Alexis de Tocqueville como uma possibilidade de contestação do pensamento marxista, socialista ou comunista é, certamente, responsável por apresentar o filósofo como um pensador que não representa o pensamento de uma esquerda política. Sobre essa questão, responde o próprio Aron numa célebre citação sobre Tocqueville: “Demasiado liberal para o partido de onde ele provém, não muito entusiasta por ideias novas aos olhos dos

de pesquisa. (posição 542).

²⁸ ARON (2005, s.p.) Observação: posição 354 no “Kindle”.

²⁹ ARON (2005, s.p.) Observação: posição 290 no “Kindle”. Max Lerner afirma que Marx e Tocqueville nunca se encontraram, mas sugere que Marx conhecia o pensamento tocquevilliano. Ele afirma que Marx e Proudhon se encontravam frequentemente e que Proudhon conhecia os dois volumes de *A Democracia da América* de Tocqueville e que provavelmente apresentou a Marx a ideia sobre as classes sociais apresentadas pelo filósofo especialmente no capítulo do *Livro I* dedicada à análise das três raças nos EUA (LERNER, 1994, p. 77).

³⁰ MÉLONIO (1990, p. 14). Alain Finkielkraut afirma expressamente que conheceu o pensamento tocquevilliano tardiamente, em 1970, ao se aproximar de um quadro de críticas do pensamento marxista, “*dans le cadre de l'émergence d'une pensée anti-totalitaire*” (KINKIELKRAUT, 2008, p. 13). Os teóricos políticos opunham capitalismo/comunismo para, posteriormente, trabalharem com a dicotomia totalitarismo/democracia. Sobre a construção de Tocqueville como um anti-marx, ver também o artigo “*Tocqueville, sociologue liberal?*”, de Christian Laval (LAVAL, 2008, p. 269-290).

republicanos, ele não foi adotado nem pela direita nem pela esquerda, ele permanece suspeito a todos³¹. Para um intérprete atento de Alexis de Tocqueville, como sugere Aron, não é possível inseri-lo completamente numa determinada tradição de pensamento ou determiná-lo como pensador político de esquerda ou direita³². Além disso, não há dúvidas de que se trata de um autor que dialoga com o liberalismo político do início do século XIX, mas também dialoga, como se verá nesta tese, com o léxico do republicanismo deste período.

Não é o objetivo desta tese apresentar o lugar que Tocqueville ocupa em relação às tradições, mas essa temática aparece de maneira marginal em alguns de suas partes. O principal nesta pesquisa é compreender que se trata de um pensador que dialoga com tradições de pensamento e investiga questões filosóficas que são importantes para a história da filosofia. Considerando-o como um importante pensador da modernidade, propõe-se nesta tese adentrar no debate filosófico atual do pensamento tocquevilliano, realizando uma possível interpretação sobre a ideia de interesse e da paixão como categorias políticas principiológicas da sociedade moderna, como se verá.

É um autor importante especialmente por que é um pensador da democracia, forma de sociedade predominante na modernidade. Essa sua relação com o estado social democrático resultou em observações importantes sobre o seu pensamento filosófico. Philippe Raynaud afirma que a obra *Tocqueville et la nature de la démocratie*, escrita em 1982 por Pierre Manent, é o livro clássico para considerarmos Tocqueville como filósofo político³³.

Nesse livro, Manent faz reflexões sobre a concepção filosófica de Tocqueville relacionadas à essência da democracia e do homem democrático. Trata-se de um livro que será citado ao longo desta tese³⁴. E, além disso, Pierre Manent faz uma defesa direta de Tocqueville como filósofo político no seu artigo denominado “*Tocqueville philosophe politique*”³⁵. Nele, Manent se propõe a pensar sobre os motivos pelos quais o pensamento tocquevilliano passou a integrar os programas universitários dos departamentos de filosofia da França nos anos de 2002 e 2003, passando a ser um autor da moda³⁶.

A primeira resposta de Manent refere-se ao fato de Tocqueville pensar menos nas dificuldades do governo e mais nos elementos sob o qual o governo opera. Ou seja, como já

³¹ ARON (2003, p. 23). Sobre uma defesa do republicanismo de Tocqueville, ver o artigo “*Tocqueville et la tradition républicaine*”, de Serge Audier (AUDIER, 2008, p. 171-246). Sobre a impossibilidade de se fixar Alexis de Tocqueville em uma tradição específica ver Jaume (2002); Boesche (1987; 2006) e Kahan (1992).

³² ARON (2014).

³³ RAYNAUD (2014, p. 207).

³⁴ MANENT (1982).

³⁵ MANENT (2004, p. 580-588). Este artigo foi traduzido para inglês por Arthur Goldhammer, compondo a obra *The Cambridge Companion to Tocqueville*, editada em 2007 (MANENT, 2007, p. 108-120).

³⁶ MANENT (2004, p. 581).

citado acima, Tocqueville pensa principalmente sobre uma sociedade nova que ele denomina como democrática. Para conhecer essa nova sociedade o autor propõe o que ele chama de uma nova ciência política, pois, para ele, as conclusões das teorias políticas existentes não dão conta de pensar nas dificuldades e nos fenômenos inéditos que a nova sociedade suscita.

Tocqueville, unindo a tradição da teoria política liberal e da sociologia, afirma Manent, parte da separação entre Estado e sociedade, dando grande valor e autoridade para a sociedade³⁷. É a sociedade que constitui o homem e que se estabelece como uma instituição política na qual os cidadãos podem fazer escolhas livres. Ela é a causa primeira da vida contemporânea, decorrendo delas as demais causas sociais³⁸.

A causa primeira dos fenômenos políticos da modernidade é a sociedade moderna que ele define como democracia e essa conclusão é uma das grandes originalidades do pensamento tocquevilliano, segundo Manent. O filósofo possui uma definição própria de democracia, apresenta seus riscos, suas vantagens e cria remédios políticos para os seus vícios³⁹. A sua concepção de democracia e os demais termos que compõem sua sistemática conceitual (como o termo igualdade de condições e liberdade, que serão vistos no item 2.2), fazem parte, diz Manent, de um estudo sistemático sobre a causalidade do social. Ao buscar a essência da democracia, Tocqueville lança luz sobre o fato gerador do estado social democrático construindo uma teoria do tipo ideal de sociedade que pode ser definida como democrática.

Pierre Manent parece concluir que a primeira aproximação do pensamento tocquevilliano com a filosófica política está na sua análise sobre as causalidades dos fenômenos políticos. Nisso ele converge com a afirmação de Aron já citada de que Tocqueville busca explicações e causas sobre o político, permitindo sua possível classificação como filósofo político.

Outro ponto de aproximação, para Manent, está na utilização de uma linguagem familiar à vida política e à filosofia política⁴⁰. Tocqueville busca interpretar a história europeia e o movimento social a partir da polaridade entre igualdade e desigualdade, entre democracia e aristocracia, etc. Ele se utiliza de uma linguagem semelhante à dos discursos dos filósofos gregos, continua Manent, e que é costumeiramente utilizada por filósofos posteriores.

³⁷ MANENT, 2004, p. 582. Jean-Jacques Chevallier afirma que Tocqueville pensa a democracia e nada mais. (CHEVALLIER, 1977, p. 211). E Laurance Guellec diz que a obra de Tocqueville visa pensar nas condições de possibilidades da democracia (GUELLEC, 2001, p. 2).

³⁸ MANENT (2004, p. 582).

³⁹ MANENT (2004, p. 583). Manent afirma que esses remédios consistem no liberalismo político, mas não explica essa afirmação em seu texto.

⁴⁰ MANENT (2004, p. 584). Além da linguagem, afirma Jacques Coenen-Huther que o seu estilo de escrita se inspira em filósofos como Pascal e Montesquieu (COENEN-HUTHER, 1997, p. 28).

Manent, após comparar de forma breve a utilização da linguagem de Tocqueville com a de alguns filósofos centrais como Platão e Aristóteles, afirma que o pensamento tocquevilliano tem, ainda, o mérito de apresentar-se como um guia para a compreensão da ação na democracia moderna⁴¹. Ou seja, é um pensamento que nos permite pensar a ação na vida pública.

Para Françoise Mélonio, as reflexões de Tocqueville sobre a ação têm como objetivo persuadir seus contemporâneos a se tornarem cidadãos responsáveis⁴². Apesar do seu principal propósito como escritor ser projetar-se como um ator político, o autor quer dissuadir o leitor sobre a marcha inevitável da democracia e quer apresentar algumas formas de se evitar os riscos dessa nova forma de sociedade. O argumento tocquevilliano mais forte é que esses riscos podem ser evitados a partir da conservação da liberdade política.

A partir da sua experiência nos EUA e na França, Tocqueville reformula, afirma Mélonio, o debate teórico herdado da tradição filosófica sobre a relação entre igualdade e liberdade⁴³. Essa relação será esclarecida no item 2.2 desta tese, mas é importante ressaltar que Alexis de Tocqueville utiliza-se da linguagem da filosofia como disse Manent, mas reformula seus conceitos por meio da conexão entre teoria e prática ou entre ideias e fatos.

Larat, em 1947, já dizia que a força do pensamento de Alexis de Tocqueville está no fato de sua doutrina nascer da experiência de seu tempo⁴⁴, pois para o filósofo, afirma François Bourricaud, os problemas não podem ser tratados como objetos ideias, sem referência histórica e circunstancial⁴⁵. Ele pensa a coisa política vivenciada, ou seja, ele reflete sobre a coisa política em si e este é, para Leo Strauss, o objeto da filosofia política⁴⁶. A filosofia política é, para Strauss, algo próximo da vida e Tocqueville pensa na ação política e na coisa política a partir da vida social e da vida humana.

Além de pensar na natureza da sociedade democrática, ele também reflete sobre a natureza do homem. Alexis de Tocqueville, afirma Manent, descreve a transformação do homem pela democracia. Trata-se um novo tipo de homem que, como se verá, é um homem democrático, governado por sua razão e soberano sobre a sua nação⁴⁷.

⁴¹ MANENT (2004, p. 586).

⁴² MÉLONIO (1990, p. 15).

⁴³ MÉLONIO (1990, p. 16).

⁴⁴ LARAT (1947, p. 44).

⁴⁵ BOURRICAUD (2005, p. 2).

⁴⁶ STRAUSS (1988).

⁴⁷ MANENT (1993, p. VI). É importante ressaltar a posição Peter Augustine Lawler que no capítulo cinco da obra "*Alexis de Tocqueville on the origin and perpetuation of human liberty*", denominado "*Was Tocqueville a philosopher?*", apresenta a aproximação do discurso tocquevilliano sobre o problema da condição humana em diálogo com Pascal e Platão. Ele afirma que Alexis de Tocqueville não é um filósofo, mas que seu entendimento sobre a condição humana não é menor dos expostos por outros filósofos. Tocqueville, continua Lawler, não se

Jacob Peter Mayer, no capítulo dedicado à filosofia política de Tocqueville, afirma que ele é um filósofo político no verdadeiro sentido do termo, por conjugar ideias e fatos, por buscar princípios da atividade política e por tratar do enigma da natureza humana⁴⁸. Ele apresenta esses pontos de forma breve, resumindo o que foi dito neste item em relação a esses três pontos.

Em uma revisão da literatura, tem-se que os textos citados acima são os que defendem diretamente a inserção de Tocqueville na tradição da filosofia política. As questões levantadas neste item serão melhor apresentadas no decorrer da tese e, por isso, não foram expostas de forma exaustiva. O objetivo aqui era apenas demonstrar que há um debate sobre a relação entre a filosofia e o pensamento tocquevilliano.

Há, entretanto, outros professores e filósofos que são extremamente importantes para a recepção de Alexis de Tocqueville na filosofia política, mas que não possuem textos que tratam diretamente dessa recepção, como Claude Lefort e Jean-Louis Benoît. É a partir deles que se apresentará, em 2.2, o sistema conceitual do pensamento filosófico de Tocqueville.

Após a redescoberta ou recepção de Tocqueville no âmbito da filosofia, verificam-se vários debates sobre os temas filosóficos aqui citados. E, como pode se observar na referência bibliográfica desta tese, há, especialmente na França, um bom material sobre o seu pensamento, que trata de investigações filosóficas como a inquietude do homem, a liberdade, a igualdade, a democracia, a desigualdade, a justiça, a ação, as tradições de pensamento, etc.

Este item visa ser um ponto de partida para a análise de sua recepção filosófica. Pretende-se apenas apresentar o tema e posicionar-se em relação a essa recepção, bem como trazer para o debate brasileiro reflexões sobre a possibilidade de um percurso filosófico para o pensamento tocquevilliano.

pensa como um filósofo, mas como um crítico e um teórico político (LAWLER, 1993, p. 98).

⁴⁸ MAYER (1965, p. 123-127).

2.2 Os conceitos de estado social, aristocracia, democracia, igualdade e liberdade na filosofia de Tocqueville

Marcelo Guntus Jasmin afirma que o sistema conceitual de Tocqueville opera “pela justaposição de dois níveis distintos, formados, cada um deles, por pares de conceitos opostos”⁴⁹. O primeiro é representado pela polarização entre a democracia e a aristocracia e o segundo pelas concepções de liberdade e servidão. No primeiro nível encontra-se um processo histórico inevitável e que constitui as sociedades modernas. A decadência da era aristocrática e a consolidação da democracia é algo inexorável na modernidade. Já no segundo nível, para Jasmin, opera-se no plano das possibilidades. A ação e a vontade humana podem resultar num estado social de liberdade ou de servidão. Trata-se de um processo em construção.

A justaposição desses dois níveis, continua Jasmin, compõe a nova ciência política a que se refere Alexis de Tocqueville⁵⁰. A nova ciência política é necessária para a compreensão das condições do novo mundo, ou da nova sociedade que estava se configurando. Para o filósofo, ela deve orientar a ação do homem e a estruturação das instituições para que o resultado do processo de igualização social seja a harmonia entre a igualdade e a liberdade, como se verá neste item.

Mas a nova ciência política não é a análise das organizações institucionais da sociedade moderna. Ela trata do diagnóstico sobre os impasses, riscos e vantagens do novo estado social que se está consolidando. Não é uma teoria das organizações, mas a busca pela compreensão dos perigos e avanços que circunscrevem uma sociedade fundada na igualdade e busca por possíveis respostas em face desses perigos.

A viabilidade do projeto de uma nova ciência política depende da compreensão de conceitos que dão acesso ao pensamento tocquevilliano e deve se iniciar pela construção do conceito de democracia. Não há uma definição expressa do termo e sua compreensão, para esta tese, deve partir, repita-se, da oposição democracia versus aristocracia.

⁴⁹ JASMIN (2005, p. 39).

⁵⁰ JASMIN (2005, p. 40).

Afirma Marcelo Jasmin que:

[...] o ponto de partida de toda argumentação toquevilliana acerca da natureza das sociedades modernas é o resultado de um processo de longo termo que destrói as bases de sustentação das sociedades hierárquicas, substituindo-as progressivamente pela igualdade de condições sociais⁵¹.

Ou seja, é um pressuposto inicial do pensamento toquevilliano a existência de um processo histórico que marcha inevitavelmente para a decadência da sociedade aristocrática que se sustenta na hierarquia social e a solidificação de um estado social democrático cujo fato gerador é a igualdade.

Tocqueville vivencia um período de transição histórica e a oposição entre aristocracia e democracia parece ser fundamental para o diagnóstico do seu tempo. O primeiro ponto a ser observado nessa oposição é que se trata da diferença entre coisas da mesma natureza. A aristocracia e a democracia são, para o pensamento toquevilliano, estados sociais.

Mas o que é o “estado social” para Tocqueville? Trata-se de um termo tão importante para o pensamento toquevilliano que ele expressamente o conceitua, o que é uma ação rara do autor. Nas notas dos seus rascunhos, ele define o estado social como a condição material e intelectual na qual se encontra um povo numa determinada época⁵². Diz ele:

O estado social é, ordinariamente, o produto de um fato, às vezes das leis, quase sempre dessas duas coisas reunidas. Porém, uma vez que existe, podemos considerar ele mesmo como a causa primeira da maioria das leis, costumes e ideias que regem a conduta das nações; o que ele não produz, ele modifica⁵³.

O estado social é o modo de vida de um povo, considerando as relações que se estabelecem entre os indivíduos, entre eles e o seu meio, entre as leis e os costumes e entre todos esses elementos. O estado social é uma forma de sociedade⁵⁴ que determina as opiniões

⁵¹ JASMIN (2005, p. 40).

⁵² TOCQUEVILLE (1990a, p. 37). Nicolas Tenzer afirma que o pensamento toquevilliano preocupa-se com o estado social e não com o estado político, especialmente no tocante a construção do seu modelo de democracia (TENZER, 2008, p. 292). Tocqueville deixa isso mais explícito ao separar a ideia da democracia da de soberania popular a democracia é posta como uma maneira de ser da sociedade e a soberania do povo uma forma de governo (TOCQUEVILLE, 1990, p. 48). Não são coisas inseparáveis, pois a democracia pode se apresentar na forma de despotismo e, no pensamento toquevilliano, como se verá nesta tese, trata-se da forma para qual a democracia naturalmente se dirige. É preciso produzir outra forma de governo para poder enfrentar essa tendência natural.

⁵³ TOCQUEVILLE (2005, p. 55). Anne Amiel afirma que o estado social é uma realidade complexa, muito próxima do que Montesquieu entende por espírito geral de uma nação (AMIEL, 2002, p. 26). Sobre essa relação ver também o artigo de Dominique Casajus denominado “*Montesquieu, Tocqueville, Durkheim: variations autour d'une typologie*” (CASAJUS, 1996, p. 7-24).

⁵⁴ Roberto Legros, também defende a possibilidade de se denominar a democracia como uma forma de sociedade

entre os indivíduos, as leis, os ajustes institucionais, as conexões de poder, as relações intelectuais, etc.

Ele resulta, como visto na citação acima, de um fato – que pode ser circunstâncias históricas e geográficas de determinado povo – e pode resultar das leis, das normas prescritas para a organização da sociedade. Uma vez constituído, apresenta-se como a causa primeira dos fenômenos sociais e políticos de uma sociedade determinada.

Claude Lefort, que é um importante leitor e intérprete de Tocqueville, traz uma contribuição fundamental para se pensar o termo estado social no pensamento tocquevilliano quando discute o tema das formas de sociedade. Para Lefort, cada forma de sociedade pode ser considerada um acontecimento⁵⁵ ou um jogo interno de respostas. Elas suscitam, de forma imaginária, a essência de determinada comunidade. Ou seja, elas permitem a construção de tipos ideais de sociedade configuradas em um período determinado. E Alexis de Tocqueville realiza essas construções ao pensar na aristocracia e na democracia.

A construção do termo estado social no sistema conceitual tocquevilliano demonstra a originalidade do pensamento do autor. Tocqueville é um pensador do estado social, especialmente do estado social democrático. Ele separa o governo, como objeto de reflexão, da sociedade e constrói teses sobre esta. A sua preocupação é pensar os princípios e a estrutura social e cultural da sociedade. A análise das formas políticas decorre desse pensar e não é seu objeto central.

Compreender isso é essencial para se pensar na filosofia tocquevilliana. Trata-se de um ponto de partida para suas observações sobre o corpo político. Esta tese propõe uma possível interpretação do seu pensamento, partindo da análise do estado social e da ação do homem em prol da manutenção e da conservação desse estado. Para tanto, é preciso, primeiramente, apreender as diferentes hipóteses tocquevillianas sobre os dois tipos ideais de sociedade – a aristocracia e a democracia – que se diferenciam e trazem consequências diversas, como se verá.

Tocqueville apresenta a democracia como um evento histórico sem precedente. A partir de um critério histórico-empírico, sugerido por Marcelo Jasmin, o termo democracia visa nomear sociedades que ultrapassam as estruturas sociais que decorriam do feudalismo.

(FINKIELKRAUT; JAUME; LEGROS, 2008, p. 319).

⁵⁵ LEFORT (1982, p. 319). No artigo denominado “*Reversibilidade: liberdade política e liberdade do indivíduo*”, Lefort expressamente afirma que a democracia no pensamento tocquevilliano é uma forma de sociedade, “cuja singularidade é indicada com particular precisão face a essa outra forma apresentada pela sociedade aristocrática” (LEFOR, 1991b, p. 205). Para compreender melhor o termo “forma de sociedade” utilizado por Lefort, ver Lefort (1993).

Ela, com isso, fundia-se à ideia de modernidade⁵⁶. Ou seja, considerando esse critério, a era democrática, citada por Tocqueville ao longo das suas obras, é o período que compreendemos como modernidade. E a era aristocrática é a época histórica em que as sociedades mantinham as estruturas herdadas do feudalismo, especialmente a sua organização de forma hierarquizada e dividida por castas.

Do ponto de vista do critério teórico, também sugerido por Jasmin, os conceitos ganham o “estatuto teórico de totalidade abstrata para significar um modelo de ordem social⁵⁷” e esse é o ponto principal para a compreensão desta tese. Democracia e aristocracia no pensamento tocquevilliano são estados sociais que se contrapõem por que possuem fatos geradores antagônicos. A democracia se funda no pressuposto da igualdade e a aristocracia na desigualdade.

Apesar de Tocqueville não definir as duas formas de sociedade, os conceitos podem ser inferidos a partir da relação que se estabelecem entre eles e seus pressupostos. Em uma das primeiras notas dos rascunhos do *Livro II* de “*A democracia na América*”, ele caracteriza o estado social democrático como:

Quando não há mais castas com tratamentos distintos, direitos particulares e exclusivos, riquezas permanentes, propriedades imóveis, os cidadãos diferem pouco uns dos outros por suas condições, e eles mudam permanentemente de condições, eles adotam naturalmente certas leis, e adquirem certos hábitos de governo que lhe são próprios.

Essa igualdade e essas causas não influem somente nas suas ideias nos seus hábitos políticos, mas sobre todos os seus hábitos e as suas ideias. Os homens que vivem neste estado social democrático concebem opiniões novas, eles adotam novos costumes (*moeurs*), eles estabelecem entre eles relações que não existem ou modificam as que já existem⁵⁸.

A citação acima é um ponto de partida para a diferenciação que se quer estabelecer entre aristocracia e democracia. Ao evidenciar os elementos constitutivos da democracia, ele apresenta a essência do que ele denomina como aristocracia. São conceitos que podem ser construídos a partir de suas diferenças.

⁵⁶ JASMIN (2005, p. 41). Anne Amiel diz, neste sentido, que “*La démocratie est un régime temporel, celui de l’inquiétude, de l’agitation febril, de l’aperte de toute autorité de la tradition e du passé, du souci exclusif du futur proche, du manque de stabilité, continuité et persévérance.*” (AMIEL, 2002, p. 24). Em sua dissertação Marcelo Jasmin trabalha de forma mais minuciosa o conceito de democracia. Nela, ele afirma que uma das concepções de democracia no sentido tocquevilliano é que se trata de algo que fornece um sentido unificador e ordenador para o conjunto das sociedades ocidentais da primeira metade do século XIX. Significando uma ruptura com “ruptura moderna com o passado aristocrático” (JASMIN, 1988, p. 6).

⁵⁷ JASMIN (2005, p. 41).

⁵⁸ Nota c em TOCQUEVILLE (1990b, p. 7, tradução nossa).

Primeiro, cabe esclarecer o termo aristocracia. Não se trata do objeto específico de estudo de Tocqueville, pois ele é um pensador da democracia, mas é um conceito permanentemente revisitado para a compreensão do seu tempo. Apesar de não ser o seu foco principal, para Pierre Gouriand, o filósofo propõe uma maneira específica de se pensar a aristocracia⁵⁹.

A premissa fundadora da aristocracia é a desigualdade, como visto, e ela se caracteriza como uma ordem social dividida em castas⁶⁰ com “tratamentos distintos”. É uma sociedade dividida em grupos que se estruturam de forma hierárquica, havendo grupos inferiores e grupos superiores. Cada um desses grupos é fechado e delimitado por uma função e um modo de vida. Eles se relacionam de forma assimétrica, e a classe aristocrática é claramente mais favorecida por possuir “direitos particulares e exclusivos, riquezas permanentes e propriedades imóveis”⁶¹ que não são acessíveis aos membros das classes inferiores.

É importante observar que os homens, na aristocracia, não vivem separados ou isolados. Eles estão inseridos em um grupo e esse grupo se relaciona com o outro na organização social, ainda que de forma hierarquizada. Afirma Tocqueville que “nas sociedades aristocráticas, os homens não precisam se unir para agir, porque são mantidos fortemente junto⁶²”. Os indivíduos não podem sozinhos executar nenhum empreendimento. Em regra, os cidadãos ricos e poderosos possuem o poder de mando e o dever de proteção das classes inferiores que dependem da segurança proporcionada pelas classes superiores, além de executarem as tarefas sociais ordinárias. São vínculos que se estabelecem pela força e pela obediência e são mantidos de forma durável. Os homens se unem por dever e obrigatoriedade. É, como afirma Pierre Gouriand, a própria desigualdade que implica a união⁶³.

Além disso, os homens na aristocracia convivem em condições desiguais que não podem ser alteradas. Há uma estrutura social hierarquizada que fixa essas condições e há barreiras para a mobilidade social dentro dessas estruturas. É uma imobilidade natural e cada

⁵⁹ GOURIAND (2005, p. 55).

⁶⁰ Na obra “*O antigo regime e a revolução*”, Tocqueville (2009) estabelece uma distinção entre aristocracia e nobreza, mas esta diferenciação não é essencial para a apresentação do conceito de aristocracia que se quer realizar nesta seção. A versão original utilizada para a leitura dessa obra foi a Tocqueville (2012).

⁶¹ Nota c em TOCQUEVILLE (1990b, p. 7, tradução nossa).

⁶² TOCQUEVILLE (2004, p. 132).

⁶³ GOURIAND (2005, p. 55). Vale citar a afirmação de Raymond Polin de que na obra “*O antigo regime e a revolução*” Tocqueville insiste em mostrar que “*dans les siècles aristocratiques, la noblesse assure la stabilité, la continuité, la solidarité dans la société, aussi bien dans la famille, inséparablem de la lignée de longue durée, que dans la société où chacun est lié par la chaîne des services et para la chaîne des obligations reciproques à un ensemble, à quelque chose qui est placé em dehors et au-dessus de lui. Si bien que chacun prend l’habitude de s’oublier soi-même et éventuellement de se sacrifier pour quelque chose que le dépasse*”. (POLIN, 1991, p. 55-56).

homem está, desde o nascimento, fixado a um determinado status social. Afirma Tocqueville que, na sociedade aristocrática, “cada homem está mais ou menos fixo em sua esfera; têm paixões, ideias, hábitos essencialmente diferentes. Nada entre eles se move, tudo se diferencia⁶⁴”. Não é possível a mudança dos homens entre as classes sociais e eles são diferentes na medida em que possuem identidades específicas relacionadas com o grupo a que pertencem.

O estado social democrático é o oposto do estado social aristocrático acima descrito, como visto na citação apresentada por Tocqueville nos seus rascunhos. A democracia é uma sociedade que exclui ou tende a excluir a sociedade aristocrática, pois se manifesta a partir de um processo de igualização. A democracia é, teoricamente, a não distinção entre classe e a não existência de direitos e privilégios de alguns. Parte-se do pressuposto de que todos são iguais e, por isso, devem possuir os mesmos direitos. A relação entre os homens não é, na sua origem, verticalizada e hierarquizada.

A democracia, para o pensamento tocquevilliano não é uma forma de governo ou um regime político, mas uma maneira geral e abstrata de designar um modo de viver junto, afirma Roberto Legros. Ela se revela pela relação que os homens estabelecem entre si e com o mundo. Na democracia, continua Legro, é a sociedade que se transforma e é a condição humana que se transforma⁶⁵. Há uma alteração da base social que se sustenta no estado democrático sobre uma concepção de igualdade a qual modifica a relação entre os homens e a relação do homem consigo.

Todos os homens têm os mesmos direitos e deveres e não possuem, a priori, relações de interdependências. Cada um pode viver isolado, dirigindo a sua vida conforme sua própria razão e vontade e isso gera consequências fundamentais para esta tese. A primeira se refere ao fato de que não há, na democracia, nenhum vínculo natural que une os homens. Pierre Gouriand afirma, nesse sentido, que os homens democráticos não são ligados organicamente

⁶⁴ TOCQUEVILLE (2004, p. 285).

⁶⁵ LEGROS (2008a, p. 7). Alain Finkielkraut defende no seu artigo “*Tocqueville e les emballements de la démocratie*” que a humanidade democrática, no pensamento tocquevilliano, é distinta da humanidade aristocrática (KINKIELKRAUT, 2008, p. 19). Isso decorre, afirma Roberto Legros, do fato do homem democrático não se perceber no mesmo mundo do homem aristocrático. Há diferentes quadros de compreensão de mundo entre eles (LEGROS, 2008b, p. 45). Pierre-Henri Tavaillot vai além e diz que, para Tocqueville, a democracia é primeiramente um regime antropológico que se destaca pelo conjunto de *moeurs* e regras inscritas na cultura humana (TAVOILLOT, 2008, p. 164). Nicolas Tenzer em “*Tocqueville, critique social de la modernité politique*”, também defende a democracia como algo que concerne a antropologia e a dimensão da condição humana (TENZER, 2008, p. 294). Sobre o tema ver também o artigo de Chaniel, “*Sauver l’honneur? Tocqueville, sociologue et critique de la démocratie (trop) ordinaire*”, de Philippe Chaniel (CHANIAL, 2008, p. 247-268). E ver a tese de doutoramento de Steve Chong Kim para quem a mudança de uma sociedade não democrática para uma sociedade democrática não se dá a partir da alteração das estruturas sociais, mas por meio de alteração nos valores culturais e nas crenças (KIM, 1993, p. 340-365).

entre si. Não há relação de dependência, nem uma obrigação do mais forte para com o mais fraco e vice-versa. Os homens estão isolados e não há direitos naturais e deveres de uns em relação aos outros. Exemplifica Gouriand que ninguém é obrigado a ajudar o seu vizinho ou a protegê-lo.

Decorre desse isolamento, a constituição de um individualismo, nos termos apresentados na seção 4, como uma tendência ou atitude do homem democrático em viver exclusivamente para si. Todas as ideias e os sentimentos de um homem são dirigidos para si próprios. E, juntos, o individualismo e o isolamento podem destruir a consciência coletiva e o agir em sociedade.

O processo de igualização que está na base da democracia pode ter como efeito negativo a destruição do sentimento de coletividade e impedir a manutenção da própria sociedade democrática⁶⁶. Há uma decomposição do corpo social gerada pela própria ordem social. Para esta tese, o que une os homens nesse contexto de isolamento e fragilidade de cada cidadão considerado separadamente é a categoria política do interesse, como se verá.

O homem da era aristocrática está organicamente inserido no corpo político, especialmente devido ao seu pertencimento a uma casta. O homem democrático precisa construir artificialmente formas de união do seu corpo político. E uma das grandes dificuldades desta construção está no fato de que essa união não é uma tendência natural do estado social.

O estado social democrático é marcado pela busca da satisfação do bem-estar privado e o agir na esfera pública deve ser produzido de alguma forma por esse próprio estado social. Não há como buscar fora da sociedade soluções para a sua organização⁶⁷, mas é preciso pensar em categorias políticas internas a ela que torne viável a construção e a manutenção da comunidade política.

Essa é uma das grandes dificuldades do estado social democrático. Ele deve construir uma estrutura social e política capaz de enfrentar a sua tendência natural de decomposição do corpo social. Tocqueville apresentará reflexões sobre como o estado social americano e como o estado social francês se estruturam para esse enfrentamento.

Em "*A democracia na América*"⁶⁸, observa-se o modelo social dos EUA. Trata-se de um estado social que se consolida sob a base da igualdade e que se move, como se verá nas

⁶⁶ Tocqueville apresenta uma crítica à democracia a partir de critérios internos. Não a critica demonstrando, por exemplo, que ela desenvolve valores aristocráticos. As suas reflexões referem-se às condições inerentes à própria sociedade.

⁶⁷ Nas seções 3 e 4 desta tese será esclarecida a hipótese de que a sociedade democrática não busca seus alicerces fora da sociedade.

⁶⁸ TOCQUEVILLE (2004; 2005).

seções 3 e 4, a partir da categoria política do interesse. É o interesse o princípio fundamental que torna possível a ação do homem em prol da sociedade, e ele é, simultaneamente, um produto dessa sociedade. O interesse é um resultado da estrutura social e política do estado social democrático e é a mola propulsora do agir conjunto, contribuindo com a preservação do corpo político. Ou seja, é um resultado e uma solução do próprio estado social.

O estado social francês apresentado em *Souvenirs*, e analisado na seção 5 desta tese, é um estado social democrático em processo de consolidação. O seu contexto histórico e social suscita a predominância da paixão como uma categoria produzida socialmente e que dá ao homem o sentimento de pertencimento às ideias, aos costumes e às estruturas políticas.

O importante nesta seção é compreender que a democracia, diferente da aristocracia, deve construir formas artificiais de união do corpo político. E, esta tese, aposta nas categorias do interesse e da paixão como construções realizadas pela sociedade para a manutenção da própria sociedade.

Outro ponto que se deve ressaltar sobre a definição de democracia e sobre a sua constituição é a questão da igualdade e a conseqüente semelhança entre os homens que possibilitam a compressão de um gênero humano composto por pessoas com características comuns. Ou seja, abre-se a possibilidade de se pensar que há homens com interesses particulares semelhantes e disso resulta a possibilidade de construção de interesses comuns, nos termos apresentados na seção 3 desta tese. Na aristocracia, ao contrário, em que as condições são desiguais, apenas os mais próximos interessam. Não há a noção do todo, mas apenas a consideração da sociedade em classes.

As semelhanças na democracia, entretanto, são permanentemente quebradas diante da possível mobilidade social. Diz Tocqueville que:

[...] nas aristocracias, os homens são separados uns dos outros por elevadas e imóveis barreiras; nas democracias, são divididos por uma multidão de pequenos fios quase invisíveis, que se quebram a cada instante e que são mudados sem cessar de lugar⁶⁹.

Na aristocracia, o homem pertence a um determinado grupo e não há condições de mudanças sociais. No entanto a democracia tem como pressuposto a igualdade dos homens, significando que todos podem ocupar os mesmos status sociais, todos podem adquirir as mesmas riquezas e propriedades e todos podem ocupar espaços de poder.

Como afirma o filósofo Alain Finkielkraut, para Tocqueville a democracia é um processo, um movimento dinâmico e torrencial⁷⁰. No estado social democrático, as barreiras são fios que podem ser quebrados permanentemente. Os ricos podem ficar pobres e os pobres podem ficar ricos; pode haver acúmulo ou perda de propriedades, e o espaço entre governantes e governados pode ser constantemente alternado.

A mobilidade social gera a possibilidade de constantes mudanças e torna a democracia uma sociedade aberta. Ao contrário da aristocracia em que se defende a conservação das hierarquias sociais, refletindo a manutenção dos privilégios e das riquezas nas mãos de um pequeno grupo, a democracia convive com uma grande agitação derivada da inquietude do espírito dos seus homens⁷¹ que buscam incessantemente alterar o seu status social. Isso decorre do fato de a igualdade de condições, na democracia, acomodar-se em meio a múltiplas desigualdades, como bem analisa Claude Lefort⁷².

A realidade fática da sociedade é desigual, ainda que o espírito da igualdade esteja enraizado no coração dos cidadãos. Os homens democráticos reconhecem-se como teoricamente iguais, ainda que haja diferenças importantes entre eles⁷³. Isso resulta numa busca constante para redução das diferenças reais ou, dizendo de outra maneira, numa busca pela igualização das condições entre os homens.

⁶⁹ TOCQUEVILLE (2004, p. 268-269). No mesmo sentido, afirma Alain Finkielkraut, que o que se destaca na democracia não são as diferenças visíveis, mas a invisibilidade das identidades ou a similitude abstrata. Onde há desigualdade, a democracia vê igualdade. “*Égalité imaginaire, donc*” (KINKIELKRAUT, 2008, p. 13).

⁷⁰ KINKIELKRAUT (2008, p. 25). Ver também Furet (2005).

⁷¹ A inquietude e a mobilidade social destacam-se como característica da democracia, pois, conforme diz Philippe Bénétou, muda a relação entre os homens (BÉNÉTON, 1991, p. 85). Ver sobre essa temática Riviale (1997).

⁷² LEFORT (1987, p. 222). Para compreender melhor a análise de Claude Lefort em relação à ideia de igualdade, liberdade e democracia no pensamento tocquevilliano, ver Lefort (1987; 1991; 1997).

⁷³ Por isso, Jean-Claude Lambertti afirma que as desigualdades são inevitáveis e universais, mas elas podem ser distribuídas de maneira diferente segundo a forma de sociedade. Para ela, há elementos aristocráticos em todas as sociedades democráticas, que são elementos referentes à desigualdade fática (LAMBERTTI, 1983, p. 42).

Marcelo Jasmin afirma que a democracia pode ser concebida como “um estado social que comporta um movimento permanente em busca de mais igualdade⁷⁴”. É uma ordem social que vivencia um processo dinâmico, especialmente porque um dos sentidos da igualdade para o pensamento tocquevilliano é o de mobilidade social. A igualdade instiga o homem democrático numa busca contínua, especialmente em relação à satisfação de seus desejos e do gozo dos bens materiais, e isso é um processo incessante.

A primeira causa dessa busca refere-se ao fato de o homem democrático estar inserido, como vimos, numa ordem social cujo fato gerador é a igualdade que ele denomina como igualdade de condições. Para Oliver Meuwly, a igualdade de condições tocquevilliana implica a igualdade diante da lei, igualdade de chances devido à possibilidade de mobilidade social e à igualdade de consideração e respeito de um homem para com outro⁷⁵. É uma forma de nivelamento social entre os homens em vários âmbitos.

Sobre esse ponto, afirma Norbert Lenoir que Tocqueville inverte a lógica tradicional da definição de igualdade ao apresentar a igualdade democrática como uma igualdade social que se reflete na aplicação de uma igualdade natural abstrata⁷⁶. Essa igualdade natural, continua Lenoir, é uma consequência da igualdade social que se constrói a partir da ideia da ausência de hierarquia social fundada em diferenças naturais. Ou seja, a igualdade tocquevilliana é um princípio abstrato que orienta a esfera política e social a fim de alterar as estruturas das relações humanas.

Na introdução do *Livro I* de “*A democracia na América*”, Tocqueville afirma que essa igualdade é “o fato gerador de que cada fato particular parecia decorrer⁷⁷”. Ela é o alicerce das leis, das decisões governamentais, dos costumes, dos hábitos particulares, etc. Mas, na advertência que abre o *Livro II* de “*A democracia na América*”, Tocqueville alerta que, apesar de atribuir inúmeros efeitos à igualdade, ela não é a única causa de tudo. Há causas importantes para a consolidação do estado social democrático e ele cita⁷⁸ que há, nos EUA, como causas diversas, a origem dos seus habitantes, a religião dos primeiros fundadores e a natureza do país.

O foco de Tocqueville, entretanto, é observar a igualdade como o fato singular da democracia, como a causa principal das inclinações e ideias do estado social. Ele quer

⁷⁴ JASMIN (2005, p. 49).

⁷⁵ MEUWLY (2002, p. 140).

⁷⁶ LENOIR (2013, p. 94).

⁷⁷ TOCQUEVILLE (1990a, p. 3). Claude Lefort afirma que poucos autores tiveram o sentimento de descoberta de um objeto de sua reflexão, como teve Tocqueville em face do tema da igualdade de condições (LEFORT, 1987, p. 217).

⁷⁸ TOCQUEVILLE (1990b, p. 8).

compreender como e em que proporção a igualdade modifica esse estado social. Nesta tese, como se verá, será apresentada a concepção de igualdade no âmbito social e político, considerando a sua extensão sobre a inteligência, sobre as relações que se estabelecem entre os homens, sobre a relação que o homem estabelece consigo e sobre a sua influência nos costumes.

Simone Goyard-Fabre contribui para a compreensão dos diversos aspectos da igualdade na democracia toquevilliana ao categorizá-la⁷⁹. Ela afirma que a igualdade pode primeiro ser considerada, no seu aspecto negativo, como abolição dos traços de feudalidade, da tradição nobiliária e dos privilégios. Ou seja, como supressão de hierarquias e diferenças entre classes. Ou como, em um sentido positivo, a construção e a modificação da ordem social. E, nesse sentido, a igualdade é um fato que influencia ideias, sentimentos e costumes, alterando-os e construindo bases diferentes de relacionamento entre eles. E a origem dessas alterações está na própria sociedade.

Para esta tese, a principal alteração produzida pela igualdade no estado social democrático é a formação dos vínculos políticos e sociais baseados no interesse. A democracia é o novo estado social da modernidade e ela constitui uma nova forma de relacionamento entre os novos homens. Esses homens possuem novos desejos e novas necessidades que devem ser satisfeitos por uma nova estrutura social e política.

São homens que se compreendem como semelhantes e não se limitam pelas estruturas sociais hierárquicas. As novas estruturas criadas pelo corpo político visam dar conta dessa igualdade entre eles. E o que, de fato, mantêm essas estruturas são as ações de homens que se diferenciam dos homens da era aristocrática por que sua forma de pensar, sentir e agir baseia-se em interesses.

O homem democrático justifica a sua ação a partir dos seus interesses, como será apresentado na seção 2 desta tese. Ele age compreendendo os seus interesses e entende que para satisfazê-los é imprescindível a manutenção do estado social democrático. Este homem possui o interesse como móvel da ação no âmbito privado e no âmbito social e político.

Compreender o sentido da igualdade em Tocqueville é um pressuposto para a compreensão da constituição moral do homem democrático que é, para esta tese, um homem de interesses. Eles podem ser homens de interesse por serem iguais e por não se moverem apenas em prol do interesse da classe a que pertencem. Há um nivelamento social realizado pela igualdade que reflete na possibilidade de construção de estruturas que possam satisfazer os interesses individuais. Esses argumentos parecem refletir na concepção de que a igualdade

⁷⁹ GOYARD-FABRE (1991, p. 29-30).

é o alicerce do estado social democrático, é a sua essência, mas é o interesse o princípio operacional para a manutenção e funcionamento desse estado.

Considerando o critério negativo e o positivo apresentado por Simone Goyard-Fabre em relação à conceituação da igualdade, para esta tese, cabe esclarecer as observações tocquevilliana sobre esse tema expostas no célebre capítulo um da segunda parte do *Livro II* de “*A democracia na América*” denominado “Por que os povos democráticos mostram um amor mais ardente e mais duradouro pela igualdade do que pela liberdade”. Tocqueville introduz este capítulo dizendo que “a primeira e a mais viva das paixões que a igualdade das condições faz nascer, não preciso dizer, é o amor por essa igualdade mesma”⁸⁰. E, na nota dos rascunhos que abre o capítulo, afirma que essa igualdade sugere ao homem o sentimento de que não deve haver homens acima ou abaixo dele⁸¹. Pode-se depreender que a primeira paixão do homem democrático é pela ideia da igualdade que significa o nivelamento dos homens no âmbito social e político de maneira que não haja nenhuma relação hierarquizada entre eles.

Esse é, como visto nesta seção, o pressuposto da diferenciação entre a concepção de sociedade aristocrática e sociedade democrática e é a premissa inicial para se pensar sobre as vantagens e as desvantagens da igualdade. O primeiro ponto para se pensar refere-se à afirmação tocquevilliana de que o homem democrático tem amor pela igualdade. Para Simone Goyard-Fabre, a paixão pela igualdade é um motor poderoso da democracia e se traduz de forma simples como “um homem é um homem, como todo outro homem”⁸². É um axioma da igualdade a indiferenciação e a comutatividade aritmética, diz ela, que estabelece que um indivíduo é um indivíduo igual a outro indivíduo. A partir desse axioma originam-se todos os seus pensamentos e ideias dos homens democráticos que se apegam à igualdade, considerando-a o maior bem da sociedade.

Destaca-se disso o fato de que os homens democráticos preferem a igualdade à liberdade. “Suportarão a pobreza, a submissão, a barbárie, mas não suportarão a aristocracia”⁸³, diz Tocqueville. Para esses homens a desigualdade é intolerável. Eles querem a igualdade e a liberdade, mas, se não for possível obter a liberdade, contentam-se com a igualdade na escravidão. Há um gosto pela liberdade, mas uma paixão ardente pela igualdade.

A igualdade proporciona, cotidianamente, a satisfação de pequenos prazeres. Afirma Tocqueville que basta viver para desfrutar de cada um dos incidentes da vida privada que

⁸⁰ TOCQUEVILLE (2004, p. 113).

⁸¹ Nota c em TOCQUEVILLE (1990b, p. 93).

⁸² GOYARD-FABRE (1991, p. 35-36).

⁸³ TOCQUEVILLE (2004, p. 117). Para mais reflexões sobre a temática da igualdade tocquevilliana, ver Hereth (1986).

decorrem do processo de igualização⁸⁴. Os homens, por serem semelhantes, podem adquirir riqueza, buscar conforto, acumular fortunas e beneficiar-se de direitos que são normatizados de maneira igual para todos. Percebe-se no presente as suas vantagens.

Os males da igualdade, apresentados nesta tese, especialmente decorrentes do individualismo e do isolamento social, não se manifestam de forma tão imediata. A extrema igualdade pode, por exemplo, estabelecer ao longo do tempo um estado de apatia em que os homens não se interessam pelo espaço público e pela administração dos negócios políticos. A consequência mais severa desse processo é o estabelecimento de um estado social que, apesar de democrático, é despótico.

A apatia, o isolamento e o individualismo que decorrem da extrema igualdade gera a ausência de vínculos comuns capazes de unir os homens. Cada homem pensando apenas em si não busca refletir sobre os direitos e as necessidades de seus semelhantes. E essa indiferença é, para Tocqueville, uma virtude política para o despotismo. Diz ele que “os vícios que o despotismo faz nascer são precisamente os que a igualdade favorece⁸⁵”. Trata-se de duas coisas que se complementam.

No despotismo, o bom cidadão é aquele que se encerra em si. Vive separado e sem vínculos com outros homens. Ele vive ordinariamente as suas necessidades privadas, buscando fortuna e bem-estar material. A sociedade, para ele, resume-se à manutenção da ordem e da segurança de forma que seja possível conservar as suas riquezas e o seu conforto.

Nos últimos capítulos da quarta parte do *Livro II*, Tocqueville constrói o argumento de que os cidadãos isolados precisam de um poder central, sob pena de desordem. Esse amor à ordem parece abrir o caminho para o poder absoluto, um poder central, imenso e tutelar que se torna a melhor solução para a manutenção da organização social democrática. Por esta via, na democracia o cidadão ama e deposita sua confiança no poder central, ficando suscetível ao despotismo e à tirania.

Mas, para Tocqueville, a democracia pode ter um resultado oposto ao do despotismo que é o regime de liberdade. A liberdade se manifestou em diferentes tempos e formas de sociedade e não é, segundo o filósofo, algo específico de um estado social⁸⁶. A liberdade não é, portanto, um elemento singular da democracia.

As vantagens da liberdade não são sentidas de maneira imediata no cotidiano do homem, como a igualdade. “Os bens que a liberdade proporciona só se revelam a longo prazo,

⁸⁴ TOCQUEVILLE (1990b, p. 95).

⁸⁵ TOCQUEVILLE (2004, p. 125).

⁸⁶ TOCQUEVILLE (1990b, p. 93).

e é sempre fácil desconhecer a causa que os faz nascer⁸⁷”. Eles proporcionam prazeres a alguns cidadãos e em determinados períodos. Verifica-se, por exemplo, a vantagem de determinado número de pessoas em participarem de um processo deliberativo que resulta na solução para um determinado problema em sua rua.

Os males que o excesso de liberdade traz se apresenta de forma imediata aos olhos dos homens democráticos, ao contrário das desvantagens do excesso de igualdade que se faz sentir ao longo do tempo. A sua principal desvantagem é ser um obstáculo à tranquilidade pública. O exercício da liberdade produz agitações e o seu excesso pode gerar um estado social permanentemente febril, no qual a estabilidade e a conservação das instituições estariam comprometidas.

Mas, para Tocqueville, há um gosto natural dos homens democráticos pela liberdade⁸⁸. Ele parece justificar essa afirmação a partir de dois pontos principais: primeiro, por que da liberdade decorre a associação livre dos cidadãos capaz de suprimir a ausência de poderes intermediários na sociedade; e, segundo, por que a liberdade é útil para o processo de produção de riqueza e isso é um ponto focal para o homem democrático. É preciso esclarecer melhor cada uma dessas hipóteses toquevilliana.

Na introdução do *Livro I*, Tocqueville apresenta o argumento de que o povo democrático, compreendendo seus interesses⁸⁹, une-se de forma associativa para satisfazê-los⁹⁰. Trata-se de uma forma de aproveitar as vantagens da liberdade na sociedade. Essas associações poderiam ser políticas, como a formação de assembleias que debatem as demandas da esfera pública, ou associações civis que buscam a defesa de interesses privados.

As associações na democracia, para Tocqueville, “podem substituir então o poder individual dos nobres e o Estado estaria ao abrigo da tirania e do arbítrio”⁹¹. Os nobres representam no pensamento do autor um poder intermediário que se estabelece entre o monarca e seus súditos. A função da nobreza na aristocracia é administrar as demandas do rei e proteger os súditos, como os pastores protegem o seu rebanho. Os nobres não consideravam os súditos como seus iguais, mas velavam pelos seus destinos e isso resultava numa certa proteção dos governados em relação às demandas tirânicas do monarca.

Na democracia não há essa classe intermediária e os governados estão mais suscetíveis à arbitrariedade dos que possuem o poder de mando. Entretanto, a liberdade

⁸⁷ TOCQUEVILLE (2004, p. 115).

⁸⁸ TOCQUEVILLE (1990b, p. 96).

⁸⁹ A ciência dos interesses dos homens para fins de associação e os seus resultados serão apresentados ao longo desta tese.

⁹⁰ TOCQUEVILLE (1990a, p. 11).

⁹¹ TOCQUEVILLE (2005, p. 14).

democrática permite instituir associações que podem mediar essa relação de governantes e governados. Para esta tese é importante compreender o que Tocqueville estabelece como associação política, pois é essencial apreender a sua concepção de liberdade política.

Especialmente no *Livro I* de “*A democracia na América*”, o filósofo apresentará a liberdade que ele denomina como liberdade comunal ou liberdade provincial. Trata-se da liberdade política que se estabelece no interior das comunas⁹², forma de associação política apresentada na seção 3 desta tese. A comuna é o espaço de decisão e execução das demandas dos governados e é o espaço de debate sobre as demandas do poder nacional. É uma associação política estruturada de forma a permitir a mediação entre as questões gerais do estado e as locais. Ela parece refletir a intermediação necessária realizada pelos nobres nas sociedades aristocráticas e, ainda, estimula o gosto e a aprendizagem da liberdade, como se verá.

As comunas eram nos EUA, em 1831, associações de pessoas que se constituíam como comunidades políticas. Elas derivavam das colônias inglesas e contavam, desde a sua origem, com o desenvolvimento da liberdade, “não a liberdade aristocrática de sua mãe-pátria, mas a liberdade burguesa e democrática de que a história do mundo ainda não apresentava um modelo completo⁹³”. Essa citação é relevante para compreender a ideia de liberdade em Tocqueville, a partir da dicotomia estabelecida entre liberdade aristocrática e liberdade democrática⁹⁴. Helena Esser dos Reis propôs, no capítulo dois da sua tese de doutoramento, reunir elementos que contribuíssem para a compreensão desta ideia e, para esta seção, cabe apresentar alguns dos elementos os quais auxiliará na apreensão desta tese. Os principais referem-se ao fato de sua concepção de liberdade reunir “sempre a independência individual – entendida como a capacidade de cada um pensar e agir de acordo com si mesmo – e a participação, ou seja, o envolvimento direto dos cidadãos nas decisões e ações relativas à sua comunidade⁹⁵”. A liberdade se forma pela união entre a independência e participação.

Partindo novamente da dicotomia entre aristocracia e democracia, Tocqueville defende a existência de duas formas dessa liberdade. Para cada um desses estados sociais há uma forma de liberdade. A liberdade aristocrática, continua Helena Esser, baseia-se no

⁹² Raymond Polin afirma que as comunas são sociedades transformadas em associações livres de cidadãos racionais (POLIN, 1991, p. 49).

⁹³ TOCQUEVILLE (2005, p. 39).

⁹⁴ Não é possível afirmar que Tocqueville leu Benjamin Constant, mas certamente ele teve contato com suas ideias, pois elas circulavam no ambiente intelectual em que Tocqueville estava inserido. Constant, separa a liberdade dos antigos e a liberdade dos modernos. Lamberti crê que Tocqueville faz uma releitura dessa separação para a construção do seu conceito de liberdade (LAMBERTI, 1983, p. 75).

⁹⁵ ESSER DOS REIS (2002, p. 20).

princípio da hierarquia, sendo o privilégio de determinada classe⁹⁶. E se manifesta como independência dos nobres pensarem e agirem a partir da autodeterminação de suas vontades. Não havia uma relação de servidão na aristocracia, os nobres obedeciam ao rei por compreenderem a legitimidade do seu poder e não por coação ou medo. E parece que disso decorria certa liberdade individual dos membros das classes altas.

A liberdade da sociedade democrática também se relaciona com o tema da independência. Mas uma independência que reflete o princípio da igualdade aplicado à razão. Cada um pode agir conforme a sua própria razão, pois todo homem é senhor de si. Em face da igualdade entre os homens, não há relação entre eles de influência ou dependência. Helena Esser dos Reis afirma que “na sociedade aristocrática, a liberdade é um privilégio de alguns; na democracia, é, antes, um direito comum a todos os indivíduos⁹⁷”. A liberdade como independência existe nas duas formas de sociedade, mas se expressa de maneira diferente.

A liberdade democrática também tem como elemento fundamental a inter-relação que se dá entre os cidadãos por meio da participação. Como apresentada de forma minuciosa no item 2.2 desta tese, ela refere-se à liberdade de participação dos negócios públicos⁹⁸. É uma participação direta que se dá a partir do exercício de funções públicas realizadas de forma obrigatória por todos os cidadãos. Os processos políticos são compartilhados por todos, que têm direitos e deveres para com as deliberações públicas.

O exercício da liberdade política produz no homem democrático o espírito de liberdade, e do qual decorre, diz Tocqueville nos seus rascunhos, “o espírito do homem livre o inclina, de um lado, ao comércio, ao útil⁹⁹”. O homem livre busca novas formas de produção que lhe permitam aumentar as suas riquezas, o que é útil numa sociedade democrática caracterizada como uma sociedade industrial e comercial. Essa afirmação será melhor esclarecida na seção 4 desta tese, mas é importante compreender que no pensamento tocquevilliano a liberdade democrática é compreendida também a partir do princípio da utilidade.

Esses dois aspectos importantes da liberdade no estado social democrático – permitir a instituição de associações e contribuir para o desenvolvimento comercial e industrial – são apenas algumas das questões que podem ser consideradas a partir do pensamento

⁹⁶ ESSER DOS REIS (2002, p. 26).

⁹⁷ ESSER DOS REIS (2002, p. 27).

⁹⁸ Marx Reinhardt afirma que a liberdade democrática de Tocqueville conjuga, por isso, a liberdade privada e a liberdade política. Diz ele que “*Tocqueville’s commitment to individuality and spaces free from interferences is joined and advanced by a commitment to spaces for common action, to broad participation in public affairs*” (REINHARDT, 1997, p. 31).

⁹⁹ TOCQUEVILLE (1990b, p. 44).

tocquevilliano. E, a partir deles, é possível compreender a hipótese de que na democracia é possível construir interesses que sirvam como elo entre os homens.

A liberdade de que trata Tocqueville garante a preservação da vida ativa e da participação direta do povo nos negócios públicos. Trata-se de uma autoadministração da comuna que reflete na possibilidade de participação dos indivíduos na construção do interesse comunal. Esse interesse comunal, que será visto no item 2.2 desta tese, é uma chave central para afastar o individualismo e o isolamento social a partir da construção de estruturas que permitam a satisfação de necessidades comuns. A liberdade política da comuna fortalece o desejo de união em busca da construção de um interesse comum, em busca de condições materiais e morais importantes para a realização da vida coletiva.

Além disso, a liberdade política é, no pensamento tocquevilliano, essencial para a construção do interesse bem compreendido, apresentado na seção 4 desta tese. A liberdade é posta como uma possível solução contra os riscos da democracia. Ele desenvolve o argumento de que é preciso impor ao homem a sua participação nos negócios públicos para que perceba a importância e a necessidade de agir junto com os seus semelhantes.

Por meio da participação, o homem democrático visualiza a importância do agir comum para a satisfação das suas necessidades, interesses e desejos. Para Tocqueville, apesar dos sentimentos que separam os homens democráticos, há possibilidade de construção do gosto pelo interesse comum. O produto desse interesse comum une-se, na democracia apresentada por Tocqueville, ao interesse particular de maneira que seja possível discernir cada um deles, mas que também seja possível que eles andem juntos. Essa união é o que ele denominará como interesse bem compreendido, doutrina que ele desenvolve para contrapor ao sentimento do homem democrático em se concentrar naturalmente em si e nos seus interesses particulares.

Os dois aspectos da liberdade permitem também compreender que numa democracia ideal é preciso conjugar a paixão pela igualdade com o gosto pela liberdade a fim de se evitar a instalação de um regime despótico. A forma mais completa que a igualdade pode adquirir e a forma consolidada de um estado social democrático decorre da efetividade da afirmação tocquevilliana de que na democracia...

[...] como nenhum homem difere então de seus semelhantes, ninguém poderá exercer um poder tirânico; os homens serão perfeitamente livres, porque serão todos inteiramente iguais; e serão todos perfeitamente iguais porque serão inteiramente livres. É para esse ideal que tendem os povos democráticos¹⁰⁰.

A democracia se completa com a harmonia entre a igualdade que lhe constitui como elemento fundador e a liberdade que deve conquistada¹⁰¹.

Por fim, é importante ressaltar que no artigo “*Da igualdade à liberdade*”, Claude Lefort analisa criticamente o capítulo dois da segunda parte do *Livro II* de “*A democracia na América*”, aqui citado, e apresenta diversas contradições do pensamento tocquevilliano. A contradição que merece maior destaque refere-se à argumentação tocquevilliana que conclui que a igualdade parece ser um efeito de um determinismo histórico, e a liberdade seria um produto da arte. Para Lefort, considerando a interpretação de Tocqueville sobre o tema da igualdade, ela também é algo a ser conquistado. Diz ele que:

[...] o processo de igualização não é o de uma simples des-diferenciação, é o processo de destruição de posições que ocupam os cidadãos que dominam na sociedade, que detêm poderio, honras e riquezas. Nesse sentido, não se poderia dizer que a igualdade está impressa na vida social. Assim como a liberdade, também a igualdade se mostra conquistada e se define como um bem¹⁰².

Para Lefort, a democracia tocquevilliana se consolida pela harmonia entre igualdade e liberdade, sendo ambas conquistadas e não dadas naturalmente.

Essa questão lefortiana traz uma importante reflexão e permite a finalização desta seção reforçando as reflexões de Tocqueville sobre a sua concepção de igualdade. Não há dúvidas de que a plena igualdade deve ser conquistada e a democracia, proposta por Tocqueville, é um processo aberto a essa busca. O filósofo não nega que a igualdade, como a liberdade, deve ser permanente conquistada. Mas não há uma hierarquia natural que precise ser desconstruída e

¹⁰⁰ TOCQUEVILLE (2004, p. 113).

¹⁰¹ Para Jean-Claude Lamberti, o bom equilíbrio e harmonia entre a igualdade e liberdade passa pelo controle do individualismo democrático. No artigo denominado “*La liberté et les illusions individualistes selon Tocqueville*”, ele afirma que o individualismo é uma decorrência da igualdade constitutiva da democracia. Ocorre que há um erro dos homens democráticos que consideram que podem usufruir dos seus direitos que refletem na independência individual sem que cumpram os deveres seus deveres de cidadãos. Isso é, para ele, a primeira ilusão do individualismo. A sociedade democrática no pensamento tocquevilliano, continua Lamberti, deve se manter em face da compatibilidade entre o individualismo com a liberdade, como é possível verificar do exemplo americano. Parece ser indispensável evitar a ilusão de autossuficiência dos indivíduos para fins de manutenção do corpo político (LAMBERTI, 1986/87, p. 158-162).

¹⁰² LEFORT (1987, p. 232). Isso decorre do fato de que, afirma Marx Reinhardt, a liberdade na democracia não é um status, mas uma atividade. Ela deve ser aprendida como uma arte. Ser livre pressupõe prática (REINHARDT, 1997, p. 30).

sim hierarquias que se estabeleçam de forma provisória como consequência das diferenciações sociais. Conforme afirma Norbert Lenoir,...

[...] as diferenças entre os homens são consideradas como acidentes, pois elas são a expressão, não de uma superioridade natural de certos indivíduos, mas da multiplicidade das funções existentes numa determinada sociedade¹⁰³.

A posição social do homem não é uma expressão natural da sociedade, mas é determinada de forma transitória e ela pode ser constantemente alterada.

Pois bem. O objetivo desta seção foi apresentar os conceitos de estado social, aristocracia, democracia, igualdade e liberdade como conceitos complexos e que não possuem apenas uma interpretação possível. As conceituações filosóficas de Tocqueville e a forma como elas se relacionam no seu pensamento foram apresentadas a partir de uma significação possível e viável para que o leitor apreenda as questões e hipóteses levantadas nesta pesquisa sobre o tema do interesse e da paixão como categorias políticas que influem e dirigem o estado social democrático em vários dos seus níveis de consolidação.

É importante observar que a sistemática conceitual tocquevilliana apresentada demonstra a originalidade do autor que reformula conceitos clássicos da filosofia política. Primeiro, por que a base do seu pensamento está na concepção de estado social. Ele reflete sobre a estrutura dos estados sociais democráticos, comparando-os com o estado social aristocrático.

Há duas consequências em relação a esse ponto. A primeira está na sua defesa da democracia como algo que era inevitável no início do século XIX. Hoje, a democracia aparece como uma organização natural de uma sociedade, mas não era essa a realidade da época. Tocqueville construiu argumentos sólidos, especialmente a partir da descrição da experiência americana, para demonstrar a marcha inevitável dos estados sociais para a democracia.

Como visto nesta seção, ele apresenta hipóteses sobre as mudanças sociais concretas que comprovam a mudança da aristocracia para a democracia. Os sinais dessa mudança estão presentes no estado social e não no âmbito do governo. A sua proposta é que a esfera política deverá se construir e se pensar a partir das alterações da esfera social que já estavam sendo realizadas.

¹⁰³ LENOIR (2013, p. 95, tradução nossa).

O segundo resultado de suas reflexões sobre o estado social refere-se ao fato de Tocqueville tangenciar o debate clássico sobre o termo democracia, pois não está preocupado em pensá-la como forma de governo ou como um regime político. Baseando-se no discurso da filosofia clássica, transmitida pela tradição aristotélica sobre as três formas de governo, a democracia era pensada inicialmente como governo do povo. Era uma forma de organização da política em que os cidadãos que possuíam direitos políticos participavam das deliberações e decisões tomadas na esfera pública. Portanto distinguia-se do governo de um só (monarquia) e o governo de poucos (oligarquia).

Da Antiguidade à modernidade, o conceito sofreu diversas transformações de acordo com os diferentes contextos nos quais ele esteve inserido. Não cabe aqui descrever a semântica do termo neste período, mas é relevante destacar que no início do século XIX, período de reflexão e escrita de Tocqueville, as discussões sobre a democracia se desenvolveram principalmente a partir do enfrentamento sobre a doutrina política do liberalismo.

Tocqueville insere-se nessa discussão e tem, repita-se, como pressuposto de suas teorias o pensar a democracia como um estado social e não como uma forma de governo e um regime político. Isso já é um ponto de destaque do seu pensamento em relação a outros pensadores da democracia na modernidade.

No início do século XIX, democracia e liberalismo pareciam se interligar e eram apresentados como um modelo racional único de ordem social capaz de preservar a livre existência do ser humano. A democracia caracterizava-se como um regime político que visava à garantia de direitos individuais, incluindo os direitos políticos de participação. A democracia moderna parece, nesse debate, repousar-se numa concepção individualista de sociedade e ser um espaço em que é possível garantir liberdade e direito.

Essa concepção de democracia tem como pressuposto uma identificação entre a sociedade e o Estado liberal que estava se construindo¹⁰⁴. Trata-se de um pressuposto, como já visto, diferente do encontrado no pensamento tocquevilliano. Tocqueville, como se verá, partindo da observação da estrutura do estado social percebe a sociedade e a sua constituição individualista, mas suas reflexões vão em outra direção.

Alexis de Tocqueville não nega a importância da liberdade para a construção e manutenção da democracia, mas considera que a essência da democracia é a igualdade. Trata-

¹⁰⁴ Contemporaneamente à Tocqueville e com uma concepção liberal de estado, tem-se o famoso discurso de Benjamin Constant sobre “*A liberdade dos antigos e dos modernos*”. Não há nenhuma prova concreta da leitura desse discurso por Tocqueville, mas certamente ele teve contato com as suas teorias e linguagem, pois elas circulavam nos debates políticos e intelectuais da época.

se de uma construção original sobre a natureza da democracia. A liberdade é posta como um remédio para os riscos do estado social democrático, mas não como algo que lhe é natural. O regime político da liberdade é uma das possibilidades da democracia. Tocqueville não interliga esses dois conceitos como conceitos que são necessariamente correlatos. E, para ele, a democracia tende mais ao despotismo e à servidão do que à liberdade.

Tocqueville permite ao leitor pensar sobre a forma de sociedade democrática moderna, apresentando análises e críticas a partir de um debate interno à própria democracia. Ele observa os elementos constitutivo da democracia sem vinculá-los a um regime político específico. Descrevendo a democracia moderna, ele investiga pontos centrais que derivam da prática social da democrática.

Ao observar os fenômenos sociais que vivência, Tocqueville oferece uma sistemática conceitual que apresenta um quadro das causalidades sociais da modernidade. Descreve-se a complexidade da sociedade moderna a partir de concepções que ora são causas do fenômeno, ora são efeitos e se entrelaçam. A igualdade de condições, por exemplo, é o resultado de um processo histórico que dirige a sociedade para a democracia e é, como visto, a causa de diversos fenômenos como o individualismo e o isolamento social.

Nesse quadro de causalidade sociais, verifica-se o tema do interesse e da paixão como categorias centrais da política. Tocqueville é um autor fundamental para se pensar essa temática na democracia moderna, pois ele aborda esses temas como questões principiológicas do estado social democrático. A partir da reformulação dos conceitos trabalhados nesta seção e da relação que estabelece entre a prática e as ideias, Tocqueville tornar-se um autor fundamental para se pensar os vínculos entre os homens modernos e entre eles e a democracia moderna. E é esta a aposta desta tese.

3 O INTERESSE COMO PRINCÍPIO DA DEMOCRACIA

*Je n'ai pas dit tout ce que j'ai dit tout ce que je croyais en même temps vrai et utile à faire connaître, et sans vouloir écrire un traité sur l'Amérique, je n'ai songé que'à aider mès concitoyens à résoudre une question qui doit nous intéresser plus vivement*¹⁰⁵.

Na democracia, como visto na seção anterior, o homem busca o seu bem-estar material e a satisfação das necessidades de sua vida privada. Ocupado em adquirir a própria fortuna, não dispõe de tempo nem energia para participar da vida política. Entretanto, esse homem não vive sozinho, mas em uma sociedade na qual, afirma Alexis de Tocqueville, os interesses unem os homens¹⁰⁶.

Em “*A democracia na América – Livro I*”, Tocqueville desenvolve uma concepção original: a de que a grande novidade da democracia era a igualdade de condições. Essa igualdade não impede que existam ricos e pobres, mas dá aos homens a ideia de que são semelhantes e que podem possuir as mesmas coisas materiais. A tendência dessa sociedade fundada na igualdade de condições é, como visto na seção 2, ser composta por homens que vivem isolados, independentes uns dos outros, preocupados apenas com seu espaço privado e com o acúmulo de sua fortuna.

Entretanto, Tocqueville apresenta em “*A democracia na América – Livro I*” um modelo de sociedade democrática na qual não há essa desarticulação do corpo social: o estado social democrático norte-americano¹⁰⁷. A partir desse modelo, que será analisado nesta seção, diz Tocqueville: “o que serve de laço entre os elementos diversos? O que faz de tudo aquilo um povo? O interesse é o segredo”¹⁰⁸. Os homens, na democracia americana, não vivem separados, pois há algo que os unem.

Ao observar os EUA, Tocqueville compreende que a composição dos homens para a formação de um corpo político se deve à formação de um vínculo político baseado no interesse. O interesse impulsiona o homem a participar da vida política e a agir no espaço público. Por manter ativo o espaço público, o interesse se torna uma categoria política

¹⁰⁵ TOCQUEVILLE (1990a, p. 3).

¹⁰⁶ TOCQUEVILLE (2005, p. 310).

¹⁰⁷ O autor, em “*A democracia na América – Livro I*”, descreve e analisa as instituições políticas em funcionamento na democracia norte-americana. Para Seymour Drescher, há em “*A democracia na América – Livro I*” um quadro de observações pessoais sobre as atividades econômicas e políticas, mobilidade pessoal e crenças religiosas na América. Ela afirma que são impressões importantes para comparar a vida em diversas culturas (DRESCHER, 2007). O texto de Tocqueville traz, contudo, teses importantes para o pensamento político, e vai além de um mero quadro de observações e impressões pessoais.

¹⁰⁸ TOCQUEVILLE (1864, p. 29).

fundamental para o funcionamento e a conservação de uma sociedade democrática, como veremos.

Mas o que é o interesse na concepção de Alexis de Tocqueville? O autor não define o termo de forma clara e explícita em nenhuma de suas obras. Nesta seção, pretende-se delimitar o termo “interesse” a partir da leitura de “*A democracia na América – Livro I*”, a fim de lançar as bases para compreender como esse conceito pode ser considerado um princípio operacional de uma democracia.

Uma análise minuciosa de “*A democracia na América – Livro I*” permite inferir algumas definições implícitas, pois em vários trechos o autor se refere a interesse de forma delimitada e contextualizada, como: interesse particular, interesse pessoal, interesse individual, interesse bem compreendido, interesse comum, interesse comunal, interesse social, interesse geral e interesse nacional. Pode-se depreender das expressões em que o termo aparece que “interesse” não é um conceito monolítico na obra de Tocqueville, mas um aglomerado de espécies.

A fim de compreender o termo “interesse” e sua relação com a democracia, o primeiro passo desta pesquisa foi destacar dos escritos de “*A democracia na América – Livro I*” todos os trechos em que o termo interesse era utilizado nos argumentos do autor e, a partir do contexto de cada um dos trechos destacados, explicitar seus significados possíveis. O segundo passo foi comparar o emprego do termo nos diferentes contextos e classificá-lo em quatro categorias abrangentes: interesse particular, interesse comunal, interesse nacional e interesse bem compreendido¹⁰⁹.

Nesta seção, apresentam-se três dessas categorias que são fundamentais para o pensamento político do autor: o interesse particular, o interesse comunal e o interesse nacional, considerando a obra “*A democracia na América – Livro I*”. O interesse bem compreendido será analisado na seção 4 desta tese, pois é a seção em que se observará a noção de interesse a partir de “*A democracia na América – Livro II*”. O interesse bem compreendido, como se verá, aparece apenas uma vez em “*A democracia na América – Livro I*” e é mais explorado pelo autor em “*A democracia na América – Livro II*”, por isso foi realizada essa divisão metodológica. Não há dúvidas de que a doutrina do interesse bem compreendido começou a ser construída em “*A democracia na América – Livro I*”, mas ela é tratada como objeto central do pensamento tocquevilliano no *Livro II*.

¹⁰⁹ Há conceitos correlatos aos conceitos de interesse, como o de cálculo prudencial, patriotismo moderado. Esses conceitos correlatos serão apresentados ao longo da seção, considerando as suas relações com a concepção de interesse. Não são termos que se confundem, mas devem ser analisados a partir das reflexões que eles provocam em relação à construção dos conceitos descritos nesta seção.

Esta seção foi certamente o que demandou maior complexidade de pesquisa, pois tem a pretensão de apresentar conceitos filosóficos que não são delimitados no pensamento de Tocqueville. Além disso, encontraram-se dificuldades em relação à construção de uma reflexão filosófica ao redor de cada uma das definições aqui apresentadas, pois “*A democracia na América – Livro I*” não se propõe a ser uma obra de pensamento filosófico.

O *Livro I* visa apresentar o estado social norte-americano, considerando especialmente as suas estruturas institucionais. As reflexões teóricas do autor são apresentadas no decorrer da obra em meio ao emaranhado de descrições que ele realiza. Foi preciso fazer um mapa que percorresse todo o caminho da obra, detectando os momentos em que as teses sobre o tema do interesse eram expostas.

Ou seja, não foi possível acompanhar os argumentos tocquevillianos de forma linear, observando a sequência em que eles eram apresentados em “*A democracia na América – Livro I*”. Isso, como se verá, foi realizado nas seções 4 e 5 desta tese ao analisar as obras “*A democracia na América – Livro II*” e *Souvenirs*¹¹⁰. Nesta seção, as definições de interesse particular, interesse comunal e interesse nacional foram construídas como um resultado da análise do mapa citado.

Essas definições não são expressamente encontradas na obra de Tocqueville e nem são apresentadas pelos comentadores que foram instrumentos desta pesquisa. Trata-se de uma das contribuições originais desta tese e traz a vantagem de sistematização da temática no pensamento filosófico do autor, especialmente em face da análise de “*A democracia na América – Livro I*”.

A partir da pesquisa realizada, verificou-se que o móvel principal da ação do homem democrático norte-americano é o seu interesse particular que pode ser definido, como se verá no item 1.1, como as suas necessidades e seus desejos mais imediatos e visam primordialmente o bem-estar material. Ele busca permanente o que lhe é útil para assegurar a satisfação do seu interesse particular e isso gera consequências importantes para o estado social como a obediência à lei e o patriotismo.

Como se verá, essas duas consequências decorrem da compreensão da utilidade desses institutos e reflete também na sua compreensão sobre a importância da esfera pública para a satisfação das suas necessidades privadas. O homem democrático norte-americano vê a sua participação nos negócios públicos como um requisito importante para seus interesses particulares.

Nos EUA, apresenta Tocqueville, para além da criação dos mecanismos institucio-

¹¹⁰ TOCQUEVILLE (2003).

nais para esta participação, foram inseridos nos seus costumes a participação política do cidadão. Os homens democráticos norte-americanos compreendem racionalmente a utilidade dessa participação como um instrumento político para a construção do interesse comunal, definido no item 2.2 como interesse de um corpo político determinado. Construir interesses comuns da comunidade política em que vivem é um direito político importante que reflete na defesa do bem estar individual.

Depreende-se da análise de “*A democracia na América – Livro I*”, também, a visibilidade das vantagens de se defender o interesse nacional, que é o interesse de um todo determinado. No exemplo norte-americano é o interesse do corpo político representado pela entidade federativa denominada União. Ele decorre da existência de um espaço político nacional que une as pequenas comunidades do país. A defesa desse interesse nacional visa fortalecer a União como representante das demandas nacionais, considerando a necessidade de ter uma entidade política forte e capaz de manter a ordem e tranquilidade interna e externa do corpo político.

Há, nos três interesses apresentados, uma perspectiva sobre a justificativa da ação do homem democrático e ela parece refletir na hipótese de que são os interesses o princípio da ação e da razão num estado social democrático. Trata-se de interesses que refletem as vantagens e utilidades das ações em relação às satisfações das necessidades individuais. E, neste sentido, parece que são realizadas considerando a sua utilidade para o homem democrático.

Por isso, no item 3.3 desta seção, buscou-se compreender a relação entre o princípio do interesse apresentado em “*A democracia na América – Livro I*”, a partir dos conceitos de interesse particular, interesse comunal e interesse nacional, e a concepção de Christian Laval sobre a democracia utilitária. O item propõe uma reflexão sobre a relação do tema do interesse no pensamento tocquevilliano e o utilitarismo.

É indubitável que as práticas políticas norte-americanas descritas em “*A democracia na América – Livro I*” demonstram o interesse como uma categoria política fundamental para a realização de qualquer sociedade democrática. O princípio do interesse justifica a construção dos vínculos sociais num estado social que tende ao isolamento individual. Mas o interesse apresentado como móvel da ação no *Livro I* parece refletir um utilitarismo, e os fundamentos e riscos que decorrem dessa consequência utilitária devem ser melhor analisados.

É importante ressaltar que, como dito na introdução, não há uma exclusão do tema da paixão em “*A democracia na América – Livro I*”. O homem democrático possui paixões, especialmente pela igualdade que é o fato gerador da democracia, mas o que predomina no tocante ao vínculo de união do corpo político parece ser o interesse e não a paixão. Essa é uma

aposta desta seção a partir da análise do estado social democrático descrito especificamente no *Livro I*.

Esta seção pretende apresentar o interesse como o princípio de um estado social democrático. Visa contribuir para a compreensão do interesse como uma categoria política fundamental para a construção e conservação da democracia, refletindo sobre a ação do homem democrático em direção do seu interesse particular, do interesse comunal e do interesse nacional que dão alicerce para o funcionamento da organização política e social desse Estado.

3.1 O interesse particular

O interesse particular – também denominado interesse pessoal ou individual – é um conceito apresentado em todas as obras¹¹¹ de Alexis de Tocqueville como uma justificativa para a ação, individual e coletiva, do homem. Para o autor, ele é o “único ponto imóvel do coração humano”¹¹², ou seja, é o motivo universal e invariável da ação humana.

O interesse particular é um elemento essencial do homem e, em “*A democracia na América – Livro I*”, é posto como um elemento essencial do homem democrático. Para compreender o seu significado, é importante observar o trecho em que Tocqueville explica o espírito legista nos Estados Unidos, no excerto ele afirma que “o que domina nos legistas, como em todos os homens, é o interesse particular, sobretudo o interesse do momento”¹¹³.

Os legistas são, para o autor, os estudiosos da lei, nisso incluem-se os juristas, que podem ser advogados, juízes ou homens que exerçam funções públicas. Os legistas possuem um gosto pela forma e pela ordem, mas sua inclinação natural é para a satisfação dos seus interesses mais imediatos. Essas inclinações, conforme diz Tocqueville, não são apenas dos legistas, mas de todos os homens. O homem sempre age movido pelo que é útil, vantajoso e que o auxilie nos seus objetivos mais imediatos.

Alexis de Tocqueville também traz indícios do conceito de interesse particular, ao apresentar o tema do poder executivo em “*A democracia na América – Livro I*”. A Constituição Federal dos Estados Unidos concentrou todas as responsabilidades e direitos do poder executivo num só homem. Essa constituição prevê também a possibilidade de sua eleição para

¹¹¹ “A democracia da América – Livro I e II”, “Souvenirs” e “O antigo regime e a revolução” (TOCQUEVILLE, 2003; 2004; 2005; 2009).

¹¹² TOCQUEVILLE (2005, p. 279).

¹¹³ TOCQUEVILLE (2005, p. 310).

o exercício do mandato de quatro anos e de sua reeleição por igual período. Diante disso, afirma Tocqueville ser...

[...] impossível considerar a marcha ordinária das coisas nos Estados Unidos sem perceber que o desejo de ser reeleito domina os pensamentos do presidente; que toda a política da sua administração tende para esse ponto; que, sobretudo, à medida que o momento da crise se aproxima, o interesse individual toma em seu espírito o lugar do interesse geral¹¹⁴.

O homem, no exercício das funções de chefe do poder executivo, deveria estar submetido aos limites do interesse a comunidade que administra. Entretanto, diante da possibilidade da sua reeleição, a sua inclinação principal dirige-se para a satisfação do seu interesse particular em se manter no poder. E, no período de crise – período eleitoral –, esse homem “só pensa na luta que se prepara; não tem mais futuro”¹¹⁵. Ou seja, durante as eleições ele visa apenas garantir o seu interesse pessoal de ser eleito naquele momento.

O legista e o chefe do poder executivo agem, como todos os homens, movidos por seus interesses particulares. É da constituição moral do homem democrático ter como móvel principal da sua ação o interesse particular que pode ser definido como as paixões, os desejos e as necessidades do momento¹¹⁶. Isso é uma premissa desta tese e traz consequências importantes para a conservação do estado social democrático, como veremos.

A primeira consequência se refere ao modo como as leis são elaboradas, visando à satisfação de desejos imediatistas. Ao comparar o processo de elaboração das leis na democracia e na aristocracia, Tocqueville afirma que, na democracia, elas “são quase sempre defeituosas ou intempestivas¹¹⁷”. Na aristocracia, ao contrário, continua o autor, o legislador é mais hábil, não se sujeita a impulsos passageiros e “tem projetos de longo prazo que sabe amadurecer até a ocasião favorável de se apresentar”.

Utilizando-se da comparação entre a sociedade democrática e a sociedade aristocrática, Tocqueville apresenta uma desvantagem do estado social democrático: a tendência de elaborar leis de forma apressada que visam atender a sociedade em curto prazo. O legislador aristocrata consegue, para ele, ir além e estabelecer políticas mais consistentes.

Entretanto, John Stuart Mill acredita que há uma comparação equivocada neste ponto. Na sua resenha de “*A democracia na América – Livro I*”¹¹⁸, Mill afirma que Tocqueville faz uma generalização apressada ao atribuir como características gerais dos governantes aris-

¹¹⁴ TOCQUEVILLE (2005, p. 156).

¹¹⁵ TOCQUEVILLE (2005, p. 146).

¹¹⁶ Alexis de Tocqueville não define de forma clara este conceito, mas a definição apresentada nesta tese pode ser inferida da análise do contexto em que o termo é citado em “*A democracia na América – Livro I*”.

¹¹⁷ TOCQUEVILLE (2005, p. 270).

ocráticos a prudência e a estabilidade na elaboração das leis. A aristocracia busca estabilidade apenas, diz Mill, na manutenção de seus privilégios¹¹⁹.

Mill manifesta, ainda, que a aristocracia inglesa promulga, a cada época, várias leis sumárias e apressadas. Para ele, esta é uma característica de todo governo que elabora leis sobre a influência de circunstâncias do presente e não as escreve em um projeto de longa duração. Ele questiona se, em 1835, há algum país em que as leis não sejam feitas sob o impulso do momento. Tocqueville lê a resenha de Mill, a elogia, mas não responde esta pergunta.

Outra consequência política de se fundar uma democracia no interesse particular é que, após atender o seu interesse do momento, o homem adquire novos interesses particulares e é impulsionado por eles. Há uma busca constante pela satisfação de interesses novos. O que gera, para Tocqueville, uma desvantagem: o abandono de empreendimentos úteis que requerem um cuidado contínuo porque o povo procede por esforços momentâneos¹²⁰. Não se consegue manter algo por muito tempo, pois o homem rapidamente se desinteressa pelas coisas que anteriormente moviam os seus desejos.

Por outro lado, trata-se de um homem que está sempre inquieto¹²¹ diante da procura de novos objetos para realizar novos desejos. Isso é uma vantagem na medida em que propuliona o homem em busca do novo e o impulsiona a alcançar grandes conquistas. Alexis de Tocqueville afirma que:

¹¹⁸ Esta resenha é publicada na “*London Review*”, logo após a publicação de “*A democracia na América – Livro I*”. Alexis de Tocqueville lê a resenha e a elogia, dizendo que Mill é “*le seul qui m’ait entièrement compris, qui ait su saisir d’une vue générale l’ensemble de mes idées, la tendance finale de mon esprit et qui em même temps ait conserve une perception claire des détails*” (MILL, 1994, p. 7). Patrick Thierry, na introdução da resenha, afirma que a resenha de Mill apresenta os argumentos de Tocqueville e coloca algumas questões para o autor, mas elas não foram respondidas (THIERRY, 1994).

¹¹⁹ MILL (1994, p. 85-86).

¹²⁰ TOCQUEVILLE (2005, p. 104).

¹²¹ A inquietude do espírito é uma característica essencial do homem democrático e será minuciosamente analisada na seção 4 desta tese.

Na Europa, estamos acostumados a considerar um grande perigo social a inquietude do espírito, o desejo imoderado de riquezas, o amor extremo à independência. São precisamente todas essas coisas que garantem às repúblicas americanas um longo e tranquilo futuro. Sem essas paixões inquietas, a população se concentraria em torno de certos lugares e logo sentiria, como em nosso país, necessidades difíceis de satisfazer. Feliz terra o novo mundo, onde os vícios dos homens são quase tão úteis à sociedade quanto suas virtudes¹²².

Nesse trecho de “*A democracia na América – Livro I*”, o autor faz uma comparação entre o homem democrático dos Estados Unidos e o homem francês da sua época a fim de afirmar a importância do espírito inquieto do homem. O método comparativo é uma estratégia de Tocqueville para se chegar a um nível de abstração em que seja possível apresentar hipóteses sobre uma sociedade democrática¹²³, afirma Raymond Boudon. E, na citação acima, há uma tese clara de que o homem democrático é um homem inquieto e que isso é um vício útil para a sociedade democrática. Os americanos são homens preocupados com a exploração das terras desertas do novo mundo, com a prosperidade dos seus empreendimentos, com as suas riquezas. Pode-se inferir que isso não possui um valor moral positivo para Tocqueville, pois ele se refere a este comportamento como um vício. Entretanto, o autor está mais preocupado com os efeitos políticos do vício do que em julgá-los moralmente.

Estar permanentemente desejando novos bens materiais para satisfazer seus interesses do momento impulsiona o homem democrático a enfrentar os perigos de uma terra despovoadada e a pensar novas formas para se adquirir mais dinheiro. O homem democrático é inquieto e precisa buscar permanentemente novas formas de adquirir mais fortuna e mais conforto material. Os habitantes dos EUA, nessa busca, assumem os riscos dos desbravamentos das terras e enfrentam as novidades que decorrem de realizarem novos investimentos.

O estado social norte-americano descrito por Tocqueville em “*A democracia na América – Livro I*” é uma democracia que se caracteriza como uma sociedade basicamente comercial e industrial. “As paixões que agitam mais profundamente os americanos são as co-

¹²² TOCQUEVILLE (2005, p. 334).

¹²³ O comparativismo de Tocqueville é uma das características que reflete a influência de Montesquieu em “*A democracia na América – Livro I*”. Para Montesquieu, afirma Bertrand Binoche, a comparação é a faculdade principal da alma (BINOCHÉ, 1998, p. 86). Binoche apresenta o método comparativo de Montesquieu, apontando as comparações globais, as pontuais, as de tempo e de espaço. Para ele, “*O espírito das leis*” é uma comparação metódica de todas as instituições já existentes (BINOCHÉ, 1998, p. 87). É a partir delas que se pode deduzir os princípios de cada regime, bem como suas causas e seus efeitos. A comparação, continua Binoche, não é somente um operador epistemológico. Ela é, também, uma fonte de “*politesse*” moderna, de afinamento das maneiras, pois o resultado da descoberta de outras culturas é o abandono dos prejulgamentos e uma forma de revisão e relativização dos usos e costumes que já estão arraigados em determinada sociedade. Tocqueville busca exatamente isto: apreender as maneiras e costumes norte-americanos, apresentando-os como uma possibilidade do estado social democrático para o qual a França inevitavelmente avançava.

merciais”¹²⁴, diz Tocqueville ao descrever o comportamento desse povo. O homem democrático está sempre na busca do lucro, do dinheiro e da ordem, que é condição para a manutenção das fortunas¹²⁵.

O desenvolvimento econômico para Tocqueville tem uma estreita relação com o estado social democrático. Jean-Louis Benoît, analisando essa relação à luz do pensamento do autor, diz que com o declínio do feudalismo há um crescente poder econômico e político de uma burguesia que constrói uma nova sociedade sob o alicerce da liberdade do comércio¹²⁶. Essa liberdade proporciona o desenvolvimento da riqueza e só se concretiza num contexto de liberdade política que, como veremos, está na base de uma democracia.

Para Benoît, a liberdade política como possibilidade de participação do homem democrático nos negócios públicos impulsiona o espírito e o comportamento dos cidadãos a uma “intranquilidade” que impele o homem a empreender sempre, sem jamais descansar, e caracteriza o seu espírito pioneiro. Isso ocorre para os habitantes que buscam explorar as terras do oeste dos EUA, mas também para os que já estão instalados.

A democracia americana traz uma nova relação dos indivíduos com o dinheiro e com o sucesso. Empreender e correr risco, diz Benoît, são vistos como algo indispensável para a obtenção lucro ou sucesso. E errar e falir não é uma desonra ou uma ruína moral. O mérito do homem está no empreendimento constante e na sua permanente possibilidade de adquirir fortuna.

Há uma complexa conexão entre a democracia e o processo de industrialização, em que um impulsiona o outro. A democracia é útil ao desenvolvimento da indústria e a indústria estimula a possibilidade de lucro e mantém o homem em constante estado de inquietude. Parecem, portanto, duas coisas que andam juntas e que dependem uma da outra. A democracia gera o gosto pelos prazeres materiais que impulsionam a industrialização, e a industrialização possibilita o acúmulo desses prazeres.

O interesse particular que domina a ação do homem democrático norte-americano, nesse contexto, é a busca da satisfação do seu bem-estar material. Ele procura o aumento e a conservação de suas riquezas. O homem democrático está sempre preocupado com seus bens

¹²⁴ TOCQUEVILLE (2005, p. 335).

¹²⁵ Para Tocqueville este é um ponto central de diferenciação entre o homem democrático norte-americano e o europeu que lhe são contemporâneos. Ele diz que “*souvent les Américains appellent une louable industrie ce que nous nommons l’amour du gain, et ils voient une certaine lâcheté de couer dans ce que nous considérons comme la modération des désirs*” (TOCQUEVILLE, 1990, p. 221). Há comentadores que aproximam a concepção de homem democrático e de democracia americana, apresentadas por Tocqueville, das ideias do homem e da democracia europeia, conforme se observa da leitura de Gayard (2016/2017); Halévi (2017) e Victor (2016/2017).

¹²⁶ BENOÎT (2004, p. 66). Ver sobre o tema o recorte realizado por Benoît da obra de Tocqueville em Tocqueville (2000).

materiais, propriedades, etc. E esse interesse particular estimula o processo de industrialização que, em consequência, estimula o processo democrático.

Tocqueville compreende o interesse particular como a busca do bem-estar material e faz algumas observações quando, por exemplo, analisa a lei das sucessões que ele considera uma das maiores influências nos assuntos humanos¹²⁷, concluindo que as leis que instituem a possibilidade da partilha igual dos bens têm como causa o grande interesse pecuniário dos herdeiros. Não há mais o sentimento de pertencimento familiar que leva o homem ao desejo de cuidar de uma grande propriedade de sua família. O desejo em conservar a terra e a tradição familiar é substituído pelo interesse em vendê-la para aumentar a sua fortuna, “já que os capitais mobiliários produzem mais rendimentos que os outros e se prestam mais facilmente a satisfazer as paixões do momento”¹²⁸. O homem democrático preocupa-se em satisfazer as paixões e as necessidades do momento presente e não reflete sobre as gerações futuras.

Mas por que o interesse particular e imediato pela prosperidade causa um “longo e tranquilo futuro” para o estado social democrático norte-americano, como afirma Tocqueville em trecho já citado? Porque o desejo de satisfazer os interesses pessoais leva o homem a agir, no âmbito político, na direção do que lhe é útil e isso gera consequências importantes para a permanência do estado social democrático em que está inserido.

Ao agir visando o que lhe é útil, o homem democrático não se dissocia, mas, ao contrário, ele se une a seus semelhantes. Para Tocqueville, “o homem obedece à sociedade porque a união com seus semelhantes lhe parece útil e porque sabe que essa união não pode existir sem um poder regulador”¹²⁹. O autor parece dizer nesse trecho que o homem sozinho é frágil e não possui força para conservar a paz necessária para a manutenção do seu bem-estar material. Unir-se a outro semelhante é uma forma de constituir um estado social que lhe proporcione ordem e segurança em relação à manutenção da sua fortuna. Para manter a ordem, é indispensável a existência de normas que regulem a convivência entre os homens, e essas normas são as leis.

¹²⁷ TOCQUEVILLE (1990a, p. 57).

¹²⁸ TOCQUEVILLE (1990a, p. 59). Tocqueville afirma que “*ce que importe le plus à la démocratie, ce n’est pas que’il n’y ait pas des grandes fortunes, c’est que les grandes fortunes ne restent pas dans les mêmes mains. De cette manière, il y a des riches, mais ils ne forment pas une classe*” (TOCQUEVILLE 2005, p. 42, nota e). É importante considerar aqui as observações de James T. Schleifer apresentadas no seu artigo “*Tocqueville’s democracy in America: some key themes reconsidered*” (SCHELEIFER, 2009). Como tradutor das obras de Alexis de Tocqueville há mais de oito anos, Schleifer descreve as suas principais considerações sobre os textos do filósofo e destaca que a democracia não é algo que destrói, mas que transforma as instituições. Para ele, o elemento essencial da democracia é o movimento, a mudança. A democracia é uma sociedade aberta ao novo, ao futuro. Nas relações familiares o que se tem é exatamente isso, uma mudança. As mudanças nas leis das sucessões demonstram isso. Não se tem uma destruição da família, mas uma mudança profunda nas suas relações e estruturas, inclusive em relação à economia.

¹²⁹ TOCQUEVILLE (2005, p. 75).

Obedecer à sociedade significa submeter-se às suas decisões prescritas especialmente nas leis. Para Alexis de Tocqueville, o homem democrático obedece à lei por saber que a existência de um poder regulador é condição indispensável para a conservação de uma sociedade e por acreditar que estar inserido em uma sociedade é algo útil para a satisfação do seu interesse particular.

John Stuart Mill afirma que “é apenas na democracia que se pode encontrar, na comunidade em geral, uma submissão voluntária e consciente à lei”¹³⁰. Isso decorre da origem popular da lei na democracia, pois a legislação é elaborada diretamente ou indiretamente pelo povo. Tocqueville cita que “nos Estados Unidos, com exceção dos escravos, dos criados e dos indigentes alimentados pelas comunas, não há ninguém que não seja eleitor e que, por esse motivo não contribua indiretamente para a lei.”¹³¹ A lei é uma expressão da vontade do povo e, respeitar às leis é respeitar a sua própria vontade.

O homem democrático elege seus representantes nas assembleias que, de forma coletiva, elaboram a legislação que rege as relações sociais de determinada sociedade. Essa elaboração se dá por meio da discussão entre os representantes do povo, sendo aprovada por decisão da maioria¹³². O respeito à lei é o respeito à decisão da maioria, que passa a vigorar como a decisão de todo um povo.

Os legisladores norte-americanos não acreditam na honestidade, mas na inteligência do homem que buscará executar e efetivar as normas jurídicas por acreditarem na sua utilidade¹³³. Há um interesse particular de cada homem em obedecer a essas decisões por considerá-las úteis à manutenção do estado social, como vimos.

Helena Esser dos Reis afirma que, para Tocqueville, obedecer à lei numa democracia não é servilismo, mas reflete a autonomia do homem na participação dos negócios públicos. Ela afirma que os cidadãos obedecem às leis que eles mesmos estabeleceram e isso é “o reconhecimento da legitimidade emanada da soberania popular”¹³⁴. Ou seja, é a aceitação de que o próprio cidadão participa do processo de elaboração das leis a partir do exercício das funções do poder legislativo.

¹³⁰ MILL (1994, p. 100).

¹³¹ TOCQUEVILLE (2005, p. 281).

¹³² Na seção 4 desta tese, trataremos do tema da maioria, mas é preciso observar que no capítulo VII da parte II do *Livro I*, Tocqueville faz um grande debate sobre o império da maioria e os riscos de sua onipotência num estado social democrático. A maioria tem uma enorme força nos Estados Unidos, especialmente em relação ao seu poder de opinião. Há, para Tocqueville, uma verdadeira tirania da maioria que tem como seu pior efeito a servidão do pensamento e a dependência do espírito. Para ele, é dessa forma que se dá o despotismo na modernidade.

¹³³ TOCQUEVILLE (1990a, p. 90).

¹³⁴ ESSER DOS REIS (2002, p. 30). A professora Helena Esser dos Reis afirma que essa interpretação de Tocqueville possui grande proximidade com o pensamento de Rousseau no que diz respeito à concepção do poder soberano como poder legislativo que pertence ao corpo político.

Para ela, Tocqueville sustenta que as sociedades anteriores à democracia eram sociedades hierarquizadas que possuem o gosto pela obediência a um soberano, por respeito e deferência. Obedecia-se por acreditar que havia uma natureza diferente entre os homens e devido à legitimidade das instituições políticas. Nas sociedades democráticas, contudo, há igualdade entre os homens e não há uma vocação natural de alguns para o mando ou subordinação. Todos possuem o direito de participar da produção das leis que regulam o seu próprio destino. Há uma obediência do cidadão às leis que ele próprio ajuda a criar¹³⁵.

O cidadão da democracia reconhece as suas responsabilidades sociais e políticas. Ele é livre para participar dos negócios públicos, mas é dependente do processo de elaboração das leis para a regulamentação do seu destino e de sua sociedade. Trata-se de uma dependência advinda do seu próprio interesse particular de manter a ordem e a união da comunidade em que está inserido, bem como da sua capacidade de ver as normas como uma representação da sua vontade.

Mas há, ainda, outro motivo no que tange o respeito à lei:

[...] nos Estados Unidos cada um tem uma espécie de interesse pessoal em que todos obedeçam às leis, pois aquele que não faz parte hoje da maioria talvez esteja amanhã entre ela; e esse respeito que professa agora pela vontade do legislador, logo terá ocasião de exigi-lo para a sua¹³⁶.

O homem democrático obedece à lei, também, por acreditar que todos devem respeitar as decisões da maioria.

Os legisladores, além de serem nomeados diretamente pelo povo, como vimos, também eram eleitos por um período muito curto. Periodicamente havia a formação e a mudança de composição das assembleias legislativas. A maioria que se constituía em uma legislatura era, rapidamente, alterada em outra legislatura. E a minoria numa legislatura poderia ser imediatamente transformada em maioria na legislatura posterior.

Ser maioria ou minoria é algo em permanente mudança numa democracia. E, respeitar as normas estabelecidas pela maioria é respeitar o próprio jogo de alteração de poder que rege o estado social democrático. O homem democrático não vê a legislação como uma ameaça, mas como um instrumento de funcionamento e conservação da democracia, que permite que ocasionalmente os seus interesses particulares sejam representados pela maioria e prevaleçam como conteúdo das normas legais.

¹³⁵ Pierre Manent afirma que a obediência na aristocracia reflete uma falsa ideia de liberdade, pois a única obediência legítima é a si mesmo (MANENT, 1982, p. 37-40).

¹³⁶ TOCQUEVILLE (2005, p. 281).

É importante lembrar que, nos Estados Unidos, a maioria rege o país e não possui interesses contrários aos da maioria dos habitantes. Ela não representa o interesse de todos, mas o do maior número de habitantes. Tocqueville afirma que nesse país...

[...] é comum acontecer que os eleitores, nomeando um deputado, lhe tracem um plano de conduta e lhe imponham certo número de obrigações positivas, de que ele não poderia afastar-se. Salvo o tumulto, é como se a própria maioria deliberasse em praça pública.¹³⁷

Ou seja, os interesses particulares de cada eleitor são garantidos e delimitam a atuação do seu representante¹³⁸. Obedecer às leis é satisfazer seus próprios interesses particulares que são constantemente positivados, quando o seu representante compõe a maioria.

O interesse particular como base da constituição moral do homem democrático também traz outra consequência para a constituição e a conservação do estado social democrático: o patriotismo. Alexis de Tocqueville afirma que há dois tipos de patriotismo: um que tem sua fonte num amor “impensado, desinteressado e indefinível que liga o coração do homem aos lugares em que nasceu¹³⁹”; e outro que é “mais racional que este; menos generoso, menos ardente”. O primeiro se assemelha a uma crença que não é contestada e é uma paixão irrefletida, e o segundo se confunde com o interesse pessoal.

Nos Estado Unidos, afirma Tocqueville, vigora o segundo patriotismo que nasce das luzes¹⁴⁰. O interesse particular do americano reflete o seu interesse pela prosperidade do país, por ser algo racionalmente útil, pois o bem-estar de seu país contribui para o seu próprio bem-estar. Não se trata de um egoísmo que, para Tocqueville, é algo que não se funda nas luzes¹⁴¹. O egoísmo se forma quando não há patriotismo e o homem não percebe a pátria, nem a lei, nem a religião. O povo egoísta não seria nem ao menos um povo, mas um conjunto de vários homens isolados e sem luzes.

O americano, ao contrário, faz parte de tudo que acontece no país e defende a pátria quando ela é criticada por um estrangeiro. Para Tocqueville há um excesso nisso, pois o cida-

¹³⁷ TOCQUEVILLE (2005, p. 290).

¹³⁸ John Stuart Mill, entretanto, acredita que a delimitação das atribuições do legislador nos termos apresentados por Tocqueville desconfigura a representação e constitui uma delegação do poder de quem de fato é soberano: o povo. A distinção entre delegação e representação é essencial para Mill, pois, para ele, a delegação é um mecanismo aristocrático e traz um paradoxo para o pensamento de Alexis de Tocqueville (MILL, 1994, p. 78).

¹³⁹ TOCQUEVILLE (2005, p. 274).

¹⁴⁰ Afirma Jean-Fabien Spitz, que o patriotismo instintivo desapareceu definitivamente, mas apenas o cálculo racional não basta para motivar os homens a agir de forma virtuosa em prol da sua república. Para o autor, é preciso se dedicar à defesa do bem comum. Somente a prática efetiva do exercício dos direitos, com o apoio da razão para mostrar a relação entre o interesse particular e o interesse geral, pode constituir um motivo capaz de engajar o homem nos negócios públicos e na defesa de seu país (SPITZ, 1995, p. 473).

¹⁴¹ TOCQUEVILLE (1990a, p. 275).

dão americano excede no seu orgulho nacional e só aceita elogios de um estrangeiro. Ele prega a liberdade, diz Tocqueville, mas não aceita que um estrangeiro fale livremente sobre o seu país, todos os cidadãos americanos o defendem como se tivessem contribuído para formá-lo¹⁴².

O patriotismo e a obediência à lei são importantes consequências políticas da democracia que se constitui por homens que visam permanentemente satisfazer seus interesses particulares. O homem ama a sua pátria e respeita a lei por saber que esses comportamentos podem ser úteis para o seu bem-estar. Neste ponto, o móvel do homem parece se aproximar da honra apresentada por Montesquieu como um princípio do governo monárquico. Para o filósofo, “a honra move todas as partes do corpo político; liga-as com sua própria ação; e assim todos caminham no sentido do bem comum, pensando ir em direção a seus interesses particulares”¹⁴³. Em termos filosóficos, continua o autor, “é uma falsa honra que conduz todas as partes do Estado; mas esta falsa honra é tão útil para o público quanto o seria a verdadeira honra para os particulares que poderiam possuí-la”. O interesse em obedecer a lei e proteger a pátria, no estado social norte-americano, tem exatamente o mesmo sentido dessa falsa honra.

A discussão moral da justificativa da ação do homem, como já dito, não é algo importante para Tocqueville. O mais importante é compreender que há mecanismos derivados do interesse particular que são fundamentais para o funcionamento do estado social democrático. O patriotismo e o respeito à lei têm como fonte o interesse pessoal do homem e são úteis para a conservação da ordem democrática.

Do exposto, depreende-se que o interesse particular pode ser definido, repita-se o vantajoso e o útil para a satisfação dos desejos e necessidades no momento presente. É primordialmente esse o móvel da ação dos homens democráticos. A partir dessa definição, verifica-se que agir conforme o interesse particular é agir a partir do princípio da utilidade.

Tocqueville não confunde o interesse particular com o egoísmo e isso fica claro a partir da sua divisão entre patriotismo irrefletido e patriotismo racional. O egoísmo é algo irrefletido que leva o homem a agir apenas para si. O agir conforme o interesse é um agir racional, fundado num cálculo relacionando os reflexos de suas ações e de seus interesses. E, não é, como se verá na seção 4 desta tese, um agir exclusivamente pensando em si.

Outro ponto importante que pode se observar da análise realizada neste item, é a concepção de que há certa autonomia do indivíduo que lhe permite pensar e agir conforme o

¹⁴² TOCQUEVILLE (1990a, p. 277).

¹⁴³ MONTESQUIEU (2005, p. 37).

seu interesse. A partir do tema da obediência à lei foi possível verificar que ao homem democrático é atribuído o poder de pôr em questão seus interesses particulares, debatê-los e normatizá-los.

A autonomia individual é reflexo da independência do homem democrático e da capacidade de, racionalmente, cada homem pensar e agir de acordo com si mesmo. A autonomia e a racionalidade compõem a compreensão do termo interesse particular, pois ele se constitui como uma categoria política capaz de justificar a ação de homem que compreende as suas necessidades a partir da razão e que pode manifestá-la de forma independente nas esferas públicas e privadas.

É imprescindível, entretanto, para compreender melhor o interesse de que trata Tocqueville, entender o cotidiano da vida local dos americanos. Esse cotidiano explica como o interesse particular não leva à dissociação do corpo social. Já vimos dois motivos: a obediência à lei e o patriotismo, mas é preciso ir além e entender os motivos pelos quais o homem democrático individualista e preocupado com o seu bem-estar material é levado a se interessar pelos negócios públicos e a participar da vida comum. Para isso, deve-se compreender a noção de interesse comunal.

3.2 O interesse comunal

Em 1831, os Estados Unidos possuíam uma constituição complexa, compondo-se de “vinte e quatro pequenas nações soberanas, cujo conjunto forma o grande corpo da União”¹⁴⁴. Essas pequenas nações eram denominadas comunas e eram a base da organização política e social norte-americana. A partir delas, todo o corpo social do país foi formado.

Os emigrantes europeus que chegavam aos Estados Unidos se agrupavam em determinado local e constituíam comunas que eram reconhecidas e legalizadas pela metrópole¹⁴⁵. Alexis de Tocqueville afirma que a comuna “é a única associação tão natural que, onde quer que haja homens reunidos, forma-se por si mesma”¹⁴⁶. Elas são fundadas naturalmente pela

¹⁴⁴ TOCQUEVILLE (2005, p. 69).

¹⁴⁵ Algumas eram reconhecidas e legalizadas após a sua existência, afirma Tocqueville, que cita como exemplo: Plymouth, New Haven, o Estado de Connecticut e o de Rhode Island. Eram comunas fundadas sem o conhecimento da metrópole e foram legalizadas pelo Rei depois de um tempo (TOCQUEVILLE, 2005, p. 45).

¹⁴⁶ TOCQUEVILLE (2005, p. 70). Agnès Antoine afirma que a presença universal da comuna onde haja agrupamento de homens é uma consequência da tese aristotélica de que o homem é naturalmente um animal político. A novidade do pensamento de Tocqueville, para o autor, é que ele vai fundar essa associação natural num ato racional: o contrato social, como se verá. E, com isso, Tocqueville vai abolir as possíveis contradições

afluência de homens e são a base de qualquer organização social.

Eram “pequenas nações soberanas”, como afirma Tocqueville na citação acima, porque se autoadministravam e se autogovernavam, como veremos. Elas nomeavam os seus funcionários, elaboravam as leis, instituíam e coletavam impostos. O vínculo com a mãe-pátria era apenas formal.

As comunas eram capazes de gerir seus interesses de maneira autônoma, a partir da participação dos seus cidadãos nos negócios públicos. Elas conseguiam constituir interesses comuns de toda a comuna por meio de sua organização política e social democrática. É pressuposto desta tese o fato de o interesse comunal ser, para Tocqueville, o interesse das comunas. Trata-se de um interesse específico de um determinado corpo social que se estabelece num estado social democrático.

Nesta seção, o objetivo é demonstrar como a constituição do interesse comunal é correlata à constituição da própria organização democrática da comuna, que é a fonte da democracia norte-americana. É preciso compreender o funcionamento da comuna para entender como uma sociedade específica pode construir o interesse comum. E isso ela só pode realizar se se organizar de forma democrática e aberta à deliberação coletiva de seus habitantes.

Primeiro, então, é preciso entender o funcionamento das comunas no tocante à constituição do interesse comunal. As comunas norte-americanas derivam das colônias inglesas e são províncias que possuem características diversas¹⁴⁷. A maior parte das reflexões de Tocqueville em “*A democracia na América – Livro I*” foi realizada a partir da análise da comuna da Nova Inglaterra e é ela, prioritariamente, que se analisará neste momento.

A comuna da Nova Inglaterra foi fundada por emigrantes ingleses que já possuíam uma educação política baseada na experiência do exercício dos direitos, da liberdade, e já estavam impregnados pela ideia da soberania popular. Esta comuna tinha na sua origem o germe de uma democracia que iria se desenvolver ao longo do tempo.

Esse desenvolvimento foi impulsionado pelo estabelecimento da igualdade entre os habitantes da Nova Inglaterra. Primeiro, porque “em geral, ao partirem da mãe-pátria, os

entre os teóricos contratualistas e os filósofos que veem o corpo político como um dado natural (ANTOINE, 2003, p. 97).

¹⁴⁷ Tocqueville cita de forma resumida a organização das outras comunas. Para ele, as comunas que estão localizadas no norte do país são províncias fundadas por homens com menos luzes e que buscavam mais riquezas. Especialmente, as colônias do sul dos Estados Unidos possuem uma vida comunal menos ativa e eram organizadas por proprietários de terras e de escravos (TOCQUEVILLE, 1990, p. 91). A grande novidade da democracia norte-americana estava, para ele, nas comunas do norte do país. John Stuart Mill, na sua resenha sobre “*A democracia na América – Livro I*”, afirma que o serviço mais notável realizado por Tocqueville ao povo europeu, foi sua apresentação sobre a constituição americana, em especial sobre as instituições municipais. Mill se refere às comunas como paróquias, tanto nas traduções que realiza quanto nas suas explicações. Isso chama a atenção pelo fato de não ser esse o termo utilizado por Tocqueville, mas ser a referência de Mill para explicar o contexto das comunas para os seus contemporâneos ingleses (MILL, 1994, p. 55).

emigrantes não tinham a menor ideia de qualquer superioridade de uns sobre os outros”¹⁴⁸. Alguns senhores se exilam nos Estados Unidos, fugindo das disputas políticas e religiosas. Ao chegarem no novo país, eles compreenderam que não era possível estabelecer uma hierarquia de posições sociais, pois era impossível haver uma aristocracia territorial no solo americano.

Tocqueville narra que, ao desbravar as novas terras, os emigrantes percebem que os produtos que eram produzidos em suas terras não eram suficientes para enriquecer um proprietário¹⁴⁹. Com isso, não era possível se instituir uma aristocracia territorial, que, para o autor, é condição indispensável para se estabelecer uma aristocracia.

Sob o alicerce da igualdade e da ausência de uma aristocracia, a comuna da Nova Inglaterra se fixa e se desenvolve. Alexis de Tocqueville afirma que:

Na Nova Inglaterra, desde 1650, a comuna está completa e definitivamente constituída. Em torno da individualidade comunal vêm agrupar-se e vincular-se fortemente interesses, paixões, deveres e direitos. No seio da comuna, vemos reinar uma vida política real, ativa, toda democrática e republicana. As colônias ainda reconhecem a supremacia da metrópole; a monarquia é a lei do Estado, mas já a república está toda na comuna¹⁵⁰.

A descrição da Nova Inglaterra apresentada na citação acima introduz três elementos importantes para esta tese. O primeiro é a demarcação da comuna como um agrupamento de interesses, bem como de paixões, deveres e direitos. O segundo elemento é a forma democrática e republicana de organização política. A vida política se realiza nas praças e assembleias gerais, onde os cidadãos se encontram para deliberarem sobre temas de interesses de todos. E, o terceiro elemento, é a ausência de delegação do direito de dispor sobre o interesse de todos por meio da representação política. O cidadão não é representado politicamente, mas ele se apresenta nos espaços de negociação política. É importante tratar cada um desses elementos de forma separada.

A comuna é um agrupamento de pessoas que possuem desejos, necessidades, paixões e interesses particulares. Elas existem em qualquer lugar, neste sentido. A novidade, para Tocqueville, é que a comuna da Nova Inglaterra é uma sociedade homogênea. Ela é formada por emigrantes que tinham características comuns. Afirma Tocqueville, que:

[...] todos os emigrantes falavam a mesma língua; todos eram filhos de um mesmo povo. [...] e viam-se difundidas entre eles mais noções dos direitos,

¹⁴⁸ TOCQUEVILLE (2005, p. 38).

¹⁴⁹ TOCQUEVILLE (2005, p. 38).

¹⁵⁰ TOCQUEVILLE (2005, p. 48).

mais princípios de verdadeira liberdade do que entre a maioria dos povos da Europa¹⁵¹”.

Era um povo que possuía os mesmos sentimentos, as mesmas ideias, as mesmas experiências políticas e os mesmos propósitos.

A fundação da Nova Inglaterra, conta Tocqueville, foi construída por emigrantes pertencentes às classes abastadas da Inglaterra que haviam recebido uma educação de qualidade. Não eram pobres que buscavam riquezas, mas eram puritanos que buscavam uma terra onde pudessem viver conforme seus ideais. Eles tinham uma educação avançada e eram reconhecidos por seus talentos intelectuais.

Esses emigrantes eram “homens das Luzes” e, imediatamente após desembarcarem no território norte-americano, organizaram uma sociedade, a partir de um contrato social¹⁵². Apesar de o texto impresso de “*A democracia na América – Livro I*” afirmar que os emigrantes se organizaram por um ato; nos seus manuscritos, Tocqueville afirma que se tratava de “um contrato social em boa forma tal como Rousseau tinha sonhado no século anterior¹⁵³”. É interessante notar que apenas nesta nota do manuscrito encontra-se alguma referência expressa a Rousseau, apesar de ser perceptível a influência deste filósofo em outros apontamentos de “*A democracia na América – Livro I*”.

Jean-Louis Benoît, analisando a influência do pensamento de Rousseau em Tocqueville, afirma que os EUA constituem o país em que as ideias do Iluminismo e do Contrato Social são aplicadas¹⁵⁴. A república americana é herdeira dos filósofos iluministas. Isso fica claro ao observar a importância que Tocqueville dá à elaboração do pacto social pelos emigrantes nos EUA.

No capítulo VI do *Livro I* do “*Contrato social*”, Rousseau¹⁵⁵ apresenta a hipótese de que o homem precisa se unir, para autoconservação, por meio da agregação de um conjunto

¹⁵¹ TOCQUEVILLE (1990a, p. 37). Benoît afirma que são os emigrantes da Nova Inglaterra os verdadeiros fundadores de uma América virtuosa e democrática. São eles que dão ao país um caráter moral exemplar. (BENOÎT, 2005, p. 145).

¹⁵² As reflexões sobre o tema do contrato social elaborado nas comunas serão retomados na seção 4, em que foram realizadas análises sobre o interesse bem compreendido.

¹⁵³ Tradução livre do trecho do manuscrito citado por Eduardo Nolla (NOLLA, 2005, p. 30). Diz o contrato pactuado: “*Nous, dont les noms suivent qui, pour la gloire de Dieu, le développement de la foi chrétienne et l’honneur de notre patrie, avons entrepris d’établir la première colonie sur ces rivages reculés, nous convenons dans ces présentes, par consentement mutuel et solennel, et devant Dieu, de nous former en corps de société politique, dans le but de nous gouverner et de travailler à l’accomplissement de nos desseins; et em vertu de ce contrat, nous convenons de promulger des lois, actes, ordonnance et d’instituer, selon les besoins, des magistrats auxquels nous promettons soumission et obéissance.*” (NOLLA, 2005, p. 30).

¹⁵⁴ BENOÎT (2004, p. 28). John Stuart Mill, na sua resenha de “*A democracia na América – Livro I*”, afirma que nos EUA aplicam-se princípios fundamentais da filosofia política e que foram difundidos por longo tempo (MILL, 1994, p. 58).

¹⁵⁵ ROUSSEAU (1983).

de forças. Para tanto, é preciso encontrar uma forma de associação que proteja a pessoa e os bens do associado e que mantenha a sua liberdade de obediência apenas a si. E isso é realizado pelo contrato social.

A aplicação da tese do pacto social nos EUA reflete o desejo dos seus habitantes de formarem um corpo político que se sustenta na igualdade e na liberdade política, vistas na seção 2. Estabelece-se, a partir dele, a condição de cidadão livre e igual a todos os homens, pois o contrato social, afirma Rousseau, funda a condição de igualdade entre os semelhantes. Os associados alienam todos os seus direitos (e privilégios) à comunidade que ordenará os seus destinos.

Há, nos EUA, um contrato social pactuado entre homens de semelhante natureza e características, o que fortalece esse agrupamento como um corpo uno. Para esta tese, é importante destacar que são homens de análoga constituição moral e intelectual. Eles são movidos pelos seus interesses particulares e usam da razão para se organizarem politicamente. A comuna da Nova Inglaterra reflete essa organização racional, da qual os homens afastam quaisquer paixões e necessidades do momento para constituírem, em conjunto com os seus semelhantes, um espírito comunal capaz de disciplinar o que se está denominando como interesses comunais.

O interesse comunal era construído a partir dos interesses dos habitantes da comuna. E, como elas não eram muito extensas, seus habitantes tinham “mais ou menos os mesmos interesses”¹⁵⁶. Para Tocqueville, há uma relação lógica entre a extensão da província em termos de números de habitantes e a existência de interesses convergentes e divergentes. Uma grande nação poderia ter grandes conflitos de interesses, o que inviabilizaria possíveis soluções para esses conflitos, e nas pequenas comunas ter-se-ia o oposto, pois praticamente não haveria conflitos de interesse. As comunas tendiam a ser comunidades democráticas em que a tranquilidade social era possível.

Há, na redação impressa de “*A democracia na América – Livro I*”, a afirmação de que as paixões fatais pelas repúblicas crescem com a extensão destas. Esta asserção foi defendida por Beaumont, quando revisou e publicou os manuscritos¹⁵⁷, e resume bem o pensamento de Tocqueville. Ao crescer, uma nação aumenta seus poderes, suas riquezas e, com isso, alarga suas paixões e torna mais difícil a moderação dos desejos de seus habitantes. Ela dificulta, também, uma harmonia entre os interesses particulares, que se diversificam e se corrompem pelas paixões e necessidades imediatas do homem. Com isso, percebe-se que não

¹⁵⁶ TOCQUEVILLE (1990a, p. 72).

¹⁵⁷ Nota p em TOCQUEVILLE (1990a, p. 122).

há como formar um interesse comunal.

Mas como se forma esse interesse comunal na prática americana? A partir de uma organização administrativa e política democrática. A Nova Inglaterra foi desde a sua origem, uma província autônoma cuja administração dos negócios públicos era construída de forma coletiva e aberta ao debate público. É o povo que deve se encontrar em espaços institucionais para deliberar sobre o interesse comunal, que é o interesse de toda comuna.

Isso decorre do fato, como já dito, de serem homens enraizados em uma experiência política baseada na ideia soberania do povo. Tocqueville acreditava que esta ideia é impulsionada pela combinação do espírito de religião com o espírito de liberdade¹⁵⁸. Os emigrantes da Nova Inglaterra eram puritanos, e o puritanismo era, para o autor, uma doutrina religiosa e também uma teoria política que pregava a liberdade de participação ativa de todos os semelhantes nos assuntos da sociedade¹⁵⁹.

O princípio da soberania do povo é reconhecido nas comunas da América, mesmo quando ainda obedeciam à metrópole. Tocqueville afirma que ele estava escondido nas assembleias provinciais e se expandia em segredo¹⁶⁰. Após a revolução, a soberania do povo tornou-se a maior lei dos Estados.

Em uma nota do seu manuscrito, Tocqueville define a soberania do povo como o direito de um povo de escolher seus governantes e diz que isso é diferente do direito que cada indivíduo tem de fazer parte do governo¹⁶¹. No texto impresso essas afirmações não foram reproduzidas, pois parece que isso geraria um paradoxo na sua obra. Tocqueville claramente optou por não conceituar a ideia da soberania do povo porque sua definição traria uma contradição em relação à experiência da soberania nas comunas.

Fundada na igualdade, na ausência de aristocracia e na soberania do povo, a comuna da Nova Inglaterra era o embrião de um estado social democrático no qual é possível que sejam instituídos interesses comuns que direcionarão a atuação dos cidadãos. Esses cidadãos eram sujeitos de direitos e de deveres para com a comuna. Eles usufruíam de direitos garantidos pelo estado social democrático¹⁶².

É importante observar que o mais importante para os americanos era a garantia dos seus direitos políticos. Para eles era indispensável a prática desses direitos pela participação

¹⁵⁸ Luis Diez Corral aproxima o tema da relação entre fé e liberdade com o pensamento de Benjamin Constant (DIEZ DEL CORRIAL, 1989, p. 70).

¹⁵⁹ TOCQUEVILLE (2005, p. 51).

¹⁶⁰ TOCQUEVILLE (1990a, p. 66).

¹⁶¹ Nota e em TOCQUEVILLE (2005, p. 46).

¹⁶² A igualdade que era a base da Nova Inglaterra penetra no mundo político, especialmente, pelo estabelecimento de direitos políticos iguais dados a todos os cidadãos.

nos negócios públicos. A experiência da participação direta do cidadão nas instituições da comuna é o que, afirma Tocqueville, torna o homem democrático virtuoso¹⁶³.

Esse conceito de virtude¹⁶⁴ é diferente do conceito de virtude de importantes pensadores. Montesquieu, por exemplo, define virtude, princípio do governo republicano, como o amor às leis e amor à pátria. Há um amor pela conservação da república e, diz o filósofo, “este amor, que exige que se prefira continuamente o interesse público ao seu próprio interesse, produz todas as virtudes particulares”¹⁶⁵. Isso, entretanto, não acontece numa democracia moderna que, como se viu, é uma sociedade comercial e industrial em que o homem age sempre na busca da satisfação dos seus interesses particulares.

Para Tocqueville, ser virtuoso não é subordinar o interesse particular ao interesse comum, mas compreender a harmonia que existe entre esses interesses uma vez que a satisfação do interesse comum reflete a própria satisfação do interesse particular. O homem virtuoso age no espaço público considerando o seu domínio sobre si mesmo, controlando a tentação de busca exclusiva do seu bem-estar, a fim de impedir que se viole o direito dos demais cidadãos. Ela age, assim, por uma determinação racional.

O conceito de virtude e a relação entre o interesse particular e o interesse comum serão esclarecidos na seção 4 desta tese. Entretanto, é indispensável compreender que o interesse comum se distingue do interesse comunal que está sendo apresentado nesta seção. Na obra “*A democracia na América – Livro I*”, Tocqueville se refere ao interesse comum de um determinado corpo social e, por isso, quando se utiliza desse termo está se referindo ao interesse comunal. Apenas no *Livro II* da obra “*A democracia na América*”, ele irá desenvolver o tema do interesse comum, o que será objeto central de análise da próxima seção desta tese.

O interesse comum e o interesse comunal são espécies do termo interesse público, como visto no item 2.2 desta tese, mas não se confundem. Ambos se definem em contraposição ao interesse particular, pois representam virtudes sociais que estariam ameaçadas pelo excesso de afeições privadas. E são categorias políticas que, semanticamente, surgiram na modernidade como forma de controle das paixões danosas dos homens¹⁶⁶.

Os termos, contudo, se diferenciam. O interesse comunal, a que se refere Tocqueville

¹⁶³ TOCQUEVILLE (2005, p. 277). Sobre a relação entre interesse e virtude ver a dissertação de mestrado de Roberta Nicolette (NICOLETE, 2012), Allen (1998) e Araújo (1996).

¹⁶⁴ O tema da virtude será melhor trabalho na seção 4 desta tese.

¹⁶⁵ MONTESQUIEU (2005, p. 46). Ver o artigo Filgueiras (2009), que debae o tema dos vícios e virtudes entre Montesquieu e Tocqueville, a fim de refletir sobre a questão da corrupção. Sobre a temática dos vícios e virtudes da democracia no pensamento toquevilliano, ver também Reis (2006).

¹⁶⁶ HIRSCHMAN (1975, p. 45).

em “*A democracia na América – Livro I*”, é o interesse partilhado pelos cidadãos de uma comunidade. Os membros da comuna constroem, em conjunto e de forma democrática, consensos sobre os bens comuns que devem ser conservados pela província e são eles que compõem o interesse comunal.

Já o interesse comum vai além da dimensão contextual de uma determinada sociedade, é um princípio republicano que se caracteriza pela historicidade e pela universalidade¹⁶⁷. Ele se estabelece considerando as variações de espaço e tempo e os diversos contextos culturais. E, nesse sentido, relaciona-se à formação cívica, cultural e institucional de uma sociedade que busca, especialmente, a realização do princípio republicano.

Mas, além disso, é algo que pode ser universalizável e não apenas consensualmente construído. É uma categoria política operacional que não se aplica a situações particulares. Ele se refere a um bem comum geral, podendo ser uma justificativa para a defesa de minorias, o debate sobre privilégios, etc.

A relação entre virtude e direitos políticos será, como já dito, apresentada na seção 4 desta tese, entretanto, é importante ressaltar que não basta prescrever normativamente os direitos políticos numa sociedade. Para a construção de interesse comunal é indispensável que os homens sejam virtuosos e capazes de exercer escolhas em prol do bem comum, mas isso se aprende com a prática efetiva dos direitos políticos.

O cidadão da Nova Inglaterra é um homem de interesses e participa da administração da comuna por compreender que a sua participação é útil para a realização dos seus interesses individuais. E eles são virtuosos, nos termos tocquevillianos, exatamente pelo fato de participarem ativamente da administração e do governo da comuna.

Nesse mesmo sentido, Jean-Fabien Spitz afirma que, para Tocqueville, só a prática desses direitos pode, “quando ela vem apoiada na razão que mostra o liame entre o interesse geral e o interesse particular, constituir um motivo verdadeiro capaz de pousar os homens no civismo e no engajamento virtuoso na gestão dos negócios comuns”. Ou seja, a virtude não é apenas um produto da razão, mas ela se constitui pela experiência política de um povo.

Para que tal participação efetivamente aconteça, a Nova Inglaterra estabeleceu instituições comunais que tornam possíveis a autoadministração da comuna. Tocqueville cita em “*A democracia na América – Livro I*” que havia dezenove funções principais na comuna e que “cada habitante é obrigado, sob pena de multa, a aceitar essas diferentes funções”¹⁶⁸. O exercício dos direitos políticos compreende também a responsabilidade do cidadão em relação

¹⁶⁷ O interesse comum como princípio republicano possui outras características, mas para a diferenciação pretendida nesta seção basta explicitar essas duas.

¹⁶⁸ TOCQUEVILLE (2005, p. 75).

aos seus deveres cívicos. O cidadão na Nova Inglaterra era obrigado a trabalhar em prol da administração da província, como magistrado, coletor de imposto, escrivão, caixa dos fundos, etc.

Outra forma de efetiva participação do cidadão era a partir da instituição comunal democrática denominada *select-men*. Os poderes administrativos ficavam na mão de um pequeno grupo de indivíduos eleitos e havia uma rotatividade anual entre eles. Os *select-men* se equiparam aos prefeitos e são executores das vontades populares. Eles também possuíam o direito de convocar a reunião comunal (*town-meeting*) e podiam ser provocados a convocá-la. Essas reuniões eram, na verdade, assembleias populares.

Nas reuniões, “a lei da representação não é admitida. É na praça pública e no seio da assembleia geral dos cidadãos que se tratam, como em Atenas, os assuntos concernentes ao interesse de todos.”¹⁶⁹ Tocqueville cita, neste ponto, um espaço público semelhante à ágora. O autor não cita suas referências intelectuais por querer se afastar de qualquer tradição para escrever algo original, entretanto essas referências podem ser claramente, como nesse caso, inferidas do seu texto¹⁷⁰.

Os norte-americanos exercem sua soberania a partir de mecanismos que, no âmbito comunal, não passam pelo instituto da representação¹⁷¹. A representação, nos Estados Unidos, é necessária para tratar de negócios gerais do Estado, mas não é algo presente nas comunas. Esta ausência de representação nas províncias é uma característica importante, pois o seu efeito é o exercício direto do poder pelo povo, que já analisamos.

Essa participação direta do povo nos negócios públicos parece ir contra a tese de Montesquieu de que o povo só deve participar do governo para escolher os seus representantes. Montesquieu diz que:

Como, em um Estado livre, todo homem que supostamente tem uma alma livre deve ser governado por si mesmo, seria necessário que o povo em conjunto tivesse o poder legislativo. Mas, como isso é impossível nos grandes Estados e sujeito a muitos inconvenientes nos pequenos, é preciso

¹⁶⁹ TOCQUEVILLE (2005, p. 48-49).

¹⁷⁰ Anteriormente a redação de “*A democracia na América – Livro I*”, Tocqueville teve um período de muitas leituras. Esse período é narrado como um período da juventude em que Tocqueville vai morar com o pai em Metz. O seu pai estava sempre muito ocupado e Tocqueville, solitário, começou a ler as obras que o pai tinha em sua biblioteca. Eram especialmente obras de escritores do século XVII e XVIII, mas havia também obras de escritores da antiguidade como Platão e Plutarco (DEL CORRAL, 1989, p. 101). Parece, então, possível afirmar a referência tocquevilliana à ágora.

¹⁷¹ Ressalte-se que a ausência de representação que é uma característica das comunas do estado social norte-americano é um tema importante na análise das paróquias medievais apresentadas por Tocqueville na obra *O Antigo Regime e a Revolução*.

que o povo faça através de seus representantes tudo o que não pode fazer por si mesmo¹⁷².

Para Montesquieu, portanto, o povo não tem capacidade para discutir assuntos do governo e é conveniente que escolham representantes capazes de realizar essas discussões. Entretanto, a representação não é uma característica das comunas norte-americanas. Ao contrário, elas se autogovernam e se autoadministram¹⁷³.

A existência das instituições comunais, combinada com educação de qualidade recebida pelos emigrantes da Nova Inglaterra resulta em um espaço público onde se torna possível criar consensos sobre o interesse comunal para o qual irá se direcionar a administração da província.

Essas instituições visam à preservação da vida ativa e da participação direta do povo nos negócios públicos. São instituições que estimulam a prática da cidadania e disseminam o espírito comunal, que é o compromisso dos homens em tratar das coisas da comuna. “O habitante da Nova Inglaterra apega-se à sua comuna não tanto porque nasceu nela, mas porque vê nessa comuna uma corporação livre e forte que faz parte e que vale a pena dirigir”¹⁷⁴. Não basta que a província tenha habitantes, mas é indispensável que tenha cidadãos, homens que participam ativamente da vida política.

A autoadministração da comuna é, portanto, um reflexo da liberdade de participação dos indivíduos nas negociações do interesse comunal. Essa liberdade comunal é a mais difícil de instituir, pois ela exige a incorporação de ideias e hábitos, a existência de leis que a garantam e o decurso do tempo que a consolide¹⁷⁵, mas, quando estabelecida numa sociedade, é mais difícil de oprimir.

Para Tocqueville, a liberdade comunal no estado social norte-americano, consolidada devido à existência de instituições comunais específicas, é o elemento central do caráter

¹⁷² MONTESQUIEU (2005, p. 170).

¹⁷³ Neste ponto, Tocqueville se afasta de Montesquieu e se aproxima de Rousseau. Eduardo Nolla afirma que o enfoque na falta de representação aproxima Tocqueville do pensamento rousseauiano, considerando a análise desse filósofo sobre as pequenas repúblicas (NOLLA, 1990b, p. 51, nota h). A relação entre Tocqueville e Rousseau será apresentada na seção 4. Na nota citada, Eduardo Nolla também compara a análise de Tocqueville em relação a falta de representação das comunas com o fenômeno das paróquias do antigo regime, tema que também será apresentado nesta seção (NOLLA, 1990b).

¹⁷⁴ TOCQUEVILLE (2005, p. 78).

¹⁷⁵ TOCQUEVILLE (2005, p. 71). Roger Boesche, no capítulo seis da sua obra *The Strange Liberalism of Alexis de Tocqueville*, explica que a liberdade comunal é difícil instituir por ser algo que não é natural à democracia. É uma arte que deve ser construída a partir da participação e da efetividade das liberdades locais. Ele afirma que, para Tocqueville, a democracia nem sempre implica liberdade, mas liberdade requer desconcentração e desconcentração requer participação (BOESCHE, 1987, p. 120-122). Ou seja, a liberdade requer participação. Por isso, o entusiasmo de Tocqueville em relação à monarquia medieval, em que era possível a existência de liberdades locais e de cooperação entre alguns habitantes. Ele não glorifica o período feudal, mas, afirma Boesche, compreende a importância do espírito de localidade para romper com o isolamento do cidadão e construir em cada homem o espírito de liberdade (BOESCHE, 1987, p. 118-119).

republicano das comunas. O interesse comunal que se estabelece a partir desta organização social contrabalança as paixões passageiras e o interesse do momento. Ou seja, o interesse comunal é uma chave central para afastar o egoísmo individual e a supremacia do interesse particular do homem¹⁷⁶.

Agnés Antoine afirma que as comunas reorientam os interesses individuais, dirigindo-os para um projeto comum que não gera nenhuma grande ambição para o homem. Ela cita que o desejo de glória, por exemplo, se converte em uma necessidade legítima de estima e reconhecimento¹⁷⁷. Ou seja, a comuna dispõe o homem para a vida ordinária comum na qual há um quadro de representações possíveis e concretas. Isso é diferente das grandes paixões que podem surgir quando o homem se vê inserido num contexto mais universal como o da humanidade. Integrado à comuna, o homem democrático está preocupado com a sua inserção nessa comunidade e com a sua participação na constituição do interesse comunal que permita o seu regular funcionamento.

A comuna, continua Agnés Antoine¹⁷⁸, é o que Tocqueville denomina de instituições livres e elas corrigem a tendência do homem democrático em se isolar de seus semelhantes. Ao contrário, ela põe o homem em movimento entre a esfera privada e a esfera pública, que se correlacionam. O cidadão da comuna se percebe como indivíduo, o que será visto na próxima seção, constituindo-se como sujeito de direitos individuais e de deveres para com o coletivo.

O homem, no estado social norte-americano, exerce seus direitos e cumpre seus deveres diariamente. É uma dinâmica contínua que exige da política estar sempre em movimento e cria no homem o gosto pelas práticas de cidadania, que, por sua vez, leva-o ao sentimento de amor à pátria. Tocqueville não se equivoca ao afirmar que as comunas são pequenas repúblicas.

Helena Esser dos Reis, apresentando o pensamento de Tocqueville sobre as associações, afirma que a comuna é a forma de associação política mais eficaz para envolver o homem nos negócios públicos, pois demandam soluções para problemas que estão mais próximos da vida e do interesse de cada um¹⁷⁹. A comuna, continua ela, é capaz de ligar os indivíduos à coletividade, preparando o cidadão para o exercício da vida coletiva em todos os níveis.

As comunas, como associações políticas, desenvolvem no homem o gosto pela

¹⁷⁶ Esta afirmação pode ser exemplificada com a seguinte frase de Tocqueville: “*la commune de la Nouvelle-Angleterre est ainsi constituée qu’elle peut servir de foyer à de vives affections, et en même temps il ne se trouve rien à côté d’elle qui attire fortement les passions ambitieuses du coeur humain*” (TOCQUEVILLE, 2005, p. 54).

¹⁷⁷ ANTOINE (2003, p. 98-99).

¹⁷⁸ ANTOINE (2003).

¹⁷⁹ ESSER DOS REIS (2002, p. 157).

liberdade, especialmente pela liberdade política. E impulsionam o cidadão democrático a se afastar de sua tendência ao isolamento, pois estimulam a permanente participação. A comuna fortalece o desejo de união em busca da construção de um interesse comum, em busca de condições materiais e morais importantes para a realização da vida coletiva.

A comuna e, em especial, suas instituições são imprescindíveis para a constituição de um corpo uno como uma sociedade democrática. O interesse comunal é algo que, em conjunto com a razão, só se constrói na prática política de uma sociedade que possui instituições livres, bem como a democracia só é possível de ser realizada em espaços em que a participação política do cidadão se faça efetiva.

A democracia é, como visto na seção 2, um estado social que se realiza a partir da igualdade e da liberdade política. Para Tocqueville, ela se operacionaliza por meio da ação dos homens que se justificam pela busca do que lhes é útil, sendo-lhes utilitárias a satisfação dos interesses particulares e a construção de interesses comuns aos habitantes de determinado corpo social.

O interesse particular e o interesse comunal permitem o funcionamento regular de um estado social democrático. Eles garantem a ação do homem em prol de si e da comunidade em que está inserido, e, com isso, garantem, nos Estados Unidos, a conservação e operacionalização da democracia.

3.3 Interesse nacional

As comunas norte-americanas são pequenas democracias que, apesar de bem funcionarem, não possuem força suficiente para se conservarem diante de guerras ou invasões estrangeiras. Elas podem ser facilmente colonizadas e desordenadas por povos que possuam meios eficazes para conquistarem o seu território.

Diante desse perigo, a Constituição dos Estados Unidos criou uma figura jurídica fictícia denominada União. A União é um ente do sistema federativo, que será apresentado nesta seção, e representa a nação¹⁸⁰. Cabe a ela manter a paz, declarar a guerra, realizar negócios com outras nações e cuidar de assuntos que se referem a todas as comunas.

O homem democrático norte-americano, movido por seus interesses particulares de ordem e segurança para garantia dos seus bens materiais, compreende que conservar a União é tão importante quanto conservar a sua comuna e, nos assuntos relacionados a esse ente, busca agir imbuído do interesse nacional.

O interesse nacional pode ser definido, a partir da obra *“A democracia na América – Livro I”*, como o interesse de um todo determinado. Trata-se do interesse da União, enquanto representante da Nação. São interesses “comuns a todas as partes da nação, como a formação das leis gerais e as relações do povo com os estrangeiros”¹⁸¹, e as partes da nação no contexto citado são os Estados.

Alexis de Tocqueville, em algumas passagens de *“A democracia na América – Livro I”*, refere-se ao interesse geral, remetendo-se, na verdade, ao interesse nacional. O interesse geral, assim como o interesse comum, será algo trazido pelo filósofo no *Livro II* de *“A democracia da América”* e será tratado na próxima seção desta tese. Há, na concepção de interesse geral, uma clara influência de Rousseau que é o autor considerado de maior influência em Tocqueville para a elaboração do seu *Livro II*.

O interesse geral aproxima-se da concepção de vontade geral em Rousseau, sendo aquele interesse que é universalmente partilhado por todos os cidadãos ou aquele que se dirige

¹⁸⁰ Não há uma definição clara do termo União e nem do termo nação em *“A democracia na América – Livro I”*. Sobre o tema é importante a leitura do artigo *Nations et Nationalismes* de Françoise Melonio que apresenta a nação como uma associação política a luz do pensamento de Alexis de Tocqueville (MELONIO, 1997, p. 60-75). Ela não é uma comunidade sensível, mas uma comunidade imaginária, uma associação voluntária. Para a autora, o debate sobre essa temática é realizado pelo filósofo nas suas reflexões sobre a colonização da Argélia, e é este o contexto que ela analisa no artigo citado. A nação não é, diz Melónio, um particularismo cultural coletivo. É uma associação para qual tende todos estados modernos. Cada nação teria como característica ser uma experiência histórica singular que marcham para a democracia. E para Tocqueville, continua Melónio, as sociedades modernas democráticas tendem a ser todas uniformes.

¹⁸¹ TOCQUEVILLE (2005, p. 98).

ao bem comum da sociedade, indo além do interesse particular de cada habitante. O interesse nacional, apresentado nesta seção, não se confunde com esse interesse geral.

O interesse nacional remonta principalmente à emergência dos Estados Nacionais, sendo um instrumento de ação política. Até o século XVIII, identificava-se a nação com a pessoa do soberano e os interesses do Estado eram entendidos como os interesses do próprio soberano. Com o surgimento do Estado nacional moderno, especialmente no século XIX, o interesse nacional não era mais representado pela ação de um soberano, mas refletia uma ponderação de vários interesses diversos dentro do Estado. Ele passa a ser o resultado da dinâmica política do Estado-Nação. E é esse o interesse objeto desta seção.

O interesse nacional, para Tocqueville, não trata dos interesses relacionados à satisfação das necessidades diárias da sociedade. O foco não é a vida cotidiana das províncias, mas as questões que são excepcionais, como as demandas militares e bélicas. Nos Estados Unidos, o poder de dirigir esses interesses nacionais está concentrado no mesmo lugar – na União –, fundando o que o autor denominou de centralização governamental¹⁸².

O tema da centralização é fundamental para a compreensão do percurso do pensamento de Alexis de Tocqueville, especialmente em relação ao tema do interesse nacional. Esse tema, claramente, afasta o autor do método imparcial com que busca desenvolver seus argumentos em “*A democracia na América – Livro I*”, pois desperta grande paixão, como afirma seu irmão Edouard de Tocqueville ao ler a seção intitulada “dos efeitos políticos da descentralização administrativa nos Estados Unidos”¹⁸³.

Raymond Boudon acredita que “*A democracia na América – Livro I*” é escrita a partir do princípio da neutralidade. Tocqueville não se preocupa com a veracidade das crenças filosóficas que descreve. De forma neutra, afirma Boudon, ele apenas busca explicar as razões pelas quais elas se instalam num determinado contexto¹⁸⁴. Entretanto, para esta tese, acredita-se que Tocqueville, apesar de querer explicar fatos, não é totalmente neutro como afirma Boudon. Tocqueville usa um estilo de linguagem claramente retórico em todos os seus textos. Ele busca as palavras certas para convencer o leitor dos seus posicionamentos e não faz apenas uma interpretação imparcial dos fenômenos. E, sendo assim, o principal exemplo dessa ausência de neutralidade está na análise de Tocqueville sobre a centralização governamental e administrativa, como veremos.

A centralização é um tema que percorre toda obra de Alexis de Tocqueville, e há

¹⁸² Pode-se criar, com isso, uma correspondência ente interesse nacional e centralização governamental.

¹⁸³ Os trechos principais da carta que Edouard discute o tema da centralização estão na nota c da página 69 da edição revista e argumentada por Eduardo Nolla (NOLLA, 2005, p. 69).

¹⁸⁴ BOUDON (2005, p. 26).

sobre ela diferentes pontos de vistas. Aurnaud Coutant afirma que há uma mudança no percurso do pensamento de Tocqueville em relação ao tema, especialmente se se considera a passagem do *Livro I* para o *Livro II* de “*A democracia na América*”¹⁸⁵. No *Livro I*, Tocqueville compara explicitamente a centralização nos Estados Unidos e na França, sendo que o tema serve de contraponto à temática da descentralização. Já no *Livro II*, a centralização é considerada como uma consequência da igualdade. A igualdade geraria o individualismo, e este o gosto pela centralização que conduz a sociedade para a existência de um poder único central e tutelar.

No *Livro II*, Tocqueville afirma que a democracia tende a isolar os homens, como vimos no item 2.2 desta tese, pois o homem democrático está sempre muito ocupado com a própria fortuna e em compará-la às dos demais. Nos Estados Unidos não existe nos homens o gosto natural de se ocupar com as coisas públicas. “A vida privada é tão ativa nos tempos democráticos, tão agitada, tão cheia de desejos, de trabalhos, que quase não resta mais energia nem tempo para a vida política de cada homem”. Ou seja, em geral, falta-lhes tempo para isso. Encerrados em si, os homens passam a desejar um poder central capaz de conservar a ordem e a segurança que lhes garantam o bem-estar material. Tocqueville, nos últimos capítulos da quarta parte de “*A democracia na América – Livro II*”, afirma que os cidadãos isolados precisam de um poder central, sob pena de desordem.

O gosto pela tranquilidade e pela manutenção da ordem, que reflete a necessidade do homem pela conservação do bem-estar, leva a democracia a uma tendência à centralização. No *Livro II*, que será analisado na seção 4 desta tese, compreende-se que há uma relação perigosa entre o isolamento individual e o crescimento da centralização que pode levar a sociedade a um despotismo.

Nos manuscritos de “*A democracia na América – Livro I*”, Tocqueville afirma que uma das maiores misérias do despotismo é que ele cria na alma humana uma espécie de gosto pela calma e pela obediência, que acaba por tornar o homem indiferente aos seus interesses e inimigo de seus próprios direitos¹⁸⁶. E, neste contexto, não há que se falar mais do interesse como princípio da democracia, não havendo razão para se compreender o que é um interesse nacional.

No despotismo não há nenhuma mecanismo capaz de manter a dinâmica política por muito tempo. Tocqueville critica expressamente Montesquieu em “*A democracia na América – Livro I*”, por esse filósofo dar uma honra ao despotismo ao colocá-lo como um regime

¹⁸⁵ COUTANT (2007, p. 391-393).

¹⁸⁶ TOCQUEVILLE (2005, p. 72, tradução nossa).

duradouro¹⁸⁷. A durabilidade de um regime, para Tocqueville, depende do concurso da vontade humana¹⁸⁸ e, para isso, é preciso que os homens tenham interesse na conservação da sociedade.

A centralização, segundo o *Livro II*, pode não criar força em uma nação, mas levar ao despotismo. Ela traz um risco de destruir a própria democracia e deve ser cuidadosamente considerada para a formação e o desenvolvimento das sociedades¹⁸⁹. A relação do despotismo, da centralização e dos efeitos da atitude dos indivíduos numa democracia possui diversas consequências que serão analisadas na próxima seção, cabendo nesta seção retomar a análise do tema a luz de “*A democracia na América – Livro I*”, em que se consideram os efeitos da centralização na organização da sociedade.

Em “*A democracia na América – Livro I*”, as reflexões de Alexis de Tocqueville sobre a centralização nos Estados Unidos têm como objetivo pensar a centralização na França. Antes de começar a escrever sobre a temática, ele envia uma carta para o seu pai e pede para ele explicar com detalhes como era o funcionamento da centralização no Estado francês. O filósofo está certo de que um dos grandes problemas na França era a centralização governamental e administrativa, como veremos.

Ao analisar a descentralização administrativa da Nova-Inglaterra, apresentada no item 3.2 desta tese, Tocqueville demonstra a existência de um sistema inverso ao presente na França da época. Ao contrário de uma descentralização, o que se tem é uma excessiva centralização¹⁹⁰. O processo de igualdade, na França, se desenvolveu rapidamente com a ajuda de uma revolução e disso decorreu uma rápida tendência para a ausência de corpos políticos intermediários entre o povo e o poder público. O que se viu foi uma necessária centralização para a manutenção da ordem.

François Mélonio¹⁹¹ esclarece que a diferença entre a França e os Estados Unidos no tema da centralização é uma consequência da própria constituição política desses países. Nos Estados Unidos, como já visto, a coletividade local ocorre antes da centralização, enquanto na França tem-se o inverso: a vida local é o resultado de um processo de descentralização que só perde suas características aristocráticas durante o período revolucionário.

¹⁸⁷ TOCQUEVILLE (1990, p. 106).

¹⁸⁸ Nota y em TOCQUEVILLE (2005, p. 77).

¹⁸⁹ Nota e em TOCQUEVILLE (1990a, p. 70). No manuscrito Tocqueville faz mais observações sobre a centralização governamental do que as que estão no texto impresso. Ele afirma que essa centralização seria um elemento despótico e a descentralização administrativa poderia afastar o risco do despotismo por dividir o poder. Gustavo de Beaumont, ao ler o manuscrito, observa que isso é um pensamento falso e, talvez por isso, Tocqueville tenha retirada da sua obra suas outras reflexões sobre o tema.

¹⁹⁰ Jean-Claude Lamberti afirma que Benjamin Constant já havia denunciado os perigos da centralização excessiva na França e que provavelmente Alexis de Tocqueville conhecia essa denúncia (LAMBERTI, 1983).

¹⁹¹ MELONIO (1993, p. 206).

A centralização francesa era, para Tocqueville, uma combinação entre a centralização governamental e centralização administrativa que gera um sério risco de se transformar num Estado despótico, o que não acontece nos Estados Unidos. E é por isso que o autor dará grande importância para a compreensão da centralização na organização política norte-americana. Ele separou uma seção de “*A democracia na América – Livro I*” para pontuar melhor as questões que envolvem o tema.

Primeiramente, Tocqueville diferencia a centralização governamental e a centralização administrativa¹⁹². A centralização governamental é o poder de dirigir os interesses gerais da nação; e a centralização administrativa é o poder de dirigir os interesses específicos de certas partes da nação, como os interesses comunais, os quais foram tratados no item 2.2 desta seção. Afirma o autor que:

[...] não conseguiria conceber que uma nação seja capaz de viver nem, sobretudo, de prosperar sem uma forte centralização governamental. Mas penso que a centralização administrativa só serve para debilitar os povos que a ela se submetem, porque tende sem cessar a diminuir entre eles o espírito de cidadania¹⁹³.

A potência de um Estado decorre da sua centralização governamental que operacionaliza e fortalece a força nacional, a obediência às leis gerais fixa uma autoridade comum depositária dos interesses gerais dos cidadãos. Mas ela não se confunde – e não deve se confundir para Tocqueville – com a centralização administrativa que entrega o poder de gerir as províncias a uma autoridade e afasta o homem da participação e da responsabilidade pelos negócios públicos da comunidade em que está inserido.

O estado social democrático que combina centralização governamental e centralização administrativa corre um sério risco de se transformar num Estado despótico, como é o caso da França. Tocqueville questiona “como resistir à tirania num país em que cada indivíduo é fraco e em que os indivíduos não estão unidos por nenhum interesse comum?”¹⁹⁴ Tocqueville encontrará a resposta para esta pergunta no estado social norte-americano em que a centralização é apenas governamental, pois é administrado de forma descentralizada. A centralização governamental nos Estados Unidos se realiza a partir do modelo do federalismo.

¹⁹² Faguet afirma que se trata de uma distinção ilusória e que não tem valor teórico. Para ele, ela estaria sendo usada apenas como método para comparar as instituições da França e dos Estados Unidos. Discordamos desse autor, pois é uma distinção muito importante dentro da sistemática política e constitucional norte-americana e que gerou consequências práticas, mas também enormes debates teóricos que podem ser analisados da leitura atenta de *Os Federalistas* (MADISON; HAMILTON; JAY, 1984). A distinção entre a centralização administrativa e a centralização governamental também é questionada por François Burdeau, citado por Jean-Louis Benoît, que afirma que ninguém dirá onde acaba o governamental e onde começa o administrativo (BENOÎT, 2000, p. 129).

¹⁹³ TOCQUEVILLE (2005, p. 99).

¹⁹⁴ TOCQUEVILLE (2005, p. 109).

A compreensão do federalismo norte-americano é importante para a construção da relação entre o interesse nacional e a democracia. A base do federalismo são as comunas, e a descentralização é o princípio do sistema político norte-americano. Entretanto, para os EUA se conservarem a partir desse princípio, foi necessário criar uma organização política em que o homem, movido por seu interesse particular, compreendesse que é útil, em determinados casos, a prevalência do interesse nacional.

Os interesses das diversas comunas norte-americanas não são uniformes e elas podem entrar em conflito permanente sobre questões pontuais, como o comércio entre elas, por exemplo. Uma possível solução desses conflitos de interesses é o estabelecimento prévio de regras fundadas no interesse geral da nação.

Pensando nisso, delegados de doze estados norte-americanos se uniram em uma convenção que elaborou o projeto da Constituição Federal de 1787 e, neste período, o congresso norte-americano aprovou uma resolução para que os Estados, nas respectivas convenções, debatessem o novo texto constitucional. Como cada estado era uma pequena nação soberana, ele deveria referendar a nova Constituição para que ela vigorasse em todo o território nacional. Esse debate durou aproximadamente dez anos e uma série de artigos foi publicada por Alexander Hamilton, John Jay e James Madison nos jornais de Nova Iorque para dar consistência teórica à discussão. Os artigos foram reunidos numa obra clássica da teoria política e constitucional denominada *Os Federalistas*.

Alexis de Tocqueville cita expressamente em “*A democracia na América – Livro I*” a obra “*Os federalistas*” para demonstrar a importância de se defender o interesse da União, em alguns casos. No segundo artigo dessa obra, os autores expressam que “se contribui mais para interesse do povo da América, que ele integre, para todos os propósitos gerais, uma nação sob o governo federal”¹⁹⁵. E esse é o tom da obra que remete à noção de interesse para justificar que a prosperidade do povo da América depende da manutenção da sua união.

Os norte-americanos são, diante desse debate constitucional, convencidos de que é útil à satisfação dos seus interesses privados e indispensável à manutenção do interesse das comunas que a América esteja unida a partir de uma organização política federal. O ponto inicial dos Federalistas é que a existência de um governo federal é um requisito para a segurança nacional, no âmbito interno e externo.

A União, defende os autores de “*Os federalistas*”, não é afetada pelos interesses e paixões de uma parte do todo. Ela se mantém afastada das contingências locais e, por isso, está menos propensa a cometer injustiças e mais competente para, agindo de forma moderada,

¹⁹⁵ MADISON; HAMILTON; JAY (1984, p. 103).

evitar insurreições e conflitos entre as comunas. Além disso, à União cabe tratar com maior eficiência a segurança do povo, que “é de interesse de todos e não pode ser estabelecida sem um governo”¹⁹⁶. Compete a um governo federal previamente criado no texto constitucional colocar a nação em uma situação que, ao invés de incentivar a guerra, busque reprimi-la a fim de que haja a manutenção da paz.

O federalismo, afirma Tocqueville, “foi a última (forma) a aparecer; foi apenas uma modificação da república, um resumo dos princípios políticos difundidos na sociedade inteira antes dela e subsistindo na sociedade independentemente dela”¹⁹⁷. O autor acredita que a forma de governo federal surgiu como uma consequência lógica da organização governamental e administrativa que já estava consolidada. As comunas e os estados já tinham suas atribuições delimitadas, cabendo à União as competências residuais.

Ao Governo Federal dos Estados Unidos (União) competia, portanto, representar os princípios políticos difundidos em toda a sociedade e a manutenção da paz do país. Ele possuía competência restrita de atuação e, por isso, parecia uma pequena república¹⁹⁸. A regra era a administração dos interesses pelos Estados. “A vida política ou administrativa se encontra concentrada nos três focos de ação que poderiam ser comparados aos diversos centros nervosos que fazem mover o corpo humano.”¹⁹⁹. Ou seja, a política e a administração da coisa pública se operacionalizam a partir de três sistemas: a comuna, o condado²⁰⁰ e o Estado. Com isso, o federalismo criado nos Estados Unidos, afirma Tocqueville, conseguia unir as vantagens das pequenas nações com as vantagens das grandes nações.

Alexis de Tocqueville acredita que o federalismo tem desvantagens e vantagens. As suas desvantagens, diz ele, estão presentes em detalhes da ação do governo, como na inexecução de determinados empreendimentos que interessam a todos os Estados, por não haver agentes da administração nacional para dirigi-los nas comunas ou condados. Entretanto, a maior governabilidade das pequenas províncias força os cidadãos a participarem do governo e do desenvolvimento do bem-estar social, pois o povo se torna responsável pela administração da comunidade a que pertence.

Tocqueville, na nota 51 do capítulo V de “*A democracia na América – Livro I*”, combate o argumento de que a centralização administrativa pode gerar maior organização

¹⁹⁶ MADISON; HAMILTON; JAY (1984, p. 115).

¹⁹⁷ TOCQUEVILLE (2005, p. 69).

¹⁹⁸ Tocqueville afirma que a União vive livre e feliz, como uma pequena nação (TOCQUEVILLE, 1990, p. 184).

¹⁹⁹ TOCQUEVILLE (2005, p. 70).

²⁰⁰ O condado não será objeto de análise nesta tese por ser algo inexistente politicamente para Tocqueville. O autor refere-se a ele em apenas cinco parágrafos de uma seção do capítulo V, afirmando que é uma criação puramente administrativa sem grandes efeitos para os argumentos da sua obra (TOCQUEVILLE, 1990, p. 80-81).

administrativa, especialmente por estar nas mãos de grandes homens. Comparando as comunas francesas, que não são autoadministradas, com as americanas, diz ele:

[...] vejo a maioria dessas comunas francesas, cuja contabilidade é tão perfeita, mergulhada numa profunda ignorância de seus verdadeiros interesses e entregues a uma apatia tão invencível, que a sociedade nelas parece mais vegetar do que viver; de outro lado, percebo nessas mesmas comunas americanas, cujos orçamentos não são elaborados com base em planos metódicos, nem sobretudo uniformes, uma população esclarecida, ativa, empreendedora, contemplo nelas uma sociedade sempre em trabalho. Esse espetáculo me surpreende, porque a meu ver a finalidade principal de um bom governo é produzir o bem-estar dos povos e não estabelecer uma certa ordem no seio da miséria deles²⁰¹.

A apatia e a indiferença em relação ao lugar em que se habita são algo pior do que a ausência de uma administração de excelência. Nas comunas francesas há mais súditos do que cidadãos²⁰². Tocqueville afirma preferir, portanto, a forma de descentralização administrativa norte-americana por causa dos efeitos políticos. Um poder central não consegue cuidar de todos os detalhes da vida de um grande povo e, nessa tarefa, “contenta-se com um resultado bastante incompleto ou se esgota em esforços inúteis”²⁰³. A centralização administrativa tende a considerar a ação humana a partir de uma uniformidade que não reflete as particularidades das comunidades. O resultado disso é a não satisfação das necessidades locais que influem na vida cotidiana de um povo.

Raymond Aron diz que Tocqueville segue a convicção da filosofia clássica que exige um grande Estado para dispor de segurança e um pequeno para que a legislação se adéque às diversas circunstâncias²⁰⁴. Há grande influência de Montesquieu nessa convicção tocquevilliana, para quem a república federativa “possui todas as vantagens internas do governo republicano e a força externa da monarquia”²⁰⁵. A forma federativa, para o filósofo, previne todos os inconvenientes que podem ocorrer numa sociedade, pois fortalece e protege as pequenas repúblicas e evita as ambições que grandes impérios geram no homem.

No capítulo II do livro nono da segunda parte de “*O espírito das leis*”, Montesquieu apresentou duas condições para a constituição federativa de uma sociedade. A primeira é que a república seja composta por Estados de mesma natureza, devendo ser livres e republicanos. A segunda é que esses Estados façam uma aliança, unindo-se numa confederação. Essas duas

²⁰¹ TOCQUEVILLE (2005, p. 523-524).

²⁰² TOCQUEVILLE (2005, p. 105).

²⁰³ TOCQUEVILLE (2005, p. 103).

²⁰⁴ ARON (2003, p. 331).

²⁰⁵ MONTESQUIEU (2005, p. 141).

condições são preenchidas pelos Estados Unidos descritos em “*A democracia na América – Livro I*”, podendo este país ser considerado uma verdadeira república federativa.

O sistema federativo é uma teoria complicada e requer, para Tocqueville, “um uso cotidiano das luzes e de sua razão”²⁰⁶. Ele foi estabelecido pela segunda constituição americana, por constituintes que já não estavam envolvidos por grandes paixões políticas. A União, por exemplo, é um ente federativo imaginário com uma atuação que exige inteligência para ser delimitada. Essa complexidade do federalismo já havia sido estudada por Tocqueville, a partir de seu contato com Guizot, que descreve o federalismo como um sistema complexo por ter de conciliar independência e liberdade local com submissão geral²⁰⁷.

É importante observar que o sistema federativo só funcionará se o cidadão transportar, em determinados momentos, o interesse que lhe move como cidadão que é o interesse comunal, para o interesse nacional, defendendo a União e a sua prosperidade quando lhe parecem úteis e em casos excepcionais.

A última referência de Tocqueville no tocante ao interesse nacional está na seção sobre a crise que gera o momento de eleição para presidente. Para ele, apesar da pequena influência do presidente nos negócios públicos que são realizados mais no âmbito da comuna, a toda nação interessa a sua eleição: “Ora, um interesse, por menor que seja, adquire um caráter de grande importância a partir do momento em que se torna um interesse geral.”²⁰⁸ Ou seja, um tema que interessa a todos os habitantes da nação é um interesse geral da nação.

O momento das eleições presidenciais é, para Tocqueville, um momento de crise, pois é um período em que todas as paixões se agitam. E o presidente não governa mais no interesse do país, mas dirige suas ações para o seu interesse particular na reeleição. A grande preocupação do autor com esse momento está no fato de o povo viver um período de instabilidade política advindo ações realizadas considerando apenas suas paixões e necessidades do momento presente. Neste momento, há o risco constante do interesse geral da nação ser substituído pelo interesse individual, o que prejudicaria o funcionamento e a conservação do estado social democrático.

É importante que o homem democrático apegue-se “a cada um dos interesses do país como se fossem os seus”²⁰⁹. O interesse nacional não deve ser substituído pelo interesse particular, mas o interesse particular deve levar o homem à defesa do interesse geral da nação. É preciso acreditar que a prosperidade da nação é condição indispensável para o seu bem-

²⁰⁶ TOCQUEVILLE (2005, p. 185).

²⁰⁷ Este ponto foi bem colocado por Eduardo Nolla, na nota z da página 126 da sua edição de “*A democracia na América – Livro I*” (NOLLA, 2005, p. 126).

²⁰⁸ TOCQUEVILLE (2005, p. 152).

²⁰⁹ TOCQUEVILLE (2005, p. 107).

estar e, por esta utilidade, deve ser defendida.

3.4 Interesse e a democracia utilitária

O interesse como um princípio da democracia é uma tese construída nesta seção a partir de um modelo epistemológico, qual seja, os EUA de 1831. Trata-se de um método indutivo que persegue a linha metodológica e argumentativa realizada pelo próprio autor que se está analisando²¹⁰. As práticas políticas norte-americanas descritas por Tocqueville permitem inferir significados ao termo interesse e, como se viu, demonstram esse termo como uma categoria fundamental para o contexto democrático.

Tocqueville, afirma Manent, busca na experiência política norte-americana uma essência, uma natureza da democracia²¹¹. Ele quer descobrir nos EUA o que se deve temer e o que é permitido esperar de uma sociedade democrática. E, nessa seção, perseguiu-se esse percurso indutivo proposto por Tocqueville ao definir e analisar o experimento americano, a fim de compreender a sociedade democrática moderna.

A democracia americana é, em alguma medida, o caso de todo o gênero humano e, em “*A democracia na América – Livro I*”, Tocqueville apresenta o interesse como uma categoria política fundamental capaz de dar alicerce a uma sociedade que não se sustenta mais sob os dogmas da virtude ou da fé. Os Estados Unidos oferecem uma resposta concreta a uma questão colocada nesta seção: o que une os homens democráticos que estão cada vez mais preocupados com a sua vida privada? O que faz o homem democrático agir no espaço público se está preocupado apenas com o seu espaço privado?

A resposta dada por Tocqueville e desenvolvida nesta seção é que é o interesse o princípio da ação e da razão na democracia. O interesse é uma teoria social que estabelece que o homem deve agir visando o que lhe é útil; e é uma teoria da ação, pois move o homem em direção ao seu interesse particular, ao interesse comunal e ao interesse nacional que dão alicerce para o funcionamento da organização política e social do estado social democrático norte-americano.

A base da constituição moral do homem democrático é a satisfação do seu interesse

²¹⁰ Livia Franco afirma que Alexis de Tocqueville é adepto de um racionalismo de base empírica, realizando uma passagem da experiência particular para as generalizações. O saber, diz ela, principalmente no domínio da política, não nasce do raciocínio abstrato, mas da experiência política (FRANCO, 2012, p. 38). E é, nesse sentido, que Tocqueville segue sua linha argumentativa.

²¹¹ MANENT (1993, p. 9).

particular, considerando-o como as necessidades e desejos mais imediatos. A principal necessidade desse homem é o seu bem-estar material e ele se move conscientemente na direção de sua satisfação. No item 3.1 desta seção, restou claro que disso resulta duas consequências importantes que contribuem para o funcionamento da democracia: o homem democrático entende que são úteis para assegurar o seu interesse particular a obediência à lei e o patriotismo. Ele obedece à legislação e ama a pátria por entender sua utilidade no âmbito da sua esfera privada.

Além disso, o homem democrático compreende a importância da sua participação na esfera pública para fins de satisfazer os seus interesses. É imprescindível que ele se apresente nas discussões e na construção do interesse comunal da comunidade em que está inserido, pois só assim irá garantir que seus interesses sejam defendidos e que prevaleçam nas decisões políticas. A participação política do cidadão é um instrumento político de grande utilidade para que o cidadão garanta a satisfação dos seus interesses no âmbito político.

E, também, a defesa do interesse nacional se faz útil para o homem democrático e para regular funcionamento da democracia. Esse interesse refere-se à constituição de um espaço político nacional capaz de unir as pequenas comunas, transformando o país em um corpo político forte, unido e capaz de manter a ordem e a tranquilidade indispensáveis para a manutenção do bem-estar material do homem.

Na perspectiva apresentada nesta seção, parece que tudo é feito por interesse no estado social democrático norte-americano. Ou melhor, tudo é feito considerando o que é útil ao homem democrático. A utilidade marca a busca do homem, sendo uma dimensão transversal que impregna todas as esferas de sua vida.

Por isso, propõe-se neste item final, pensar a relação entre o interesse e a democracia utilitária. Considera-se o termo democracia utilitária a partir do pensamento do sociólogo Christian Laval. No capítulo III da sua obra *“L’Ambition Sociologique”*, ele escreve sobre Tocqueville e a democracia utilitária. Para ele, Tocqueville apresenta uma democracia que se funda numa concepção utilitarista, que ignora todo sacrifício autêntico, puro e desinteressado do homem democrático em prol do corpo político. O utilitarismo²¹² é posto pelo sociólogo como algo que está na linguagem de Tocqueville, nas suas descrições das práticas sociais e como uma categoria teórico-política.

²¹² O utilitarismo a que se refere Laval parece corresponder a doutrina filosófica representada pelos filósofos e homens políticos Jeremy Bentham (1748-1832) e John Stuart Mill (1806-1873). De forma geral e bastante sucinta compreende-se utilitarismo a doutrina que faz coincidir o bom com o útil, considerando como referência a atividade prática e política. A utilidade é a propriedade de algo produzir alguma vantagem, benefício ou prazer para um homem ou para uma comunidade em geral. Para eles, a utilidade deve ser a base da ação política e legislativa.

Laval não afirma que Tocqueville seja um pensador do utilitarismo, pois compreende que ele é, na verdade, o pensador da democracia. Entretanto, o sociólogo defende que todas as articulações do que se entende por utilitarismos são postas e analisadas na obra “*A democracia na América*”. Ele afirma que Tocqueville, por exemplo, não utiliza o termo utilitarismo por questões históricas, pois a palavra ainda não compunha o léxico político gramatical da época. Contudo, o filósofo usa termos correlatos e que integram a teoria utilitarista, como útil, utilidade, interesse, doutrina do interesse, utilidade pública, paixões, bem-estar, etc²¹³.

Laval observa o pensamento de Tocqueville sobre a democracia a partir da questão do utilitarismo, considerando o estado social democrático como uma sociedade que partilha crenças voltadas para a própria necessidade. O utilitarismo democrático, ilustrado na organização social e política norte-americana, não é algo que destrói os vínculos sociais, mas é, para Laval, uma representação possível e viável das relações humanas à época da democracia. Ele auxilia na preservação da liberdade e assegura a manutenção e o funcionamento das instituições políticas.

Alexis de Tocqueville, em “*A democracia na América – Livro I*”, parece realmente aceitar a ideia do interesse e da utilidade como razão social última e fundamental da democracia, pois, como acertadamente apresenta Laval, “o interesse é o único princípio da ação projetado para funcionar e é o que melhor atende o auto regulamento do comportamento individual”²¹⁴. Ou seja, numa sociedade em que o homem só aceita obedecer a si mesmo e a sua razão individual, o interesse é uma categoria política indispensável para a normatização social, para a manutenção da ordem e para o regular funcionamento institucional.

O interesse é um meio, um instrumento capaz de criar um elo sem o qual não se pode compreender as relações entre igualdade e liberdade. E o fim da democracia, para Tocqueville, é o permanente equilíbrio entre a igualdade e a liberdade, entendendo-a como liberdade política e participação. É esse equilíbrio que mantém o funcionamento da democracia, afastando-a dos seus riscos e obstáculos.

Nesse contexto, o interesse é um princípio fundamental. Ele justifica a não dissociação do corpo político e impulsiona o homem na conquista da sua liberdade política. O interesse particular move o homem democrático a agir conforme o que é útil, o que inclui a manutenção da sociedade, a garantia da satisfação do interesse geral e a construção de um interesse comum, tornando possível o exercício da liberdade.

²¹³ LAVAL (2002, p. 155). Agnès Antoine afirma que a democracia é um regime que se apoia no princípio utilitarista segundo o qual os interesses do maior número de habitantes devem ser preferidos aos da minoria (ANTOINE, 2003, p. 44). Ou seja, há um princípio utilitarista na própria concepção geral da democracia que se afirma como algo útil a uma maioria.

²¹⁴ LAVAL (2002, p. 191).

As teses apresentadas nesta seção suscitam uma nova pergunta: qual o problema de se fundar uma democracia na noção de interesse, considerando-o como o agir conforme o que é útil? Quais as consequências políticas de uma democracia utilitária? Qual o problema de uma democracia utilitária que não busca ter como alicerce nenhum aspecto moral? Ela se sustenta no tempo? Se se considerar as demais obras de Alexis de Tocqueville, indo além do disposto em “*A democracia na América – Livro I*”, pode-se afirmar que Tocqueville realmente apresenta uma democracia utilitária?

Esta tese segue com o objeto de pensar possíveis respostas para estas perguntas. E, para tanto, o próximo caminho é compreender o que ele denominou de interesse bem compreendido. O interesse bem compreendido é citado expressamente em apenas duas passagens de “*A democracia na América – Livro I*”, parecendo compreender o interesse do homem em afastar suas paixões e necessidades do momento para satisfazer outras necessidades²¹⁵. Importa aqui esclarecer melhor essa definição e os dois contextos²¹⁶ em que o conceito aparece no primeiro livro. Porém o tema do interesse bem compreendido será melhor apresentado na próxima seção, pois será o seu tema central. É apenas na análise de “*A democracia na América – Livro II*”, objeto da seção 4, que ele se sobressai como uma tese fundamental para o pensamento político de Tocqueville.

A primeira apresentação do termo ocorre no capítulo V de “*A democracia na América – Livro I*” na seção “Dos cargos públicos sob o império da democracia americana”. O foco da seção é constatar a influência que a democracia exerce sobre as finanças do Estado. Tocqueville afirma que essa influência depende da classe social que governa. A classe mais rica se preocupa em economizar; a classe média também é econômica no governo, pois já possui coisas suficientes; e a classe representada, porque tem pouca ou nenhuma propriedade, resultaria numa democracia com alto custo para os cofres públicos.

No país em que a legislação estivesse encarregada exclusivamente aos pobres, não se teria economia nas despesas públicas, pois eles se esquivariam dos impostos e os instituiriam sobre as fortunas dos ricos. Afirma Tocqueville:

Objetarão inutilmente que o interesse bem compreendido do povo está em tratar com cuidado a fortuna dos ricos, pois ele não tardaria a sentir o incômodo que viesse a lhes causar. Mas o interesse dos reis por acaso não é tornar seus súditos felizes, e o dos nobres abrir apropriadamente seu círculo?

²¹⁵ Em “*A democracia na América – Livro II*”, Tocqueville irá apresentar melhor o interesse bem compreendido e dará uma definição mais completa do termo.

²¹⁶ O termo “interesse bem compreendido” aparece explicitamente no original francês de “*A democracia na América – Livro I*”, entretanto, na tradução brasileira ele não se encontra. Onde se lê “interesse bem compreendido” no texto original, na versão brasileira se lê “interesse verdadeiro”. Trata-se de uma tradução inexata.

Se o interesse distante pudesse prevalecer sobre as paixões e as necessidades do momento, nunca teria havido soberanos tirânicos nem aristocracia exclusiva²¹⁷.

Tocqueville, em geral, escreve de forma clara, mas este é um parágrafo bastante confuso. Na seção, antes e após esse parágrafo não há maiores esclarecimentos e explicações sobre ele. Parece que ele apenas abre um parêntese na sua análise sobre as finanças na democracia para fazer uma observação. E afirma que o povo, ao legislar, tem o interesse bem compreendido de respeitar a fortuna dos ricos para não se arrepender depois. É preciso que o interesse afaste as paixões e as necessidades do momento.

Sem maiores repercussões em relação ao uso do termo interesse bem compreendido nesse parágrafo, Tocqueville novamente repete essa expressão na última seção do capítulo V de “*A democracia na América – Livro I*”, intitulada “Da maneira como a democracia americana conduz os negócios externos do Estado”. Ele descreve e analisa a maneira como Washington e Jefferson conduzem a política externa dos Estados Unidos e afirma que Washington conseguiu manter a paz na nação, enquanto quase todos os outros países estavam em guerra, estabelecendo máximas. Uma de suas doutrinas era que “o interesse bem compreendido dos americanos era nunca tomar partido nas querelas internas da Europa”²¹⁸.

Sem muitos esclarecimentos sobre o termo utilizado, Tocqueville apenas cita o interesse bem compreendido como um ponto importante para as relações internacionais. Ele afirma apenas que Washington insistiu no interesse e no amor à pátria para lutar contra o desejo e as paixões dos indivíduos de interferirem na Revolução Francesa.

Há, em “*A democracia na América – Livro I*”, portanto, apenas uma breve introdução do tema do interesse bem compreendido que será desenvolvido em “*A democracia na América – Livro II*”. O mais importante é compreender que ele se refere a esse interesse sempre que quer demonstrar a importância de se afastarem as paixões e as necessidades do momento. E, no capítulo VIII, ele dirá que esse interesse do momento que deve ser afastado é o interesse particular que domina o homem²¹⁹.

Pois bem. O conceito de interesse bem compreendido, apresentado em “*A democracia na América – Livro I*”, não responde as questões postas nesta seção. Ele é apenas introdutório da ideia tocquevilliana de “interesse bem compreendido” que será analisada de forma minuciosa na próxima seção a fim de demonstrar que a democracia fundada no

²¹⁷ TOCQUEVILLE (1990, p. 317).

²¹⁸ TOCQUEVILLE (2005, p. 342).

²¹⁹ TOCQUEVILLE (1990a, p. 393).

interesse vai além de uma democracia utilitária.

Como diz Cristian Laval, “as apologias do interesse são mais uma fonte de regularidade, de previsibilidade e, portanto, de governabilidade dos homens”²²⁰. As significações do termo interesse apresentadas nesta seção deixam clara a importância do interesse para a conservação e o funcionamento do estado social democrático. O interesse particular, o interesse comunal e o interesse nacional são instrumentos importantes para a democracia, mas não são as únicas categorias políticas que devem ser observadas para a análise dessa sociedade. Alexis de Tocqueville, em “*A democracia na América – Livro II*”, vai analisar essas categorias em conjunto com outras variáveis, descrevendo o que ele denominou “doutrina do interesse bem compreendido”. E é isso que será visto na próxima seção.

²²⁰ LAVAL (2002, p. 185).

4 OS INTERESSES DO HOMEM DEMOCRÁTICO

El hombre con sus vicios, sus debilidades, sus virtudes, su mezcla confusa de bien y de mal, de excelstitud y de bajeza, de honestidad y depravación, es todavía, em su conjunto, el objeto más digno de examen, de interés, de piedad, de afecto y de admiracion que existe sobre la tierra...

(Carta de Tocqueville para Eugène Stoffels, de 3 de janeiro de 1843).

O *Livro I* de “*A democracia na América*”, analisado na seção 3 desta tese, apresenta as impressões de Alexis de Tocqueville sobre o estado social norte-americano. Ele descreve o funcionamento desse estado social e apresenta a igualdade de condições como seu fato gerador. O principal objetivo do autor em “*A democracia na América – Livro I*” é analisar a influência da igualdade de condições nas ideias, nos usos e nos costumes da democracia.

Um dos efeitos produzidos pela igualdade de condições no estado social democrático é a formação dos vínculos políticos e sociais baseados no interesse. Nesse sentido, a democracia norte-americana, conforme demonstrado na seção anterior, tem seu funcionamento e sua conservação fundados no interesse particular, no interesse comunal e no interesse nacional, que são produtos de um novo estado social.

No entanto o estado social norte-americana era, na época, uma democracia consolidada e era preciso pensar sobre os estados sociais democráticos que ainda estavam se consolidando. Em “*A democracia na América – Livro II*”, escrito cinco anos após a publicação de “*A democracia na América – Livro I*”, Alexis de Tocqueville propõe comparar a realidade norte-americana com as tendências democráticas que se abrem nos países da Europa.

André Jardim afirma que os títulos das quatro partes de “*A democracia na América – Livro II*” criam uma ilusão, pois se referem textualmente à democracia norte-americana²²¹. Contudo, essa obra não trata de uma democracia específica como “*A democracia na América – Livro I*”, mas apresenta análises sobre um tipo ideal de sociedade democrática²²².

Considerando a democracia moderna como um novo estado social dos países europeus e realizando uma constante comparação entre essa democracia e a aristocracia, Tocqueville, em “*A democracia na América – Livro II*”, quer conhecer o novo homem dessa

²²¹ JARDIN (1988, p. 202).

²²² Para John Stuart Mill, a comparação realizada por Tocqueville em “*A democracia na América – Livro II*” entre os EUA, a França e a Inglaterra permite separar os fenômenos que são próprios da democracia e da natureza humana. O que Tocqueville formula, diz ele, é um tipo ideal de sociedade (MILL, 1994, p. 16).

sociedade. Para ele, há um *homo democraticus*²²³ com novos desejos e novas necessidades que devem ser satisfeitos por uma nova estrutura social e política. A partir dessa premissa, o autor realiza um percurso de pensamento diferente do realizado em “*A democracia na América – Livro I*”. Em vez de analisar a influência da igualdade de condições nas ideias e costumes, afirma Tocqueville que irá observar a influência das ideias, dos usos e dos costumes dos novos homens na igualdade de condições e na constituição do estado social democrático²²⁴.

Em “*A democracia na América – Livro II*”, Tocqueville continua suas reflexões sobre o estado social democrático, mas há uma mudança de perspectiva no seu pensamento²²⁵. Ele parte da constituição de um novo homem para pensar na estrutura social e política da democracia. E é essa mudança de perspectiva que se pretende compreender nesta seção.

O objetivo desta seção é apresentar as teses de Tocqueville expostas em “*A democracia na América – Livro II*”, pontuando especialmente as alterações que essa mudança de perspectiva produziram no tema do interesse. Deve-se ressaltar que, apesar das importantes mudanças que realiza, o autor continua partindo da premissa de que os homens, na democracia, constituem-se como um corpo social e político, devido ao vínculo que se estabelece entre eles baseado no interesse.

Entretanto, em “*A democracia na América – Livro II*” o enfoque não é no interesse do norte-americano, mas de um homem democrático generalizado. E a hipótese desta seção é que esse novo homem dos séculos democráticos se diferencia dos homens de outros tempos porque sua forma de pensar, sentir e agir baseia-se em interesses. Ou seja, os homens democráticos são homens de interesses. E, à luz do pensamento de Alexis de Tocqueville, esses interesses são especificamente: o interesse por ideias gerais, o interesse pelos prazeres

²²³ Reproduz-se aqui o termo utilizado por Jean-Louis Benoît na obra “*Comprender Tocqueville*” para se referir ao homem do estado social democrático moderno apresentado por Alexis de Tocqueville.

²²⁴ TOCQUEVILLE (1990b, p. 143). Concorda-se com Marcelo Jasmin para quem “a mudança de estratégia de exposição, e a substituição da etnografia pela sociologia dedutiva, correspondem à tomada de consciência da radicalidade da ruptura que a igualdade democrática promovera em relação ao seu passado” (JASMIN, 2005, p. 64).

²²⁵ Em relação a essa mudança de perspectiva, é preciso deixar claro que há em “*A democracia na América – Livro I*” uma influência do pensamento de Montesquieu. Alexis de Tocqueville parte da mesma premissa de Montesquieu ao defender a necessidade de a democracia ter um princípio fundante e, além disso, há grande semelhança entre a metodologia utilizada por esses autores. Na obra “*A democracia na América – Livro II*”, entretanto, percebe-se uma maior influência de Rousseau e isso será demonstrado ao longo desta seção. Essa passagem da influência de Montesquieu para a de Rousseau já vislumbra uma significativa mudança de percurso no pensamento de Tocqueville. Outro fator importante, defendido por Hugh Brogan, é que “*A democracia na América – Livro II*” tem uma característica de manifesto pessoal (BROGAN, 2012, p. 355). Para o biógrafo, Tocqueville escreve o *Livro II* como um suplemento do *Livro I* a fim de justificar suas teses e sua atuação política. Ao longo de toda a obra encontram-se as impressões pessoais de alguém que aprecia as instituições democráticas, mas que ainda está fortemente atrelado aos sentimentos e instintos aristocráticos.

do mundo material, o interesse bem compreendido, o interesse nas relações que se estabelecem entre si e o interesse da sociedade²²⁶.

Quer-se, nesta seção, compreender cada um desses interesses a fim de demonstrar que esses interesses que são específicos do homem democrático estão de acordo com o novo estado social cuja marcha, para Tocqueville, é irresistível no início do século XIX: a democracia. Há um novo estado social, um novo homem e novos interesses. Esse novo homem e esses novos interesses influem na democracia e são influenciados por ela.

4.1 Os interesses dos homens democráticos isolados

4.1.1 Interesse pelas ideias gerais

Na primeira parte de “*A democracia na América – Livro II*”, Tocqueville, tratará da influência da democracia nas ideias. Ele diz, logo no início do primeiro capítulo, que os homens democráticos se ligam por interesses e não por ideias, pois os homens são autossuficientes e possuem sobre todas as coisas crenças próprias²²⁷. Os homens democráticos dirigem o seu espírito conforme suas próprias opiniões e julgamentos e isso é, para o autor, o método filosófico que os conduz.

De forma dedutiva, Tocqueville apresenta o método filosófico americano para depois generalizá-lo, afirmando que ele se aplica e se populariza em países em que os homens estão se tornando cada vez mais iguais como a França. Os homens democráticos, na maioria das operações do espírito, seguem a independência individual do seu pensamento.

Especialmente os americanos, dirigem seu espírito a partir desse método filosófico. É importante compreender que não se trata de possuir um sistema filosófico propriamente dito, mas de ter uma filosofia que lhe pertence como corpo social e político. E o método filosófico

²²⁶ É importante ressaltar que as seções desta seção têm como referência o esquema geral do livro apresentado por Tocqueville nas notas de seus rascunhos. Na nota a da página 5 da edição crítica de “*A democracia na América – Livro II*” elaborada por Eduardo Nolla, o autor expressará de forma sumária as ideias da obra e expressamente traz o seguinte esquema geral: analisa-se a “*Influence de la démocratie. Ter: I. Les idées. II. Les sentiments. Ceci ne se rapporte qu’à l’homme isole. III. Les usages. Que comprennent les rapports des hommes entre eux*” (NOLLA, 1990b, p. 5).

²²⁷ TOCQUEVILLE (1990b, p. 18).

comum a todos os homens democráticos americanos é, para Tocqueville, uma aplicação de Descartes²²⁸.

Os americanos não leem Descartes, afirma Tocqueville, pois não possuem gosto pelo pensamento especulativo, mas o aplicam naturalmente²²⁹. Os americanos, por serem semelhantes, não acreditam na superioridade intelectual de um homem. Eles não confiam na palavra do outro, mas na própria razão. E isso, afirma Jean-Louis Benoît, dá ao homem democrático uma liberdade quase absoluta, pois ele só presta contas a si mesmo²³⁰.

O método filosófico americano é para Tocqueville, cartesiano. O estado social democrático, afirma Jean-Michel Besnier, era naturalmente cartesiano²³¹. Tocqueville concebia a filosofia de Descartes especialmente a partir desse ponto e não estava preocupado, por exemplo, com o tema da moral provisória desenvolvido pelo filósofo, ou outras questões de cunho especulativo.

O enfoque de Tocqueville estava no método filosófico de Descartes, descrito especialmente no “*Discurso do método*”. Na primeira parte dessa obra, afirma Descartes que “a diversidade de nossas opiniões não provém do fato de serem uns mais racionais do que os outros, mas somente de conduzirmos nossos pensamentos por vias diversas e não considerarmos as mesmas coisas”²³². Para o filósofo, há uma igualdade de inteligência fundada na razão humana que é, para ele, a única coisa que fundamenta a existência humana diferente dos animais.

O ponto de partida de Descartes parece convergir com a premissa de Tocqueville de que a base do estado social democrático é a igualdade. E auxilia o pensamento tocquevilliano a fortalecer o argumento dos reflexos da igualdade nas ideias. A base da teoria da igualdade de inteligência em Descartes está na concepção da igualdade de condições dos homens em se utilizarem da razão. Cada um, como igual, pode julgar o outro e disso decorre a reivindicação de que o homem democrático pode julgar por si mesmo todas as outras coisas.

²²⁸ Jean-Louis Benoît afirma que Descartes não é um filósofo de referência para a formação intelectual de Tocqueville, mas ele faz parte do seu patrimônio histórico e cultural. Para ele, Tocqueville utiliza-se expressamente de Descartes apenas para se referir ao pragmatismo que caracteriza o método filosófico dos cidadãos americanos (BENOÎT, 2017, p. 122).

²²⁹ TOCQUEVILLE (1990b, p. 14).

²³⁰ BENOÎT (2017, p. 124).

²³¹ BESNIER (1995, p. 61). É importante observar que Tocqueville não considera, nas suas referências a Descartes, as análises do filósofo sobre a necessidade da moral provisória, que é uma espécie de arte de ser feliz apesar da dúvida e que recomenda o “*conformismo social, a obediência à lei e aos costumes do país*” (DESCARTES, 1983). O enfoque que Tocqueville dá à teoria de Descartes está na sua análise sobre a inteligência.

²³² DESCARTES (1983, p. 29).

Descartes continua o Discurso do Método²³³ apresentando as etapas do seu método filosófico. Ele descreve quatro etapas que esmiúça o uso da razão pelo homem diante de um objeto do conhecimento. Para conhecer algo, o homem deve, primeiramente, olhar para o seu objeto despindo-se de concepções e juízos que não estão claramente dados. Trata-se de buscar um olhar neutro e investigativo, que permite ao homem colocar aquele objeto em dúvida.

Após, o sujeito cognoscente deve considerar as dificuldades apresentadas para o exame daquele objeto, dividindo-as em várias partes que seriam mais fáceis de serem resolvidas separadamente. Então, o homem ordenaria o seu pensamento sobre o objeto, iniciando-se pelas reflexões sobre as partes mais simples até chegar a um conhecimento mais composto. E, por último, realizar-se-iam revisões completas e gerais para se ter certeza de que analisou o objeto como um todo.

Ou seja, Descartes apresenta um método para o uso da razão do homem diante de todo objeto cognoscível. Seriam, para ele, “cadeias de razões²³⁴” que permitiram ao sujeito o pleno conhecimento. Todos os objetos poderiam ser conhecidos dessa maneira o que parece refletir que todos os objetos podem ser conhecidos de forma independente pela razão humana. E, por isso, o homem não precisa aceitar como verdadeira qualquer coisa que não passe pelo filtro da sua razão.

Os americanos creem na igualdade de inteligência proposta por Descartes e buscam a verdade a partir de sua razão. Entretanto, conforme afirma Agnès Antoine, o método filosófico que dirige suas ações não é só cartesiano, mas, pode-se dizer, é uma filosofia democrática que suscita o racionalismo como uma característica do homem democrático moderno²³⁵. Esse método reflete as transformações da sociedade e, continua Antoine, conduz o homem a desatar suas ligações com as classes, com a tradição, com dogmas do passado, tornando-os independentes.

Esse método não é só aplicado nos Estados Unidos da América, mas vulgarizou-se nos países europeus que marchavam em direção à igualdade. Tocqueville afirma que ele não

²³³ DESCARTES (1983, p. 37-38).

²³⁴ DESCARTE (1983, p. 38). Para aprofundar sobre a relação entre o método de Descartes e a filosofia toquevilliana ver o artigo “*Individualism and Intellectual Liberty in Tocqueville and Descartes*”, de L. Joseph Herbert. Ele traz análises sobre o tema da autonomia intelectual e das consequências negativas da autonomia moral (HERBERT, 2007, p. 525-537).

²³⁵ ANTOINE (2003, p. 30-31). Agnès Antoine afirma que, ao partir de Descartes para explicar a gênese das sociedades democráticas modernas, Tocqueville inverte a interpretação sobre a gênese da modernidade que são dadas classicamente. Além disso, é preciso esclarecer que o estado social americano e europeu, na época, baseavam-se em relações comerciais. E, como afirma Sara Ramos Cordeiro no artigo “*Balzac e Tocqueville: a mudança social na França revolucionária*”, “numa sociedade de mercado onde as instituições que outrora regulavam a vida econômica, totalmente imersa no tecido social, ruíram definitivamente, resta aos indivíduos a razão como reguladora do processo histórico e autointeresse como móvel de suas ações” (CORDEIRO, 2007, p. 107).

reflete só o pensamento de Descartes, mas também é reflexo da filosofia francesa do século XVIII que defendia a submissão das crenças ao esforço individual da razão²³⁶, bem como de outros autores, como, cita Tocqueville: Lutero, Bacon e Voltaire.

Agnés Antoine explica esse argumento tocquevilliano, afirmando que a evolução da igualdade de condições e as suas conseqüentes mudanças nas estruturas das personalidades leva o homem a pensar sobre a liberdade de pensamento em matéria religiosa, como propõe a Reforma; a possibilidade do livre exame da experiência pelo homem, como proposto nos métodos de Descartes e Bacon; e, também, sobre a liberdade do espírito no tocante à esfera política. Conclui Antoine, que não é a filosofia racionalista ou francesa que produz a emergência de uma nova cultura democrática, mas é o estado social igualitário que primeiro traz para o homem a liberdade de desenvolver sua racionalidade²³⁷.

Na democracia, entretanto, ao lado desse método que ocasiona a independência individual do pensamento, afirma Tocqueville, que o homem democrático caracteriza-se intelectualmente pela aptidão e pelo gosto das ideias gerais. Ou seja, o homem democrático segue seus instintos e seus interesses pelas ideias gerais. E esse é o primeiro paradoxo filosófico que Alexis de Tocqueville analisa em “*A democracia na América – Livro II*”. Ao mesmo tempo em que o autor afirma que os homens democráticos não se ligam por ideias, ele assegura a importância do interesse pelas ideias gerais para a consolidação do agir comum.

É importante considerar, na oportunidade, a observação de Agnés Antoine que “o homem democrático não só tem uma disposição de espírito direcionada à abstração, mas ele ama usá-la”²³⁸. Essa paixão ardente e cega do espírito humano pelas ideias gerais traz um grande risco dos homens perderem o contato com a realidade, pois eles se apegam a representações conceituais e classificações que não são efetivamente reais. É preciso atentar-se para os excessos do racionalismo e suas conseqüências em relação ao estado social democrático.

Tocqueville não se utiliza expressamente do termo “interesse por ideias gerais”, mas se trata de uma conclusão possível a partir da sua análise sobre a relação da democracia com o gosto por ideias gerais. Para ele, o homem democrático não possui tempo e nem a faculdade

²³⁶ Nos seus rascunhos, afirma o autor que o método filosófico francês do século XVIII não é apenas francês, mas é um método democrático, pois os homens democráticos estão muito mais dispostos a torná-lo usual. A França é importante para o processo de deslocamento da aristocracia para a democracia, continua o autor, por evidenciar um método filosófico que abre um caminho para novas coisas.

²³⁷ ANTOINE (2002, p. 31). Luiz Díez del Corral afirma que, apesar de o destaque dado por Tocqueville a Descartes, esse filósofo é uma das peças de um racionalismo que começa com Lutero e termina com Voltaire (DEL CORRAL, 1989, p. 230). Sobre a contribuição de Voltaire para os argumentos de Tocqueville, Raymond Boudon afirma que ele obtém sucesso porque seu espírito crítico ilustra o direito de cada um a julgar todos os assuntos em nome da razão individual (BOUDON, 2005, p. 44).

²³⁸ ANTOINE (2003, p. 32).

de estabelecer ideias gerais²³⁹. Há uma limitação de ordem prática e temporal e obstáculos relacionados ao limite do espírito. A ele cabe aderir às ideias gerais socialmente aceitas.

Os homens democráticos estão preocupados em pensar sobre as pequenas questões cotidianas e práticas, relacionadas aos seus bens materiais. Eles estão, como já dito diversas vezes, preocupados com a busca de sua fortuna e com as pequenas tarefas que precisam realizar para isso. Não estão dispostos a disporem de uma parte de seu tempo para pensar sobre temas mais gerais e preferem aderir, sem discutir, a algumas verdades que lhe são apresentadas por outrem.

Há, também, uma limitação temporal que os leva involuntariamente a aceitar ideias gerais. Para Tocqueville, o tempo de vida do homem é curto para que ele consiga analisar tão profundamente uma temática a fim de se chegar a uma verdade absoluta. Para ele, isso é uma “lei inflexível da sua condição”²⁴⁰ e o que se tem, em efeito, são ideias insuficientes sobre um número limitado de coisas.

E há uma limitação do próprio espírito humano que não consegue examinar e verificar por si mesmo uma porção de fatos e opiniões e precisa considerar as verdades sobre eles como algo dado. Como exemplifica Tocqueville, “não há no mundo um filósofo que não creia um milhão de coisas com fé em outrem e que não suponha muito mais verdades do que ele próprio estabelece”²⁴¹. Ou seja, é inexorável à condição do homem ter que adotar ideias gerais sobre uma grande variedade de temas.

Alexis de Tocqueville afirma que Deus não precisa pensar na humanidade como um gênero, pois é capaz de pensar e perceber cada homem em sua singularidade e diferença. Os homens, ao contrário, não conseguem julgar todos os casos individualmente e tendem a agrupar situações semelhantes numa mesma ideia²⁴², que se torna a ideia geral sobre essas situações. Contudo, essas semelhanças são superficiais, pois não existem realmente seres semelhantes.

Os homens constroem artificialmente essas ideias gerais que abarcam determinado número de pessoas ou situações. Mas essas ideias são sempre insuficientes, pois não dão conta da realidade concreta em que os indivíduos possuem uma quantidade enorme de características que os diferenciam. Essas ideias gerais são convenientes para o homem

²³⁹ TOCQUEVILLE (1990b, p. 20).

²⁴⁰ TOCQUEVILLE (1990b, p. 20). Peter Lawler afirma que para Tocqueville a própria autoconsciência da finitude do homem é uma das condições da sua natureza humana. Essa autoconsciência da mortalidade gera inúmeras ansiedades no homem e é uma das teses de Pascal sobre a miséria humana que influi no pensamento tocquevilliano (LAWLER, 1991, p. 244).

²⁴¹ TOCQUEVILLE (2004, p. 10).

²⁴² TOCQUEVILLE (1990b, p. 25).

democrático, pois trazem a possibilidade de terem juízos rápidos sobre assuntos a respeito dos quais eles não têm tempo para pensar, mas são sempre noções incompletas sobre algo.

Alexis de Tocqueville tem uma visão crítica sobre o interesse pelas ideias gerais, pois para ele é uma maneira de cegar o espírito humano. Ele afirma nos seus rascunhos que há ideias gerais que atestam o rigor do espírito humano, mas elas não são a maioria. Para ele, as ideias gerais são, em regra, o resultado de um exame desatento e apressado e atestam a preguiça dos homens democráticos em pensar profundamente sobre temas que não se relacionam com o crescimento de suas riquezas²⁴³.

Tocqueville, comparando a Inglaterra com os EUA, afirma que naquele país ainda há condições desiguais e aristocracia; e isso é um bom motivo para que não se criem ideias gerais, pois os indivíduos são bastante dissemelhantes e não podem ser observados a partir de uma ideia comum. Sobre os EUA, afirma ele que, “ao contrário, o homem que vive nos países democráticos só descobre junto de si seres mais ou menos semelhantes; portanto, não pode pensar numa parte qualquer da espécie humana sem que seu pensamento se amplie e se dilate até abraçar o conjunto”²⁴⁴. Uma verdade para um indivíduo será, também, uma verdade para os seus concidadãos.

A partir dessa comparação, Tocqueville generaliza sua análise e afirma que os homens dos séculos da igualdade de condições buscam a verdade em si, mas têm pouco tempo para pensar. Ou seja, paradoxalmente, os homens democráticos buscam a independência do pensamento, mas vivem um constante não pensar. Esses homens têm interesse pelas ideias gerais, pois elas os dispensam de estudar casos particulares e proporcionam a eles a possibilidade de terem noções muito gerais sobre uma grande quantidade de temas.

O interesse do homem pelas ideias gerais possui duas consequências importantes para o estado social democrático: a possibilidade de uma nova forma de servidão moderna e a construção de uma sociedade de massa. A primeira consequência citada parte do pressuposto de que a conservação do corpo social depende da união dos homens em torno de algumas ideias gerais principais, que serão, para Tocqueville, denominadas ideias comuns.

As ideias comuns geram a ação comum dos homens na sociedade e elas advêm da existência de crenças dogmáticas compartilhadas pelos cidadãos. Afirma Tocqueville que “é fácil ver que não há sociedade que possa prosperar sem crenças semelhantes, ou antes, não há sociedades que subsistam sem elas; porque, sem ideias comuns, não há ação comum, e sem

²⁴³ Nota e em TOCQUEVILLE (1990b, p. 27).

²⁴⁴ TOCQUEVILLE (2004, p. 17).

ação comum existem homens, mas não corpo social²⁴⁵”. As crenças dogmáticas são fundamentais para a sociedade, por gerarem ação, e também necessárias para os indivíduos, que possuem limitações em sua condição intelectual para pensar em todos os objetos.

Na aristocracia, essas crenças dogmáticas são postas pela religião, pela família ou pelas classes; e, na democracia são opiniões que o homem adota sem discutir. Sobre a democracia, continua Tocqueville, “é verdade que todo homem que acolhe uma opinião com base na palavra alheia põe seu espírito na escravidão; mas é uma servidão salutar²⁴⁶”, pois as crenças dogmáticas são indispensáveis para o homem e para o corpo social.

Essa escravidão do espírito é uma forma moderna de servidão. Para Tocqueville, é uma nova servidão²⁴⁷. É uma servidão intelectual que enfraquece o espírito do indivíduo e, de outro lado, fortalece o aparecimento de uma autoridade intelectual que guia a razão individual. Tocqueville não questiona a existência necessária da autoridade, mas afirma que é de extrema importância saber onde ela será assentada e quais serão os seus limites.

A autoridade intelectual necessária na democracia não será depositada em argumentos sobrenaturais, pois os homens só creem na própria razão e isso significa que eles apenas possuem confiança em algo que está na humanidade. Acredita-se em si e em seus semelhantes, sendo eles mesmos a fonte da verdade. Há, para Tocqueville, uma clara disposição para crer nas opiniões comuns. Ele afirma que os homens democráticos creem numa massa²⁴⁸, que seriam as opiniões compartilhadas pelos homens que delegam a sua faculdade de pensamento a uma autoridade intelectual.

Nos seus rascunhos, Tocqueville diz expressamente que “é nos séculos democráticos que se concebe claramente a ideia de massa²⁴⁹”. Parece que Tocqueville compreende a democracia como uma sociedade de massa, como um corpo social em que os homens estão sujeitos a opiniões já prontas que penetram na alma e dirigem os seus espíritos. E esses homens são indivíduos iguais que tendem a ter os mesmos interesses, os mesmos gostos e as mesmas necessidades²⁵⁰.

Ele cita como autoridade intelectual do estado social democrático norte-americano a opinião pública da maioria. Os americanos confiam que, tendo todos luzes idênticas, as

²⁴⁵ TOCQUEVILLE (2004, p. 9).

²⁴⁶ TOCQUEVILLE (2004, p. 10). Neste ponto, compreende-se que Tocqueville aproxima-se de Pascal por afirmar a utilidade política das crenças.

²⁴⁷ TOCQUEVILLE (1990b, p. 24).

²⁴⁸ TOCQUEVILLE (1990b, p. 22).

²⁴⁹ Nota 22 em TOCQUEVILLE (1990b, p. 22, tradução nossa).

²⁵⁰ É importante ressaltar que Tocqueville não negligencia a necessidade do homem democrático em se diferenciar do seu semelhante. Para ele, o homem democrático ama a igualdade, mas busca permanentemente destacar suas diferenças.

crenças comuns definidas pela maioria são ideias gerais verossímeis. O que suscita mais um dos paradoxos da sociedade democrática apresentado em “*A democracia na América – Livro II*”: a igualdade que torna os homens independentes um do outro em relação ao pensamento, “entrega-os isolados e sem defesa à ação da maioria²⁵¹”. Nos EUA há um grande risco de se estabelecer a nova servidão moderna que é, como visto, uma servidão do espírito.

Anne Amiel afirma que, nesse sentido, a igualdade de inteligência apresentada por Descartes e aplicada como método filosófico nos EUA é uma igualdade contraditória, pois correlativamente à emancipação intelectual do indivíduo, há a sua sujeição às opiniões compreendidas como majoritárias. A tirania da opinião pública da maioria, continua ela, é algo mais perigoso intelectualmente do que as diferentes formas de censura, pois esta tende a impedir a difusão de algo que já se conhece e aquela impede o conhecimento desse algo²⁵². Ou seja, a tirania da opinião cega o homem democrático²⁵³.

Esse risco está presente nos países europeus que marcham em direção à democracia, pois eles também tendem a situar a autoridade intelectual na opinião pública. Para Jean-Louis Benoît, Tocqueville compreende o nascimento da democracia e o da opinião pública como lados do mesmo processo²⁵⁴. O desenvolvimento da opinião pública e sua força como um poder social é inerente ao desenvolvimento do próprio estado social democrático.

Benoît constrói esse argumento, partindo da premissa de que, para Tocqueville, há poderes institucionais e poderes não institucionais. Os primeiros, seguindo a teoria de Montesquieu, são apresentados em “*A democracia na América – Livro I*” como os poderes legislativo, executivo e judiciário. Ao lado deles, encontra-se a opinião pública como o primeiro poder não institucional que se propaga a partir do crescimento da consciência política do homem.

O poder social da opinião pública se inicia no período das vilas medievais, diz Benoît, com o crescimento de uma classe burguesa comerciante, ligada à temática financeira e

²⁵¹ TOCQUEVILLE (2004, p. 11). Sobre o tema da autoridade em Tocqueville, destaca-se o memorial apresentado, em 2007, por Olivier Michaud para obtenção do título de professor na Faculdade de estudos superiores da Université Laval, de Quebec. Na seção quatro, do capítulo dois do memorial, Michaud apresentará algumas formas de autoridade presentes na democracia, como a de pai e mãe, a autoridade política, a autoridade religiosa e a autoridade da opinião comum. Sobre a última ele dirá que é a única forma de autoridade que nasce em todas as democracias, pois faz parte de sua essência. Para ele, se a igualdade vai se tornando um princípio social, a força da opinião pública irá aparecendo. Ele conclui que a autoridade da opinião pública é a teoria da igualdade aplicada à inteligência (MICHAUD, 2007, p. 109-114).

²⁵² AMIEL (2002, p. 12). Neste ponto, discorda-se de Marcelo Jasmin por utilizar o termo censura, afirmando que haveria uma censura invisível da maioria (JASMIN, 2005, p. 62-63). Não há que se falar em censura, pois não há um juízo de desaprovação sobre o conhecimento de algo. Na tirania da opinião pública o que se tem é a ausência de qualquer juízo sobre algo, é a indiferença, a apatia.

²⁵³ Uma importante consequência dessa cegueira do homem democrático é a apatia, que é um tema que será tratado no item 4.3 desta tese.

²⁵⁴ BENOÎT (2017, p. 330).

que não se constituía mais por pessoas sem consciência política. A circulação de informações, a possibilidade de mobilidade social e a conscientização política de mais indivíduos demonstram tanto o desenvolvimento da opinião pública quanto do estado social democrático.

No século XVII, afirma Benoît, houve o relevante aparecimento dos jornais que contribuem sobremaneira para a ampliação da opinião pública. Nesse período, ela se torna já um grande poder²⁵⁵. Posteriormente, nos séculos democráticos e independentemente do regime, das instituições e dos homens, a opinião pública passa a governar as sociedades²⁵⁶.

Conclui Benoît que, nesse contexto, os legisladores e o soberano do estado social democrático estão condenados a agir considerando o que é admitido pela opinião pública. É ela um grande elemento de pressão e tende a se tornar um verdadeiro tirano. E como, para Tocqueville, a opinião pública é algo retirado da ação da maioria, ocorre, na verdade, uma tirania intelectual da maioria que não deixa espaço para a liberdade real de pensamento do indivíduo.

Para finalizar o seu argumento, Benoît destaca que há um risco maior da tirania da opinião pública que é manipular a imprensa com a qual ela tem uma interação constante. Para ele, isso é um grave processo de *autointoxicação*²⁵⁷ da opinião pública que Tocqueville coloca em evidência em 1840, na obra “*A democracia na América – Livro II*”.

Sobre a tirania da opinião pública da maioria, é preciso esclarecer que é uma ideia que se insere num tema tocquevilliano clássico: a tirania da maioria. Esse ponto, afirma Marcelo Gantus Jasmin, recebeu tratamento diferente em “*A democracia na América – Livro I*” e em “*A democracia na América – Livro II*”²⁵⁸. Em “*A democracia na América – Livro I*”, referia-se à uniformização gerada pela maioria e o risco de se oprimir as liberdades individuais e das minorias devido a isso. A maioria, na democracia americana, continua Marcelo Jasmin, funda-se como um poder absoluto e irresistível, e isso deriva de uma

²⁵⁵ BENOÎT (2017, p. 331).

²⁵⁶ Tocqueville dirá expressamente isso quando se refere à França e ao EUA. “*Le président des États-Unis est responsable de ses actes. La loi française dit que la personne du roi de France est inviolable. Cepedant, au-dessus de l’un comme au-dessus de l’autre se tient un pouvoir dirigeant, celui de l’opinion publique*”. Oliver Meuwly afirma que a ideia da soberania da opinião pública é correlata à concepção de soberania popular. Essa opinião encarna, para Meuwly, a vontade geral, sendo seu modo de expressão mais completo (MEUWLY, 2002, p. 138).

²⁵⁷ BENOÎT (2017, p. 332).

²⁵⁸ JASMIN (2005, p. 61). É importante suscitar que Arnaud Coutant afirma que o debate realizado por Tocqueville sobre a tirania da maioria tem como base o léxico do liberalismo presente na sua época. Para Coutant, há uma influência especial de Benjamin Constant sobre o tema, apesar de não se poder confirmar que Tocqueville adere plenamente aos trabalhos de Constant (COUTANT, 2007, p. 123). Especificamente sobre a tirania intelectual da maioria, dirá o comentador que se trata de tema objeto de reflexão de contemporâneos de Tocqueville, como Guizot (COUTANT, 2007, p. 157). Entretanto, afirma ele, as críticas de Tocqueville sobre a tirania da opinião comum, são críticas republicanas (considerando o sentido do pensamento republicano dado por John Pocock) e não liberais.

interpretação e de uma aplicação errôneas do princípio democrático que afirma que deve prevalecer os interesses do maior número dos habitantes. Resulta desse argumento, afirma Marcelo Jasmin, a preocupação com a onipotência da maioria nas Assembleias que pode gerar o enfraquecimento dos poderes executivo e judiciário. A solução norte-americana para essa ameaça é o princípio da separação dos poderes apresentado por Montesquieu.

Outro resultado do argumento da tirania da maioria é o que se refere a “uma espécie de tirania intelectual e espiritual fundada na ‘teoria da igualdade aplicada às inteligências’, a qual exige dos indivíduos a submissão não apenas às decisões majoritárias, mas também às ideias e aos preconceitos do maior número”²⁵⁹. Ou seja, trata-se do que se está referindo nesta seção como a tirania da opinião pública. É uma tirania, continua Marcelo Jasmin, que reduz o indivíduo diante da opinião da maioria, obrigando-os a ceder a uma mediocridade intelectual. Ela tende a dar unidade cultural à sociedade e oprime o homem democrático que se torna impotente frente aos padrões. Ele se torna escravo dessa opinião e, como consequência, perde a capacidade de pensar que é um dos fundamentos de sua liberdade. É, portanto, um poder que oprime sem a utilização da violência.

Pierre Manent, de forma concludente afirma que se trata de um novo despotismo que se funda na centralização administrativa, fato que será analisado no item 4.3 desta seção, e no “poder esterilizador da opinião pública”²⁶⁰. Para ele, ocorre a perda da mais alta liberdade que é a liberdade de pensar. Essa ameaça não decorre do funcionamento institucional do estado democrático, observado especialmente a partir do modelo americano, mas da transformação que a atividade do pensamento sofre numa democracia.

A atividade de pensar, para Manent, tem como condição as trocas e as influências intelectuais, exige diálogo e conflitos entre inteligências. E isso não acontece num estado social cujo método filosófico é a independência individual da razão. O homem democrático, continua ele, não confia em si, nem no outro e acaba sucumbindo ao império intelectual da massa.

Compreende-se, com isso, que o interesse pelas ideias gerais, a tirania da opinião pública da maioria e o crescimento da sociedade de massa são fenômenos correlatos ao desenvolvimento do próprio estado social democrático, são eventos que se implicam e progridem juntos. Utilizando-se de expressões de Jean-Louis Besnier, pode-se afirmar que

²⁵⁹ JASMIN (2005, p. 61). Sobre as duas formas de tirania da maioria apresentadas em “*A democracia na América – Livro I*” e em “*A democracia na América – Livro II*” por Tocqueville, ver também o capítulo II da primeira parte da obra *Une critique républicaine de la démocratie libérale* de Arnaud Coutant.

²⁶⁰ MANENT (1990, p. 168).

simultaneamente ao progresso da democracia, tem-se a dominação das massas, a atomização dos indivíduos e a alienação das consciências²⁶¹.

É importante citar, ainda sobre o tema do interesse do homem democrático pelas ideias gerais, o exemplo de Tocqueville em relação aos discursos parlamentares. No capítulo XXI da primeira parte de “*A democracia na América – Livro II*”, o filósofo tratará da eloquência parlamentar nos EUA. Nos seus discursos, o parlamentar dos séculos aristocráticos está preocupado em defender os interesses de uma classe ou partido.

O orador das assembleias democráticas, ao contrário, não se apega a um grupo determinado, mas está preocupado em se destacar por sua posição. Ele pensa, diz Tocqueville, mais nos eleitores do que nos partidos²⁶². Diante disso, ele faz discursos destinados a toda a nação, falando verdades gerais sobre a natureza humana. Esse recurso do parlamentar democrático é eficaz, pois os homens de toda parte se interessam por essas verdades que são, em efeito, ideias gerais sobre a humanidade²⁶³.

O interesse por ideias gerais é uma importante chave para se pensar a condição moral e política do homem na democracia. As ideias gerais que são compartilhadas entre os homens democráticos geram ações coletivas que impulsionam o funcionamento do estado social. Ideias compartilhadas propulsionam o movimento coletivo da sociedade.

De outro lado, essas ideias gerais compartilhadas são o ponto de partida para o crescimento de fenômenos políticos que causam riscos para a manutenção da democracia. A submissão às crenças comuns reduz a liberdade intelectual do homem democrático, podendo levá-lo a uma situação em que se torna impossível a faculdade do pensar. Eliminar o exercício do pensamento é destruir uma das bases da democracia que, como visto no início deste item, é a autonomia e a independência intelectual do homem que age conforme a sua razão.

Trata-se de um dos paradoxos da democracia que pode ser inferido a partir das observações de Tocqueville. Ele decorre do paradoxo tocquevilliano, apresentado por Anne Amiel, de que a base do estado social democrático se estabelece a partir de uma igualdade

²⁶¹ BESNIER (1995, p. 64). Neste ponto, concorda-se com o argumento de Marcelo Jasmin de que Tocqueville “intuía que a sociedade igualitária de massas traria consequências temíveis para a política, e talvez a sua própria morte”. Pois a aniquilação da faculdade de pensar contribuiria para o fim da política (JASMIM, 2002, p. 74).

²⁶² TOCQUEVILLE (1990b, p. 87).

²⁶³ É possível fazer uma leitura sobre o humanismo a partir da obra de Tocqueville, especialmente aproximando-o de Montaigne, entretanto, isso não será feito, na oportunidade, por não ser objeto desta seção. Esse entendimento segue o posicionamento de Jean-Louis Benoît que afirma que não há dúvidas de que, para Tocqueville, as luzes introduzem a ideia de unidade e de unicidade da espécie humana e da universalidade de valores. Para Benoît, “*celui dont Tocqueville se rapproche le plus est Montaigne qui affirmait que ‘Chaque homme porte en lui la forma entière de l’humaine condition’ et ce, dans la diversité des mouers, des coutumes et des civilisations.*” (BENOÎT, 2017, p. 189).

contraditória, em que há, de um lado, a igualdade de inteligências e a emancipação intelectual do homem e de outro há uma sujeição desse homem às opiniões públicas.

Benôit corretamente estabelece uma relação natural entre a opinião pública e a democracia, em que uma progride junto à outra. Há uma tensão permanente entre a base igualitária democracia e a obediência servil do homem democrático às opiniões públicas da maioria. A democracia é um estado social em que deve prevalecer a satisfação dos interesses e o modo de pensar e julgar do maior número de pessoas. É a maioria (ou a sua tirania) que dirige o funcionamento da democracia.

Essas reflexões colocam uma questão central: é natural que a democracia seja um estado social fundado no despotismo da maioria? Pierre Manent trouxe luzes para uma possível resposta para esta pergunta ao dizer que, a partir do pensamento toquevilliano, pode-se afirmar que o despotismo moderno advindo do estado democrático decorre de outros fenômenos como o da centralização administrativa. Parece que a nova forma de despotismo moderno é um risco da própria democracia, mas é um fenômeno que se estabelece a partir da combinação de vários elementos institucionais.

Outro ponto importante sobre o interesse dos homens pelas ideias gerais é que, em regra, eles se apegam a crenças dogmáticas em matéria de religião²⁶⁴. Para Tocqueville, isso decorre do fato de que os homens possuem interesse em conceber ideias assentadas sobre Deus e sobre a humanidade. Essas crenças lhes são importantes para a alma, são algo existencial do homem²⁶⁵. E elas só se mantêm numa sociedade democrática se estão de acordo com a opinião comum.

É indubitável a relação entre a religião e a democracia, mas o tema será melhor esclarecido no item 4.1.3 desta tese. O importante é compreender que o interesse pelas crenças dogmáticas é reflexo do interesse dos homens democráticos pelas ideias gerais, pois, afirma Tocqueville, o homem democrático só “quer dar atenção aos interesses deste mundo”²⁶⁶. Ou seja, ele é um homem de interesses e seus dois interesses principais são os interesses

²⁶⁴ Para Agnès Antoine a necessidade de crenças dogmáticas para o homem e para o funcionamento do corpo social, refere-se, em efeito, à sua preocupação sobre as crenças religiosas. Para Antoine, o objetivo de Tocqueville, nessa discussão, é se aprofundar na análise sobre o declínio das ideias religiosas na democracia. Os EUA, continua Antoine, não é um estado social unido por causa racionalidade do homem democrático. O método filosófico do americano tende, na verdade, a colocar em dúvidas os valores sociais tradicionais e a desestruturar o fundamento do corpo social. O que mantém a unidade social são os seus valores morais e religiosos. Jean-Michel Besnier, também, parece não duvidar de que a preocupação em relação ao tema das crenças dogmáticas refere-se à questão da relação entre religião e estado social democrático (BESNIER, 1995, p. 62).

²⁶⁵ Sobre este ponto, Tocqueville parece referir-se à teoria das almas apresentada na parte IV da República de Platão.

²⁶⁶ TOCQUEVILLE (1990b, p. 33).

pelas ideias gerais e pelo mundo terreno – ou pelas coisas do mundo material, o que será tratado na próxima seção.

4.1.2 Interesse pelas coisas do mundo material

Alexis de Tocqueville cita como uma das principais ideias gerais do homem democrático a concepção da sua perfectibilidade indefinida²⁶⁷. Para ele, a permanente capacidade de aperfeiçoamento é uma característica inerente à natureza humana e é um traço que diferencia o homem de um animal. Trata-se de uma ideia antiga que pode ser encontrada em Rousseau, mas não apenas nele.

A perfectibilidade indefinida do homem possui contornos diferentes nos séculos aristocráticos e democráticos, especialmente por causa do tema da igualdade. Nas sociedades aristocráticas não há possibilidade de mobilidade social, tem-se, na verdade, uma hierarquia social que é imutável. Os povos podem se aperfeiçoar e se aprimorar no tocante às atividades que realizam na sua classe, na sua família, etc. Entretanto, não podem mudar efetivamente dentro do contexto social²⁶⁸.

À medida que a sociedade aristocrática desaparece, “a imagem de uma perfeição ideal e sempre fugidia se apresenta ao espírito humano²⁶⁹”. O processo de consolidação da democracia inquieta o homem que se vê diante de indefinidas possibilidades de mudança, para melhor ou para pior. Ele precisa buscar se aperfeiçoar constantemente, pois apesar de nunca conseguir atingir um estado de bem absoluto, precisa buscá-lo.

Essa busca constante reflete numa inconstância do homem democrático que, segundo Agnès Antoine, vê-se indefinidamente diante de novos desejos²⁷⁰. Há, para ele, um movimento universal de ambição, mas, como Tocqueville sublinha, não são grandes ambições. O homem dos séculos democráticos, continua Antoine, tem pequenos objetos de desejos que dão sentido a sua existência de maneira provisória, antes de serem substituídos por novos desejos.

²⁶⁷ TOCQUEVILLE (1990b, p. 40).

²⁶⁸ Um dos efeitos desse contexto, cita Tocqueville, é a promulgação de leis eternas e a criação de monumentos seculares (TOCQUEVILLE, 1990b, p. 41).

²⁶⁹ TOCQUEVILLE (1990b, p. 41).

²⁷⁰ ANTOINE (2003, p. 36).

Antoine afirma que isso reflete o amor do homem democrático pelo presente. Um presente que lhe escapa sempre e que é, na verdade, uma sucessão de pequenos instantes justapostos que anulam o instante anterior. Esse homem não percebe o passado ou o futuro, perde a noção de horizonte e vive uma luta constante em relação à satisfação dos seus interesses do momento.

A busca indefinida pela perfectibilidade humana e a inquietude não são algo inerente à natureza humana, mas são, para Tocqueville, características do homem de um estado social específico: o estado social democrático. Afirma Diego Vernazza que na democracia não é a natureza humana que muda, mas as suas condições. A igualdade de condições, que é o fato gerador da democracia, produz uma inquietude no coração de todos os homens²⁷¹. Ou seja, a inquietude é o resultado desse estado social específico.

É importante destacar que, para Diego Vernazza, há uma singularidade na inquietude democrática, pois ela é resultado de certa evolução histórica. Ela resulta de um processo de igualização social. A principal paixão do homem, nos séculos democráticos, é a igualdade que vem acompanhada pelo gosto do bem-estar e pelas coisas materiais²⁷². E o bem-estar, acrescenta Vernazza, pode ser compreendido no pensamento tocquevilliano, como aquilo que deixa a vida mais fácil e mais cômoda.

Essa busca pelo bem-estar, pela facilidade e pela comodidade pode ser observada, para Diego Vernazza, como algo positivo que persegue os argumentos de Locke sobre a inquietude como fonte para o desenvolvimento industrial. Ou pode ser analisada de um ponto de vista menos otimista, aproximando-se das teses de Pascal. A busca do bem-estar, por essa perspectiva, seria apenas uma das estratégias operacionais da inquietude do homem, que é um ser permanentemente insatisfeito.

O homem está sempre agitado e inquieto, apesar de compreender que o repouso é importante para a sua felicidade. Essa profunda distância entre a felicidade e a realidade do homem o deixa descontente e, afirma Diego, só poderia ser resolvido, seguindo a tradição de Pascal, por um objeto infinito e imutável que é Deus.

De fato, há grande influência do pensamento de Pascal no tema da inquietude apresentado por Tocqueville. Diante de uma situação social de igualdade de condições, o

²⁷¹ VERNAZZA (2011, p. 190).

²⁷² Diego Vernazza afirma que além da busca constante do bem-estar material, há no homem democrático a busca pela estima, pelo reconhecimento do homem em face de seus semelhantes. Ele afirma que “*‘amour du bien-être’ et ‘désir d’estime’ sont en somme des affects ‘naturels’, ‘instinctif’ intrinsèques a la condition humaine, que la démocratie redistribue de façon égalitaire dans tout l’état social- puisque l’état social modifie tout ce qu’il ne produit pas.*” (VERNAZZA, 2011, p. 211). Sobre a concepção de homem democrático em Alexis de Tocqueville, ver também os textos Vernazza (2012) e Aramayo (2011).

homem está sempre buscando novas facilidades e comodidades, e seu coração, por isso, nunca está tranquilo. Nada preenche o espírito desse homem e ele se depara com uma agitação e uma procura constante.

Tocqueville analisará de forma breve o tema da perfectibilidade humana no capítulo VIII da primeira parte de “*A democracia na América – Livro II*”, anteriormente às suas observações sobre a relação do homem democrático com as coisas do espírito e as coisas do mundo material. Ele irá se referir à busca do homem por mudanças permanentes antes de entrar no tema da arte e da ciência. Apesar de o filósofo não realizar uma correlação expressa entre esses temas, pode-se compreender que há um percurso no seu pensamento que permite afirmar que o homem democrático buscará nas coisas do mundo material, e não do espírito, a fonte para suas mudanças. É no seu interesse pelo mundo terreno e pelas coisas do mundo material que ele encontrará motivação para agir em busca da sua perfectibilidade²⁷³.

A partir do exemplo dos americanos, o filósofo dirá que o homem democrático não se desinteressa pelas artes, pelas letras e pelas ciências, mas as cultivam de forma diferente dos homens aristocráticos. Tocqueville sabe que há exceções em relação à regra da ausência de tempo e de disponibilidade para os prazeres da inteligência, especialmente nos países que ainda estão em processo de consolidação democrática²⁷⁴. Mas, sobre esse tema, ele partirá do exemplo americano para deduzir suas teses.

Tocqueville divide a ciência em três partes²⁷⁵. A primeira, exclusivamente teórica, contém princípios e noções abstratas sobre as coisas. A segunda conjuga teoria e prática, elas possuem verdades gerais que conduzem à experiência prática. E a terceira refere-se a procedimentos de aplicação e execução, constituindo-se como uma ciência prática.

Para Tocqueville, os americanos se dedicam quase exclusivamente à segunda e à terceira ciência, afastando-se da primeira que exige meditação e reflexões exclusivamente especulativas. Nos rascunhos ele dirá que a filosofia é o ramo que mais sofrerá o descaso do homem democrático.

Os homens democráticos preferem se apoiar em ideias sobre as quais não tiveram muito tempo de se aprofundar, mas que o auxiliam na ação. Afirma Tocqueville que, “nas eras em que todo o mundo age, as pessoas tendem, pois, em geral, a valorizar excessivamente os

²⁷³ Alexis de Tocqueville, nos seus rascunhos, afirma que a perfectibilidade humana do homem e o interesse bem compreendido são as principais fontes de ação do homem democrático. Ele até se questiona se os dois temas não deveriam ser tratados juntos em “*A democracia na América – Livro II*” (TOCQUEVILLE, 1990b, p. 40, nota a).

²⁷⁴ Para Tocqueville, com o progresso da democracia haverá o crescimento de uma nova aristocracia, que é a aristocracia do dinheiro. Os desenvolvimentos do comércio e da indústria contribuirão para o aparecimento de uma classe rica e afortunada que poderá se dedicar aos prazeres da inteligência e às coisas do espírito.

²⁷⁵ TOCQUEVILLE (1990b, p. 48).

impulsos rápidos e as concepções superficiais da inteligência, e, ao contrário, a depreciar sobremaneira seu trabalho profundo e lento”. São homens de ação e “os hábitos de espírito que convêm à ação nem sempre convêm ao pensamento²⁷⁶”. Eles se contentam com concepções aproximadas das coisas e aproveitam das ideias assim que elas aparecem, ainda que não estejam nitidamente esclarecidas por sua razão.

É importante esclarecer que o gosto egoísta e mercantil para as coisas do espírito não se confunde com a paixão desinteressada por elas. Tocqueville cita Pascal²⁷⁷ como exemplo de homem que cultivava os prazeres de espírito de forma desinteressada. Para ele, se Pascal tivesse focado no proveito das ciências práticas nunca teria descoberto os segredos mais ocultos de Deus. Alexis de Tocqueville não sabe exatamente qual será a consequência de uma sociedade composta de homens que só se interessam pelas coisas do mundo material, mas não prevê um futuro muito otimista para ela.

Esse pessimismo pode ser explicado pelo fato de as motivações para a ciência prática serem interesses egoístas como o desejo de glória e a paixão pelo bem-estar material. O interesse do homem democrático é a fortuna e os prazeres do mundo material. E os homens só querem da ciência o que pode refletir na aplicação imediata e pode ser útil para a produção da riqueza. Isso é completamente diferente dos objetivos dos homens de outras épocas que pretendem, com a ciência, elevarem os seus espíritos.

A tendência natural e inevitável da democracia é cuidar da ciência como algo que lhe é útil, abdicando-se de análises de conceitos abstratos. O resultado disso é que, como o tempo, faltariam para o espírito humano princípios e métodos que embasam o conhecimento das coisas. Haveria apenas inteligências medíocres e noções medianas sobre os objetos e a produção.

Agnés Antoine afirma que o estado social democrático não incentiva o aprofundamento especulativo da filosofia ou da ciência pura. Ao contrário, ele valoriza as descobertas aplicadas de forma imediata na vida concreta, pois elas aceleram o progresso material. Para ele, os sábios nos séculos democráticos cedem à lei da utilidade social.

A ideia de perfectibilidade humana, o gosto pelo bem-estar material e o desenvolvimento das ciências práticas ligam-se à ideia de progresso da sociedade democrática. O progresso parece ser um bem a ser cultivado por todos os ramos sociais, inclusive pela educação e pela cultura, a partir do enfoque dado no que é utilitário.

²⁷⁶ TOCQUEVILLE (1990b, p. 49).

²⁷⁷ TOCQUEVILLE (1990b, p. 50).

Sobre as artes, os homens mudam suas características de produção e consumo. Nas nações democráticas o objetivo da arte será tornar as coisas mais cômodas para a vida privada do homem e não há o gosto pelo belo em si. Isso é o contrário do que ocorre nas sociedades aristocráticas em que o homem busca na arte os prazeres do espírito e da beleza²⁷⁸.

Na aristocracia, formam-se classes e corporações dos artesãos. E o importante não é o interesse do artesão ou do comprador da arte, mas dessas corporações que visam apoiar a produção de obras-primas exclusivas e de grande valor estético. São produtos elaborados sem pressa e de alto valor de mercado, de forma que é quase impossível para um camponês adquiri-lo.

Na democracia, não há corporações com o mesmo enfoque das existentes nas sociedades aristocráticas. A profissão é aberta a todos e cada artista está mais preocupado com o aumento de seus ganhos e a diminuição de seus custos. Produz-se, diz Tocqueville, com menos qualidade para suprir a necessidade de redução de custos e em maior quantidade para suprir a elevação dos ganhos²⁷⁹. Ou seja, na democracia, existe uma quantidade enorme de produtos com baixa qualidade material e estética²⁸⁰.

Contudo os homens democráticos adquirem-nos assim mesmo, pois, diz Tocqueville, seus desejos estão sempre acima dos recursos financeiros que possuem e eles preferem ter o seu objeto de desejo satisfeito, ainda que se trate de um produto imperfeito. É um ciclo de consumo que se completa: o espírito humano dirige-se para artes úteis e que trazem conforto, os artesões a produzem de forma rápida, imperfeita e com custo acessível e as pessoas as consomem e se contentam com elas.

Sobre as letras, Tocqueville afirma que não se pode dizer que há na América uma literatura²⁸¹. Os americanos que se interessam pela literatura consomem a literatura que é transportada para o seu país. Disso, ele deduz que não se pode falar de uma literatura que promova ideias democráticas, pois os livros ingleses apresentam ideias aristocráticas ainda. Mas, para Tocqueville, a literatura tem o mesmo destino das belas artes. Os livros serão escritos com objetivos úteis para a sociedade e os autores buscarão com ele lucro e glória. Na democracia, a literatura será um negócio e não uma carreira²⁸², como na aristocracia.

²⁷⁸ Concordamos com Jean-Louis Benoît que afirma que para Tocqueville é evidente que há diferentes formas artísticas que correspondem ao estado social e político do país onde ela se realiza. Existe, por isso, uma arte democrática como existe uma arte aristocrática (BENOÎT, 2005, p. 212).

²⁷⁹ TOCQUEVILLE (1990b, p. 53).

²⁸⁰ Tocqueville diz que, sobre as belas artes da democracia, as obras se multiplicam, mas o mérito delas diminui. Nos seus manuscritos, o autor afirma que as pinturas de autorretrato prosperam. Mas, segundo Beaumont, prosperam não pelo amor à arte, mas pelo amor-próprio e individualista do homem democrático (TOCQUEVILLE, 1990b, p. 56, nota k).

²⁸¹ TOCQUEVILLE (1990b, p. 61).

²⁸² TOCQUEVILLE (1990b, p. 64).

Mais um ponto sobre as artes refere-se à poesia. Nesse âmbito, a imaginação do homem democrático não se apaga. Mas, diz Tocqueville, elas se consagram quase que exclusivamente a conceber o útil e a representação do real²⁸³. O homem democrático não se apega ao passado, as relações entre Deus e a terra, as ideias de heróis e deuses como os homens das outras épocas. Eles buscam novas fontes para a poesia, como as descrições de rios, de montanhas, etc.

Como são todos iguais, os poetas não buscam representar pessoas que possuem alguma grandeza, mas preferem pintar ideias e paixões medíocres. Para Tocqueville, não há nos EUA, que é um estado social democrático consolidado, poetas e nem ideias efetivamente poéticas, pois é impossível representar poeticamente algo tão apagado e tão repleto de miseráveis interesses como a vida de um americano²⁸⁴.

Na democracia, o interesse do indivíduo está na educação comercial, industrial e naquela destinada ao desenvolvimento das práticas políticas. Para ele, os estudos e as luzes são importantes para que a educação da maioria contribua para a sua atuação nessas três áreas, pois são elas fundamentais para a satisfação dos seus interesses materiais. Não há reais interesses pelos prazeres do espírito, mas há um grande interesse pelos prazeres do mundo material.

O foco das artes, assim como das ciências, é na utilidade e não no amor ao belo. E isso reflete na sociedade civil e política, pois elas passam a operar a partir da doutrina da utilidade. Nos rascunhos, diz Tocqueville, a utilidade é umas das características principais e fecundas da sociedade democrática. E, neste ponto, retoma-se para o mesmo problema que foi objeto de conclusão da seção 3 desta tese: o estado social democrático apresentado por Tocqueville, composto por homens que se direcionam intelectualmente para a utilidade, é uma democracia utilitária? A próxima seção será importante para se dar uma possível resposta para essa pergunta.

²⁸³ TOCQUEVILLE (1990b, p. 74).

²⁸⁴ TOCQUEVILLE (1990b, p. 77). Essa “miséria” do homem americano dispõe Tocqueville a pensar na desproporção das misérias humanas a que Pascal faz alusão, como sugere Nolla na nota v do manuscrito de “*A democracia na América – Livro II*” (NOLLA, 199b, p. 77, nota v). Essa “miséria” do homem americano dispõe Tocqueville a pensar na desproporção das misérias humanas a que Pascal faz alusão, como sugere Nolla na nota v do manuscrito de “*A democracia na América – Livro II*”. A desproporção do homem relaciona-se com suas incapacidades diante do conhecimento das coisas. Na seção anterior desta seção, citaram-se as limitações temporais e do espírito do homem para o conhecimento através da razão. Pascal afirma que o homem sempre se aproximará dos objetos sem poder compreender nem seu princípio e nem o seu fim. Diz o filósofo que o homem é “o nada em relação ao infinito; tudo em relação ao nada; um ponto intermediário entre tudo e nada. Infinitamente incapaz de compreender os extremos, tanto o fim das coisas como o seu princípio permanecem ocultos num segredo impenetrável, e é-lhe igualmente impossível ver o nada de onde saiu e o infinito que o envolve.” (PASCAL, 1984, p. 52) Para Peter Lawler, a referência de Tocqueville em relação à miséria humana reflete a sua leitura das obras de Rousseu e Pascal que apresentam a tese da miséria humana como autoconsciência de sua mortalidade.

4.1.3 Interesse bem compreendido

Alexis de Tocqueville afirma nas notas de seus rascunhos que na primeira parte de “*A democracia na América – Livro II*” conheceram-se os defeitos e riscos inerentes à democracia e que é importante observar na segunda parte da obra os possíveis meios de atenuá-los²⁸⁵. Em relação aos defeitos e riscos, ele se refere especialmente ao sentimento do homem democrático em se concentrar naturalmente em si e nos seus interesses particulares. E, um possível contraponto a esse sentimento, é a doutrina do interesse bem compreendido²⁸⁶ que sugere a união do interesse particular com o interesse comum de maneira que seja possível discernir cada um deles, mas que também seja possível que eles andem juntos. É essa doutrina que Tocqueville apresenta na segunda parte de “*A democracia na América – Livro II*” e que se pretende analisar nesta seção da tese.

Por interesse particular, em “*A democracia na América – Livro II*”, Tocqueville entende os desejos e as necessidades do momento. Nesse ponto, ele segue seus argumentos suscitados em “*A democracia na América – Livro I*” e trabalhados na seção 3 desta tese. É natural do homem democrático o sentimento pelos interesses do momento presente, a busca pela satisfação de uma multidão de pequenos desejos, o interesse por pequenas ambições e o amor pela riqueza e pelo bem-estar, como já visto. A novidade do pensamento tocquevilliano em “*A democracia na América – Livro II*” está em nomear o sentimento natural por esses interesses como individualismo. É uma tendência ou atitude do homem democrático viver exclusivamente para si e conforme a sua razão. Todas as ideias e sentimentos são dirigidas para si próprio.

Afirma Tocqueville, que “o individualismo é uma expressão recente que uma nova ideia faz nascer. Nossos pais só conhecem o egoísmo”²⁸⁷. Ele diferenciara no capítulo II da segunda parte de “*A democracia na América – Livro II*” o termo individualismo do egoísmo,

²⁸⁵ Nota a em TOCQUEVILLE (1990b, p. 91).

²⁸⁶ Helena Esser dos Reis afirmam que a expressão “interesse bem compreendido” aparece no Manuscrito de Genebra de Rousseau, no qual ele “argumenta que no estado de independência a razão precisa levar os homens ‘a contribuir com o bem comum em vista do seu próprio interesse’, pois naturalmente os homens não estão dispostos ao bem comum” (REIS, 2002, p. 118).

²⁸⁷ TOCQUEVILLE (2004, p. 119). Jaume afirma que o tema do individualismo é moderno, mas suas ideias já estão em Montaigne e Maquiavel (JAUME, 2009). Sobre o individualismo moderno no pensamento tocquevilliano ver também Jacques (1995).

que são, diz Jean-Lois Benoît, “*falsos sinônimos*”²⁸⁸. Jean-Claude Lamberti afirma que essa clara distinção realizada pelo filósofo tem como objetivo demarcar o seu posicionamento neutro em relação ao tema²⁸⁹. Com a separação dos termos, Tocqueville não realiza um julgamento moral sobre o termo individualismo que é um fato característico da democracia.

O egoísmo, para o filósofo, é um sentimento irrefletido que leva o homem a se priorizar em relação a todas as outras coisas e pessoas. É um instinto cego, um vício que destrói todas as virtudes e é algo que sempre existiu na humanidade. O individualismo é um sentimento refletido que afasta o homem de seus semelhantes e o insere numa pequena sociedade privada composta por seus familiares e amigos íntimos. Apenas os mais próximos interessam ao cidadão. Não se preocupam com as outras famílias, nem com os que não estão presentes como seus antepassados e os membros de gerações futuras.

Esse comportamento é típico dos homens democráticos que são indiferentes uns com os outros e que não possuem vínculos familiares e sociais fixos²⁹⁰. Os homens dos séculos aristocráticos, ao contrário, vivem ligados a seus concidadãos e aos membros da família. Há um respeito pelas gerações passadas que mantiveram ou construíram tradições e pelos descendentes que viverão conforme as tradições construídas.

O individualismo das eras democráticas é, também, um isolamento que repercute no distanciamento do cidadão em relação à sociedade. Ele reconhece a existência do semelhante, mas não se dedica ao outro e ao seu bem-estar. Nos povos aristocráticos, ao contrário, o cidadão chega a se esquecer de si, afirma Tocqueville, para poder cuidar e proteger os homens que estão numa posição acima ou abaixo da sua a fim de manter a estabilidade das posições sociais.

O individualismo é, ainda, um vício que, para Tocqueville advém de um juízo racional, mas errôneo. Trata-se de uma avaliação equivocada sobre a relação e o papel do homem na sociedade. Esse juízo errôneo é algo que decorre do processo de igualização das condições, pois ele suscita o sentimento de que o destino do homem só cabe a ele mesmo. O cidadão julga que, a partir de suas luzes e de sua fortuna, ele pode se manter por si só em todos os ramos da sua vida. Eles não devem nada e nem precisam esperar nada de ninguém.

Disso resulta um total esvaziamento das virtudes públicas, do agir comum, que pode, com o tempo, afirma Tocqueville, esgotar todas as outras virtudes e deslocar o sentimento refletido do homem para o egoísmo. Ou seja, o grande risco do individualismo democrático é

²⁸⁸ BENOÎT (2017, p. 200).

²⁸⁹ LAMBERTI (1970, p. 10).

²⁹⁰ Marcelo Jasmin afirma que é essa a doutrina do “egoísmo esclarecido” que aparece, para Tocqueville, “como a mais adequada à psicologia dos indivíduos democráticos” (JASMIN, 2002, p. 82).

esgotar-se em egoísmo²⁹¹. Mas esse não é o único risco, como veremos, há outros que lhe são inerentes²⁹².

O isolamento do homem democrático gerado pelo individualismo é algo favorável para o desenvolvimento do despotismo. O despotismo, para Tocqueville, é “particularmente temível nas eras democráticas”²⁹³. Para o déspota é importante que os homens se encerrem em si, não criem vínculos com seus semelhantes e não queiram participar dos negócios do Estado. O cidadão torna-se indiferente em relação à sociedade e isso é uma virtude pública para o déspota, pois permite que ele governe facilmente conforme apenas a seus próprios desejos.

Os homens democráticos, totalmente clausurados em si, não se vinculam socialmente. Diz Tocqueville, que eles se interessam só por si e chegam a não se comunicar e nem a se conhecer²⁹⁴. Os homens nos países democráticos não conhecem seus vizinhos, seus colegas de trabalho, os trabalhadores que lhe prestam serviço ou mesmo os patrões que lhe comandam. Como envolver esses homens, preocupados apenas com os seus interesses particulares e com suas vidas privadas, na construção do interesse comum?

Tocqueville se coloca essa questão e busca uma possível solução para ela a partir da noção de liberdade política. Ele constrói o argumento de que é preciso impor ao homem a sua participação nos negócios públicos e afirma que “quando os cidadãos são forçados a se ocupar dos negócios públicos, são necessariamente tirados do meio de seus interesses individuais e arrancados, de tempos em tempos, à visão de si mesmo”²⁹⁵. Os homens, na era da igualdade, posicionam-se um ao lado do outro sem manterem nenhum vínculo, mas quando eles começam a tratar de negócios comuns, percebem a importância e a necessidade de agirem junto com os seus semelhantes.

Considerando o modelo norte-americano, o filósofo apresenta a possibilidade desse comprometimento forçado do homem para com a coisa pública a partir do estabelecimento de instituições livres. Um bom exemplo, são as instituições criadas no âmbito das comunas e já

²⁹¹ Para Jean-Claude Lamberti, a distinção realizada por Tocqueville entre individualismo e egoísmo reflete uma distinção criada por Rousseau no Contrato Social. Para o filósofo, o egoísmo é um defeito na natureza do indivíduo e o individualismo refere-se a um vício do cidadão (LAMBERTI, 1970, p. 12). Tocqueville, certamente, relaciona o tema do individualismo ao tema da cidadania.

²⁹² Eduardo Nolla, na edição crítica de *“A democracia na América – Livro II”*, faz importantes observações sobre o termo individualismo. Para ele, o termo pode ser encontrado na obra de Tocqueville com outras palavras que designam a mesma ideia, como egoísmo individual, espírito de exclusão, força individual, espírito de individualidade, espírito de independência e independência individual (NOLLA, 1990b, p. 97, nota b). Esta tese não se preocupou em verificar se esses termos possuem realmente a referência e o significado referido por Nolla, mas certamente há uma grande relação entre os termos citados e a ideia de individualismo. Outra importante observação de Nolla, refere-se à relação que ele estabelece entre o pensamento toqueviliano e o rousseauiano. Para ele, o termo individualismo utilizado por Tocqueville faz eco na concepção de amor próprio de Rousseau.

²⁹³ TOCQUEVILLE (2004, p. 125).

²⁹⁴ Nota e em TOCQUEVILLE (1990b, p. 100).

²⁹⁵ TOCQUEVILLE (2004, p. 125).

apresentadas na seção 3 desta tese. Elas incentivam o homem a participar da vida política em que está inserido e ele consegue visualizar a importância desse agir comum para a satisfação das suas necessidades, interesses e desejos.

A liberdade e a constituição de instituições eletivas na democracia podem gerar disputas e, diz Tocqueville, ódios particulares, mas nunca gerarão uma indiferença geral que é o germe de um governo despótico²⁹⁶. Os americanos conseguiram, para o filósofo, combater o individualismo a partir da liberdade, ainda que as disputas políticas, as intrigas das eleições ainda fossem uma realidade.

Em “*A democracia na América – Livro II*”, Tocqueville refere-se não à construção do interesse comunal, mas a do interesse comum nos termos apresentados por Rousseau. É importante ressaltar que ao se utilizar do termo interesse geral em “*A democracia na América – Livro II*”, Tocqueville apresenta, na verdade, interesse comum. Na seção 3 desta tese esses interesses foram diferenciados e é preciso ficar claro que nesta seção o enfoque é o interesse comum que resulta do acordo dos interesses particulares, seguindo o pensamento rousseuniano. São os interesses que se relacionam à construção da vontade geral.

A vontade geral é uma generalização das vontades particulares. Ela tem por objetivo fazer que se reconheça no interesse comum, afirma Bruno Bernardi, os interesses particulares. E a formação do interesse comum é indispensável para a existência da sociedade, pois, também para Rousseau, ele contribui para a associação dos homens que tendem a permanecer isolados. O interesse particular parece ser para Rousseau um conceito atribuído ao indivíduo e ao interesse comum à comunidade.

Para os americanos, não basta a representação dos interesses comuns dos cidadãos a partir de um sistema político representativo, mas é indispensável a participação direta do cidadão na vida política. A partir daí ele sentirá a importância de se relacionar com os seus concidadãos. Cita Tocqueville que:

É difícil tirar o homem de si mesmo para interessá-lo pelo destino de todo o Estado, porque ele compreende mal a influência que o destino do Estado pode ter sobre sua sorte. Mas se é necessário fazer passar uma estrada nos limites de suas terras, ele perceberá à primeira vista que há uma relação entre esse pequeno negócio público e seus maiores negócios privados e descobrirá, sem que ninguém lhe mostre, o estreito vínculo que une, nesse ponto, o interesse particular ao interesse geral.

²⁹⁶ TOCQUEVILLE (1990b, p. 100). Françoise Mélonio afirma que as críticas ao individualismo são especialmente disseminadas no século XIX, que é o contexto de Tocqueville. Diz ela que “*au XIX siècle, la critique tocquevillienne de l’individualisme se noie donc le discours commun, faute que’on perçoive le renversement par lequel l’individu qui se promet la liberté est happé par la servitude*” (MÉLONIO, 2003, p. 111).

Esse exemplo citado por Tocqueville deixa claro que o homem precisa participar dos pequenos negócios da vida cotidiana da sociedade. Ele irá se interessar pelo bem público e enxergar a necessidade dos homens entre si em face das demandas comuns que surgem diariamente. Os negócios públicos mais gerais só ocupam alguns cidadãos, os pequenos ocupam todos.

A despeito dos sentimentos que separam os homens democráticos, é possível construir o gosto pelo interesse comum. O interesse particular é algo natural na democracia e o interesse comum é criado e construído a partir de um governo livre. Num primeiro momento, afirma Tocqueville, a participação do homem para a construção do interesse comum pode parecer uma obrigação imposta, mas com o tempo se tornará uma opção e ele adquirirá o gosto por ela²⁹⁷. A participação se tornará para o homem democrático, nesse momento, não só um dever importante, mas também um direito político fundamental²⁹⁸.

Compreender o vínculo entre o interesse particular e o interesse comum é a base da doutrina do interesse bem compreendido. Essa doutrina é, para Tocqueville, uma doutrina filosófica²⁹⁹ e uma justificativa moral e política para a ação do homem democrático na sociedade. O homem democrático norte-americano aplica cotidianamente essa doutrina e entrelaça esses dois interesses nos seus pensamentos, sentimentos e ações.

A razão e a experiência prática nos EUA indicam que algumas vezes e por seu interesse privado, o homem deve se ocupar dos outros. A doutrina filosófica do interesse bem compreendido refere-se à crença do homem de que para valer o seu interesse é preciso negligenciá-lo do detalhe. Exigem-se certos sacrifícios de interesses para fins de se alcançar um interesse maior.

Nos séculos aristocráticos, um pequeno número de homens poderosos imbuíam na sociedade a concepção de dever moral dos homens. Exigia-se que se fizesse o bem de forma

²⁹⁷ TOCQUEVILLE (1990b, p. 102).

²⁹⁸ A participação dos pequenos negócios da vida cotidiana pode se dar a partir do direito político de participação direta do indivíduo nas comunas, que são associações políticas, ou pela participação voluntária nas associações civis. Não é objeto desta tese aprofundar no tema da associação civil em Tocqueville, mas é importante citar que se trata de um instrumento fundamental para a construção do sentimento e do gosto do cidadão democrático pelo interesse comum. Os homens isolados são fracos e precisam aprender a arte de unir, afirma Tocqueville. E para esse aprendizado é fundamental a temática da associação na vida civil e a da liberdade de imprensa. A ação recíproca dos homens pode ser criada por meio das associações civis. E, para persuadi-lo de que é necessário para o seu interesse particular juntar-se aos outros, é preciso se valer dos jornais. Os jornais são, nos EUA, os grandes responsáveis pela ação comum dos homens, pois eles anunciam e convencem os homens da necessidade prática da associação. Vê-se que a associação civil, a associação política e os jornais são importantes exemplos de instituições que levam o homem a saírem do seu isolamento social (ver sobre o tema do papel da associação e dos jornais na democracia especialmente os capítulos IV a VII da 2ª parte de “*A democracia na América – Livro II*”).

²⁹⁹ Nota b em TOCQUEVILLE (1990b, p. 113). Manent traz uma breve exposição sobre essas duas formas de interesse no pensamento tocquevilliano em Manent (1991).

desinteressada à imagem e semelhança de Deus e era essa a doutrina moral prevalente³⁰⁰. À medida que os homens vão se igualizando e se concentrando em si mesmos, torna-se necessário estabelecer outra doutrina moral, pois a ideia de sacrifícios realizados sem interesse não se justifica mais como o fundamento da ação.

Na busca de uma nova doutrina, investigaram-se as vantagens de o cidadão agir concentrando-se no interesse. Alexis de Tocqueville, nas notas de seus rascunhos, afirma que há três diferentes doutrinas do interesse que dão fundamento moral e político para a ação humana. Essas diferenças são estabelecidas considerando as consequências políticas da utilização do interesse como uma teoria moral. Para ele, não se trata de doutrinas de grande valor moral, mas possuem operacionalidade na sociedade democrática. Tocqueville cita:

Distinções a fazer entre as diferentes doutrinas do interesse:

Há uma doutrina do interesse que consiste em crer que se deve dobrar o interesse dos outros homens frente ao seu e que é natural e razoável não ocupar-se senão com este. [...]

Há uma outra doutrina do interesse que consiste em crer que o melhor meio de ser feliz é pôr a serviço seu interesse e ser bom, honesto, ... em uma palavra, que o interesse bem compreendido exige que se sacrifique o interesse próprio ou ainda que para alcançar o seu interesse no geral deve-se com frequência negligenciá-lo no detalhe.

Eis uma doutrina filosófica que tem seu valor...

³⁰⁰ TOCQUEVILLE (1990b, p. 113).

Há, enfim, uma doutrina infinitamente mais pura, mais elevada, mais imaterial, segundo a qual a base das ações é o dever. O homem penetra por sua inteligência no pensamento divino. Ele vê que o objetivo de Deus é a ordem e se associa livremente na medida em que está nele este grande desígnio. Ele coopera em sua humilde esfera segundo suas forças a fim de cumprir sua missão e obedecer seu mandamento. Ainda há aí interesse pessoal, pois há um prazer orgulhoso e íntimo em semelhantes pontos de vista, mas o interesse é aí tão pequeno, tão dissimulado e tão legítimo quanto possível³⁰¹.

A primeira doutrina citada é, na verdade, uma consequência de um egoísmo irrefletido e, para Tocqueville, nem deveria ser chamado de doutrina. A segunda é a doutrina filosófica do interesse bem compreendido analisada nesta seção. E a terceira refere-se a uma doutrina de participação e cooperação do homem para com outro de forma que o seu interesse particular, ainda que exista, fique quase desaparecido. Ela é muito utilizada pelo discurso religioso, especialmente do cristianismo, que afirma a necessidade de fazer o bem por amor a Deus e para alcançar a vida eterna.

O importante, nesta seção, é a segunda doutrina que trata especificamente do interesse bem compreendido. Ignace Haaz afirma que no termo interesse bem compreendido considera-se interesse como interesse social, no sentido de não ser um interesse individual, que é “colorido” por certos princípios de justiça³⁰². Não parece, entretanto, que Tocqueville se refira a um interesse social ou coletivo, e nem a um interesse particular. O interesse bem compreendido é algo que está entre esses dois extremos. É um cálculo realizado pelo homem democrático para agir conforme o autointeresse, mas considerando os diversos interesses e desejos que estão em jogo. De forma moderada, devem-se excluir pequenos desejos e visar ao interesse comum para se chegar à satisfação de outros interesses particulares maiores³⁰³.

No trecho dos rascunhos citados, Tocqueville afirma que a doutrina do interesse bem compreendido é agir conforme seu interesse e ser bom e honesto. Vê-se que há uma

³⁰¹ Nota n em NOLLA (2005, p. 115-116).

³⁰² HAAZ (2012, p. 213). O próprio autor afirma que “*l'intérêt bien entenu ne signifie rien d'autre qu'il peut pleinement justifiable de sacrifier un bénéfice rapide, mais de moindre valeur, à condition qu'existe un bien supérieur même éloigné, fût-ce un objectif contraire au plaisir. L'intérêt bien entenu ne comprend implitement aucune une axiologie relative*” (HAAZ, 2012, p. 217). Ora, o interesse bem compreendido parece referir-se a uma motivação interna e calculada do homem, não se tratando de um interesse coletivo. Outro ponto importante é que Haaz parece acrescer ao conceito de interesse a ideia de justiça. Concordamos que a justiça é um valor importante para a aplicabilidade da doutrina do interesse bem compreendido e, como apresenta Helena Esser em sua tese, é um valor que advém da harmonia entre a igualdade e a liberdade. Destaca-se que Lucien Jaume trará à luz, no tocante à temática do interesse bem compreendido, as concepções de justiça e honestidade que não foram trabalhadas nesta tese (JAUME, 2008).

³⁰³ Para Bruce Frohnen, essa moderação decorre da virtude da prudência dos homens democráticos americanos. Isso é possível nos EUA, diz ele, porque os americanos reconhecem a necessidade de julgamentos calmos e moderados. A moderação é uma característica do americano e ele é capaz de produzir virtude. Na Europa, continua Frohnen, os homens são muito agitados para considerar calmamente as questões que envolvem o debate (FROHNEN, 1993, p. 131).

preocupação não só com a satisfação dos interesses. Ela é útil para o homem na sua busca por seus interesses privados, mas ela também é uma doutrina que prega pela honestidade moral da ação. Ou seja, ela vai além do princípio da utilidade para incluir valores morais.

Tocqueville, ao descrever as doutrinas do interesse no seu rascunho, afirma de forma expressa que essas doutrinas não podem ser confundidas com a doutrina do útil³⁰⁴. Parece haver no pensamento tocquevilliano uma clara distinção entre a doutrina da utilidade e a doutrina do interesse. O interesse bem compreendido não é uma teoria utilitarista, apesar de ter como uma das suas características o princípio da utilidade³⁰⁵. O homem democrático age buscando o que é útil para a satisfação dos seus interesses particulares e concebe, nesse sentido, a possibilidade de combinar os interesses particulares com os interesses gerais, mas ele precisa considerar também como motivação da ação a sua honestidade³⁰⁶.

Olivier Meuwly afirma que a proximidade de Tocqueville com o utilitarismo de Bentham é inegável, como defende Pierre Birnbaum e Jean-Claude Lamberti. No entanto, continua ele, Tocqueville adere à doutrina do interesse bem compreendido. A utilidade não é um princípio da sociedade e tem um valor secundário. A utilidade de que trata o pensamento tocquevilliano está ancorada no interesse, sendo apenas uma regra supletiva, de reforço para a doutrina do interesse bem compreendido.

O interesse bem compreendido estende a sua ação para além da doutrina utilitarista. Trata-se de um reconhecimento da necessidade de, pelas luzes, realizar um cálculo que conduza o homem à busca do útil. O interesse particular continuará sendo o móvel da ação do homem democrático, mas cada um deverá compreender as nuances e os limites desses interesses para agir.

A doutrina do interesse bem compreendido refere-se à combinação do bem-estar próprio do homem com o de seu concidadão. Ela é a regra principal da ação humana no século democrático. Tocqueville, seguindo a tradição proposta por Montaigne, afirma que é o caminho reto que deve ser seguindo.

Para Olivier Meuwly, o homem democrático, a partir da doutrina do interesse bem compreendido, se convence de que a sua virtude se calca sobre o interesse. Ele conclui por si

³⁰⁴ Notas 115-116 e nota n em TOCQUEVILLE (1990b, p. 116).

³⁰⁵ Ignace Haaz afirma que não há evidências de que o pensamento tocquevilliano segue uma linha do utilitarismo. A utilidade a qual se refere Tocqueville tem uma finalidade simples: o prazer (HAAZ, 2012, p. 215/ 217). Helena Esser dos Reis também afirma que, para Tocqueville, “o princípio da utilidade não se mostra suficiente para bem orientar o julgamento humano, seja no plano político seja no plano moral” (REIS, 2003, p. 51).

³⁰⁶ Anne Amiel diz que se trata de um materialismo honesto, que é o “*amour du confort présent et de l’effacement de la ‘spiritualité de l’âme’*” (AMIEL, 2002, p. 40).

mesmo as vantagens individuais dos cidadãos trabalharem em prol do bem de todos³⁰⁷. Introduce-se como um elemento constitutivo da ação do homem, a concepção de que o indivíduo deve contribuir para o bom funcionamento da coletividade. E, com isso, Tocqueville articula a ideia de interesse com a ideia de virtude.

A virtude nasce da autolimitação dos prazeres materiais tendo em vista o engajamento público, afirma Meuwly. Ou seja, há uma relação dialética entre a virtude e o interesse. A participação política do cidadão, impulsionado pelo interesse, depende das virtudes cívicas, e elas não se desenvolvem sem a criação de um regramento social direcionado para o exercício dos direitos políticos. A construção da virtude na democracia se realiza a partir da ação fundada no interesse bem compreendido que, como visto, direciona o homem ao caminho reto, que é o caminho da união entre interesse particular e participação na construção e manutenção do interesse comum.

Entretanto, ressalte-se, a doutrina do interesse bem compreendido não é suficiente para assegurar a virtude do cidadão na sociedade democrática. Ela favorece a compreensão da relação entre o interesse particular e o interesse comum, rompendo o isolamento dos indivíduos e auxiliando na construção do espírito público. Ou seja, ela pressupõe ao homem o agir virtuoso, mas é só um dos passos para a virtude pública.

A doutrina do interesse bem compreendido não é uma doutrina nova, mas ela se difunde e se aplica no estado social democrático americano como a base moral de todas as ações. A partir desse modelo, Tocqueville deduz que se trata da melhor doutrina moralista dos séculos democráticos. Para ele, “é uma doutrina pouco elevada, mas clara e segura”³⁰⁸ e pode ser alcançada por todas as inteligências. Ela pode ser facilmente popularizada e aplicada em uma sociedade democrática.

O interesse bem compreendido não exige grandes devoções e ambiciosos sacrifícios. O homem não precisa ter virtudes extraordinárias para agir conforme esta doutrina, pois ela exige apenas pequenos sacrifícios cotidianos. Essa doutrina do interesse, sozinha, não é “capaz de fazer virtuoso um homem, mas forma uma multidão de cidadãos regrados,

³⁰⁷ MEUWLY (2002, p. 208). Arnaud Coutant afirma que o interesse bem compreendido é para Tocqueville um instrumento moderno de luta com as derivações liberais das novas repúblicas. É uma virtude de espécie nova. Tocqueville parece, com isso, introduzir no seu discurso um elemento republicano moderno: a virtude. Para Coutant, há nesse ponto, um diálogo do pensamento tocquevilliano com Montesquieu que traz como princípio da república a virtude (COUTANT, 2007, p. 455).

³⁰⁸ TOCQUEVILLE (2004, p. 149). Ignace Haaz afirma que o interesse bem compreendido pode ser encontrado nos Antigos, sendo um meio para se atingir um bem, que era a honestidade. O interesse do homem visava ao seu pertencimento à comunidade e era fundamental agir conforme as leis úteis e a virtude da honestidade. O interesse bem entendido moderno, continua Haaz, ao contrário, corresponde ao princípio da igualdade em face às necessidades do indivíduo e não da comunidade (HAAZ, 2012, p. 213). Marcelo Jasmin afirma que se trata de uma doutrina moralmente fraca, mas isso não é importante para Tocqueville que está mais preocupado com as suas consequências políticas do que moral (JASMIN, 2002, p. 81).

temperantes, moderados, previdentes, senhores de si; e, se não leva diretamente à virtude pela vontade, aproxima insensivelmente dela pelos hábitos”³⁰⁹. Ela não cria homens extraordinários, mas mantém um número maior de homens num nível ordinário aceitável.

Ainda que seja uma doutrina imperfeita, ela é, para Tocqueville, necessária³¹⁰, pois não há mais devoções cegas e virtudes instintivas que movem o homem a agir coletivamente para a construção e a manutenção do interesse comum. É uma forma de egoísmo esclarecido que possibilita a ação virtuosa do homem. E, nesse ponto, virtude e interesse estão de acordo³¹¹.

O interesse bem compreendido auxilia o homem a vigiar as suas paixões do momento, convencendo-o a fazer pequenos sacrifícios e a satisfazer apenas pequenos desejos cotidianos. Ele afasta do homem o impulso para o interesse particular, contribuindo para a harmonia da ordem social composta por ações humanas mais regulares.

O homem democrático é um homem novo, que possui novas necessidades e novos interesses. O agir conforme o interesse bem compreendido é, certamente, uma característica singular desse novo homem que não pode se estabelecer numa sociedade aristocrática. Essa situação, as novas necessidades e os novos interesses exigem a consolidação de um novo estado social e um novo estado político.

Ou seja, há nos séculos democráticos um novo homem com uma constituição moral nova. E a consequência política disso está em se estabelecer uma nova sociedade cujo princípio de ação se difere das sociedades aristocráticas. A partir do processo de igualização social que era, para Tocqueville, uma marcha irresistível, surge um novo homem, como novos sentimentos e ideias e isso só pode gerar um novo estado social.

A igualdade funda o estado social democrático e contribui também para a constituição de moral de um novo homem. Um homem democrático é um homem de interesses, bem como a democracia tem como alicerce o interesse. São processos simultâneos, que se relacionam e se realizam de forma dependente.

Para Jean-Louis Benoît, nas sociedades democráticas os indivíduos são frágeis e carentes, pois são seres isolados e eles precisam se associar³¹². Uma das formas de associação

³⁰⁹ TOCQUEVILLE (2004, p. 149).

³¹⁰ TOCQUEVILLE (1990b, p. 115).

³¹¹ Um ponto dos argumentos de Tocqueville em relação ao tema da doutrina do interesse bem compreendido refere-se à aplicação dessa doutrina em matéria de religião. Trata-se de um tema interessante, mas não será tratado nesta tese por não ser um ponto que nos ajuda a pensar nos efeitos políticos da doutrina. Essa temática está expressamente tratada no capítulo IX da segunda parte de “*A democracia na América – Livro II*” e Tocqueville defende que, também em relação à religião, os homens se sacrificam tendo como o alicerce a satisfação de seus interesses.

³¹² BENOÎT (2017, p. 204).

se dá por um pacto que se constitui a partir do interesse bem compreendido. É importante lembrar que o pacto que une os povos democráticos é, em efeito, um contrato social no modelo apresentado por Rousseau, como se viu na seção 3 desta tese³¹³. Além disso, diz Benoît, nos EUA o contrato social é aplicado considerando a doutrina do interesse bem compreendido.

Trata-se, continua Benoît, de uma escolha fictícia, pois é uma doutrina moral que influencia a ação cívica, moral e política do povo democrático³¹⁴. Ela é um dos elementos essenciais da natureza da democracia, como é a igualdade de condições e a onipotência da opinião pública. Ela só se torna uma escolha real da sociedade quando é aplicada de forma concreta, como nos EUA, onde se estabelece um conjunto de interesses que garantem simultaneamente o interesse particular e o interesse comum.

A aplicação da doutrina do interesse bem compreendido depende do progresso das sociedades democráticas. Os povos democráticos e, principalmente, seus legisladores, devem fazer escolhas morais que direcionam o homem para agir conforme esses interesses. E essas escolhas serão bem realizadas se os cidadãos forem educados para isso.

A educação do homem democrático é fundamental para a aplicação do interesse bem compreendido que sustenta o pacto social dos povos democráticos. E, além de uma boa instrução, para Tocqueville, o homem deve completar sua educação a partir da prática política efetiva³¹⁵. Ou seja, o homem democrático é um homem de interesses e é capaz de manter um estado social democrático funcionando de forma regular se a ele for dada a possibilidade de aprendizado da liberdade política por meio da participação.

A doutrina do interesse bem compreendido é, então, produto da arte e é algo fundamental para atenuar os riscos das sociedades democráticas, especialmente o de isolamento do indivíduo e a dissociação do corpo social. Ela contribui para a formação do espírito público, mas, conforme lembra Helena Esser dos Reis, é preciso compreender que essa doutrina se pauta pelo que a maioria dos cidadãos considera ser o interesse comum³¹⁶. Trata-se de um critério que não parece seguro e que pode gerar como consequência o fortalecimento da onipotência da opinião pública apresentada na primeira parte desta seção.

³¹³ Bruno Bernardi afirma que o Contrato Social de Rousseau é todo um tratado sobre o interesse (BERNARDI, 2006, p. 274). Na passagem do estado civil para o contrato, o indivíduo não renuncia ao seu interesse. Mas ele “*préferer à son intérêt apparent son intérêt bien entendu*” (ROUSSEAU, 1983, p. 288).

³¹⁴ BENOÎT (2014, p. 205).

³¹⁵ Helena Esser dos Reis, no artigo denominado “*Do hábito ao gosto: uma análise do processo político-pedagógico do Tocqueville*” afirma que Tocqueville acredita profundamente na capacidade humana de se aperfeiçoar e de se transformar para produzir melhores condições de liberdade.

³¹⁶ ESSER DOS REIS (2002, p. 124). Sobre o interesse bem compreendido, educação e liberdade, ver também Cohn (2006).

4.2 Os interesses nas relações dos homens democráticos

Esta seção busca analisar a terceira parte de “*A democracia na América – Livro II*” que, segundo o esquema geral do livro apresentado nas notas dos rascunhos de Tocqueville, refere-se à influência dos elementos constitutivos da democracia na relação dos homens entre si. O autor quer compreender como se dão as relações sociais na democracia e quais as suas diferenças no que diz respeito às relações que se dão na aristocracia. Nesse contexto, busca-se especialmente apresentar o interesse como princípio novo que rege as relações no estado social democrático.

Tocqueville afirma que, nos séculos democráticos, as condições se igualam e os costumes se abrandam. Ele diz que “a igualdade de condições e o abrandamento dos costumes não são, pois, a meu ver, apenas acontecimentos contemporâneos, são também fatos correlativos”³¹⁷. A afirmação de Tocqueville tem como pressuposto o fato de o processo de igualização apresentar para o homem suas fragilidades e, simultaneamente, conscientizá-lo de que o outro é também igualmente frágil.

Essa fragilidade é o resultado do isolamento que a igualdade gera, como visto na seção anterior. Solitário e tendo que lidar com os seus problemas sem a ajuda do outro, que está mais preocupado com a sua privada, o indivíduo percebe a sua pequenez em face da sociedade e, sabendo do outro como seu igual, generaliza essa percepção, considerando todos os homens pequenos, isolados e frágeis.

Como todos os homens possuem a mesma forma de pensar e agir, cada indivíduo pode julgar os sentimentos e sensações dos outros. Nas notas de seus rascunhos, Tocqueville afirma que essa possibilidade de julgar por si o que os outros sentem é algo específico da democracia e se denomina simpatia³¹⁸. Para ele, a simpatia é uma palavra democrática, pois só se realiza quando os homens são considerados semelhantes e iguais. Nos séculos aristocráticos, ao contrário, os homens não se relacionam com todos da mesma maneira. Não há espaço para a simpatia entre os membros da sociedade e os costumes são mais duros, rígidos e inflexíveis.

³¹⁷ TOCQUEVILLE (1990b, p. 145).

³¹⁸ Nota f em TOCQUEVILLE (1990b, p. 146).

Entre os membros da mesma classe e da mesma família, na aristocracia, há um vínculo de simpatia, mas, entre os membros de classes diferentes, os sentimentos e os costumes não são iguais. Os homens não são todos semelhantes e não possuem a mesma forma de pensar. Não há nenhuma similaridade no pensar e no agir que aproxime os homens como um todo.

Alexis de Tocqueville, para exemplificar, cita uma carta que Madame de Sévigné escreveu para a sua filha, demonstrando a insensibilidade e o desconhecimento da aristocrata em relação ao sentimento dos pobres. Para ele, a aristocracia não tinha nenhum interesse pelo destino dos pobres. Ele cita também, a partir de suas reflexões sobre as relações do servo e do amo, que eles possuem obrigações mútuas, mas não possuíam interesses entre si.

Quando a situação começa a se igualar, criam-se novos sentimentos entre todos os homens fundados no interesse recíproco que possuem uns pelos outros. É o interesse que marca as relações entre os homens democráticos e que faz com que eles, sempre que necessário, prestem apoio recíproco³¹⁹. Para Tocqueville, esse interesse resulta na brandura dos costumes e eles são mais compassivos e piedosos. O direito também é mais brando e as coerções são de menores intensidades³²⁰.

Jean-Michel Besnier afirma que na terceira parte de “*A democracia na América – Livro II*”, Tocqueville busca ilustrar essa brandura ou o “abrandamento” dos costumes, demonstrando que na democracia as relações entre os homens são cada vez menos violentas³²¹. A violência nas relações privadas e nas relações com a sociedade política se reduzem diante do novo contexto criado pelo estado social democrático. Há, continua Besnier, uma sugestão do filósofo de que os povos democráticos são cada vez mais altruístas por se entenderem pertencentes a uma humanidade homogênea. Com o processo de igualização, há uma empatia generalizada.

A partir da análise das relações que se estabelecem na América, Tocqueville vai analisar as relações individuais que acompanham a consolidação da democracia. Para ele, as relações se estabelecem de maneira não obrigatória, como na aristocracia, mas voluntárias. Ao contrário da relação que se estabelece entre o servo e o amo, por exemplo, a relação, dos séculos democráticos, entre o servidor e o patrão advém de um contrato livremente

³¹⁹ TOCQUEVILLE (1990b, p. 152).

³²⁰ O legislador criminal, por exemplo, no estado social democrático americano é muito menos violento e sangrento do que os legisladores penais na Idade Média, afirma Tocqueville. Outro exemplo, é que nos EUA não se tira a vida de nenhum cidadão por causa de delitos políticos.

³²¹ BESNIER (1995, p. 84). Para Besnier, o abrandamento do costume que se instala com a igualdade de condições aproxima Tocqueville da análise do tema da fraternidade, no sentido que ela aparece 1789. Trata-se, continua ele, do desenvolvimento dos argumentos de Rousseau descritos na primeira parte do *Discurso sobre a origem e os fundamentos das desigualdades entre os homens*.

consentido. Não há dedicação de um com o outro, mas uma obediência do servo que se dá nos limites previamente ajustados pelas partes. A fidelidade ocorre devido a um ato jurídico que institui a relação de trabalho. Trata-se de uma obediência transitória³²².

Na aristocracia, o amo e o servo possuem universos diversos, afirma Olivier Meuwly³²³. Entretanto, o servo, em regra, esquece-se de si mesmo e dos seus desejos para atender as necessidades do amo. Ele é, para Meuwly, uma parte inferior da aristocracia. Na democracia, essa forma de trabalho não é mais possível, pois não há inferioridade entre eles.

Sobre essas relações de trabalho, diz Jean-Louis Bernier que a hierarquia se humaniza e elas não são mais percebidas como naturais³²⁴. Essas novas relações são objetos de negociação, de contratos, excluindo as formas de violência e testemunhando o abrandamento dos costumes. No fundo, afirma ele, o dinheiro é o que move essas novas relações de prestação de serviço e aparece como instrumento de pacificação. Para esta tese, a pacificação advém do interesse de ambas as partes no seu bem-estar material e pode-se afirmar que o dinheiro está na base dessa motivação.

É perceptível que a posição de amo e servo se mantém na relação entre patrão e empregado, mas muda-se o espírito dessas relações. A igualdade faz desses indivíduos homens novos. Os empregados não são apenas iguais entre si, mas são também iguais ao patrão. Esses empregados podem vir a ser patrões e eles aspiram a isso. Suas posições sociais são diferentes, mas eles são homens semelhantes. Há, para Tocqueville, uma igualdade imaginária³²⁵.

Na relação entre patrão e empregado há interesses recíprocos, mas não há interesses comuns. Olivier Meuwly afirma que não há interesses comuns e nem sentimentos comuns, só uma relação contratual que especifica a natureza e a intensidade da relação³²⁶. E, pensando nisso, Tocqueville profetiza a possibilidade de futuras revoluções entre esses atores sociais. A igualdade está no campo do “dever ser” e não é uma realidade fática. As diferenças, para ele, acabarão por gerar uma nova aristocracia: a aristocracia do dinheiro. E, por mais que o empregado possa se igualar com o patrão em suas condições materiais, isso pode não acontecer efetivamente. O filósofo sugere que o legislador esteja atento para os conflitos que decorrerão dessa situação de forma a prevenir a sociedade de uma desarmonia.

³²² A obediência do servo na aristocracia é algo que ele aprende desde a infância e a sua dedicação e apoio ao amo resulta, muitos vezes, no desinteresse de si (TOCQUEVILLE, 1990b, p. 156).

³²³ MEUWLY (2002, p. 151).

³²⁴ BESNIER (1995, p. 86-87).

³²⁵ TOCQUEVILLE (1990b, p. 157).

³²⁶ MEUWLY (2002, p. 151).

Tocqueville já alertava sobre a possibilidade de aglomerar grande capital nas mãos dos fabricantes. O acúmulo de riqueza possível para um operário da indústria raramente geraria um acúmulo de fortuna que o possibilitaria investir no setor industrial, que exige grandes investimentos. Há, nas democracias, uma riqueza manufatureira concentrada nas mãos de determinadas famílias de investidores.

Os operários e os fabricantes não têm, como visto, interesses comuns. E esses operários possuem interesses, desejos e ambições que o servo da aristocracia não possuía (ou não poderia possuir). Afirma Tocqueville, que é difícil exigir que o operário suporte em paz as dificuldades de satisfação dos seus desejos, enquanto outra classe caminha progressivamente para o acúmulo de cada vez mais fortuna³²⁷. Tocqueville profetiza em 1840, com esses argumentos, o que será a base das insurreições sociais da Europa ocorridas em meados do século XIX.

A igualdade de condições modifica as relações dos cidadãos entre si também no âmbito familiar. Essas relações são menos obrigatórias e mais naturais. Não há interesse entre eles, mas sentimentos de simpatia. Tocqueville afirma que a lei até pode unir os membros de uma família, mas, abolida a lei, eles se separam³²⁸, pois não estão ligados por sentimentos naturais.

O importante em relação às famílias nos séculos democráticos é o seu interesse em relação ao papel da mulher. Tocqueville constrói um argumento interessante sobre a educação da jovem mulher e sobre a posição das esposas no tocante ao desenvolvimento do estado social democrático. Para ele há um grande interesse político nas condições das mulheres por serem elas as responsáveis pelos modos³²⁹ e são elas que sustentam a ordem e a tranquilidade pública, que são condição para a conservação do estado social democrático.

As jovens mulheres são educadas para serem independentes e senhoras de si e são capazes de sentir e julgar conforme a própria razão. A independência da mulher vai se perdendo com a formação dos laços matrimoniais, mas a educação recebida anteriormente torna as esposas parceiras importantes para o crescimento do bem-estar material da família. Elas concebem a necessidade de investimentos, apoiam os maridos e estão dispostas a sofrer sacrifícios para satisfazerem os interesses da família.

As mulheres se ocupam dos interesses pequenos e domésticos da família ao se tornarem esposas. Elas participam, também, dos deveres políticos e sociais dos maridos de forma cooperativa, por compreenderem a dinâmica social e política do estado social

³²⁷ TOCQUEVILLE (1990b, p. 165).

³²⁸ TOCQUEVILLE (1990b, p. 168).

³²⁹ TOCQUEVILLE (1990b, p. 169).

democrático. Tocqueville afirma que se trata de uma parceria importante para o desenvolvimento dos negócios da vida privada familiar.

É importante compreender que é subjacente a essa lógica familiar a concepção de igualdade de homem e mulher. Para Tocqueville, não há um discursos sobre a superioridade masculina nos séculos democráticos e, especialmente nos EUA, homens e mulheres consideram-se iguais e estabelecem funções diferentes entre si. Ele afirma que “os americanos aplicaram aos dois sexos o grande princípio de economia política que domina em nossos dias a indústria. Dividiram cuidadosamente as funções do homem e da mulher, para que o grande trabalho social fosse bem realizado”³³⁰. Ainda que essa lógica não pareça fazer jus a uma igualdade efetiva, há nela a atribuição de igual valor para a mulher em relação à sua condição humana³³¹.

Sobre a valorização da mulher, Alexis de Tocqueville chega a afirmar que acredita que há, nos EUA, uma superioridade das mulheres, pois ele atribui a elas a responsabilidade pela prosperidade e pela força crescentes do povo americano. O filósofo acredita que há uma grande importância do papel da mulher na sociedade, mas como suporte secundário a atuação masculina. Tocqueville não vislumbra a atuação da mulher fora da esfera privada. Mas, como um homem educado na tradição aristocrática, crê que a ela cabe garantir o equilíbrio das relações privadas que é um alicerce para o progresso de uma sociedade harmônica. Não há um desejo de real igualização social e política entre homens e mulheres, mas suas reflexões parecem suscitar importantes reflexões sobre as mulheres no início do século XIX.

Olivier Meuwly faz uma crítica interessante em relação ao discurso de Tocqueville sobre a mulher³³². Primeiro, ele questiona se não há uma visão idealizada da mulher americana e se essa visão corresponde à realidade observada pelo filósofo. E, segundo, ele afirma que Tocqueville não faz uma investigação consistente sobre a sujeição da mulher ao patrimônio e sobre a voluntariedade dessa relação. A mulher dos povos democráticos efetivamente não aspira a uma nova relação com o homem em que lhe seja permitida uma perspectiva profissional e não apenas lhe seja imbuída uma vocação doméstica? Essas são questões importantes para um intérprete do pensamento de Tocqueville, mas elas só poderão ser respondidas a partir de uma análise aprofundada do tema da mulher, o que não cabe aqui.

Para Jean-Louis Besnier, a análise das relações familiares realizada por Tocqueville permite compreender melhor a natureza da esfera privada que sustenta a sociedade política³³³.

³³⁰ TOCQUEVILLE (1990b, p. 179, tradução nossa).

³³¹ TOCQUEVILLE (1990b, p. 180-181).

³³² MEUWLY (2002, p. 153).

³³³ BESNIER (1995, p. 87).

Não é viável ignorar o âmbito privado se se quer entender as esferas sociais e políticas. A dissolução da família aristocrática tradicional resulta em formas rígidas de hierarquia familiar, como visto. E, para Besnier, isso participa de forma salutar para o abrandamento dos costumes.

As reflexões tocquevillianas sobre as relações entre patrão e empregados e entre homens e mulheres são importantes para compreender o estado social democrático. Na nota de seus rascunhos, afirma Tocqueville que “o melhor meio de julgar o estado social e as leis políticas de um povo é bem compreender quais são as consequências diversas que decorrem das relações entre superior/inferior e entre iguais”¹²⁷³³⁴. E é exatamente esse o objetivo desta seção, tentar compreender melhor a relação entre a noção de interesse e a democracia a partir da análise das pequenas relações que se estabelecem nesse estado social.

A primeira observação importante que se pode deduzir das relações citadas, é que o estado social democrático se sustenta cotidianamente por pequenos interesses. Isso o difere do estado social aristocrático onde existem grandes objetivos e não pequenos interesses. Há na democracia uma enorme preocupação com os pequenos interesses domésticos e uma pequena preocupação com os interesses comuns, especialmente dos que são resultados de grandes ambições.

Os homens democráticos querem preservar seus interesses pessoais e é do interesse geral deles que uns não intervenham nos outros. Uma das consequências dessa lógica democrática é a tendência dos indivíduos a se manterem imóveis e a repelirem os conflitos revolucionários. Eles possuem interesse na paz e não na guerra, com exceção dos soldados que se interessam pela guerra por verem nela uma maneira de aumentarem a sua patente e o seu ganho salarial. Ou seja, visam ao aumento de sua fortuna.

Outra consequência é que há grandes diversidades em relação aos pequenos interesses privados, mas os homens democráticos possuem interesses comuns que são semelhantes. Isso decorre da massificação da sociedade pela onipotência da opinião pública, como visto no item 4.1.1 desta tese. Mas também se dá por eles não possuírem reais interesse na diversidade das coisas comuns. Ao contrário, eles preferem que a situação seja igual e sem privilégios ou distinções.

Tocqueville afirma que há paradoxalmente, no homem democrático, uma necessidade de estar inserido na massa e de se distinguir dela. Eles se misturam numa multidão semelhante e se distinguem por causa dos diversos papéis sociais que exercem como patrão, operário, esposa, pai, soldado, funcionário público. Nesses papéis, eles se relacionam

³³⁴ Nota c em TOCQUEVILLE (1990b, p. 182).

por interesse. Nos EUA, cita Tocqueville, não há superioridade ou inferioridade dos homens, mas divisão de funções sociais realizadas em prol dos interesses particulares de adquirem riquezas.

O interesse é um princípio importante também para as relações sociais que são subjacentes ao estado social democrático. Ele é fundamental para a manutenção da harmonia entre os homens e os diferentes papéis que exercem e isso demonstra uma modificação substancial das relações que estabelecem entre si nos séculos democráticos. A democracia se sustenta na ideia de interesse no tocante à relação do homem consigo, na relação dos homens entre si e na relação dos homens com o estado social.

4.3 Os interesses na relação do homem com a sociedade

É uma consequência do estado social democrático baseado na igualdade, como já visto, certa massificação dos homens em que todos se tornam indivíduos iguais que tendem a ter os mesmos interesses, os mesmos gostos e as mesmas necessidades. Cada homem é, nesse contexto, apenas um pequeno elemento inserido numa multidão uniforme. Há, de um lado, um cidadão pequeno e isolado e, de outro, há uma massa semelhante que forma a sociedade.

Ao contrário das aristocracias nas quais há os súditos, os soberanos e os poderes secundários formados pelo corpo da aristocracia, nas eras democráticas, há a sociedade formada por uma multidão de pequenos cidadãos de um lado e o poder público de outro. Não existem poderes intermediários entre essas duas esferas, mas apenas sociedade de massa versus poder.

Os homens democráticos aceitam a existência desse poder da sociedade. Trata-se de um poder social que é emanado diretamente do povo, mas que não se mistura a ele³³⁵. Os americanos, afirma Tocqueville, concebem a existência desse poder social, mas não instituem nenhum limite para ele³³⁶. Ele torna-se um poder central e onipotente.

É um poder único que regulamenta da mesma maneira todos os habitantes, a partir de uma legislação uniforme. A regra aplicável a um cidadão sujeita a todos e repugnam-se quaisquer privilégios. E nos novos povos europeus que marcham para a democracia há uma

³³⁵ Pierre Manent afirma que Tocqueville, nos seus textos, as vezes confunde o poder social com a tirania da maioria (MANENT, 1982, p. 67). E Claude Lefort diz que se trata de um poder que, a um só tempo, encarna o povo e representa a sociedade. Parece, continua Lefort, ser “um indício de uma nova concepção que não permite circunscrever à esfera do político a distância da esfera social” (LEFORT, 1991, p. 241-242)

³³⁶ TOCQUEVILLE (1990b, p. 241).

estima para que este poder aja sobre temas públicos e privados, podendo interferir até no âmbito familiar. Ou seja, é um poder forte, central e que possui grandes prerrogativas.

O homem democrático reconhece e se sujeita a um poder central e esse poder central ama e estimula a unidade e a igualdade, que é o alicerce da democracia. Trata-se de um círculo vicioso. O estado social democrático tende a fortalecer a existência de um poder central e o poder central busca estimular as características desse estado social que são responsáveis pela sua conservação³³⁷. Há uma relação perigosa de dependência do homem democrático que deseja conservar o seu bem-estar e vê no poder central uma tutela para essa conservação. Essa dependência é impulsionada pelo próprio poder que age de forma a mantê-la.

O homem democrático que se constitui moralmente pelo gosto pela tranquilidade e pela manutenção da ordem, que reflete a sua paixão pela segurança do seu bem-estar material, leva a democracia a desejar e a manter a centralização do poder. A centralização é, para Tocqueville, o governo natural da democracia e é inevitável³³⁸.

Ela, somada à onipotência e à força do poder público (ou do Estado), leva-o a dirigir a si e a todos os cidadãos. Sob o argumento do controle da ordem e da segurança da sociedade, ele tende a um aumento do tamanho e um excesso de atribuições. Numa nota dos seus rascunhos, Tocqueville afirma, em clara alusão ao pensamento de Rousseau, que o soberano, nas eras democráticas, quer dirigir o povo e ser responsável pela felicidade de seus súditos³³⁹.

Esse poder, que Alexis de Tocqueville chama de poder social, centraliza a sua ação ao mesmo tempo em que aumenta suas prerrogativas. A tendência do estado social democrático nesse contexto é um despotismo de uma espécie nova, em que o homem democrático estaria preocupado apenas com a sua vida privada, o seu bem-estar material e a sua fortuna, e, de forma quase imperceptível, o poder social iria pouco a pouco tomando conta de todos os aspectos de sua vida. Como afirma Jean-Louis Lamberti, o despotismo democrático nasce dos sentimentos e das ideias dos homens democráticos que o déspota quer oprimir³⁴⁰. A própria constituição política e moral do estado social democrático parece o inclinar para o regime despótico.

³³⁷ Arthur Schlesinger Jr. Cita assim o círculo do estado social democrático a partir do pensamento tocqueviliano: “*Individualism in the Tocqueville sense leads on to apathy, apathy to despotismo, despotismo to stagnation, stagnation to exticion*”. O círculo inicia-se no individualismo decorrente da igualdade e termina com a extinção da sociedade (SCHLESINGER JR., 1988, p. 102).

³³⁸ TOCQUEVILLE (1990b, p. 246).

³³⁹ Nota j em TOCQUEVILLE (2005, p. 254). Tocqueville refere-se à passagem do capítulo VII do primeiro livro do “*Contrato Social*” de Rousseau, segundo Nolla.

³⁴⁰ LAMBERTI (1983, p. 293).

Aos poucos, o poder social vai se ampliando sobremaneira e vai penetrando nos interesses privados, podendo também dirigi-lo. O espaço para a ação da vontade vai ficando cada vez menor e acabaria por se realizar uma servidão doce, calma e regrada do homem democrático que não teria mais capacidade de agir a partir de sua própria razão. Para Tocqueville, trata-se de um despotismo doce que degradaria o homem sem os atormentar e sem o uso da violência³⁴¹.

O poder social ergue-se sobre homens individualistas e focados nos interesses privados, e se encarrega de toda a sorte dos cidadãos. Ele se assemelha ao poder paternal e “reduz a nação a não ser mais que um rebanho de animais tímidos e industriais, de que o governo é o pastor”³⁴². Estabelece-se um tipo de servidão.

O despotismo democrático tem como uma possível consequência a apatia e o risco de não se dar atenção aos interesses comuns. Para Tocqueville, nesse contexto, é inútil encarregar esse cidadão de eleger o soberano, pois a eleição é um ato raro, curto e que não basta para tirar o cidadão da apatia e da servidão do pensamento. Isso seria uma ilusão de emancipação momentânea, para Claude Lefort. Não parece que seja possível fazer uma escolha livre diante da servidão e da perda da faculdade do homem de pensar, sentir e agir.

A existência de um poder social absoluto e despótico é o risco da democracia e advém da tendência dos povos democráticos considerarem o interesse da sociedade como maior que o interesse particular. Essa é uma conclusão dos argumentos apresentados por Tocqueville na quarta parte de “*A democracia na América – Livro II*”, especialmente sobre o tema dos interesses dos homens na relação com a sociedade.

Parece, entretanto, que se trata de uma conclusão que não se sustenta em face da sua tese mais forte que é a do excessivo cuidado do homem democrático para com os seus interesses particulares. Tem-se um claro paradoxo, pois Tocqueville defende que há na democracia uma tendência para privilegiar o interesse da sociedade e uma tendência a se focar no interesse particular. A pergunta que permanece é se há realmente uma prevalência do interesse da sociedade?

Na verdade, o principal interesse que move o homem democrático é o interesse particular. É esse o princípio da democracia. Entretanto, como afirma Jean-Claude Lamberti, para Tocqueville o enfoque no interesse da sociedade é uma consequência da ausência de liberdade política³⁴³. Ou seja, a prevalência do interesse da sociedade e a tendência do estado social democrático para o despotismo só ocorre onde não há liberdade política.

³⁴¹ TOCQUEVILLE (1990b, p. 264).

³⁴² TOCQUEVILLE (1990b, p. 266).

³⁴³ LAMBERTI (1983, p. 278).

A liberdade política, como visto na seção anterior, não é um resultado natural da consolidação do regime democrático, mas é algo que pode ser construído a partir do interesse do homem pelos negócios públicos e pela participação na vida pública. O homem que se integra e participa de assuntos que dizem respeito ao interesse comum, não é submetido de forma cega às decisões da administração pública ou de um poder central.

Quando o indivíduo não é livre para pensar, sentir e agir, o que inclui participar da construção do interesse comum, ele se retrai para a sua vida privada. E, assim, o poder social que se estabelece na democracia fica vazio, podendo ser ocupado por um déspota que destrói todo o livre-arbítrio do homem. Por isso, afirma Helena Esser dos Reis, que “renunciar à sua participação nas decisões acerca do destino comum equivale a renunciar à direção de si mesmo”³⁴⁴. A ausência de liberdade política leva à servidão do homem democrático, ainda que haja aparentemente espaço para sua independência individual.

O despotismo democrático, continua Helena Esser dos Reis, não é uma consequência necessária da democracia, mas uma possibilidade decorrente da menor habilidade da arte humana em conduzir o processo de igualização, ou seja, de participação na esfera pública. A degradação do homem democrático decorre do abandono do seu destino e do destino da sociedade. É a apatia cívica que o degrada e o leva ao despotismo e não o estado social democrático.

³⁴⁴ ESSER DOS REIS (2002, p. 44).

5 A PAIXÃO NO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DEMOCRÁTICA

O otimismo refletido que alimentava a análise da sociedade americana deu lugar ao receio. O reformador americano de antes da Revolução transformou-se no conservador de uma ordem tão custosamente restabelecida.³⁴⁵

No *Livro I* e no *Livro II* de “*A democracia na América*”, analisados nas seções 3 e 4 desta tese, Alexis de Tocqueville apresenta suas principais proposições sobre o estado social democrático, refletindo especialmente sobre os Estados Unidos que era, na sua época, uma democracia consolidada. Nesta tese, ficou demonstrado que uma dessas proposições era a concepção de que o interesse é uma categoria política fundamental para a construção e o desenvolvimento da democracia, sendo um elemento moral e político constitutivo do homem dessa era.

Esses livros foram publicados em 1835 e 1840, respectivamente, e, após mais dez anos³⁴⁶, na década de 50, Tocqueville redige o que será a sua terceira obra: “*Souvenirs*”³⁴⁷. Trata-se de um texto de memórias em que o autor relata os acontecimentos históricos vivenciados por ele durante o período em que foi deputado e ministro. Ele divide a obra em três partes: na primeira relata o período que precedeu as jornadas revolucionárias de 1848; na segunda parte, narra os principais dias das insurreições de 1848; e, por fim, na terceira parte, o filósofo descreve a sua experiência política como ministro das relações estrangeiras, ocorrida em 1849. Cada uma dessas partes será analisada nesta seção separadamente.

O importante é compreender que, após a obra “*A democracia na América*”, Tocqueville se lança na vida política francesa, vivencia por mais de dez anos essa experiência política e, afastado da esfera pública, volta à sua tarefa de escrever e refletir sobre o estado social democrático. Ele diz no texto I da primeira parte de “*Souvenirs*”:

³⁴⁵ FURET (1978, p. 96).

³⁴⁶ Jean-Louis Benoît afirma que durante dez anos, Tocqueville havia sido essencialmente um homem focado nas questões sociais. Nesse período, o filósofo se dedicou à vida política, especialmente em temas como o sistema penitenciário, às questões relacionadas às crianças presentes no Conselho Geral da Mancha, à construção da linha do caminho de ferro Paris-Cherboug, à abolição da escravatura na Argélia, etc. (BENOÎT, 2004, p. 144). Sobre as temáticas sociais desse período, ver Ronsavallon (1990).

³⁴⁷ Nesta tese, optou-se por manter o título da obra no original em Francês. Nas edições consolidadas em língua portuguesa denominou-se o livro de “*Lembranças de 1848: as jornadas revolucionárias em Paris*”, o que vai além do título proposto pelo original. Além disso, a obra apresenta o momento precedente e o posterior às jornadas insurrecionais de 1848, não sendo apenas lembranças de 1848.

[...] vejo-me na solidão reduzido a refletir por um instante sobre mim, ou melhor, a encarar os acontecimentos contemporâneos nos quais fui ator ou dos quais fui testemunha. Parece-me que o melhor emprego que posso fazer do meu ócio é o de reconstituir esses acontecimentos, descrever os homens que deles vi participar e assim clarificar em minha memória, na medida do possível, os traços confusos que formaram a fisionomia indecisa de meu tempo³⁴⁸.

Alexis de Tocqueville, em “*Souvenirs*”, relatará os fatos históricos dos quais participou a fim de compreendê-los melhor e para apreender os seus sentidos políticos. Ele, afastado temporalmente dos fatos e fora da vida política, busca, com suas memórias, esclarecer o seu tempo. Françoise Mélonio diz que, por isso, “*Souvenirs*” revela um Tocqueville historiador do presente³⁴⁹. A memória, objeto da obra, é uma representação do passado como ele se forma no presente do autor.

Não se trata de uma obra literária, diz Tocqueville, mas de um espelho para olhar para si e para os seus contemporâneos³⁵⁰. Utilizar-se do livro como uma hipótese de “espelho”, diz Laurance Guellec, permite ao autor fazer livres confissões em forma de introspecções³⁵¹. “*Souvenirs*” é um autorretrato (com autojustificativas³⁵²) composto de narrações irônicas, pitorescas, que parecem crônicas da revolução de 1848, mas que estão emaranhadas por concepções teórico-políticas.

Não é fácil realizar uma pesquisa sob a perspectiva filosófica de *Souvenirs*. Primeiro, pelas características citadas: é uma obra de autorretrato e de memória. E, segundo, por ser bastante escasso os materiais sobre a temática. Para esta pesquisa, encontraram-se apenas alguns artigos e textos esparsos que serão citados ao longo da seção e duas obras específicas sobre *Souvenirs*, de Alexis de Tocqueville³⁵³.

³⁴⁸ TOCQUEVILLE (2011, p. 41).

³⁴⁹ MÉLONIO (2003, p. 12).

³⁵⁰ TOCQUEVILLE (2003, p. 749). Larry Shiner afirma que *Souvenirs* apresenta um quadro de retratos dos atores políticos contemporâneos a Tocqueville. E isso permite fazer análises do sistema moral da época (SHINER, 1988, p. 32). Sobre o tema dos julgamentos morais e o pensamento tocquevilliano ver Faguet (1907).

³⁵¹ GUELLEC (1996, p. 81). Tocqueville fez ácidos retratos dos atores políticos envolvidos no processo revolucionário, talvez porque estivesse escrevendo “*Souvenirs*”, como afirma Hugo Brogan, num período de muita amargura, doenças e desânimo (BROGAN, 2012, p. 379). Renato Janine afirma que, nessa obra, Tocqueville explicita o grande teatro da atuação parlamentar da época (JANINE, 2011). E, para ter uma visão geral da obra e do contexto histórico é importante ver também Braudel (1978) e Coutant (2009).

³⁵² Harvey Mitchell afirma que a revolução de 1848 narrada em “*Souvenirs*” é uma série de capitulações de uma desordem crônica e a obra é escrita considerando a polaridade entre a verdade e a literatura (MITCHELL, 1996, p. 73). Essa narração, continua ele, é necessária para Tocqueville refletir sobre os acontecimentos e para autoaprovação dos seus comportamentos como ator político (MITCHELL, 1996, p. 84). Larry Shiner afirma que *Souvenirs* é um autorretrato como os Ensaios de Montaigne. E ele se distingue do gênero autobiografia pela ausência de uma contínua narrativa da vida subjetiva (SHINER, 1988, p. 19).

³⁵³ As duas obras específicas são: “*Alexis de Tocqueville and The Secund Republic 1848-1852: a study in political practice and principles*”, de Sharon Watikins, e “*The Secret Mirror: Literary Form and History in Tocqueville’s Recollections*”, de Larry Shiner. A primeira trata especificamente da atuação de Tocqueville como ator político durante a sua carreira política. Sharon não enfatiza Tocqueville como autor, pensador ou teórico e analisa “*Sou-*

Para compreender a contribuição da memória para as reflexões teóricas, observou-se, nesta seção, a obra *Le passé: modes d'emploi histoire, mémoire, politique*, de Enzo Traverso, que explora as relações entre memória e história e analisa aspectos do uso público do passado. Para ele, a memória está intrinsecamente relacionada com a historiografia do século XX que é uma historiografia do tempo presente. Ela aparece como uma história menos árida e mais humana, caracterizando-se especialmente pela subjetividade e por ser um dado qualitativo.

O objetivo desta tese, neste contexto, é compreender os argumentos teóricos suscitados ao longo do texto, bem como as impressões de Tocqueville sobre determinados fenômenos narrados. Apesar de compreender que a obra pode ser objeto de análise do fenômeno revolucionário em si, o enfoque é nas ideias políticas sobre o estado social que estava se consolidando na França. Ou seja, segue-se uma advertência de Tocqueville que diz que não quer fazer uma história da revolução de 1848, mas quer somente redescobrir o rastro de seus atos, suas ideias e suas impressões³⁵⁴. Foca-se, nesta seção, nas ideias construídas pelo autor, e não na história que nasce dessa memória.

É importante ressaltar que em 15 de dezembro de 1850, Tocqueville estava escrevendo *Souvenirs* e envia para o seu amigo Louis de Kergolay uma carta descrevendo de forma sumária a metodologia que ele estava utilizando para a elaboração dos textos. Ele afirma que busca compreender o presente, pois é isso que lhe interessa e interessa aos seus leitores³⁵⁵. Para tanto, o seu objetivo não é recontar os fatos, mas iluminar os fatos históricos a partir das suas diversas causas e consequências.

O seu principal desafio, diz ele na carta citada, é mesclar “*a história propriamente dita com a filosofia da história*”³⁵⁶. Ou seja, ele busca narrar os fatos históricos conduzindo o leitor a compreender naturalmente a história, mas não está preocupado com detalhes e com a constituição minuciosa dos fatos. Ele os narra de forma geral, conjugando essa narração com o julgamento, ideias e convicções sobre os acontecimentos.

Propõe-se, nesta seção, analisar as ideias políticas expostas por Tocqueville em *Souvenirs*, a fim de compreender essa obra dentro do percurso do seu pensamento filosófico.

venirs” a fim de estabelecer uma correlação entre os fatos narrados por Tocqueville e os acontecimentos reais. Ela afirma que “*I have been forced to conclude that the Souvenirs are not a reliable guide to Tocqueville's political activities in the years 1848-48*” (WATKINS, 2003, p. VIII). Trata-se de uma obra com um caráter histórico e biográfico que foi utilizado nesta pesquisa como uma boa referência para se pensar nas premissas apresentadas pelo filósofo, entretanto não apresenta reflexões sobre o pensamento político do autor que contribuiriam mais especificamente com o objetivo desta tese. A obra de Larry Shiner, por outro lado, apreende o processo de escrita de Tocqueville em “*Souvenirs*” e utiliza-se de categorias para análise dos argumentos do autor. Não é, também, uma obra que apresenta reflexões sobre o pensamento filosófico de Tocqueville, mas traz boas reflexões sobre a relação entre as formas como o autor apresenta suas teses, impressões e convicções e o seu conteúdo.

³⁵⁴ TOCQUEVILLE (2003, p. 813).

³⁵⁵ TOCQUEVILLE (1985, p. 256).

³⁵⁶ TOCQUEVILLE (1985, p. 256).

De “*A democracia na América*” a “*Souvenirs*” houve mudanças de perspectivas importantes sobre o estado social democrático. Tocqueville continua considerando, afirma André Jardin, suas convicções expostas nos dois livros de “*A democracia na América*”³⁵⁷, tanto na sua tarefa como ator político quanto como teórico político. Mas a análise do estado social francês no período revolucionário conduz Tocqueville a suscitar novas teses sobre um estado social democrático.

Nas primeiras duas obras analisadas nesta tese, o autor realizou reflexões em torno de problemas teóricos universais que lhe serviram para pensar as questões sobre a prática política francesa e para comparar essa prática com o funcionamento do estado social democrático norte-americano. Neste, havia uma espécie de interesse que, sem anular os interesses particulares, fazia o homem obedecer às instituições livres. Na França, ao contrário, as paixões e desejos das diversas facções pareciam inviabilizar uma ordem democrática regular e isso instigou suas reflexões durante toda a sua vida, como será visto nesta seção.

Especialmente sobre o tema do interesse, verifica-se que ele fica restrito às suas considerações sobre o exercício político da classe média burguesa³⁵⁸. O que move a ação política na França revolucionária que marcha para a solidificação da democracia é a paixão. Tocqueville, em “*Souvenirs*”, praticamente não se utiliza do vocábulo do interesse. Há uma nova categoria política que, simultaneamente, é o novo sentimento dos homens. Ele cita, no contexto da paixão na política, as paixões revolucionárias, as paixões guerreiras, as paixões demagógicas, a ação desinteressada e a emoção popular.

É importante ressaltar que esta seção tem como pressuposto a concepção de que Tocqueville não abandona a temática do interesse como alicerce fundante da democracia. Mas o contexto político e social que ele analisa em “*Souvenirs*” o surpreende por apresentar uma sociedade, em processo de transição democrática, que se move a partir de paixões. A mudança no percurso do pensamento tocquevilliano é uma consequência da mudança de objeto de análise. Ele parte dos EUA em “*A democracia na América – Livro I*” e “*A democracia na América – Livro II*” e da França em “*Souvenirs*”. São estados sociais diferentes que conduzem a conclusões diferentes sobre a esfera política da sociedade. Em “*A democracia na América – Livro I*” e “*A democracia na América – Livro II*” tem-se a presença predominante do interesse na política, e em “*Souvenirs*” tem-se a paixão nesse mesmo lugar.

Pretende-se, nesta seção, compreender a mudança de perspectiva do interesse para a paixão na política, analisando cada uma das categorias citadas em “*Souvenirs*” e relacionando

³⁵⁷ JARDIN (1988, p. 292).

³⁵⁸ Claude Lefort afirma que em “*Souvenirs*” Tocqueville nomeia igualmente a classe média, a classe burguesa e a classe governamental (LEFORT, 1999).

a paixão com o estado social democrático francês do período revolucionário. As alterações de perspectivas do pensamento filosófico de Alexis de Tocqueville são acompanhadas por proximidades e diálogos com filósofos importantes. Como já visto, em “*A democracia na América – Livro I*” Tocqueville se aproxima e dialoga especialmente com Montesquieu; em “*A democracia na América – Livro II*”, com Rousseau; e em “*Souvenirs*” ele parece conversar, em alguns pontos, com Maquiavel³⁵⁹.

É uma aposta desta seção 2 diálogo entre o pensamento tocquevilliano apresentado na obra “*Souvenirs*” e algumas teses de Maquiavel, como a da teoria dos humores e a importância dada às virtudes cívicas. Harvey Mitchell, no mesmo sentido, busca vários pontos de conexão entre os autores. Para ele, tem-se essa conexão já na justificativa das obras, pois Tocqueville e Maquiavel – na carta dedicada a Lorenzo de Medici que está na introdução de *O Príncipe* – afirmam que estão escrevendo os textos por necessidade de compreender o contexto político³⁶⁰.

O próprio uso do termo paixão na política, que se defende como categoria política importante de “*Souvenirs*”, pode ser encontrado na obra de Maquiavel em substituição ao termo interesse. Em *O Príncipe*, por exemplo, ele não usa de forma explícita o termo interesse, não se trata de um vocabulário político da época. Nas traduções dessas obras para o português, esse termo aparece, mas não corresponde de forma fiel ao utilizado pelo autor no seu texto original. O que se traduziu por interesse são, em efeito, os termos humores, paixões e apetites³⁶¹.

Esta seção é um esforço de compreender a obra *Souvenirs*, que é um texto pouco explorado pelos pesquisadores da filosofia, dentro do pensamento tocquevilliano,

³⁵⁹ É interessante ressaltar que as referências intelectuais de Tocqueville não são citadas expressamente nas obras Alexis de Tocqueville. Mas há grandes indícios sobre a influência de alguns autores no seu pensamento. Esses indícios são comprovados a partir das pesquisas biográficas e das cartas de Tocqueville a seus amigos, eles trazem informações concretas sobre as leituras realizadas pelo autor. Sobre o diálogo intelectual entre Tocqueville e seus amigos, ver Bégin (2015), que explicita esse diálogo e apresenta de forma minuciosa os amigos do filósofo. Ver, também, a coletânea organizado por Boesche com as principais cartas que Tocqueville enviou para seus amigos e alguns familiares (BOESCHE, 1985).

³⁶⁰ MITCHELL (1996, p. 82). Mitchell faz essa observação e cita, por exemplo, a articulação entre os princípios de autoridade de Maquiavel com a descrição que Tocqueville faz do rei Luís Filipe que será analisado no item 5.1 desta tese.

³⁶¹ Na tradução para o português, por exemplo, encontra-se o termo interesse nos capítulos VI, XVIII, XX e XXII de “*O Príncipe*”. Nesses capítulos, entretanto, o termo empregado na obra em italiano é “*humori*”. Albert Hirschman considera, entretanto, que se pode encontrar em Maquiavel a percussão do termo moderno do interesse, como será visto nesta seção. Ele diz que, no século XVI, essa noção surgiu num contexto diverso da ideia de indivíduo e de bem-estar material. O vocábulo interesse foi suscitado diante da “preocupação com o aprimoramento da qualidade da arte de governar que estava nas origens da procura de um maior realismo na análise do comportamento humano” (HIRSCHMAN, 1975, p. 37). Os primeiros sinais dessa análise estariam, para ele, no pensamento de Maquiavel. Afirma Hirschman que se tem nesse pensador o indício de dois significados do termo interesse: um, relacionado à arte de governar e, outro, à noção de contrapor paixões a paixões.

considerando suas reflexões sobre a paixão na política; e é também uma tentativa interpretativa de aproximar esse texto dos discursos da filosofia política.

5.1 Entre o interesse e a paixão na política

Na primeira parte de “*Souvenirs*”, Alexis de Tocqueville apresentou de forma sucinta o período que precedeu a revolução de 1848 e relatou alguns dos seus principais momentos iniciais. Ele descreveu o mundo parlamentar da monarquia de 1830 e o comportamento do Rei e de alguns atores políticos no processo pré-revolucionário. Neste item pretende-se demonstrar como, nessa primeira parte, Tocqueville apresentou a decadência de uma vida política baseada no interesse da classe governante e a simultânea propulsão de comportamentos cujo alicerce é a paixão.

A transição do interesse para a paixão como categoria política principal do estado social francês revela, para o autor, o espírito agitado do governo e do povo, tornando evidente a eminência da revolução. Diz ele, no discurso proferido na Câmara em 29 de janeiro de 1848, que “dormimos sobre um vulcão”³⁶², numa referência a desordem política que já estava no espírito das pessoas. Essa era uma convicção pessoal do autor, e seus contemporâneos não acreditavam nisso, salvo os que participavam do partido revolucionário e sabiam o que estava acontecendo nas suas reuniões. É importante para esta tese a percepção de que as categorias políticas do interesse e da paixão permitem Tocqueville apreender a conjuntura política do momento precedente às jornadas revolucionárias.

Alexis de Tocqueville compreende a relação entre o tema do interesse na política e as características dos homens que se constituem a partir do interesse, como foi demonstrado na seção 4 desta tese. Trata-se de homens modernos (homens democráticos, diz ele) que se unem aos demais para a formação de um corpo social e político, devido ao vínculo que se estabelece entre eles baseado no interesse.

São homens que partilham de ideias gerais socialmente aceitas, possuem o gosto egoísta e mercantil e não se interessam pelas coisas do espírito, pois estão focados na fortuna e no prazer das coisas materiais. Possuem como fundamento da sua constituição moral e

³⁶² TOCQUEVILLE (2003, p. 757). Na nota da edição francesa de 2003, afirma-se que esse discurso foi proferido, na verdade, em 27 de janeiro de 1848. Hugo Brogan cita que Alexis de Tocqueville previu os acontecimentos que sucederam ao constatar que os partidos parlamentares estavam unidos em sua indiferença à condição de povo. Para ele, caso isso não mudasse, haverá grandes crises (BROGAN, 2012, p. 402).

política o interesse por ideias gerais, o interesse pelo mundo terreno, o individualismo, o interesse pelas coisas úteis ao seu bem-estar material. Para Tocqueville, como já visto, a consequência disso é que se trata de homens massificados, medíocres, de inteligências medianas e com interesses homogeneizados.

Esse homem democrático é, na experiência do autor até 1840, os norte-americanos. Os habitantes dos Estados Unidos são a representação pura do *homo democraticus*. Em *Souvenirs*, contudo, ele descreve esse homem moderno democrático como os membros da classe média francesa. São os burgueses que, desde 1830, conduzem o Estado Francês.

Ele afirma que:

O espírito da classe média tornou-se o espírito geral do governo. Ele dominou a política exterior, bem como os assuntos internos: ativo, industrioso, frequentemente desonesto, geralmente ordenado, vez por outro temerário por vaidade e egoísmo, algumas vezes tímido por temperamento, moderado em todas as coisas, exceto pelo gosto pelo bem-estar, e medíocre; espírito que [...] sozinho, nunca produzirá mais que um governo sem virtude e sem grandeza³⁶³.

Tocqueville cita acima características da classe média francesa, como o egoísmo, a mediania, a mediocridade e o gosto pelo bem-estar, que refletem a constituição do homem democrático que ele analisou em “*A democracia na América – Livro I*” e “*A democracia na América – Livro II*”. Esses homens representam o espírito do governo francês e são analisados em “*Souvenirs*” especialmente a partir dos vícios que contribuem para a queda da monarquia.

A classe média é a classe governamental e é marcada por agir no poder considerando os interesses dos seus membros. Eles canalizam os assuntos públicos para seus benefícios, negligenciando-se em relação às necessidades e interesses das demais classes. O Rei Luís Filipe, que estava no trono nesta época, é, para Tocqueville, um rei burguês³⁶⁴ e fortalece esses vícios da classe dominante.

É importante destacar que em “*Souvenirs*”, Tocqueville utiliza-se do termo classe, afirma Anne Amiel, referindo-se às classes sociais³⁶⁵. Ele não explicita o sentido do termo, mas parece o empregar essencialmente na dimensão econômica. A classe média tratada na

³⁶³ TOCQUEVILLE (2011, p. 43).

³⁶⁴ TOCQUEVILLE (2003, p. 752). Hugo Brogan afirma que Tocqueville descreve o rei Luís Filipe como um rei totalmente inadequado (BROGAN, 2012, p. 378).

³⁶⁵ AMIEL (2002, p. 15-17). Anne Amiel defende que o termo classe é utilizado por Tocqueville mostrando sua herança em relação ao pensamento de Montesquieu. Diz ela: “*Tocqueville se montre certes l’heritier de Montesquieu em prônant les mécanismes de représentation de la division sociale et les mécanismes institutionnels de compromis entre les différentes classes*” (AMIEL, 2002, p. 17).

primeira parte da obra é um grupo específico de proprietários e homens que possuem fortunas e bem-estar material. É uma nova aristocracia: a aristocracia do dinheiro.

Tocqueville estava bastante atento à figura do rei, considerando-o um homem com características semelhantes aos homens da classe média. Ele não possuía, afirma o filósofo, paixões ardentes e era moderado nas atitudes e nos desejos. Não tinha interesse pelas coisas do espírito, pois se interessava pelo mundo material e pela indústria. Havia “*pouca amplitude de sua alma*”³⁶⁶, sendo um homem mediano e que se preocupava apenas com o útil.

O rei não gerava nenhum sentimento de estima por parte de Tocqueville. Para Benoît, o autor demonstra isso ao fazer um retrato do monarca, destacando sua habilidade com a mediocridade de seu tempo, o seu egoísmo, a sua ausência de visão política e a sua total falta de grandeza³⁶⁷. Era um rei sem virtudes, que não possui nenhuma sensibilidade para analisar o contexto político e recusa todas as ações políticas que não sejam dirigidas ao benefício da classe dominante.

O filósofo destaca do rei características que demonstram a afinidade entre os defeitos do monarca e os de sua época. Isso o tornava “em particular para a classe que possuía o poder, um príncipe atraente e singularmente perigoso e sedutor”³⁶⁸. Era um rei conveniente para a classe dominante, pois parecia estar de acordo com a satisfação de seus interesses, e, ao mesmo tempo, mantinha-a satisfatoriamente sob sua submissão.

Nesse contexto, afirma o autor, faltava a vida política propriamente dita. Os assuntos públicos eram tratados com homogeneidade pelo rei e pelos membros da classe média, que eram homens que possuíam as mesmas ideias, os mesmos gostos, as mesmas necessidades e os mesmos interesses. Não havia grandes debates no parlamento, pois não havia diferentes pontos de vistas a serem discutidos.

Jean-Louis Benoît afirma que em 1846 já estão claros os problemas da Monarquia de Julho em relação à concentração de poder numa classe única³⁶⁹. A diferença entre os partidos e os homens políticos da maioria e da oposição era mais fictícia do que real. Era uma diferença em relação à sensibilidade, à realidade fática social, mas não havia divergências políticas.

Tanto o rei quanto a classe média governante esqueciam-se da própria sociedade em que estavam inseridos. Ela dividia-se em duas partes desiguais: uma que estava com toda a

³⁶⁶ TOCQUEVILLE (2003, p. 752). Xavier de La Fournière afirma que a descrição que Tocqueville faz do rei Luís Filipe é um retrato de um anti-herói que participa de acontecimentos históricos em que o trágico se mistura com o grotesco (LA FOURNIÈRE, 1981, p. 217).

³⁶⁷ BENOÎT (2017, p. 261).

³⁶⁸ TOCQUEVILLE (2003, p. 752).

³⁶⁹ BENOÎT (2004, p. 145). Hugo Brogan discorda da análise de contexto de Tocqueville, pois para ele a sociedade era muito mais complexa do que as generalizações realizadas pelo autor. Para o biógrafo não se pode dizer que a classe média governava a França e nem que a classe governante fosse burguesa (BROGAN, 2012, p. 379).

vida política da nação e era imóvel, impotente e entediante; e outra em que “*a vida política começava a manifestar-se por sintomas febris e regulares*”³⁷⁰. Tocqueville via o movimento da sociedade, sentia uma inquietude diante disso e percebia a inquietude das classes mais baixas.

De um lado tem-se uma classe média que domina a vida política e de outro o povo que não participava legalmente da esfera pública. Essa divisão realizada por Tocqueville é uma opção teórica, pois a sociedade francesa da época possuía uma constituição mais complexa. Ele parece querer fortalecer a hipótese de que há, como expressa Maquiavel, uma clara divisão da sociedade em dois humores: o povo e os grandes.

Na cidade, para o pensador republicano, existem sempre dois “humores” diferentes³⁷¹. Diz Maquiavel que,

[...] em todas as cidades se encontram essas duas tendências diversas e isso nasce do fato de que o povo não deseja ser governado nem oprimido pelos grandes, e estes desejam governar e oprimir o povo. Desses dois apetites diferentes nasce nas cidades um destes três efeitos: principado, liberdade, desordem³⁷².

Helton Adverse afirma que há, nessa passagem, duas importantes considerações que devem ser suscitadas: a ideia de existência de dois humores incompatíveis (dominar/não ser dominado), e a de que a ordenação política é uma consequência desse conflito. E continua, que “estamos diante, então, de uma tensão irresolúvel e, ao mesmo tempo, estruturante”³⁷³. Para a preservação da cidade é preciso enfrentar permanentemente esse conflito entre os humores que são incompatíveis e inconciliáveis.

No caso da França, em 1848, tem-se um povo excluído que, afirma Pierre Rosanvallon, estava privado do direito ao voto. Era a maioria da população francesa e só podia se exprimir nas ruas³⁷⁴. Para Jean-Louis Benoît, Tocqueville percebe claramente a iminência do conflito e a distorção existente entre o país legal, em que se inseriam os burgueses que possuíam e exerciam plenamente os seus direitos, e o país real, onde os pobres e operários possuem apenas uma expectativa de direito, mas não há uma efetividade deste³⁷⁵.

³⁷⁰ TOCQUEVILLE (2003, p. 755).

³⁷¹ Essa tese aparece, especialmente, no capítulo nove de “*O Príncipe*”, no capítulo quatro do Livro I dos “*Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*” e no capítulo um do Livro III da “*História de Florença*”.

³⁷² MAQUIAVEL (2010, p. 26). Não consideramos a tradução boa, mas optamos por manter o texto do livro que utilizamos como referência bibliográfica para este trabalho.

³⁷³ ADVERSE (2007, p. 97).

³⁷⁴ ROSANVALLON (2000, p. 130).

³⁷⁵ BENOÎT (2004, p. 145).

O filósofo utiliza-se dos termos burguesia e proletário, o que para Benoît, converge com os conceitos que serão posteriormente utilizados por Karl Marx.

A inquietude dos pobres e operários, como se viu em 4.2, é o resultado de um estado social específico: a democracia. Ela é uma doença do espírito, para Tocqueville, e resulta de um processo de igualização social. Em face da permanente possibilidade de se adquirirem fortunas semelhantes ou maiores às de seus concidadãos, o homem democrático moderno está sempre inquieto, buscando novos objetos para realizar novos desejos e vive uma luta constante em relação à satisfação dos seus interesses do momento.

O maior foco da inquietude do povo francês refere-se à propriedade³⁷⁶. Ela repousa em bases que não são igualitárias, tornando claro que a igualdade de condições não é uma realidade concreta. Há uma expectativa de direito que não se efetiva e gera grande insatisfação de uma parcela da sociedade que não se sente representada no governo, pois a classe que governa age apenas para si. A classe média governante é egoísta e indiferente aos demais, tornando-se indigna e incapaz de governar. A convicção de Tocqueville é que, mais que promover reformas eleitorais e parlamentares, era imprescindível mudar o espírito do governo³⁷⁷.

Afirma Tocqueville que a inquietude crescia com as campanhas dos banquetes³⁷⁸. O autor, entretanto, não explica o que seriam esses banquetes, fazendo apenas críticas a eles. Na nota 1 elaborada pelo editor responsável pela primeira publicação de “*Souvenirs*”, ele explica que os banquetes são reuniões de um grande número de pessoas que não podiam manifestar a sua oposição ao governo em local público. Elas revelavam-se como verdadeiros comícios e foram realizadas entre o final de 1847 a 1848.

O filósofo não participava desses banquetes especialmente por acreditar que se tratavam de agitações perigosas em que não era possível prever suas consequências políticas. Tocqueville questiona os atores políticos que lideravam os banquetes, dizendo que eles não assumiram a responsabilidade por suas consequências. Estas ultrapassavam “não somente as

³⁷⁶ O tema da propriedade e sua relação com as jornadas revolucionário de 1848 será analisado nos itens 5.2 e 5.3 desta tese.

³⁷⁷ TOCQUEVILLE (2003, p. 758-759).

³⁷⁸ TOCQUEVILLE (2003, p. 761).

esperanças mas também os desejos daqueles que haviam feito nascer”³⁷⁹. Os líderes dos banquetes perderam o controle sobre os resultados da inquietude gerada por suas discussões.

Os autores do banquete, afirma Tocqueville, estavam imbuídos das antigas paixões revolucionárias que o rei Luís Filipe chamava de paixões cegas ou inimigas. O autor não define o termo paixões revolucionárias, mas se pode depreender de seu texto que se trata de um sentimento intenso que ofusca a razão e agita a alma dos homens para que ajam de forma insurgente a fim de satisfazer os seus desejos de mudanças sociais e políticas. Eram paixões ambiciosas que já penetravam no espírito da maioria dos homens do povo e também dos membros da Câmara. Para o autor, foram essas paixões que levaram a solidificação da revolução de 1848.

No período que precede as insurreições de 1848, tem-se, então, simultaneamente, a vida política baseada no interesse da classe média e a insurgência das paixões que influenciam as ações políticas. Para o pensamento tocquevilliano, têm-se atores políticos que agem considerando o interesse particular e o benefício da classe em que está inserido. Apesar de serem, para ele, homens medíocres e sem virtudes, eram prudentes e poderiam estabelecer uma ordem social possível para a conservação de um estado social democrático. Para tanto, precisavam agir como o Tocqueville deputado e pensador político, levando em conta o interesse de todos ou o interesse bem compreendido explicitado na seção 4 desta tese.

Ao mesmo tempo e no mesmo contexto, há atores políticos que agem movidos pelas paixões. Eles são especialmente os membros da classe baixa, mas, a partir das primeiras agitações de 1848, pode-se afirmar que a maioria dos membros da classe dominante começa a agir assim. As insurgências de fevereiro de 1848 suscitam novos comportamentos na classe média que, apesar de conservarem o pensamento e a ação dirigidos para o próprio interesse, começam a mover a esfera política predominantemente pelas paixões.

Há duas descrições importantes em relação a essa simultaneidade de comportamento. Trata-se da oposição entre dois atores políticos descritos por Tocqueville: Duvergier de Hauranne e monsieur Duchâtel. Duvergier de Hauranne era um dos líderes da oposição ao governo. Era um homem que se unia ao partido por desinteresse e sinceridade que se manifestava por suas paixões verdadeiras, diz Tocqueville, e era descrito pelo autor como

³⁷⁹ TOCQUEVILLE (2003, p. 761). Hugo Brogan explica que os principais iniciadores dos banquetes, como Odilon Barrot e Gustave de Beaumont, defendiam que a questão central fossem as reformas eleitorais e parlamentares (BROGA, 2012, p. 402). Mas a questão principal, para Tocqueville, era a mudança de espírito do governo. Xavier de La Fournière afirma que Tocqueville compreende que as agitações políticas seriam inevitáveis em face da crise agrícola, econômica, financeira e pelas repetidas questões estrangeiras. O seu discurso premonitório realizado menos de um mês antes do início das insurreições são consequências das reflexões e do bom senso do autor (LA FOURNIÈRE, 1981, p. 215-216).

“erudito, desinteressado, ardente, colérico, vingativo, pertencente à raça sábia e sectária [...], encerrando seu pensamento em uma só ideia que o aquece e o cega”³⁸⁰. No pensamento tocquevilliano, Duvergier representa a figura típica de um homem que age na política movido pela paixão. Esse homem é, no pensamento tocquevilliano, um indivíduo que possui luzes, mas não age segundo a sua razão; segue seus instintos, é impulsivo e, alguns agem de forma irracional, possuindo certa loucura.

No mesmo contexto temporal e político, tem-se o monsieur Duchâtel, ministro do Interior. Tocqueville o chama de “monsieur”, demonstrando mais respeito a ele do que a Duvergier. É caracterizado como um homem de interesses, flexível, livre, sutil, que entendia dos assuntos públicos e não cedia às paixões. No pensamento tocquevilliano, é um ator político que funda suas ações no interesse e age considerando a sua razão. É um homem mais prudente e moderado.

Tocqueville compara-os de forma explícita, destacando as qualidades de Duchâtel. Ele afirma que:

[...] esse não se parecia com o homem de quem falei anteriormente; era tão refinado e elegante quanto o outro era desajeitado, anguloso e, às vezes, acre e categórico. Tinha tanto ceticismo e indiferença acomodada quanto o outro tinha convicções ardentes e atividade febril [...] ³⁸¹.

A comparação entre Duchâtel e Duvergier é uma imagem que simboliza a diferença do homem de interesses e o homem de paixão no pensamento tocquevilliano.

Além disso, simboliza a concepção conservadora de Tocqueville em relação ao movimento revolucionário. Ele não concorda integralmente com o comportamento da classe dominante, mas é, em suas descrições, cordial com os atores políticos que representam essa classe. De outro lado, demonstra irritação e preconceito no tocante à classe baixa e aos membros da classe média que participavam dos partidos de oposição. Ele os critica moralmente e politicamente, julgando-os como homens inferiores na vestimenta, no agir, no pensar e no falar.

Certamente, não há nenhuma afinidade do filósofo com os membros do movimento revolucionário e ele é, muitas vezes, incapaz de se solidarizar com a situação de miséria econômica e financeira da classe operária que sofria com as crises pelas quais passava a

³⁸⁰ TOCQUEVILLE (2011, p. 58).

³⁸¹ TOCQUEVILLE (2003, p. 762). A comparação realizada entre os atores políticos demonstra suas concepções e preconceitos em relação aos revolucionários. Essa é uma das passagens de *Souvenirs* em que confirma a afirmação de Laurence Guellec de que lendo a obra é possível perceber um Tocqueville conservador e hostil à revolução de 1848 (GUELLEC, 1996, p. 81). Ele não possui compaixão ou busca compreender as misérias humanas pelas quais sofrem os pobres e operários da época.

França. Ao contrário, ele parece sempre compreender e justificar a ação da classe dominante e privilegiada da qual se sentia mais próximo.

Apesar do respeito demonstrado por Tocqueville a Duchâtel, o filósofo o critica por não ter se precavido em relação aos resultados do banquete e por ter negado de maneira absoluta o direito de reunião em banquetes. A proibição e o impedimento do banquete com uso da força impulsionaram as lutas revolucionárias. A reação do partido revolucionário foi o pronunciamento de discursos mais revolucionários e a insuflação, diz Tocqueville, “do fogo das paixões revolucionárias”³⁸². O que resultou nas agitações do dia 22 de fevereiro de 1848.

O espírito inquieto impulsionado pelos banquetes resultou em agitações políticas do povo e dos membros da Câmara, a qual, afirma Tocqueville, tornou-se um local “de mil paixões contidas”³⁸³. Em 22 de fevereiro de 1848, até Duchâtel demonstrava inquietude e ansiedades, apesar de dizer que estava tudo bem. Nesses dias, algumas agitações aconteceram em vários pontos de Paris e, em 23 de fevereiro, as agitações aumentaram.

Tocqueville não explica de forma clara o que seriam essas agitações, mas descreve-as como uma multidão na rua em que se ouviam zombarias e pequenas ofensas. Havia certa dificuldade de se transitar pelas ruas de Paris, pois, além da multidão, tropas ocupavam as ruas. As pessoas estavam assustadas e se tinha notícias de alguns mortos ou feridos.

É interessante notar que as agitações nas ruas produzem novos sentimentos nos homens. Mesmo os homens de interesse que eram da classe média governante, passam a ser descritos por Tocqueville como homens cujas paixões surgiam e que ainda não sabiam lidar com elas. Ele relata, por exemplo, que de forma teatral Guizot anuncia, em 23 de fevereiro de 1848, que o rei formará um novo ministério. Esse incidente agita sobremaneira a Assembleia Nacional e a reunião legislativa torna-se um tumulto.

Os membros da Câmara reagem à convocação de um novo ministério com desespero por se sentirem atingidos em suas opiniões e em seus interesses particulares. Eles defendiam o ministério vigente porque ele resultava em cargos permanentes e vantagens para os deputados. E a possibilidade de perderem esses benefícios suscitou nos homens da classe governamental “o medo, a cólera e a cupidez”³⁸⁴, que não são inicialmente características dos homens de interesses apresentados na seção 4 desta tese. Eles estavam perturbados e desorientados.

Alguns atores políticos comemoravam a mudança do ministério, Tocqueville conta que havia uma festa na casa de Beaumont – deputado e amigo íntimo de Tocqueville – e

³⁸² TOCQUEVILLE (2003, p. 767).

³⁸³ TOCQUEVILLE (2003, p. 768).

³⁸⁴ TOCQUEVILLE (2003, p. 771). Para Tocqueville, esse apego aos benefícios da máquina administrativa reflete o gosto do homem democrático pelas funções públicas e o desejo de viver a custa dos impostos.

lá todos estavam com corações alegres³⁸⁵. Madame de Beaumont, continua Tocqueville, estava entusiasmada porque seu espírito havia sido seduzido, embora não fosse uma mulher que manifestasse interesses e nem ódios. Ou seja, para o filósofo era uma revolução que tinha em suas bases a emoção popular.

Essas emoções eram evidentes para Tocqueville. Ele encontrava homens e mulheres fora de si, transtornados pela inquietude ou pela cólera. E, para ele, a causa não era a crueldade do governo, mas era o resultado dos acontecimentos que se realizavam por ações movidas por paixões. O autor afirma que se via “agitarem as piores paixões, sem que as boas pudessem se manifestar”³⁸⁶. Parece que ele acredita na possibilidade de existirem boas paixões na política, mas não há uma explicação clara do que seriam paixões boas ou ruins no seu texto.

Tocqueville faz uma crítica positiva e uma negativa, nesse contexto. O desespero de homens e mulheres os leva a agir conforme seus instintos. O autor descreve a ação positiva de Dufaure, um dos líderes da oposição, que age de maneira virtuosa ao colocar sua família em segurança antes de se dirigir para a Câmara. Para o filósofo, trata-se de uma virtude privada, mas qualquer virtude é rara em momentos revolucionários. Outra ação descrita, mas de maneira negativa, é a de sua cunhada. Ela estava aflita e só pensava em se colocar em segurança. Para o autor, era um ato de uma cidadã egoísta, sem nenhum interesse pelos outros e pela situação do país. É a pior cidadã que se pode encontrar, diz ele.

As agitações narradas por Tocqueville resultaram na queda do governo, gerando reflexões importantes para o filósofo. Ele diz:

³⁸⁵ TOCQUEVILLE (2003, p. 773).

³⁸⁶ TOCQUEVILLE (2003, p. 776).

Nessa ocasião, fiz uma reflexão que até hoje tem se apresentado frequentemente ao meu espírito: na França, um governo equivocava-se toda vez que toma como ponto de apoio unicamente as paixões egoístas e os interesses exclusivos de uma só classe. [...] Penso, pois, que no fim das contas o método mais seguro a ser adotado entre nós pelo governo, para se manter, é o de bem governar e sobretudo visando o interesse de todos³⁸⁷.

Tocqueville defende a vida política cujo princípio dominante é o interesse comum. O interesse particular das classes funda-se em egoísmos e dividem a sociedade. O interesse de todos ou interesse comum, ao contrário, unem os homens, fortalecendo o corpo social e político. Essa convicção tocquevilliana reflete as análises realizadas em “*A democracia na América – Livro I*” e “*A democracia na América – Livro II*” sobre o estado social democrático.

Especificamente na seção 4 desta tese apresentou-se o conceito de interesse bem compreendido como a união entre o interesse particular e o interesse comum a fim de operacionalizar o estado social. Tocqueville parece crer que seja essa uma possível solução para o bom funcionamento da democracia, pois é a partir da construção de interesse comum que a sociedade criará um forte alicerce para o qual se dirigirá os assuntos públicos.

Nesse ponto, também parece possível observar um diálogo do pensamento tocquevilliano com o pensamento de Maquiavel, para quem, em uma república potente, a conduta dos homens que dela participam não pode se mover por interesses egoístas e particulares, mas deve se direcionar para o bem comum. Pensar apenas em seus interesses, em detrimento do bem comum, seria corromper a república.

Maquiavel parece retomar, nesse ponto, a acepção mais imediata do termo *res publica* utilizado pelos clássicos da antiguidade grega como sinônimo de coisa pública, de todos, da esfera dos interesses comuns e do bem comum. Ensina o professor Sérgio Cardoso que nessa acepção *res publica* designa a agregação da comunidade tendo em vista o bem, o direito e o interesse comum, o *koinon synpheron* dos gregos³⁸⁸. Ou seja, a ideia de interesse à luz do pensamento de Maquiavel passa pela antiga ideia de bem comum, de interesse comum

³⁸⁷ TOCQUEVILLE (2011, p. 80). Alexis de Tocqueville utiliza-se dessa reflexão como hipótese da sua última grande obra: O Antigo Regime e a Revolução. Nessa obra, ele analisará as causas da Revolução Francesa e desenvolverá várias análises sobre a defesa dos interesses coletivos de cada classe social, apontando os percalços do agir do homem na política em benefício da classe em que está inserido. Anne Amiel diz que em AR Tocqueville irá introduzir a ideia dos individualismos coletivos, demonstrando que cada classe agia conforme as suas necessidades individuais coletivas o que gerava uma permanente insatisfação das classes excluídas dos interesses dominantes (AMIEL, 2002, p. 17). É importante observar que essa obra não foi objeto desta tese por que ela trata das causas da revolução francesa de 1789. O objetivo desta pesquisa é refletir sobre as categorias políticas que são fundamentais para democracia após essa revolução.

³⁸⁸ CARDOSO (2002, p. 31).

dos gregos. A cidade ou a pátria a que pertence o homem seria o objeto de interesse comum³⁸⁹.

Considerando a teoria dos humores já citada e a existência de uma cidade dividida em duas partes, o filósofo fiorentino também afirma ser contrário à predominância do interesse de uma parte sobre a outra. E uma possível solução para o conflito de interesses, para ele, só pode ser alcançada quando os interesses em questão se manifestem não como interesses de particulares ou de facções, mas como interesses que se pretendem comuns. Essa é também a concepção de Alexis de Tocqueville em relação à divisão do estado social francês.

No último texto da primeira parte de *Souvenirs*, Alexis de Tocqueville relatou a sessão da Câmara em que estavam presentes a Duquesa de Orléans e seus três filhos. A sessão começou com as pessoas desorientadas na Assembleia, não havia ordem e parecia haver uma multidão andando de um lado para o outro e não uma reunião parlamentar. O rei havia abdicado do trono e o que se tinha era uma grande instabilidade política.

Tocqueville decidiu ficar na Câmara e se sentar no local costumeiro, pois acreditava que nos momentos de crise institucional é necessário estar no lugar onde habitualmente é visto. Ou seja, para ele é importante manter alguma estabilidade, ainda que seja apenas permanecer num banco rotineiro. Isso representava o valor dado pelo filósofo em relação à manutenção e o respeito às instituições políticas vigentes. Diz ele que “é sobretudo em tempos de revolução que as menores instituições de direito [...] adquirem a máxima importância, ao recordar o espírito do povo a ideia da lei”³⁹⁰. Estar no seu local no parlamento é manter a aparente estabilidade da Assembleia, instituição fundamental para o estado de direito.

O povo ia, aos poucos, adentrando a Assembleia e se compunha especialmente por membros das classes baixas. Eles se amontoavam e os atores políticos da oposição, como Ledru-Rollin, utilizavam-se das tribunas de maneira teatral, afirma Tocqueville, e vociferaram discursos revolucionários que insuflavam as paixões republicanas³⁹¹. O autor narra essas ações de forma irônica, incluindo anedotas e críticas às vestimentas do povo.

Tudo acontecia, segundo Tocqueville, como um grande teatro que buscava se espelhar nas paixões e nos atos revolucionários de 1789. Na sua concepção, explica Dagmar Manieri, os franceses acumularam uma espécie de memória coletiva decorrente da

³⁸⁹ É importante lembrar que Maquiavel, assim como os humanistas da época, serve-se de seus conhecimentos sobre a história antiga para pensar temas centrais de sua filosofia política. O que parece permitir essa consideração sobre a retomada do termo a partir dos clássicos.

³⁹⁰ TOCQUEVILLE (2003, p. 785).

³⁹¹ TOCQUEVILLE (2003, p. 788).

experiência política de insurreições precedentes³⁹². Em 1848, não havia paixões reais e não havia verdade, era apenas o despertar dessa memória coletiva. Era, para Tocqueville, um grande espetáculo encenado. A originalidade dos fatos, diz ele, permaneceu escondida, pois os parisienses misturam facilmente as lembranças da literatura e do teatro com as experiências mais sérias³⁹³.

Há apenas uma representação de um fenômeno político que estava prestes a acontecer. Essa representação se misturava aos tumultos e tornava difícil verificar o que havia de verdadeiro nas agitações. Tocqueville questiona se haveria homens realmente agindo por paixões ou se era apenas uma massa seguindo um ritual cujo objetivo era a instalação de um governo provisório³⁹⁴.

A primeira parte de “*Souvenirs*” é marcada, então, por reflexões sobre a existência de uma classe média que governa e se move na vida política considerando apenas seus interesses. A proximidade das agitações revolucionárias e o contato com o povo, caracterizado como homens que agem por paixões, fazem surgir novos sentimentos. A classe dominante não se contém e começa a manifestar instintos, sentimentos e desejos mais próximos às paixões do momento do que aos interesses moderados dos homens democráticos.

Apesar de iniciar essa primeira parte analisando as relações e os interesses dos homens da classe média, Tocqueville desloca o seu pensamento para a ideia de paixões na política, iniciando um debate que será melhor apresentado no próximo item, qual seja, que é a paixão o princípio do estado social democrático francês que está em processo de consolidação.

5.2 A paixão como princípio de uma democracia em consolidação

Em 1848, a França não era um estado social aristocrático, as prerrogativas e os privilégios de uma classe social formada por nobres haviam sido derrubados pelos movimentos revolucionários anteriores. Mas também não era uma democracia consolidada,

³⁹² MANIERI (2002, p. 180).

³⁹³ TOCQUEVILLE (2003, p. 788).

³⁹⁴ Para Karl Marx, trata-se de um grande acontecimento encenado como uma farsa, sendo “Caussidière como Danton, Louis Blanc como Robespierre, a Montanha de 1848-51 como a Montanha de 1793-95, o sobrinho como tio” (MARX, 2016, p. 25). Ele afirma que toda a Revolução de 1848 foi somente o fantasma da antiga revolução. Tocqueville parece ter consciência disso. Harvey Mitchell afirma que para o pensamento tocquevilliano a revolução de 1848 não é uma genuína revolução, pois não havia um claro propósito nas ações (MITCHELL, 1996, p. 78).

como os Estados Unidos, e as classes baixas estavam excluídas no âmbito jurídico e político. Elas não tinham direito ao voto, não participavam da esfera pública institucional e só se expressavam politicamente nas vias públicas. Havia uma exclusão de fato das classes mais altas e uma exclusão de direito das classes baixas.

Tinha-se, entretanto, um processo de igualização social que era, para Tocqueville, uma marcha irresistível, como visto na seção 3 desta tese. Ele inicia-se na França com a queda do antigo regime e com a possibilidade de uma nova classe adquirir fortuna e participar do poder político. A classe média torna-se a classe dominante nesse contexto. E, em 1848, a igualização ainda era um processo em andamento.

O movimento para a igualização, que já havia se iniciado, compreendia o movimento do estado social francês em direção à consolidação da democracia. O gosto pela igualdade, que é o alicerce da democracia no pensamento tocquevilliano, era um sentimento que alcançava todos os franceses e era uma mola propulsora para o desenvolvimento do processo democrático. Mas a igualdade, desejada socialmente e conquistada pela classe média burguesa, era apenas uma expectativa para a classe mais baixa que estava extremamente insatisfeita com as desigualdades fáticas.

Para Tocqueville, a principal insatisfação referia-se à temática da propriedade. Ela possuía bases não igualitárias, tornando visível que a desigualdade era a realidade concreta do estado social. E era uma desigualdade que se refletia essencialmente na miséria da maioria da população. Ela era o fundamento da ordem social e, simultaneamente, o obstáculo para a igualdade dos homens. Ou seja, a propriedade produz na França um paradoxo: ela fundamenta o estado social democrático, que se funda na igualdade de condição e, ao mesmo tempo, dificulta a materialização desse estado por ser um signo da desigualdade.

Era necessário enfrentar a ordem estabelecida e isso tem início em fevereiro de 1848, período analisado no item 5.1 desta seção. Trata-se das primeiras insurreições que, apesar de não terem sido graves e sangrentas, tiveram como resultado a queda da monarquia, incluindo a deposição de uma classe dirigente que já estava degradada. Mas a Monarquia de Julho, para Tocqueville caiu sem luta³⁹⁵, pois ela não foi derrubada pelas forças revolucionárias.

O primeiro texto da segunda parte de “*Souvenirs*” inicia-se com algumas reflexões sobre a queda da monarquia. Na carta enviada por Tocqueville ao amigo Nassau Willian Senior, em 10 de abril de 1848, ele afirma que a causa geral foi o detestável espírito que animou o governo durante todo o tempo de seu reino: espírito de mentira e de corrupção que

³⁹⁵ TOCQUEVILLE (2003, p. 797).

degradava a classe média³⁹⁶. A origem da revolução de 1848 e da queda da monarquia está, certamente, ligada à perda da legitimidade do regime instituído.

Em “*Souvenirs*”, ele apresenta as causas acidentais e concretas do fenômeno. Os acidentes imprevisíveis desempenharam um importante papel, mas nem tudo se deve a eles. Atores políticos como Guizot, Molé e Thiers acreditavam que o fim da monarquia era o resultado do acaso, de uma surpresa ou de um acidente. Certamente há alguns fatos acidentais, mas esses atores, para Tocqueville, não conseguem admitir que o principal era o mau governo por eles administrado.

Os principais acidentes referem-se às paixões inábeis dos membros da oposição e a dificuldade do rei de conduzir a situação, afirma Tocqueville³⁹⁷. A oposição dinástica, liderando os banquetes, agitou o povo com o objetivo de exigirem reformas eleitorais, mas perderam o controle dos acontecimentos. Dessas agitações resultaram demandas sociais que ultrapassavam os objetivos iniciais dos banquetes, e isso surpreendeu esses atores políticos. E o rei, sem habilidade ou destreza, demonstrou grande fragilidade, abatendo-se rapidamente. Prostrado e surpreso ele caiu, para Tocqueville, antes de compreender a situação.

Mas “o acaso não faz aquilo que, de antemão, já não esteja preparado”³⁹⁸. Fatos e fenômenos políticos anteriores associam-se às causas acidentais citadas que resultam em todo o contexto de 1848. Tocqueville cita alguns desses fatos anteriores como a revolução industrial que teria tornado Paris a primeira cidade manufatureira na França, atraindo a imigração de grande quantidade de operários e, simultaneamente, gerando uma queda do trabalho na agricultura.

Ele cita, também, causas que decorrem da era democrática, como já visto nas seções anteriores desta tese, como o gosto pelas coisas materiais e a inquietude do espírito. Eram sentimentos enraizados no homem democrático moderno e foram incentivados pelo governo dominado pela classe média burguesa. Além disso, as mobilidades das coisas, das instituições, das ideias, dos costumes e dos homens agitavam o povo desde a revolução francesa de 1789.

Outro ponto essencial para Tocqueville é o surgimento de teorias econômicas e políticas que afirmavam que as misérias humanas não decorriam da providência, mas eram o resultado das leis vigentes³⁹⁹. Essas teorias tinham pretensão de universalidade e estavam se espalhando por toda a Europa. Defendia-se que a pobreza poderia ser suprimida com

³⁹⁶ TOCQUEVILLE (2003, p. 622).

³⁹⁷ TOCQUEVILLE (2003, p. 799). Tocqueville também cita como causas acidentais o desaparecimento dos antigos ministros, os erros dos novos ministros que não conseguiram retomar a ordem, a hesitação dos generais e ausência de um rei mais popular.

³⁹⁸ TOCQUEVILLE (2003, p. 798).

³⁹⁹ TOCQUEVILLE (2003, p. 800).

alterações na base social da sociedade. Trata-se de teorias analisadas de forma breve neste item que ele denomina como socialistas. O alicerce da Revolução de 1848 é, para o filósofo, as ideias socialistas que impulsionavam as classes baixas a agirem em prol de mudanças sociais.

Sobre as causas acima citadas, parece que, para Alexis de Tocqueville, a vida política francesa baseava-se no interesse, especialmente no interesse da classe média dominante. Vivia-se um período de grande abrandamento de costumes, o que era consequência do seu estado social democrático. Contudo, a inquietação do espírito dos homens democráticos, a possibilidade de mobilidade, a insatisfação da classe operária que crescia, a ausência de direitos iguais e de direitos políticos da classe baixa e a circulação de ideias socialistas, somadas à inabilidade governamental dos atores políticos e à incapacidade de compreender a necessidade de mudança, resultaram nas agitações populares de 1848.

Essas causas impulsionam o sentimento de paixão revolucionária que move os homens democráticos a agirem em prol da consolidação de princípios democráticos, especialmente o da igualdade. Quer-se construir um estado social efetivamente igualitário. Há uma classe média baixa insatisfeita e que se identifica com uma massa que possui os mesmos interesses. Eles se unem para defenderem esses interesses e essa união desperta-nos o sentimento de pertencimento a um grupo que é um dos componentes da paixão. Estimulados pela identificação de todos e pelo instinto gregário, o povo se agita em insurreições que depõem o governo e a monarquia de 1830.

Após a tumultuada reunião da Câmara em 24 de fevereiro de 1848, Alexis de Tocqueville estava apreensivo e pessimista⁴⁰⁰. Ele se demonstra perdido por não saber quais os resultados se seguiriam das primeiras agitações e mostra-se irritado com visões otimistas sobre os acontecimentos, como a de seu amigo Ampère. O filósofo diz que essa visão favorável decorre da confusão que os franceses estabelecem entre a política e a literatura. Eles transportam o espírito literário para a política e “o que considero o espírito literário em política é ver o engenhoso e novo mais que o verdadeiro”⁴⁰¹. Ou seja, os atores políticos otimistas estão satisfeitos com a teatralização de um fenômeno político, que repetiu um espetáculo que foi sério em 1789, não conseguindo racionalizar e refletir sobre a realidade dos fatos. A visão otimista, continua Tocqueville, valoriza o desprendimento, a coragem e a emoção popular, mas será que foram ações realmente virtuosas? Para ele, o povo é sempre

⁴⁰⁰ Françoise Mélonio no artigo “*Tocqueville ‘pessimiste public’?*” afirma que Tocqueville apresenta momentos de desanimo em relação ao contexto social e político de sua época, por nostalgia dos valores aristocráticos (MELONIO, 1988, p. 5)

⁴⁰¹ TOCQUEVILLE (2003, p. 801).

impaciente e irreflexivo, não age conforme a sua razão por instintos e paixões. Isso é um ótimo cenário para a literatura, mas não é conveniente nas ações políticas.

No dia seguinte ao dia 24 de fevereiro, a classe dominante estava assustada e surpresa. O próprio Tocqueville estava impressionado com os contextos político e social, especialmente em relação ao caráter popular da revolução. Ela havia sido inteiramente feita pela classe baixa, realizada à margem da burguesia e contra ela. O filósofo diz que não se trata de um fenômeno político novo, pois revoluções análogas foram feitas em outros países e em outras épocas. E ele cita, como exemplo de revolução análoga, aquela ocorrida em Florença na Idade Média em clara referência ao texto “História de Florença” de Maquiavel, segundo a nota 2 da segunda parte de “*Souvenirs*”⁴⁰².

Em Florença, no século XIV, a burguesia sucedeu a nobreza e depois acabou sendo expulsa do governo que instaurou uma república. É um caminho semelhante ao da Revolução de 1848, mas a revolução florentina foi um espetáculo menor e com causas passageiras, afirma Tocqueville⁴⁰³. Já a revolução francesa foi marcada por causas mais permanentes e que eram tão gerais que se espalhariam pelo restante da Europa. Diz ele: “não se tratava apenas do triunfo de um partido; aspirava-se a fundar uma ciência social, uma filosofia, quase me atrevo a dizer uma religião comum que se pudesse ensinar a todos os homens e que por todos fosse seguida”⁴⁰⁴. Para ele, o objetivo era realizar as ideias do socialismo e há uma pretensão de universalização de valores, ideias e mudanças sociais.

Ele decide andar pelas ruas de Paris e o que vê são as paixões, considerando-as como um dos afetos que traz uma identificação entre as pessoas e que dá ao homem à percepção de que faz parte de determinado grupo com interesses comuns. Primeiro, ao se encontrar com Lamoricière que era membro da Câmara dos Deputados e estava no comando militar. Ele estava, diz o filósofo, com o “espírito inflamado e o coração indomável”⁴⁰⁵. Apesar de machucado, não queria se manter em repouso e movia-se por uma paixão guerreira, vinculando-se ao desejo de combate e unindo-se aos demais homens que estão na luta antirrevolucionária.

Depois, nas ruas, ele observou que nesse primeiro instante a classe baixa convertia-se em dona do poder, mas não estava movida por paixões rancorosas. Não agiam de forma violenta, apesar de alguns homens, pontualmente, destacarem-se desse comportamento. Para Tocqueville, os vencedores estavam surpresos com a rápida queda da monarquia e “suas

⁴⁰² TOCQUEVILLE (2003, p. 806).

⁴⁰³ TOCQUEVILLE (2003, p. 806).

⁴⁰⁴ TOCQUEVILLE (2011, p. 114).

⁴⁰⁵ TOCQUEVILLE (2003, p. 805).

paixões não haviam tido tempo de acender-se e de exasperar-se na luta”⁴⁰⁶. O governo caiu sem se defender numa grande luta e o povo foi surpreendido com esse fato. O povo, repita-se, possuía paixões mornas e repetiam a linguagem dos revolucionários de 1793, sem possuir o mesmo contexto, a mesma energia e os mesmos interesses que eles. Ele queriam algo, mas não tinham mais um objeto concreto de luta.

O povo não tinha mais com quem e por que lutar ardentemente. “O campo de batalha estava vazio”, diz Tocqueville. Na carta enviada por Tocqueville a Lord Radnor, em 26 de maio de 1848, ele afirma que o maior perigo que se vivia era a ausência de um chefe⁴⁰⁷. O vazio do poder abre espaço para possibilidade de qualquer um ocupar esse lugar, inclusive um tirano. Era preciso reconstruir o edifício político e social que estava desabitado. A restauração da base social foi insuflada no coração do povo pelas teorias socialistas. Para Tocqueville, elas deram um alicerce de sustentação para a reconstituição das demandas sociais e acenderam as verdadeiras paixões no coração da classe baixa. Diz o filósofo:

Foram as teorias socialistas, a que anteriormente chamei “a filosofia da Revolução de Fevereiro”, que mais tarde acenderam paixões verdadeiras, exacerbaram as invejas e finalmente suscitaram a guerra entre as classes. Se de início as paixões não foram tão desordenadas quanto se poderia temer, no desenrolar da Revolução manifestaram-se efetivamente nas ideias do povo uma agitação extraordinária e uma desordem inaudita⁴⁰⁸.

O primeiro ponto importante da citação acima é o fato de Tocqueville considerar as teorias socialistas como a filosofia da revolução de fevereiro. Pode-se também encontrar, anteriormente a essa citação, uma referência do autor à filosofia do povo como fonte principal de um fenômeno histórico. Trata-se da tese exposta no primeiro capítulo de “*A democracia na América – Livro II*”, apresentada na seção 4, em que ele diz que a filosofia dos norte-americanos, enquanto método de ação, baseia-se no pensamento de Descartes.

Os homens democráticos norte-americanos têm como uma filosofia comum a todos a concepção de igualdade de inteligência, considerando a igualdade de condições dos homens em se utilizarem da razão. Cada um, como igual, pode julgar o outro e disso decorre a reivindicação de que o homem democrático pode julgar por si mesmo todas as outras coisas.

O homem democrático dos EUA era racional, prudente e moderado. Já a maioria dos homens da França movia-se por paixões e instintos fundados e insuflados por teorias socialistas. É essa a aposta de Tocqueville em relação ao fundamento do estado social francês

⁴⁰⁶ TOCQUEVILLE (2001, p. 115).

⁴⁰⁷ TOCQUEVILLE (2003, p. 629).

⁴⁰⁸ TOCQUEVILLE (2011, p. 116-117).

que estava em transição, marchando para a consolidação democrática. Era o socialismo a origem das verdadeiras paixões revolucionárias, que excarceraram os sentimentos e tornaram mais sangrentas as insurreições de 1848.

A revolução de 1848, a partir de maio, entra numa nova fase. Iniciam-se as insurreições mais graves que não foram caracterizadas pela luta da classe média baixa contra a classe média dominante, mas foram encenadas pelo combate entre os operários de Paris e classe média burguesa que se uniu diante do medo do socialismo. Tratava-se, como se verá mais adiante, do início de uma luta de classes⁴⁰⁹.

Para compreender essa hipótese de Tocqueville é indispensável questionar: o que é o socialismo para Tocqueville? Quais são os autores que apresentam essas teorias e com os quais ele está dialogando? É realmente o socialismo responsável por insuflar paixões revolucionárias? A partir de seus textos não é possível responder essas perguntas e sua hipótese parece vaga e sem comprovação. Ela parece apenas o resultado de suas impressões sobre o fenômeno político.

Não se encontraram, também, respostas concretas para essas perguntas na literatura sobre a temática. Entretanto é possível construir algumas hipóteses sobre possíveis respostas a partir das afirmações biográficas de Jean-Louis Benoît e de Hugo Brogan⁴¹⁰, que consideram que alguns autores de teorias socialistas devem ter sido lidos por Tocqueville, como Saint-Simon, Louis Blanc, François Fourier, Robert Owen e Pierre-Joseph Proudon.

Trata-se de autores do socialismo denominado utópico⁴¹¹. Eles representam um momento da história do socialismo, um momento inicial e ainda imaturo. Afirma Jean-Christian Petitfils que não há nenhum estudo exaustivo sobre o tema e há apenas resultados de pesquisas breves sobre ele⁴¹². Para o sociólogo, há divergência de interpretações e há várias formas de conceituar o termo utopia que intitula esses autores.

No termo “socialismos utópicos”, afirma ele, agrupam-se esses socialistas a que Tocqueville se refere. Eles podem ser categorizados no grupo que apresenta simples fábulas sobre a situação social sem se estabelecer quaisquer implicações a partir de suas ideias; ou no grupo de utópicos críticos que despertam por meio da ficção a consciência dos povos sobre o

⁴⁰⁹ Karl Marx, em “*O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*”, afirma que “Imediatamente após as jornadas de fevereiro, não só a oposição dinástica foi surpreendida pelos republicanos e os republicanos pelos socialistas, mas toda a França por Paris” (MARX, 2016, p. 34).

⁴¹⁰ BENOÎT (2004, p. 147) e BROGAN (2012, p. 399). Alexis de Tocqueville não cita esses autores, mas os pesquisadores Jean-Louis Benoît e Hugo Brogan afirmam que ele conhece o momento socialista, bem como conhece as ideias principais desses autores e, ao menos em parte, os seus textos.

⁴¹¹ Trata-se de uma denominação polêmica, mas se utiliza aqui por questões didáticas, considerando a obra *Os Socialistas Utópicos*, de Jean-Christian Petitfils.

⁴¹² PETITFILS (1978, p. 10).

mal e as imperfeições sociais. E, por fim, tem-se também o grupo da utopia social que possui um projeto político, sistemático e coerente.

Alexis de Tocqueville pode ter esses autores como referência, mas não realiza nenhuma categorização entre eles ou expressa maiores reflexões sobre suas teorias. Entretanto, o termo paixão aparece em textos desses autores, como se pode observar dos textos selecionados na obra *O “Socialismo pré-marxistas”*, que é uma compilação de alguns textos de autores do socialismo utópico⁴¹³. Nesses textos, destaca-se o de Charles Fourier, denominado “*O novo mundo industrial e societário*”, elaborado em 1829⁴¹⁴. Fourier defende a necessidade de se incentivarem as paixões e não comprimi-las, pois elas seriam o fundamento das ações associativas ante os homens. Na divisão do trabalho, na divisão da propriedade e em outras relações entre as pessoas, o instinto gregário indispensável para se afastar o isolamento individual se constitui no âmbito dos afetos e paixões.

Parece que a paixão era uma linguagem utilizada pelos socialistas com os quais Tocqueville teve contato. E, em Fourier, há uma construção teórica sobre a paixão como móvel do homem na política. Certamente, Tocqueville reproduz esse léxico, mas parte de premissas diferentes. O filósofo não acredita que os homens deliberadamente estão agindo considerando suas paixões. Para ele, a paixão que move advém de um ato irracional e instintivo, estimulados pela comunhão de interesses de todos, o sentimento de pertencimento ao grupo e o ideal de igualdade propagado pelas teorias socialistas.

Outra hipótese desta pesquisa é que Tocqueville estava preocupado com as ideias gerais do socialismo de desejo de associação coletiva e de divisão da propriedade. O socialismo que o filósofo combate designa uma doutrina que preconiza uma reorganização da sociedade em bases coletivistas. Ela defende a exacerbação da base da igualdade de condições e visa a uma revolução social nessa direção (e não uma revolução política).

Jean-Louis Benoît afirma que a primeira crítica severa de Tocqueville em relação às demandas do socialismo ocorreu no momento da inscrição do direito do trabalho na constituição elaborada nos tumultos de 1848⁴¹⁵. Nessa oportunidade, o filósofo compreendeu o espírito da filosofia do socialismo em relação à ampliação dos direitos em benefício de

⁴¹³ BABEUF et al. (1980).

⁴¹⁴ FOURIER (1980, p. 59-72). Ver também sobre o tema a obra “*O socialismo*”, de Abreu e Lima.

⁴¹⁵ BENOÎT (2017, p. 400). É importante ressaltar que as ideias socialistas a que Tocqueville se refere não surgem em 1848. Segundo Pierre Rossanvallon, elas são construídas a partir dos anos de 1830 e estão enraizadas na perspectiva republicana da época (ROSSANVALLON, 1992, p. 346). Esse assunto será tratado no final desta seção na análise da república moderada defendida por Tocqueville durante o período em que assumiu o cargo de ministro das relações exteriores.

todos. A prescrição constitucional do direito do trabalho aparece como um primeiro passo para lutas em prol da efetivação desses direitos.

O socialismo é um sistema que exige reformas sociais e elas devem se dar independentemente da conservação ou não das instituições vigentes. O princípio que move essa doutrina é a igualdade de todos, ainda que isso decorra, diz Anne Amiel, da ausência de liberdade⁴¹⁶. Ou seja, é a defesa cega da igualdade, o que para Tocqueville deturpa a democracia que se constitui como um equilíbrio entre a igualdade e liberdade.

O filósofo acreditava que o socialismo resultaria na destruição de concepções fundamentais para as liberdades democráticas, como a liberdade individual e a propriedade privada. Num estado social democrático não se deve restringir a esfera da independência individual, e a possibilidade de acúmulo ou crescimento de bens materiais deve ser defendida como um dos princípios sociais que ordenam a sociedade. Enfrentar o socialismo é, para o pensamento tocquevilliano, colocar-se em prol de um estado social em que é possível o exercício da igualdade de condições e da liberdade individual.

Em relação aos vencidos da revolução de fevereiro, o que inclui Tocqueville como membro da Assembleia, eles pareciam não saber o que fazer. O filósofo diz que se focaria apenas na observação do fenômeno⁴¹⁷ e não atuaria em defesa do povo e nem contra o povo. Com essa afirmação ele se autojustifica, pois durante todo o relato sobre a revolução que se segue ao dia 24 de fevereiro, Tocqueville está na rua ou na Câmara se portando apenas como um observador do contexto, apesar de ser um deputado eleito que deveria agir em prol do interesse dos seus representados.

Os demais parlamentares, para Tocqueville, moviam-se sem paixões além do medo. Todos se sentiam impotentes e perdidos diante da imprevisibilidade dos resultados das primeiras insurreições. E essa apatia era o resultado do vazio de paixões políticas da classe média dominante que se movia pelos seus interesses particulares e pelo gosto pelo bem-estar material. Vivia-se, anteriormente, em um parlamento medíocre, monótono, sem paixões e sem o gosto desinteressado pelo bem comum, no qual o filósofo sentia-se satisfeito de não mais ter que fazer parte com a queda da monarquia.

Diante da ausência da monarquia e do governo instituído em julho de 1830, inicia-se nova eleição de deputados para uma Assembleia Nacional Constituinte, e Alexis de Tocqueville, que se diz interessado pelo bem comum, decide participar do processo eleitoral, candidatando-se pelo departamento da Mancha, região em que se localizava a província de

⁴¹⁶ AMIEL (2002, p. 55).

⁴¹⁷ TOCQUEVILLE (2003, p. 811).

Tocqueville. Ele quer voltar para a arena política para defender as instituições legais que sustentam o corpo social, diz ele⁴¹⁸. Para o filósofo, no contexto que se apresentava era fundamental buscar a manutenção da ordem legal da sociedade. Ele deixa isso expressamente declarado na carta enviada para seu assessor Paul Clamorgam, em 2 de fevereiro de 1848, na qual afirma que é indispensável o desejo de restabelecer a ordem e assentar a sociedade⁴¹⁹. Participar da elaboração das novas regras constitucionais seria essencial para esse objetivo.

Na Mancha, que era uma região basicamente de agricultores, a revolução não era ainda vivenciada. Tocqueville observou que os habitantes dessa região estavam temerosos com as insurreições de Paris. Eles moviam-se e uniam-se em face do medo, todos tinham interesse em defender suas heranças e sentiam-se inseguros com os discursos revolucionários socialistas. O medo, que é uma afeição vinculada à paixão, move os homens contrarrevolucionários, levando-os à união e, como se verá, ao combate. Mas também pode gerar o desejo de opressão que terá como resultado, após a jornada revolucionária, o golpe de Estado que será citado no item 5.3.

A revolução, embora não vivenciada, gerava em toda a sociedade novos sentimentos como ódio, terror, desejos incertos e paixões efêmeras, cita Tocqueville⁴²⁰. Na carta que ele enviou para a sua esposa Marie de Tocqueville em 30 de março de 1848, ele já afirmava que as circunstâncias de Paris eram graves e que geravam vários tipos de sentimentos e afetos em todos os corações⁴²¹. E esses sentimentos refletiam no processo eleitoral. Os habitantes da mancha queriam eleger inimigos da “demagogia” parisiense, que se referia, no pensamento tocquevilliano, aos líderes revolucionários ou líderes dos partidos da oposição dinástica. Para eles, essa escolha demonstrava uma forma de resistência ao poder popular e de afrontar as ideias socialistas em ascensão.

Tocqueville agradou a esses habitantes e foi eleito por seu discurso antirrevolucionário e de independência em relação aos partidos políticos vigentes. Ele demonstrava ser um ator político sem medo, o que era uma grande virtude no período revolucionário, e assumia o compromisso de enfrentar o contexto político de Paris que, diz ele, parecia uma cidade que estava a ponto de cair nas mãos dos socialistas armados⁴²². É importante observar que Tocqueville percebe a atmosfera do medo que move os habitantes da mancha e utiliza-se disso para os persuadir em seu benefício. O discurso tocquevilliano de

⁴¹⁸TOCQUEVILLE (2003, p. 817).

⁴¹⁹TOCQUEVILLE (2003, p. 616).

⁴²⁰ TOCQUEVILLE (2003, p. 819).

⁴²¹ TOCQUEVILLE (2003, p. 618).

⁴²² TOCQUEVILLE (2003, p. 825).

iminência de um socialismo armado que precisava ser enfrentado, conquistou uma população que se movia politicamente a partir desse afeto negativo, que é uma paixão política para Tocqueville, como já visto. Movidos pelos novos sentimentos que os ardores revolucionários produziram, os franceses homens e maiores de vinte anos elegeram um corpo conservador para a nova Assembleia Constituinte.

Apesar da conquista do sufrágio universal pelo povo, a assembleia formada não lhe foi favorável. O terror em relação ascensão do socialismo resultou num parlamento mais conservador e pouco aberto às demandas sociais populares. Tocqueville fez duras críticas a esse fato, questionando a capacidade do povo de agir na esfera pública sem serem guiados por uma educação política. Para ele, os revolucionários foram tolos em não se servirem do sufrágio para fortalecerem o movimento revolucionário⁴²³. Não basta, continua o autor, convocar a multidão à vida política sem lhe mostrar e propiciar os benefícios que poderiam ter a partir dos votos. Para Tocqueville não era impossível gerar as paixões revolucionárias em toda a região da França, pois os costumes, as ideias e as paixões do contexto do estado social francês eram favoráveis a isso.

Alexis de Tocqueville volta para Paris como membro dessa nova Assembleia Nacional Constituinte e retoma suas observações sobre as jornadas revolucionárias de Paris. Para ele, ainda há uma sociedade dividida em duas: “os que nada possuíam, unidos em uma cobiça comum, e os que possuíam alguma coisa, em uma angústia comum”⁴²⁴. Ele se refere a uma nova divisão, diferente da divisão política a que se referiu no item 5.1 desta seção. Não se tem mais de um lado a burguesia que dirigia a política francesa e de outro o povo sem direitos políticos. Após as insurreições de fevereiro de 1848, o povo tornou-se sujeito do direito de participação na política. Trata-se de um novo momento em que a sociedade está dividida em burguesia versus operariado. É uma divisão mais social do que política, sendo uma divisão de classes. Elas, observa o filósofo, não possuíam nenhuma simpatia recíproca e era clara a iminência de uma luta entre elas.

Na Assembleia havia membros do clero, da nobreza, dos grandes proprietários e os denominados montanhese em referência à montanha da Revolução Francesa de 1789. Os montanhese eram compostos por velhos revolucionários e por socialistas. Tocqueville demonstra grande descontentamento em relação à convivência com eles, dizendo que possuíam costumes, ideias e até uma linguagem muito diferente da usual⁴²⁵. Claro que esse

⁴²³ TOCQUEVILLE (2003, p. 827). Para Tocqueville, “*le vote universel avait remué le pays de fond en comble, sans mettre en lumière aucun homme nouveau qui méritât de paraître*” (TOCQUEVILLE, 2003, p. 834).

⁴²⁴ TOCQUEVILLE (2011, p. 145).

⁴²⁵ TOCQUEVILLE (2003, p. 832-833).

desconforto é reflexo da sua origem aristocrática e ele reflete na sua preconceção negativa em relação a eles.

A divisão dos montanhesees foi, para Tocqueville, essencial para o fracasso revolucionário. Ele diz que:

[...] os socialistas eram os mais perigosos, pois respondiam com maior exatidão ao verdadeiro caráter da Revolução de Fevereiro e às únicas paixões que esta teria feito nascer; mas eram pessoas que pendiam mais à teoria que à ação e, para transtornar a sociedade e seu gosto, necessitariam da energia prática e da ciência das insurreições, que somente seus confrades possuíam⁴²⁶.

A análise tocquevilliana destaca que os socialistas despertam no coração do povo as paixões revolucionárias a partir de seus discursos e conceitos e, por isso, são mais perigosos. Mas são teóricos inexperientes e só conseguiriam ter sucesso na revolução de 1848 se somassem às paixões revolucionárias a experiência prática dos velhos revolucionários. Ele aqui adianta o resultado das jornadas revolucionárias que se seguiriam à constituição da Assembleia, quando os socialistas são vencidos. O filósofo percebe o socialismo como uma mola propulsora da ação, mas que não é capaz de sustentá-la.

Outro ponto importante sobre a constituição da Assembleia Nacional Constituinte é a reflexão de Tocqueville sobre o seu aspecto geral. Para ele, ela era composta por um conjunto de homens desinteressados, honestos e corajosos. Foram eleitos para enfrentar os conflitos que emergiram. E para o pensamento tocquevilliano o seu objetivo era “fazer triunfar a vontade evidente do povo francês sobre as paixões e os desejos dos operários de Paris; vencer assim a demagogia pela democracia”⁴²⁷. O importante desse trecho é observar a concepção tocquevilliana sobre a finalidade da legislatura instaurada.

Ele, primeiro, contrapõe a ideia de vontade do povo à de paixões dos operários. A distinção coloca Tocqueville na defesa da vontade do povo que se conecta à ideia de interesse geral. O interesse geral aproxima-se, conforme visto nas seções 3 e 4 desta tese, da concepção de vontade geral em Rousseau, sendo aquele interesse que é universalmente partilhado por todos os cidadãos ou aquele que se dirige ao bem comum da sociedade, indo além do interesse particular de cada habitante. Ou seja, cabe à assembleia defender o interesse geral e não satisfazer desejos, desprovidos de razão, de uma classe.

No trecho citado Tocqueville também distingue demagogia de democracia. A demagogia é a ação política na qual existe o interesse em manipular a massa popular,

⁴²⁶ TOCQUEVILLE (2011, p. 149).

⁴²⁷ TOCQUEVILLE (2011, p. 154).

realizando-se promessas que visam, em efeito, à conquista do poder político. Para o autor, os atores políticos que apoiam o movimento revolucionário realizam discursos convincentes que influenciam na ação do povo em direção às insurreições, mas o objetivo deles não seriam as efetivas mudanças sociais. Eles buscam a manutenção do poder. Isso é diferente da democracia, que é um estado social fundado na igualdade e na liberdade e que funciona a partir da ordem das instituições legais.

É a democracia e o interesse geral que devem ser defendidos pela Assembleia Nacional Constituinte, e esse é objeto da atuação política de Tocqueville. Essa concepção irá acompanhá-lo durante toda a sua carreira política, especialmente na sua participação na elaboração do texto constitucional e é reflexo das suas convicções expostas em “*A democracia na América – Livro I*” e “*A democracia na América – Livro II*”, como visto. O grande problema é conceber o que seria, na prática, o interesse geral da sociedade francesa da época, pois ela estava dividida entre o interesse de classes.

Segue a essas reflexões o pensamento tocquevilliano sobre duas figuras descritas pelo filósofo no capítulo VI da segunda parte de “*Souvenirs*”: Lamartine e Ledru-Rollin. Lamartine é considerado a principal figura da Assembleia Constituinte, sendo o homem eleito para combater os socialistas e os demagogos. E Ledru-Rollin era um revolucionário e era a imagem do terror, sendo o lado mal que precisava ser combatido. Ambos agiam de forma desinteressada, entendendo isso como o agir político sem pensar no próprio interesse particular.

Esse agir desinteressado de ambos demonstra o espírito desinteressado da própria assembleia eleita, o que para Tocqueville era a sua principal vantagem. Mas as descrições que se seguem de Ledru-Rollin demonstram certa confusão entre as convicções de Tocqueville e a sua representação simbólica desses atores políticos. Ledru-Rollin é descrito como um revolucionário sanguíneo e, como Tocqueville é antirrevolucionário, ele deveria se constituir moralmente a partir de características diferentes das que o filósofo defende. Contudo, Ledru-Rollin é descrito como um homem que naturalmente desejava o bem comum⁴²⁸. Parece haver aqui uma aproximação das ideias de Tocqueville com a ação do revolucionário citado. Enquanto Lamartine, visto como salvador, era alguém que não estava disposto a fazer sacrifícios pelo bem comum e estava deslumbrado com o poder que lhe foi dado, ou seja, era um ator político que agia em desacordo com as convicções tocquevilliana.

Essa passagem do texto que compara Rollin com Lamartine é bastante confusa e não nos permite tirar conclusões definitivas sobre as interpretações possíveis de Tocqueville. Mas,

⁴²⁸ TOCQUEVILLE (2003, p. 840).

ao mesmo tempo, instiga-nos a questionar o pensamento antirrevolucionário do filósofo. As teses de Tocqueville vão realmente de encontro às ideias defendidas e pelas quais lutavam os revolucionários em 1848? Ele não estaria se colocando contra eles apenas para defender sua posição na classe dominante? Essas são questões que precisam ser investigadas, mas não são objetos desta tese.

Pois bem. Eleitos os membros e constituída a Assembleia, iniciam-se seus trabalhos. Simultaneamente, nas ruas, os partidos revolucionários empenhavam-se em instigar o povo nas assembleias populares. Eles os provocavam, diz Tocqueville, mas eram argumentadores e irracionais em questões políticas, difundindo princípios que não auxiliariam na construção de um estado social, mas serviriam de base para a ação violenta⁴²⁹. O princípio fundamental propagado referia-se à possibilidade de o povo ir diretamente para os espaços públicos, considerando que ele não transfere integralmente a sua vontade como poder soberano. Ou seja, é permitido ao povo se apresentar nos ambientes públicos e institucionais e não apenas ser representado.

Nessa perspectiva, na reunião do dia 15 de maio de 1848, ouve-se um grito terrível vindo da rua e a Assembleia é arrombada. Num grande espetáculo, os revolucionários agitam bandeiras, algumas com emblemas do terror como o barrete vermelho, e mostram os punhos para os deputados, considerando-os seus funcionários. A multidão ocupa a Assembleia que se mantém inerte. Tocqueville afirma que permaneceu em seu lugar, por se tratar de interesse público⁴³⁰, e observou a invasão, percebendo-a como um grande teatro.

Esse fato político foi marcante para Tocqueville, pois expôs de forma clara a mudança de perspectiva da revolução de 1848. Como já dito, não se tratava mais de uma luta por direitos políticos. Os símbolos vermelhos, o debate sobre a representação e as figuras que se apresentavam entre a multidão, como Blanc, demonstravam que eram lutas dirigidas às mudanças na ordem social e eram guiadas por ideias socialistas de melhores condições de uma determinada classe. Além disso, o filósofo parece compreender o fenômeno como um momento de expressar um posicionamento e não de luta armada. Ele viu o 15 de maio de 1848 como uma grande encenação.

Além disso, para o pensamento tocquevilliano, havia vários equívocos na invasão. Primeiro, devido a equivocada premissa de que os operários de Paris constituíam o povo francês⁴³¹. A classe proletária não tinha legitimidade para agir em nome do povo soberano, pois não era seu mandatário e nem representava a totalidade do soberano. E essa análise do

⁴²⁹ TOCQUEVILLE (2003, p. 843).

⁴³⁰ TOCQUEVILLE (2003, p. 845).

⁴³¹ TOCQUEVILLE (2003, p. 843).

filósofo é uma argumentação importante para combater ao princípio propagado nas oficinas populares, negando-os o direito de participar de forma direta de reuniões das instituições públicas.

Outro ponto, refere-se ao fato de agirem sem consciência racional sobre os seus atos. Para Tocqueville, eles estavam assustados, nervosos, malvestidos, fedidos de suor, excitados e alguns estavam bêbados⁴³². Eles não buscavam a construção de um interesse comum, mas queriam assustar e mostrar força para os membros Assembleia Constituinte. Copiando atos e comportamentos dos revolucionários de 1789, eles encenavam e não agiam por sua própria razão como agem os norte-americanos ao atuarem na esfera pública.

Isso chama bastante atenção de Tocqueville que acreditava ser necessário o agir racional para o funcionamento regular das instituições. A elaboração das leis e as decisões institucionais não podem se dar no domínio da paixão e da irracionalidade, incluindo tanto as paixões revolucionárias quanto o medo que se desejava acender nos atores políticos. O teatro e o medo só poderiam resultar em normas elaboradas com a intenção de acalmar uma situação e atender os desejos febris do momento, o que de fato aconteceu com a elaboração do texto constitucional.

Na invasão do dia 15 de maio de 1848, houve uma resistência passiva do parlamento que não se moveu. Tocqueville não deixa claro se foi algo intencional, uma consequência do medo que os paralisou ou se os membros do parlamento acreditavam racionalmente que permanecer quieto era a melhor forma de agir. Ele quer justificar apenas a sua conduta, acreditando que se manter firme em seu lugar era a melhor forma de enfrentar a encenação realizada.

Nesse contexto, apareceu na tribuna uma figura emblemática da revolução: Auguste Blanqui, e o tumulto cresceu. Tocqueville demonstra grande desprezo a Blanqui, cuja “lembrança sempre me encheu de aversão e horror”⁴³³, ele vestia-se de forma miserável e fez um discurso queixando-se dos erros do parlamento e pedindo vingança em relação a alguns fatos históricos já ocorridos. Era um revolucionário com o qual o povo se identificava e não refletia os valores aristocráticos e democráticos de Tocqueville, talvez por isso a sua repulsa. Ele fez um discurso inflamado que insuflou o coração dos invasores. Como consequência, o povo agitou-se mais ainda e tornou-se uma multidão incontrolável.

Num contexto de exacerbada inquietude, os revolucionários eram incapazes de exercer o controle sobre si a fim de alcançar algum objetivo. As almas “entravam em ebulição

⁴³² TOCQUEVILLE (2003, p. 846).

⁴³³ TOCQUEVILLE (2011, p. 168).

naturalmente em meio às paixões populares, como a água sobre o fogo”⁴³⁴. Essas paixões abafavam a finalidade do ato popular e não havia mais motivo que justificasse a invasão. Os alarmes de Paris tocaram e a multidão correu para rua, dispersando-se.

As paixões populares, as emoções febris e os instintos impulsivos e irracionais misturaram-se com uma certa loucura, e a invasão de 15 de maio apresentada por Tocqueville não teve um efeito concreto. Foi uma ação desordenada, grotesca e que insuflou ainda mais os corações dos membros de todas as classes. Em oposição à multidão revolucionária, os guardas nacionais gritavam “*Viva a Assembleia*” e eram aplaudidos fervorosamente pelos membros da Assembleia que, para Tocqueville, agiam com excitação por estarem estimulados pelo “eco das paixões tumultuosas que ainda agitavam todos os corações”⁴³⁵. Ou seja, a impressão tocquevilliana era que o maior resultado da invasão da Assembleia Nacional foi o despertar de paixões em todos.

Com toda a agitação das paixões, os revolucionários e os membros do governo passaram a andar armados. A atmosfera de Paris era de um conflito armado iminente. Tocqueville narra o dia da festa da concórdia que, apesar da ficção da felicidade demonstrada na festa, era perceptível a organização armada dos franceses de Paris⁴³⁶. Em junho, tem início a maior e a mais singular jornada insurrecional da França.

Para Tocqueville, era a maior insurreição devido à quantidade de homem que nela se engajou e era singular porque os revolucionários lutaram “sem gritos de guerra, sem líderes e sem bandeiras”⁴³⁷. Não havia um líder que dirigia as paixões revolucionárias, mas era uma massa se manifestando. O objetivo não era a derrubada do poder político, mas uma mudança na ordem social. Não era uma luta política, mas era uma luta de classe, como já dito. Ele afirma na carta enviada ao seu assessor Paul Clamorgnam, em 24 de junho de 1848, que é a mais terrível guerra civil, “a guerra de classe contra classe”⁴³⁸. A Revolução de 1848, no pensamento tocquevilliano, era um combate de classe que estava enraizado nas ideias socialistas.

As jornadas de junho faziam parte de uma revolução socialista que visava afastar as más condições de trabalho e de vida dos operários, consideradas opressões ilegítimas, bem como ampliar a possibilidade do povo de conquista do bem-estar material, que era apenas

⁴³⁴ TOCQUEVILLE (2011, p. 169).

⁴³⁵ TOCQUEVILLE (2003, p. 852).

⁴³⁶ Nesse momento, houve eleições parciais e é pela primeira vez o nome de Luís Napoleão apareceu, pois ele foi eleito como membro do parlamento representando os habitantes de Paris e de vários departamentos provinciais (TOCQUEVILLE, 2003, 859)

⁴³⁷ TOCQUEVILLE (2011, p. 187).

⁴³⁸ TOCQUEVILLE (2003, p. 631).

uma expectativa de direito. O impulso da necessidade e das paixões convenciam o povo a favor dessa ideia. Para Tocqueville, o alicerce da teoria socialista de plena igualdade de todos impulsionava o operário para a ação violenta era falso, pois partia da equivocada premissa de que as desigualdades de fortuna eram contrárias à sociedade.

O estado social democrático, como o que estava sendo construído na França, tinha como alicerce a igualdade de condições que, como visto no capítulo 2, não impede que existam ricos e pobres, mas dá aos homens a ideia de que são semelhantes e que podem possuir as mesmas coisas materiais. Há sempre a possibilidade de igualdade de fortunas, mas a desigualdade de fato é recorrente, pois sempre haverá fortunas desiguais. Essa desigualdade não é algo contrária à moral ou à ordem do corpo social, mas faz parte da dinâmica efetiva do Estado.

Outro ponto equivocado das teorias socialistas que impulsionavam os operários é descrito por Tocqueville em sua carta enviada ao amigo Nassau Willian Senior, em 10 de abril de 1848. Ele afirma que se trata de noções falsas sobre a política que geram grande mal. A miséria argumentada pelos proletários existe em alguns pontos, mas não é, para o filósofo, uma situação geral em nenhum lugar do país. Para ele, a classe operária não tem melhores condições nos outros países como têm na França⁴³⁹.

Impulsionados por falsas premissas teóricas, segundo Tocqueville, toda a população se ergue na luta. Tanto os operários quanto os burgueses estavam com o espírito movido por paixões que propulsionam a ação belicosa. Os revolucionários querem fazer triunfar ideais socialistas e os burgueses querem abater o socialismo armado. Tem-se uma guerra civil de uma classe sobre a outra. E, afirma Tocqueville, até as mulheres foram para a luta⁴⁴⁰, levando as suas paixões domésticas e as suas preocupações com o bem-estar do marido e dos filhos.

É interessante observar que Tocqueville cita o papel das mulheres na política em “*A democracia na América – Livro I*”, em “*A democracia na América – Livro II*” e em *Souvenirs*. Ele não as coloca como figuras centrais, mas como um ator político. Na democracia norte-americana, as mulheres cuidam dos interesses domésticos, que são os

⁴³⁹ TOCQUEVILLE (2003, p. 621). Ele cita nesta carta que as teorias socialistas são “*des idées chimériques sur la condition relative de l’ouvrier e du capital, des théories exagérées sur le rôle que pouvait remplir le pouvoir social dans les rapports de l’ouvrier et du maître*”. Para Ricardo Luiz de Souza, Tocqueville considera a situação do operário melhor do que nos outros países, comparando as condições de vida do operário francês com a miséria em que estavam mergulhados a classe baixa da Polônia ou da Rússia (SOUZA, 2004, p. 41). Na França, entretanto, havia um grupo da população que sofria diante de más condições da sua vida ordinária. Mas Tocqueville parece completamente insensível ao sofrimento e das necessidades dessa classe. Não havia o sentimento de simpatia em relação à camada social mais baixa. A tese de Ricardo de Souza, entretanto, parece não ter uma sustentação objetiva. A insensibilidade de Tocqueville em relação às classes inferiores não é uma conclusão natural das suas reflexões sobre as condições sociais do proletariado.

⁴⁴⁰ TOCQUEVILLE (2003, p. 863).

interesses particulares cotidianos. Ou seja, elas são responsáveis por monitorar essas categorias políticas importantes para o movimento da democracia, como se viu na seção 2 desta tese. Além disso, o filósofo observa que a jovem americana possui uma educação política similar à do homem e disso resulta a sua parceria com os seus maridos a fim de satisfazer as necessidades de fortunas da família.

Em “*Souvenirs*”, Tocqueville considera a mulher como a responsável por monitorar as paixões domésticas. Ou seja, a francesa, como a americana, é importante para a manutenção da educação dos filhos e da harmonia da família. Além disso, ele cita suas conversas sobre política com algumas mulheres francesas. Ele continua convicto sobre o papel da mulher como uma parceira que auxilia o homem na ação política e, por exemplo, elogia a esposa do seu amigo Beaumont como uma esposa que possui virtudes públicas que podem ser compartilhadas pela família, contribuindo com a participação do marido na esfera política.

Outro destaque, refere-se à Madame Sand, escritora que participava da ação política do lado mais radical. Ele afirma que não gostava de mulheres que não expõem as suas fragilidades, mas Madame Sand o agradou. Diz Tocqueville, que ela era tosca, possuía um espírito forte e era uma espécie de homem político. Eles conversaram sobre os assuntos públicos e Madame Sand o impressionou com os seus conhecimentos sobre a ação política. A partir do seu depoimento sobre “o estado dos operários, seus números, suas armas, seus preparativos, seus pensamentos, suas paixões, suas terríveis determinações”⁴⁴¹, Tocqueville compreendeu o destino dos combates. Ou seja, foi a partir de um diálogo com uma mulher que ele teve uma percepção mais clara sobre os acontecimentos políticos. Para Tocqueville, as mulheres poderiam ser ouvidas em relação aos assuntos públicos e não apenas sobre a esfera doméstica. Mas não há uma real valorização do papel político da mulher como um ator social relevante para o destino de um fenômeno político. Ela possui um papel coadjuvante em relação a ele.

Durante as jornadas de julho a Assembleia ficou inquieta e alguns deputados, como Lamorcière, seguiram para a rua imbuídos de “paixões guerreiras”⁴⁴². Dentro do parlamento, os membros moviam-se cheios de paixões e de vontades, mas impotentes para alterar o contexto. Havia uma crise institucional instaurada, pois não havia um governo a que se dirigir, mas a Assembleia permanecia de pé.

⁴⁴¹ TOCQUEVILLE (2011, p. 186).

⁴⁴² TOCQUEVILLE (2003, p. 865).

Triunfamos, diz Tocqueville, colocando-se como contrário à luta dos revolucionários. Para ele, as insurreições levaram para as ruas homens assustados e ferozes que só combateram por medo da radicalidade do momento⁴⁴³. Se as jornadas tivessem sido menos radicais os burgueses ficariam em casa. Estavam todos aterrorizados com “as paixões cegas e grosseiras que levavam o povo a pegar em armas”⁴⁴⁴. Para o pensamento tocquevilliano, o povo aderiu ao socialismo armado sem pensar e refletir pelo esforço da sua própria razão. E é exatamente essa irracionalidade que causava medo e insegurança.

“As grandes emoções públicas formam uma espécie de atmosfera ardente dentro da qual todas as paixões particulares se aquecem e fervem”⁴⁴⁵. Todos em Paris estavam exaltados e com os corações inquietos. As insurreições estavam em toda a parte e as agitações invadiam todos os espaços públicos. Era uma luta movida pela consolidação da igualdade, mas não se concebia racionalmente a construção de um edifício sólido para a sua efetividade. O que se tinha era destruição e desconstrução que resultaram na perda da liberdade, pois votaram no parlamento um decreto, declarando Paris em estado de sítio e instituindo uma ditadura militar exercida por Cavaignac. Isso conteve algumas insurreições, mas não colocou um fim às jornadas.

Tocqueville ficou impressionado com a satisfação do povo ao ver sua liberdade e o seu governo caírem. O medo abriu espaço para um regime ditatorial que não foi questionado pelos antirrevolucionários. Ele levou o homem a aceitar negociar a sua liberdade. Os burgueses que defendiam heroicamente seus direitos, contraditoriamente ficaram satisfeitos com a perda do direito de liberdade.

Aos poucos as insurreições foram controladas pela guarda nacional e pelos antirrevolucionários de Paris e pelos que vieram de várias províncias para participarem do combate. A jornada revolucionária de junho foi sangrenta e exarcebou os novos sentimentos do homem como as paixões revolucionárias, as paixões guerreiras, o medo e até o gosto pela violência.

Foram jornadas necessárias, para Tocqueville⁴⁴⁶. Elas não extinguiram o discurso revolucionário, mas reestabeleceram a ordem por um tempo. O partido socialista saiu vencido e os argumentos demagógicos foram abafados. Mas as teorias socialistas, continua o autor, continuaram a se alastrar nos corações do povo francês sob a forma de paixões.

⁴⁴³ TOCQUEVILLE (2003, p. 869).

⁴⁴⁴ TOCQUEVILLE (2003, p. 870).

⁴⁴⁵ TOCQUEVILLE (2011, p. 198).

⁴⁴⁶ TOCQUEVILLE (2003, p. 887).

Foi, para o pensamento tocquevilliano, uma crise necessária para alterar o temperamento da nação francesa. As paixões revolucionárias que estavam em ebulição precisavam ser contidas para o retorno da manutenção da ordem. Mas, com os novos gostos e paixões insuflados pela revolução, nasceram também o medo e o terror que deram base para o retrocesso das liberdades. O resultado desse retrocesso será a aceitação do golpe de estado a que faz referência o item 5.3 desta tese.

Para fechar a segunda parte de “*Souvenirs*”, Tocqueville relata no capítulo XI os trabalhos realizados pela Comissão Constituinte eleita anteriormente às jornadas de julho. Nesse capítulo, ele apresenta como foi o seu trabalho nessa comissão, considerando-o compatível com a sua preocupação em defender as instituições legais. O melhor caminho, para ele, era a manutenção da ordem republicana na qual estariam estabelecidos um conjunto normativo dirigido à construção e à preservação do interesse geral.

Para esta tese, basta observar do capítulo XI que a constituição foi elaborada sobre a emoção do momento. Não houve grandes debates sobre as instituições jurídicas e políticas que estavam sendo normatizadas. Foi um processo completamente diferente daquele que havia elaborado a constituição americana. Os norte-americanos estavam seguros e eram profundos conhecedores dos princípios que estavam sendo adotados⁴⁴⁷. Os franceses, ao contrário, elaboraram uma constituição qualquer, pois não tinham tempo. Eles queriam apenas alguma segurança jurídica que protegesse o estado social do socialismo. Os constituintes do período revolucionário promulgaram uma constituição fundada nas paixões e no medo que vivenciavam na época.

⁴⁴⁷ TOCQUEVILLE (2003, p. 890).

5.3 Um homem político que age conforme o interesse

Após descrever as jornadas revolucionárias ocorridas até junho de 1848 que culminam na imposição do decreto do estado de sítio de Paris, Tocqueville irá refletir sobre o momento de formação do novo gabinete que se dará em 1849. Ele não apresenta reflexões sobre o período pós-revolucionário compreendido entre julho de 1848 e maio de 1849. E inicia a terceira parte de *Souvenirs* referindo-se às eleições de maio de 1849.

Tocqueville é eleito novamente deputado como representante do departamento da Mancha nessas eleições. Ele afirma que, ao chegar na Assembleia, em 25 de maio de 1849, percebeu os espíritos agitados. Não havia estabilidade política e isso era especialmente percebido diante do resultado das eleições. Os conservadores que estavam no poder após as jornadas revolucionárias acreditavam que iriam aniquilar seus adversários montanhese. Entretanto, nas eleições gerais, os montanhese conseguiram uma votação considerável e surpreendente para todos os atores políticos. Ou seja, o resultado das eleições causou surpresa e demonstrou a imprevisibilidade da situação política francesa.

Afirma Tocqueville, que havia grande insatisfação com o gabinete vigente. A sua incapacidade administrativa era reconhecida por seus membros e os deputados da Assembleia manifestavam-se verbalmente em relação à necessidade de mudança. A alteração do gabinete era uma demanda urgente e Odilon Barrot, diz o filósofo, ficou responsável pela sua nova formação, o que não era uma tarefa simples naquele momento de instabilidade política.

Era um período de ausência de solidez política interna e externa e os líderes naturais da maioria não queriam assumir a responsabilidade pelas decisões políticas centrais do país. Tocqueville afirma que estava preocupado com a não formação imediata de um novo gabinete e diz que “estava convencido de que só dependia de mim e de meus amigos tornarmo-nos ministros”⁴⁴⁸. O autor não explica o motivo desse convencimento. Parece, entretanto, que ele pode se justificar no fato de Tocqueville se dizer um ator político que se move em prol do interesse de todos, como visto no item anterior.

Tanto Tocqueville como os que ele chama de “seus amigos” são homens de luzes que se movem por interesse e não pelas paixões. Eles compreendem as necessidades do estado social francês da época e são atores capazes de agirem considerando o bem comum. Eram homens corajosos que, apesar da instabilidade que vivia o país, estariam dispostos a buscar a

⁴⁴⁸ TOCQUEVILLE (2003, p. 910).

manutenção e a estabilidade de uma república moderada que, para o autor, era o melhor para a França em 1849.

Tocqueville diz expressamente que compreendia as dificuldades políticas da época. Era um período bastante instável, em que todos se moviam ainda impulsionados pelas paixões, e novos conflitos eram iminentes. Mas o autor afirma estar convicto de que os conservadores sairiam vencidos novamente, pois a guarda de Paris estava experiente em relação às insurreições de rua e ainda guardavam o espírito de paixão guerreira adquiridos em 1848. Ou seja, para Tocqueville, tinha-se uma guarnição experiente e preparada para enfrentar e vencer os revolucionários.

A instabilidade política era percebida na rua, mas também dentro da Assembleia⁴⁴⁹. Conservadores e montanheses queriam alterar a Constituição que foi elaborada em face das emoções, medos e paixões vivenciados em 1848. Diz ele, que uns queriam alterar com ideias monarquistas e outros com ideias socialistas. E o presidente, que Tocqueville afirma que não conhecia, também era movido por sentimentos de ambição e não objetivava a estabilidade política em prol do interesse geral.

Tocqueville quis assumir um ministério por orgulho, por vaidade, mas também por querer contribuir com a estabilidade política e o bem comum⁴⁵⁰. E, para ele, isso só seria possível se estivesse no gabinete junto com seus amigos. Barrot negociou com o presidente os nomes e os ministérios e um novo gabinete foi formado, contando com o filósofo e seus amigos.

Em “*Souvenirs*”, Tocqueville parece afirmar que o novo gabinete formado em 1849 era composto por homens que sabiam agir considerando o interesse geral. Suas ações políticas não eram justificadas por paixões, mas por consciência e racionalidade. Eram homens moderados, interessados e queriam trabalhar em prol do bem público. Ou seja, eram atores políticos excepcionais no contexto do estado social francês.

Tocqueville e seus amigos que compunham o gabinete agiam como os atores políticos americanos, na visão do autor. Eles se moviam a partir do interesse bem compreendido e buscavam uma melhor solução para as situações políticas que se apresentavam, considerando o bem comum. Tratava-se de uma administração que se destacava em relação às que haviam sido realizadas anteriormente (as situações políticas citadas eram movidas pelos interesses de classe), e os membros do novo gabinete agiam por afetos diversos dos demais atores políticos franceses da época. Eram homens que

⁴⁴⁹ Anne Amiel afirma que Tocqueville vivencia em 1849 também uma situação revolucionária e ela é marcada pela deslegitimação dos poderes instituídos e pela instabilidade política (AMIEL, 2002, p. 53).

⁴⁵⁰ TOCQUEVILLE (2003, p. 911).

atuavam considerando o interesse bem compreendido em um contexto em que as paixões moviam a ação política.

No segundo texto da primeira parte, Tocqueville apresenta a fisionomia do novo gabinete. Ela descreve de forma breve Barrot, Passy, Rulhièrek, Tracy, Lacrosse, Falloux, Dufaure e Lanjunais. São atores políticos com características diferentes, mas todos, afirma o autor, formavam um gabinete forte. Eles tinham “origem semelhante, interesses idênticos, antigos laços de amizade, confiança mútua e objetivo comum”⁴⁵¹. Havia uma homogeneidade moral e política entre os membros desse gabinete e isso contribuía para os consensos quanto às deliberações tomadas.

Tocqueville questiona qual seria o objetivo comum do gabinete e afirma que só pode responder pelos seus objetivos. Ele parece com isso se contradizer, pois afirma que todos possuem objetivos comuns, mas diz que só pode apresentar e saber quais eram os seus. Se ele só sabe sobre os seus próprios objetivos como pode afirmar que todos os membros tinham interesses idênticos e objetivos comuns? O filósofo não resolve esta contradição, apresenta seus objetivos e continua a obra defendendo que os membros do novo gabinete possuem interesses e objetivos semelhantes.

A única referência que Tocqueville faz em relação à coesão do grupo que formava o novo gabinete referia-se ao fato de que todos queriam manter a república no estado social francês⁴⁵². Mas afirma que, para ele, a república significava apenas uma forma de governo em que o poder executivo era eletivo. Apesar de acreditar que o melhor regime era a monarquia constitucional, o autor afirma que a república era o mais apropriado para a França na época⁴⁵³.

A monarquia constitucional era para Tocqueville um regime moderado, em que os poderes do Estado poderiam conviver de forma harmônica, considerando o sistema de contrapesos defendido por Montesquieu. O regime constitucional garantiria a igualdade e a liberdade, especialmente a partir do estabelecimento de regras de funcionamento das instituições e das formas de participação e atuação nelas. O parlamento e o poder judiciário estariam sujeitos às essas regras pré-estabelecidas e isso contribuiria para a previsibilidade institucional e política do Estado.

O poder executivo exercido por um monarca também seria fonte de estabilidade. O povo francês, para o autor, possuía hábitos, costumes e tradição de manter o poder executivo

⁴⁵¹ TOCQUEVILLE (2011, p. 256).

⁴⁵² TOCQUEVILLE (2003, p. 920).

⁴⁵³ Afirma Benoît, que a monarquia constitucional seria, para Tocqueville, o regime político mais conveniente para a França, conciliando a autoridade do príncipe com a representação popular. Mas, como será esclarecido neste item da tese, a manutenção de um principado era impossível após o período revolucionário francês e a derubada do antigo regime.

com atribuições e poderes mais amplos que os outros poderes. Ter neste poder um monarca inamovível contribuiria para um estado de equilíbrio, pois os outros poderes eram alterados nos períodos eleitorais. Mas a manutenção da monarquia já não era mais possível. Diz Tocqueville:

Em meio à languidez de todas as paixões políticas, resultado do cansaço com as revoluções e de suas vãs promessas, uma única paixão permanece viva na França: o ódio ao Antigo Regime e a desconfiança em relação às antigas classes privilegiadas, que o representavam aos olhos do povo⁴⁵⁴.

Afirma o autor, na passagem acima, que as paixões na França eram em 1849 brandas, pois o povo estava fatigado após as insurreições de 1848. Mas permanecia viva uma paixão negativa que era o ódio pelas desigualdades e pelos privilégios. Apesar de não ser uma democracia consolidada, a França era um estado social democrático em consolidação. E isso significa que há um processo de igualização de condições em andamento. Os revolucionários foram vencidos, mas a marcha pela igualdade permanecia latente. Não era possível regredir a um estado de manutenção de prerrogativas da antiga dinastia.

Com isso, Tocqueville dizia que era importante manter a república: “Querida mantê-la porque não via nada preparado, nem bom, para pôr em seu lugar”⁴⁵⁵. Ele acreditava que era possível conseguir uma estabilidade política por meio de uma república dirigida “*com moderação e sabedoria*”. E era esse o seu pressuposto de ação como ministro das relações estrangeiras.

Benoît afirma que Tocqueville é um republicano por não ter outra opção e é um republicano sincero⁴⁵⁶. Essa afirmação não parece razoável, pois, a partir da leitura de “*Souvenirs*”, não é possível afirmar que Tocqueville é um republicano. Ele é um ator político que adere à república como uma forma de governo possível para o estado francês de sua época. E se aproxima do debate dos republicanos que lhes são contemporâneos por acreditar que há uma marcha irresistível da democracia que dirige a sociedade em direção à igualdade e à liberdade de participação política.

Pierre Rosanvallon compreende o republicanismo da época de Tocqueville como um republicanismo utópico⁴⁵⁷. Essa doutrina defendia que os processos eleitorais, incluindo os

⁴⁵⁴ TOCQUEVILLE (2011, p. 257).

⁴⁵⁵ TOCQUEVILLE (2011, p. 257).

⁴⁵⁶ BENOÎT (2017, p. 375).

⁴⁵⁷ O termo republicanismo utópico é o título do capítulo III da obra “*Le Sacre du Citoyan*”, em que ele relaciona as demandas sociais (que deram origem ao debate socialista da época), com as demandas políticas, especialmente voltadas pelas reformas eleitorais (ROSANVALLON, 1992, p. 331-387).

realizados para os cargos executivos, deveriam se dar a partir do sufrágio universal. O sufrágio era considerado a forma de construção de representação de uma classe mais baixa, bem como uma maneira de inclusão social de um grupo excluído a partir da participação política. Rosanvallon qualificou esse republicanismo como utópico porque, na prática, a inclusão política dos homens nos processos eleitorais não é capaz de, por si, gerar uma inclusão social.

A defesa do sufrágio universal surge no início do século XIX na França como uma possibilidade de solucionar as questões políticas e sociais da época. É um período de grande desenvolvimento manufatureiro e uma massa proletária cresce, especialmente em Paris. Contudo, afirma Rosanvallon, o proletário é considerado um não cidadão e sua exclusão política torna-se tema de debate por atores políticos que, como, Ledru-Rollin, defendem que a participação do operariado nos negócios políticos é uma possível solução política e social para o problema da formação da massa de excluídos⁴⁵⁸. Nesse período é cunhado o termo proletário político, referindo-se àquele que estava fora do sistema político e não podia votar.

Os movimentos republicanos e populares do período denunciam a divisão social e a exclusão política. Essa divisão social já foi apresentada nesta seção, pois Tocqueville a considera como uma questão fundamental no tocante à eclosão das insurreições. A reivindicação pelo sufrágio universal emerge como uma demanda de inclusão social e como uma forma de se criar uma unidade na sociedade francesa. Ou seja, ela é a defesa da integração social e igualdade entre os homens.

A república é, nesse contexto, vista com um espaço em que os direitos são iguais e todos podem participar da formação das leis e dos negócios públicos. A consequência dessa participação é a maior abertura para o exercício dos direitos de igualdade no âmbito da propriedade e do direito do trabalho. A república é vista como uma possibilidade de direitos iguais no âmbito social e político.

Tocqueville, entretanto, não defende o sufrágio universal e critica o processo eleitoral realizado no dia 5 de março de 1848. O governo provisório intuiu o sufrágio universal nessa data, mas a sua consequência não foi a possibilidade de mudança das classes mais baixas, gerando inclusão e pertencimento a uma ordem. Tocqueville compreende que a república e a soberania popular são caminhos para os quais dirige um estado social democrático em processo de consolidação. Entretanto, a mera instituição do sufrágio é insuficiente para produzir uma mudança efetiva.

⁴⁵⁸ ROSANVALLON (1992, p. 339). Pierre Rosanvallon apresenta uma série de fotos, gravuras e panfletas que circulavam na época, representando o movimento republicano em prol do sufrágio universal.

Não é possível defender uma relação consistente entre o pensamento tocquevilliano e as teses republicanas de sua época, mas há pontos de contatos ente eles. Tocqueville considera a república e o sufrágio como uma possibilidade de abertura da França para a democracia. Para ele, os processos eleitorais, a liberdade política e os processos de igualização devem ser coordenados de forma moderada e racional para o funcionamento da república que se mostra a melhor forma de governo do seu período e é essa a sua defesa como ator político em 1848 e 1849.

Pois bem. Formado o novo gabinete que buscava a defesa da republica. É importante, para Tocqueville, descrever quem era o presidente a frente do gabinete e ele dedica boa parte do segundo capítulo da terceira parte para isso. De todas as suas observações sobre a fisionomia do presidente, algumas merecem destaque para esta tese. Luís Napoleão, sobrinho e herdeiro de Napoleão Bonaparte, era um homem incoerente. Ele agia como um homem democrático, movendo-se em direção dos interesses e pelo desejo de satisfação do bem-estar material. Era mediano, medíocre e sem grande talento intelectual e pessoal.

E, simultaneamente, ele se movia pela paixão pelos gostos vulgares. Possuía grandes ambições e desejava que todos estivessem sob seu comando, inclusive o parlamento. Era sonhador, quimérico e, para o autor, o seu bom senso era percorrido por certa loucura. Para governar e administrar o estado social francês, Luís Bonaparte atuava, encenava, fortalecendo a hipótese de que a ação política neste Estado era um grande teatro.

Ou seja, o novo gabinete era formado por homens que buscavam o interesse geral e o bem comum e tinham o desafio de administrar um povo movido ainda pelas paixões e agitações. Simultaneamente, deveriam atender as demandas de um presidente incoerente, medíocre e que também fundava sua ação política nas paixões e nos desejos. Essa era a situação política posta por Tocqueville em relação ao momento crítico que vivenciava durante o período em que foi ministro.

O novo gabinete buscava salvar a república diante de todas as paixões que moviam as ações políticas⁴⁵⁹. O autor afirma que eles deveriam fazer isso a partir de negociações e concessões. E precisavam ocupar-se das demandas sem levar em conta as vaidades e os interesses particulares. É o interesse bem compreendido que, para Tocqueville, devia mover os novos ministros.

⁴⁵⁹ Para Jean-Louis Benoît, Tocqueville defendia e aconselhava o presidente em prol da manutenção da república por acreditar que era um pressuposto da democracia a existência da república (BÊNOIT, 2017, p. 266). Entretanto, não se acredita que é possível afirmar isso a partir da leitura do texto de Tocqueville. Para o filósofo, a república era o melhor regime para o estado social francês naquele momento. Não há, efetivamente, nenhuma passagem sobre a relação da república com a construção da democracia.

O filósofo diz que tentava aconselhar o presidente Luís Bonaparte para que ele abandonasse as suas pequenas paixões para poder fazer o que era melhor para o interesse do país não para o seu próprio interesse. Era preciso focar no interesse da França. Mas seus conselhos eram, diz ele, “pedras arremessadas em um poço: ouvia-se o ruído, mas jamais sabia o que iria acontecer”⁴⁶⁰. O presidente o escutava, mas suas decisões não seguiam necessariamente nessa direção.

Tocqueville já percebia a possibilidade de Luís Napoleão usurpar violentamente de todos os poderes para conduzir o estado francês sozinho. Ele afirma que essa percepção não era infundada e que, em julho de 1849, os líderes da maioria e o presidente realizaram a primeira tentativa de um golpe de estado. O filósofo estava receoso da utilização do gabinete pelo presidente para alcançar esse fim. Eles não estavam seguros e não podiam efetivamente confiar nem no presidente e nem na maioria.

Especificamente sobre sua atuação como ministro dos negócios estrangeiros, tratada no último capítulo de *Souvenirs*, é importante ressaltar que ele afirma atuar permanentemente considerando o interesse da França⁴⁶¹. Ele busca não se aproximar das paixões revolucionários que moviam os outros governos europeus, negocia com racionalidade com os povos estrangeiros e com atores políticos internos para agir conforme o interesse geral.

Na terceira parte de *Souvenirs*, Tocqueville demonstra a sua convicção na ação política fundada no interesse, afirmando-a como a única forma de ação capaz de trazer estabilidade e previsibilidade política para um estado social democrático em processo de consolidação⁴⁶². Mas o estado social francês em 1848 e 1849 vivia um contexto da ação política fundada na paixão e nos desejos. O resultado disso não será uma democracia que se operacionaliza pelo equilíbrio entre a igualdade e a liberdade, mas um golpe de Estado.

Esta última parte de *Souvenirs* fortalece a tese inicial da seção 5 desta tese de que Tocqueville não abandona a sua convicção de que é o interesse de uma categoria fundante da

⁴⁶⁰ TOCQUEVILLE (2011, p. 283). J. P. Mayer afirma que a vaidade e ambição de Luiz Bonaparte fez com que ele destituísse o governo de Odilon Barrot do qual Tocqueville participava como ministro das relações exteriores. O presidente queria governar sozinho, e os seus ministros deveriam ser apenas “testas de ferro” (MAYER, 1965, p. 86). Ou seja, o presidente não esperava um resultado satisfatório para o interesse geral do estado social francês. Ele queria apenas que os seus ministros legitimassem as suas decisões pessoais. Por isso, o novo gabinete formado caiu tão rápido. Karl Marx, sobre a destituição do ministério, diz que “jamais se enxotou lacaios do seu serviço com tanta sem-cerimônia quanto Bonaparte fez com os seus ministros” (MARX, 2016, p. 75).

⁴⁶¹ Laurance Guellec afirma que há, em *Souvenirs*, uma constante tentativa de Tocqueville de se escapar das paixões políticas (GUELLEC, 2015, p. 9). Afirma Maurice Degros que, como ministro de assuntos estrangeiros, Tocqueville não abandona a prudência de um autêntico diplomata. Ele busca manter a paz do mundo e manter a França longe dos movimentos revolucionários e das atividades belicosas (DEGROS, 1960, p. 158).

⁴⁶² É difícil, entretanto, discernir a partir do pensamento tocquevilliano a lógica do processo revolucionário da lógica revolucionária. Anne Amiel afirma que Tocqueville tenta fazer essa distinção a partir da singularidade do estado social francês, mas ela não explica essa afirmação e não a exemplifica de forma a tornar clara cada uma dessas lógicas no pensamento de Tocqueville (AMIEL, 2002, p. 52).

democracia. Mas ele analisa um contexto histórico em que essa categoria não é dominante na esfera política, pois os atores políticos movem-se a partir de ações propulsionadas pelas paixões revolucionárias.

O título desta tese, “do interesse à paixão”, reflete essa mudança de contexto político em que o filósofo precisa compreender as mudanças de perspectivas políticas do estado social americano e do estado social francês. Ele parte da análise de um estado político e social que se funda no interesse para outro que se funda, predominantemente, nas paixões. Essa mudança de perspectiva pode ser observada a partir da leitura sequencial de “*A democracia na América – Livro I*”, “*A democracia na América – Livro II*” e “*Souvenirs*”.

Não se está afirmando que há uma recusa de Tocqueville da existência de paixões no estado social americano ou da existência do interesse no estado social francês, ambas as categorias estão presentes nos EUA e na França. Contudo, a partir das obras de Alexis de Tocqueville, observa-se em “*A democracia na América – Livro I*” e em “*A democracia na América – Livro II*” uma democracia sob alicerces do interesse; e em *Souvenirs*, uma sociedade que, por estar em processo de transição democrática, move-se sob as balizas das paixões.

Esta seção cumpre com o seu propósito inicial de compreender a obra *Souvenirs* dentro do percurso do pensamento tocquevilliano, considerando a categoria política da paixão como móvel da ação. Apresenta-se, aqui, um esforço interpretativo da obra a partir dessa categoria, abordando as premissas do autor em relação ao tema e analisando o contexto em que essas premissas surgem na narração das suas memórias.

É possível confirmar a hipótese de que a paixão move o estado social francês em processo de consolidação democrática. Entretanto, a análise filosófica dos seus argumentos enfreta obstáculos como a ausência de reflexões sobre as causas e as consequências de diversos fenômenos políticos narrados. Tocqueville apresenta os fatos a partir de suas lembranças, pontua algumas impressões, mas, poucas vezes, realiza uma reflexão teórica e filosófica explícita.

A análise filosófica requer atenção às convicções e ideias apresentadas ao longo do texto e exige do pesquisador uma leitura atenta do modo como os fatos são narrados e como eles são conectados entre si. Trata-se de uma consequência do estilo do texto que pretende ser um autorretrato e uma representação do passado, como ele se forma no presente do autor. É um livro de memória que não tem como objetivo apresentar teses teóricas sobre o contexto político.

Contudo, esta obra pouco explorada no âmbito filosófico permite a realização de reflexões investigativas sobre ideias políticas presentes no início do século XIX e permite ao pesquisador pensar sobre algumas questões filosóficas da modernidade. É possível destacar um discurso filosófico no pensamento toquevilliano quando ele apresenta questões, causas e consequências do seu contexto político que refletem o debate teórico da sua época. E, também, torna possível o diálogo de Tocqueville com grandes autores da filosofia política como Maquiavel.

Nesta seção, como visto, foi realizada uma aproximação do pensamento toquevilliano exposto em *Souvenirs* com algumas das teses de Maquiavel⁴⁶³. Há entre eles proximidades, como o argumento de justificativa da obra, o uso mais recorrente do termo paixão do que do termo interesse, a possibilidade de divisão teórica da sociedade entre dois humores e a necessidade de se buscar, como ator político, o bem comum.

Entretanto, para além do diálogo de Tocqueville com os filósofos políticos, verifica-se que ele apresentou teses filosóficas importantes como suas reflexões sobre a teatralização da ação movida pela paixão. A ausência de racionalidade e a propulsão pelas emoções confundem, no contexto político, o que é real e o que é ficção. Ou, como ele afirma, torna indistintas política e literatura e tem como consequência o encobrimento da verdade do fenômeno realizado.

Tocqueville questiona, em várias partes do texto, se há realmente paixões revolucionárias em 1848 ou se os atores políticos estão apenas refletindo uma imitação da ação revolucionária de 1793. Parece que, para ele, a verdade dos fatos não aparece de forma explícita, e os movimentos dos homens se justificam como uma sequência dos atos revolucionários anteriormente realizados.

Além do tema da verdade dos fatos, em “*Souvenirs*” são frequente as reflexões sobre os paradoxos da democracia, especialmente o paradoxo da igualdade. A igualdade é o fundamento do estado social democrático, mas ela não se realiza de forma plena. O que se tem, neste processo de igualização, é a luta pela não materialização das desigualdades. O processo social que marcha em direção a um estado de igualdade de condições é marcado pelos conflitos em relação ao que favorece um em detrimento do outro.

A busca pela igualdade no estado social francês reflete os dois conflitos que Tocqueville apresenta em “*Souvenirs*”: a luta entre as classes mais baixas que não possuem direitos iguais e nem direitos políticos contra o classe governamental dominante que só age em prol dos seus interesses; e a luta de classe iniciada posteriormente a maio de 1848, em que

⁴⁶³ Trata-se de uma aproximação breve e inicial, pois a relação entre esses autores não era objeto desta tese.

o conflito se estabelece entre a classe burguesa e a classe operária. Ambos os conflitos inserem-se num contexto de estruturação de uma democracia fundada na igualdade e reflete seus paradoxos e riscos.

Outro ponto importante de reflexão filosófica, refere à descrição tocquevilliana das causas que contribuíram para a queda da monarquia. Trata-se, em efeito, de causas importantes que propulsionaram o fenômeno revolucionário e que impulsionaram as paixões. A partir de suas impressões, Tocqueville julga haver origens concretas e acidentais. Algumas causas concretas restringem-se às questões peculiares da França como a imigração de operários para Paris. Outras derivam do processo de consolidação da democracia nos estados sociais como o gosto por coisas materiais, a inquietude do espírito e o desejo de mudança que é suscitado diante da mobilidade das coisas. Havia mudanças concretas no estado social francês indicativas de que ele já não era uma aristocracia e estava num momento de transição. Havia já um novo homem, um homem democrático, que estava insatisfeito com o seu contexto.

Este novo homem possui novos desejos a serem satisfeitos e não aceita a desigualdade de condições entre seus semelhantes. Nesse contexto, tem-se o desenvolvimento de teorias socialistas que apresentam a esse homem premissas de igualdade social e política, dando-lhe um suporte teórico mais sólido para a construção de uma nova sociedade. Trata-se de teorias com pretensão de universalidade e que se apresentam a Tocqueville a partir dos socialistas utópicos.

Alexis de Tocqueville defende o socialismo como o método filosófico da revolução de 1848. A hipótese de *Souvenirs* é que o socialismo impulsionou as paixões revolucionárias do povo que geraram as barricadas e as insurreições. O autor levanta essa hipótese de forma contundente, mas não a demonstra. Não é possível, a partir de sua obra, compreender o alicerce dos seus argumentos, pois ele não explica o que entende por socialismo e nem como ele seria uma mola propulsora das paixões.

Como visto nesta seção, a apresentação dessas causas são premissas filosóficas iniciais que devem ser levadas em consideração numa pesquisa filosófica. As causas acidentais aparecem como um motor das insurreições que já estavam sendo preparadas pelas causas concretas. Ou seja, o acaso no contexto político não justifica a ação de forma completa, pois há sempre fatos que dispõem a sociedade para o fim apresentado.

Além dessas teses filosóficas principais, há uma fundamental para esta tese: a justificativa da ação do homem a partir do afeto da paixão. Os movimentos insurrecionais suscitam novos sentimentos nos atores políticos que se movem a partir de paixões, emoções e

pelo medo. Não são apenas os sentimentos positivos que impulsionam a ação, mas o sentimento negativo do medo e do terror o leva a agir instintivamente.

Para Tocqueville, a paixão como desejo de luta por igualização das condições é um marco no processo revolucionário de 1848, mas o medo é também fundamental. Imbuídos pelo medo e pelo terror, a classe média vai para as ruas lutar e aceita abrir mão da sua liberdade em prol da reconstituição da ordem. Novamente, essa classe média francesa reflete o homem democrático apresentado por Tocqueville em “*A democracia na América – Livro I*” e “*A democracia na América – Livro II*”. Trata-se de um homem que tem como maior valor a segurança, a estabilidade e a tranquilidade social que são condições para a construção e a conservação de suas fortunas.

Apesar das dificuldades de realização de uma leitura filosófica de *Souvenirs*, isso foi possível, certamente, devido ao percurso realizado nesta tese. A proposta metodológica de conhecer o pensamento filosófico do autor por etapas, considerando a sequência cronológica de suas principais obras, permitiu a aproximação do pesquisador das convicções e das ideias de Tocqueville que estavam na base de seu pensamento e que não foram negligenciadas na escrita da sua obra de memória. Ou seja, a leitura filosófica das suas obras iniciais possibilitaram a melhor compreensão das premissas filosóficas de *Souvenirs*. A apresentação do percurso de um pensamento que se inicia em “*A democracia na América – Livro I*”, passando em “*A democracia na América – Livro II*” e que se finaliza em *Souvenirs*⁴⁶⁴ tornou possível compreender suas questões filosóficas e essa foi a aposta desta tese que contribuiu para o maior esclarecimento e diálogo de uma obra pouco pesquisada.

⁴⁶⁴ O percurso do pensamento tocquevilliano não se finaliza em *Souvenirs*. Isso foi apenas um corte necessário para a pesquisa desta tese, como dito da introdução.

6 CONCLUSÃO

As categorias políticas do interesse e da paixão apresentam-se como importantes chaves de leitura das obras “*A democracia na América – Livro I e II*” – e “*Souvenir*”, de Alexis de Tocqueville. Elas são princípios operacionais dos estados sociais democráticos modernos às quais as obras fazem referência, constituindo-se como elementos que propulsionam a ação na esfera pública. Esta tese foi o resultado de um percurso investigativo sobre essas categorias realizado a partir da perspectiva da filosofia política tocquevilliana.

Pensar em uma filosofia política tocquevilliana é algo recente na história da filosofia. Tocqueville não é um autor comumente estudado na filosofia, mas, especialmente na França, a partir da segunda metade do século XIX, há uma retomada do seu pensamento como objeto de estudo teórico. Na seção 2 desta tese foram apresentadas algumas perspectivas de autores que defendem o lugar de Tocqueville na filosofia. Não se trata de encaixar o autor numa determinada área do conhecimento, pois não é possível rotulá-lo a partir de uma única área do conhecimento. Alexis de Tocqueville traz importantes contribuições para diversas áreas do conhecimento como a sociologia, a história, a economia e as ciências políticas. Porém esta tese apostou numa leitura filosófica para a compreensão do seu pensamento.

O ponto de partida dessa leitura é a compreensão de que Tocqueville é um autor que possui uma sistemática conceitual própria que lhe permite pensar sobre o estado social democrático. Ele é um autor da democracia e se propõe a apresentar, de forma original, as vantagens, as desvantagens e os riscos de uma democracia moderna. Os conceitos de estado social, democracia, aristocracia, igualdade e liberdade, apresentados na seção 2 desta tese, são centrais para o entendimento das causalidades dessa sociedade, que é objeto das reflexões tocquevillianas.

Tocqueville possui origem aristocrática, mas está inserido num processo de mudança social, de marcha para a consolidação das democracias. Ele vive essa tensão pessoal entre a nostalgia de uma era aristocrática em decadência e a ascensão de uma era democrática moderna. Essa tensão apresenta-se no seu pensamento a partir da distinção que ele estabelece entre a aristocracia e a democracia. Trata-se de uma distinção que resulta na delimitação desses conceitos que são fundamentais no seu pensamento.

Aristocracia e democracia, para ele, são estados sociais que subsistem como causas primeiras dos diversos fenômenos políticos e sociais. Não há uma definição expressa desses termos, mas eles podem ser compreendidos por critérios históricos e por critérios teóricos.

Optou-se nesta tese por este segundo critério, pois ele permite ao intérprete do pensamento toquevilliano pensar sobre as hipóteses e teses que Tocqueville apresenta ao longo de suas obras.

A aristocracia é um estado social que se funda na desigualdade, na divisão social em castas que possuem tratamentos distintos. É uma sociedade hierarquizada na qual os homens agem a partir dos interesses da classe a que pertence. Além disso, os homens da era aristocrática se unem pelo vínculo que possuem por serem membros da mesma classe, mas também pelo elo que estabelecem entre os membros de classes diferentes. Eles não vivem isolados ou separados, mas estão unidos pela classe ou pela relação de hierarquia.

A democracia é um estado social que tem como fato gerador a igualdade de condições. Todos podem viver de forma semelhante e adquirir as mesmas fortunas. Os homens democráticos não estão inseridos numa lógica hierarquizada e não pertencem a castas que os unem. Eles vivem isolados, independentes e, como não há um homem superior a outro, vivem conforme a sua própria razão. Nesse contexto social, questiona-se qual é o móvel da ação do homem democrático? O que une os homens democráticos e permite a formação e manutenção do corpo político? Essas são as principais questões que esta tese buscou responder.

A leitura filosófica das obras de Tocqueville, como visto nesta tese, permitiu a construção de possíveis respostas para essas perguntas centrais. O interesse e a paixão apareceram como categorias políticas internas à democracia que contribuem para a construção e manutenção da comunidade política. Elas dão forma para a ação do homem democrático no âmbito político e concorrem para a formação de um todo.

O interesse como um princípio da democracia é uma hipótese construída na seção 3 desta tese a partir do modelo epistemológico descrito por Tocqueville em “*A democracia na América – Livro I*”. As experiências políticas dos EUA de 1831, apresentadas nessa obra, permitiram a esta pesquisa a delimitação dos significados do termo interesse e a sua apresentação como uma categoria fundamental para o contexto democrático.

A partir dos conceitos de interesse particular, interesse comunal e interesse nacional, verificou-se que o interesse é o princípio da ação e da razão na democracia. É uma teoria social que orienta o homem democrático a agir considerando o que lhe é útil e resulta em fenômenos políticos, como a obediência à lei e o patriotismo, que, como visto, dão alicerce para o funcionamento da organização política e social do estado social democrático norte americano.

A relação entre o interesse e a utilidade apresenta-se como um ponto importante sobre a construção de uma hipótese sobre a democracia utilitária. Questiona-se se Tocqueville é ou não um pensador de uma democracia utilitária. Na seção 3, há uma importante reflexão da temática, considerando a defesa do sociólogo Christian Laval. Concorde-se com Laval sobre a utilização de termos no pensamento tocquevilliano que remontam a tradição utilitarista. Mas, a partir da pesquisa realizada nesta tese, não se pode afirmar que há a defesa do utilitarismo ou de uma democracia utilitária no pensamento tocquevilliano.

O interesse bem compreendido, doutrina fundamental na obra de Tocqueville, traz importantes reflexões sobre a relação entre o interesse e o princípio da utilidade. Ele foi tratado na seção 4 desta tese, juntamente com as ideias de interesse por ideias gerais, de interesse pelas coisas do mundo material, do interesse na relação entre os homens e do interesse na relação do homem com a sociedade.

Esta seção foca na obra “*A democracia na América – Livro II*” que propõe comparar a realidade norte-americana com as tendências democráticas que se abrem nos países da Europa. Observa-se a democracia moderna como um novo estado social dos países europeus e Tocqueville visa compreender o novo homem dessa sociedade. Trata-se de um novo homem com novos desejos e novas necessidades que devem ser satisfeitos por uma nova estrutura social e política.

É indubitável que em “*A democracia na América – Livro II*”, o pensamento tocquevilliano continua partindo da premissa de que os homens, na democracia, se constituem como um corpo social e político, devido ao vínculo que se estabelece entre eles baseado no interesse. Mas ele vai além e constrói hipóteses de que este novo homem democrático se diferencia dos homens de outros tempos porque sua forma de pensar, sentir e agir baseia-se em interesses. O homem democrático moderno é um homem de interesses.

No entanto, é importante ressaltar que isso não significa que é um homem sem paixões. Não há uma oposição, para este tese, entre o tema do interesse e da paixão. Em “*A democracia na América – Livro I*” e “*A democracia na América – Livro II*”, verifica-se que o homem moderno move-se na esfera social e política a partir dos seus interesses, mas possui paixões, especialmente pela igualdade que é o fato gerador da democracia. O ponto central é que, para o pensamento tocquevilliano, parece predominar no tocante ao vínculo de união do corpo político o interesse e não a paixão. E essa foi uma das hipóteses demonstradas nesta tese nas seções 3 e 4.

Destaca-se na seção 4, a denominada doutrina do interesse bem compreendido. Ela é o alicerce da atuação do homem democrático moderno. Trata-se de um cálculo realizado a

partir da combinação entre o interesse particular e o interesse geral. O homem não abandona o seu interesse particular que é o móvel natural da sua ação, mas compreende a necessidade de harmonizá-lo, considerando os casos concretos que são debatidos na esfera pública, com o interesse geral a fim de criar um interesse comum. É um cálculo para a ação no âmbito social e político que resulta em benefícios para a sociedade e, como consequência, para os membros dela.

No estado social norte-americano analisado em “*A democracia na América – Livro I*” e que se serve de modelo para o debate realizado por Tocqueville em “*A democracia na América – Livro II*”, o interesse bem compreendido é a base para a aplicação do contrato social pactuado entre os homens. A partir de uma escolha racional, que harmoniza seus interesses pessoais com os interesses mais gerais, o norte-americano consegue manter o funcionamento de uma democracia numa sociedade marcada pela igualdade de condições, pelo individualismo e pela constante busca de bem-estar material.

Na seção 5, tem-se a observação de um estado social que não é uma democracia consolidada, como a norte-americana, mas é um estado social democrático em consolidação. A base dessa seção foi a obra “*Souvenir*”, em que Tocqueville reflete sobre a sociedade francesa e os atores políticos, considerando o período das jornadas revolucionárias de Paris ocorridas em 1848. Para esta conclusão, cabe focar na mudança de perspectiva que se pode observar em relação ao percurso do pensamento filosófico tocquevilliano.

Após os *Livros I e II* de “*A democracia na América*”, Alexis de Tocqueville, em *Souvenirs*, relata os fatos históricos dos quais foi observador e participante como um ator político. De uma obra para a outra, houve mudanças de perspectivas importantes sobre o estado social democrático. E o título desta tese refere-se exatamente a esta mudança ao se nomear como “*Do interesse à paixão na política*”. Ele reflete sobre as alterações do contexto político que foram analisadas pelo filósofo, das perspectivas políticas do estado social americano para a do estado social francês. O pensamento filosófico tocquevilliano parte da análise de um estado político e social que se funda no interesse para outro que se funda, predominantemente, nas paixões. Essa mudança de perspectiva foi central para a construção dessa tese e se deu a partir da leitura sequencial de “*A democracia na América – Livro I*”, “*A democracia na América – Livro II*” e “*Souvenirs*”.

Como já dito, Tocqueville não negligencia a existência de paixões no estado social americano ou a existência do interesse no estado social francês, mas observa-se em “*A democracia na América – Livro I*” e em “*A democracia na América – Livro II*” uma democracia consolidada e que tem como base de sua conservação e funcionamento a categoria

política do interesse; e em “*Souvenirs*”, uma sociedade que, por estar em processo de transição democrática, move-se sob as balizas das paixões.

É importante ressaltar, nestas considerações finais, que, no tocante à metodologia de trabalho, a elaboração da seção 2 foi realizada considerando os conceitos e seus significados que eram relevantes para a pesquisa desta tese. Sobre o quadro conceitual toquevilliano há uma grande quantidade de material a ser trabalhado, mas se realizou um corte epistemológico a fim de suscitar apenas os pontos necessários para o desenvolvimento da tese central desta pesquisa que é a investigação sobre as categorias do interesse e da paixão no pensamento de Tocqueville.

Os conceitos de aristocracia, democracia, estados social, igualdade e liberdade possuem maior complexidade e envolvem mais variáveis do que as apresentadas na seção 2. Há muito o que se pesquisar sobre esses temas, especialmente se consideramos a proposição toquevilliana de que na democracia é indispensável a harmonia entre a igualdade de condições e a liberdade política. Parece que é essa uma temática fundamental no pensamento do autor e que se apresenta fundamental também no nosso contexto político atual.

A seção 3, que trata da análise de “*A democracia na América – Livro I*”, foi o que exigiu maior complexidade de pesquisa. O *Livro I* é a obra fundamental de Alexis de Tocqueville, mas não se propõe a ser uma obra de pensamento filosófico. Ou seja, foi preciso construir um recorte filosófico para uma obra que visa descrever as instituições políticas e sociais de um estado social específico. Após várias leituras, fichamentos e desenhos do percurso argumentativo de “*A democracia na América – Livro I*”, buscou-se focar nos conceitos de interesses apresentados ao longo do texto, aproximando-os às causas do fenômeno político que são descritas por Tocqueville. Essa foi a estratégia utilizada por esta pesquisa para realizar uma leitura filosófica do texto.

“*A democracia na América – Livro II*”, objeto da seção 4, é uma obra que se propõe dialogar com tradições do pensamento e realiza reflexões filosóficas importantes. Ela foi escrita após um período em que o autor realizou grandes leituras de textos filosóficos e visava apresentar reflexões argumentativas sobre um estado social democrático. A pesquisa foi realizada acompanhando o percurso dos argumentos na ordem em que eram apresentados no texto. O pensamento filosófico toquevilliano estava mais claramente exposto do que em “*A democracia na América – Livro I*”.

A complexidade da seção 4 decorreu do esforço de compreensão das hipóteses toquevillianas apresentadas ao longo do texto, pois, apesar de ser um texto de teoria política, Tocqueville não põe à vista do pesquisador suas hipóteses, questões e teses. A doutrina do

interesse bem compreendido, por exemplo, é algo de destaque em “*A democracia na América – Livro II*”, mas para sua compreensão é fundamental entender as convicções toquevillianas apresentadas em “*A democracia na América – Livro I*”, bem como as apresentadas em todo o texto de “*A democracia na América – Livro II*”.

A leitura de “*Souvenir*”, que fecha o percurso do pensamento objeto desta tese, também demandou um esforço de aproximar uma obra que é um autorretrato das reflexões filosóficas de Tocqueville. Assim como feito na seção 5, foi possível acompanhar os argumentos na ordem em que eram apresentados no texto. As três partes desse livro corresponderam aos três itens da seção. Porém, como “*A democracia na América – Livro I*”, não é uma obra que se propõe a ser um texto do pensamento filosófico.

A seção 4 desta tese foi o resultado de um esforço interpretativo de compreensão dos argumentos teóricos sucitados pelo autor. Além da própria dificuldade de sua leitura filosófica, foi uma seção escrita com pouca referência bibliográfica para dialogar. Essas questões são ditas no próprio texto da seção e justificam a necessidade de maior interlocução do texto escrito nesta tese com os atuais interpretes e comentadores do pensamento toquevilliano. É importante que a seção 5, seja objeto de debate e críticas para que a obra *Souvenirs* e as teses ali encontradas se tornem mais claras para o leitor. Propoe-se apenas uma primeira leitura possível, mas é um texto que exige constituidade de pesquisa no âmbito de vários ramos de conhecimento.

Não restam dúvidas em relação à hipótese central desta tese. Esta pesquisa demonstrou que, para o pensamento toquevilliano, o interesse e a paixão são categorias políticas fundamentais para a conservação e o funcionamento da democracia moderna. Não são elementos constitutivos da democracia, mas são princípios de ação operacionais para o funcionamento do estado social democrático, especialmente por darem alicerce para a união do corpo político.

Isso decorre do fato de e o interesse ser algo constituído a partir da racionalidade do homem moderno que não se move mais sob o alicerce de elementos que não estão na esfera humana. Elementos como Deus e a natureza, por exemplo, não dão conta, no início do século XIX, da justificação da ação na esfera pública e não se apresentam como um argumento político viável para a união de uma sociedade.

A democracia moderna, como a apresentada nesta tese, é uma forma de sociedade moderna composta por homens que vivem exclusivamente para si e conforme a sua razão. São homens individualistas que visam prioritariamente à busca do seu bem-estar material. E, apesar de Tocqueville estar se referindo aos estados sociais do século XIX, há, em efeito, uma

enorme aproximação entre este conceito de sociedade e a sociedade brasileira atual. Uma das implicações desta tese será, certamente, reflexões futuras sobre o debate aqui realizado e o contexto político atual.

No tocante à paixão, ela aparece como categoria de uma sociedade democrática em consolidação. Trata-se de uma sociedade em que a igualdade de condições já é um valor e quer se tornar elemento constitutivo, mas onde não há liberdade política. Essa também é outra reflexão importante para o contexto político atual e deve ser objeto de maior reflexão do pesquisador brasileiro. Ainda mais devido ao discurso toquevilliano de que uma das formas de paixão que impulsionam o agir do homem democrático é o medo.

Contudo, para além do debate possível entre o pensamento teórico apresentado nesta tese e o contexto político brasileiro, obtêm-se como resultado desta pesquisa implicações e sugestões importantes para futuras pesquisas. O enfoque prioritário no tema do interesse não permitiu o aprofundamento desta pesquisa em relação a outros temas toquevillianos pouco trabalhados e que são complementares ao tema desta tese. Cito, por exemplo, o tema da honestidade. Jaume Lucien afirma que, ligado ao tema do interesse, há o tema da justiça e que as reflexões sobre o tema do justo e do útil resultam em reflexões sobre a honestidade. Não se encontraram grandes reflexões sobre essa temática que se faz tão essencial para o pensamento político. Mas foi possível detectar inúmeras referências sobre ele no pensamento toquevilliano.

Isso é apenas um exemplo para demonstrar o espectro de possibilidade que se abre a partir das perguntas e investigações realizadas nesta tese. Ela é, certamente, apenas uma pequena contribuição para uma leitura filosófica aprofundada sobre um pensamento fundamental para a filosofia política atual. Alexis de Tocqueville é o pensador da democracia moderna que realizou críticas e reflexões internas a ela. E isso já é causa suficiente para demonstrar a sua importância na tradição da história da filosofia.

REFERÊNCIAS⁴⁶⁵

Fontes Primárias

TOCQUEVILLE, Alexis de. *De la démocratie en Amérique. 14. ed. Paris: Michel Lévy Frères, 1864.*

TOCQUEVILLE, Alexis de. *Selected letters on politics and society.* California: University of California Press, 1985.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *De la démocratie en Amérique I: première édition historico-critique revue et augmentée par Eduardo Nolla.* Paris: Libraririe Philosophique J. Vrin, 1990a.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *De la démocratie en Amérique II: première édition historico-critique revue et augmentée par Eduardo Nolla.* Paris: Libraririe Philosophique J. Vrin, 1990b.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *Textes essentiels/anthologie critique par Jean-Louis Benoît.* Paris: Pocket, 2000. (Collection Agora. Les classiques).

TOCQUEVILLE, Alexis de. *Lettres choisies; Souvenirs (1814-1859).* Manchecourt: Quarto Gallimard, Éditions Gallimard, 2003.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América: livro II - sentimentos e opiniões.* Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América: livro I - leis e costumes.* Tradução de Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *O antigo regime e a revolução.* Tradução de Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *Lembranças de 1848: as jornadas revolucionárias em Paris.* Tradução Modesto Florenzano. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *L'Ancien régime et la révolution.* Paris: Gallimard, 2012.

⁴⁶⁵ Nesta seção são apresentadas todas as obras citadas diretamente e indiretamente ao longo do texto e todas as leituras realizadas durante o trabalho de elaboração desta tese.

Comentadores e instrumentos de pesquisa

ADVERSE, Helton. Maquiavel, a república e o desejo de liberdade. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 33-52, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/trans/v30n2/a04v30n2>>. Acesso em: 2 nov. 2018.

ALLEN, Barbara. *Alexis de Tocqueville on civic virtue and self-interest rightly understood in American democracy*. In: ANNUAL MEETING OF THE AMERICAN POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION MEETINGS, Boston, 2 a 6 de setembro de 1998. *Proceedings...* [s.l.: s.n.], 1998. f. 1-11.

AMIEL, Anne. *Le vocabulaire de Tocqueville*. Paris: Ellipses, 2002.

ANTOINE, Agnès. *L'Impensé de la Démocratie: Tocqueville la citoyenneté et la religion*. Fayard, 2003.

ARAMAYO, Roberto R. Alexis de Tocqueville y su daguerrotipo del Homo democraticus. In: ARAMAYO, Roberto R (Ed.). *Tocqueville y las revoluciones democráticas*. Madrid: Plaza y Valdes Editores. 2011. p. 7-17.

ARAÚJO, Cicero. As virtudes do “interesse próprio”. *Lua Nova*, n. 38, p. 77-95, 1996.

ARON, Raymond. Idées politiques et vision historique de Tocqueville. *Revue française de Science politique*, n. 9, p. 509-526, 1960.

ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. Tradução de Sérgio Bath. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ARON, Raymond. Tocqueville retrouvé. In: GUELLEC, Laurence. *Tocqueville et l'esprit de la démocratie*. [s.l.]: Press de Sciences PO, 2005. [e-book. Kindle].

AUDIER, Serge. *Tocqueville retrouvé*. Paris: Vrin-EHESS/Contextes, 2004.

AUDIER, Serge. Tocqueville et la tradition républicaine. *Cahiers de philosophie politique et juridique de l'université de Caen*, n. 44, p. 171-246, 2008.

BABEUF, Gracus et al. *O socialismo pré-marxista*. [São Paulo]: Global, 1980.

BAZOT, Kéven. *Tocqueville, vers um nouveau monde*. Bruxelles: Casterman, 2016.

BÉGIN, Christian. *Tocqueville et ses amis: de l'écriture à la politique*. Paris: L'Harmattan, 2015. Tome I e II.

BÉNÉTON, Philippe. La culture démocratique. *Cahiers de philosophie politique et juridique de l'université de Caen*, n. 19, p. 83-92, maio 1991.

BENOÎT, Jean-Louis. Alexis de Tocqueville: textes essentiels. In: BENOÎT, Jean-Louis *Anthologie critique*. Paris: Pocket, 2000. (Collection Agora. Les classiques).

BENOÎT, Jean-Louis. *Comprendre Tocqueville*. Paris: Armand-Colin/Cursus, 2004a.

- BENOÎT, Jean-Louis. *Tocqueville moraliste*. Paris: Honoré Champion, 2004.
- BENOÎT, Jean-Louis. *Tocqueville, un destin paradoxal*. Paris: Bayard/Biographie, 2005.
- BENOÎT, Jean-Louis. *Dictionnaire Tocqueville*. Paris: Nuvis, 2017.
- BERNARDI, Bruno. *La fabrique des concepts: recherches sur l'invention conceptuelle chez Rousseau*. Paris: Honoré Champion, 2006.
- BESNIER, Jean-Michel. *Tocqueville et la démocratie: égalité et liberté*. Paris: Hatier, 1995.
- BINOCHE, Bertrand. *Introduction à de l'esprit des lois de Montesquieu*. Paris: Puf, 1998.
- BOESCHE, Roger. (Ed). *Alexis de Tocqueville: selected letters on politics and society*. Berkeley; Los Angeles and London: University of California Press, 1985.
- BOESCHE, Roger. *The strange liberalism of Alexis de Tocqueville*. New York: Cornell University Press, 1987.
- BOESCHE, Roger. *Tocqueville road map: methodology, liberalism, revolution and despotism*. United Kingdom: Lexington Books, 2006.
- BOUDON, Raymond. *Tocqueville aujourd'hui*. Paris: Odile Jacob, 2005.
- BOURRICAUD, François. Convictions de Tocqueville. In: GUELLEC, Laurence. *Tocqueville et l'esprit de la démocratie*. [s.l.]: Press de Sciences PO, 2005. [e-book. Kindle].
- BRAUDEL, Fernand. Préface aux *Souvenirs*. Paris: Gallimard, 1978.
- BROGAN, Hugh. *Alexis de Tocqueville: o profeta da democracia*. Tradução de Mauro Pinheiro. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- BURDEAU, François. Tocqueville et la régionalisation. *Cahiers de philosophie politique et juridique de l'université de Caen*, n. 19, p.101-109, maio 1991.
- CARDOSO, Sérgio. Que república? Notas sobre a tradição do “governo misto”. In: BIGNOTTO, Newton (Org). *Pensar a república*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. p. 27-48.
- CASAJUS, Dominique. Montesquieu, Tocqueville, Durkheim: variations autour d'une typologie. *L'Homme*, tome 36, n.140, p. 7-24, 1996.
- CHANIAL, Philippe. Sauver l'honneur? Tocqueville, sociologue et critique de la démocratie (trop) ordinaire. *Cahiers de philosophie politique et juridique de l'université de Caen*, n. 44, p. 247-268, 2008.
- CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER-KOUCHNER, Evelyne. *História das idéias políticas*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. cap. III.
- CHEVALLIER, J-J. *As grandes obras políticas: de Maquiavel a nossos dias*. Rio de Janeiro: Agir, 1999.

COENEN-HUTHER, Jacques. *Tocqueville*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997

COHN, Gabriel. Tocqueville e a paixão bem compreendida. In: CLACSO, Atilio A. *Filosofia política moderna: de Hobbes a Marx* Boron. São Paulo: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; Departamento de Ciencias Políticas, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas; Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/filopolmpt/11_cohn.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2018.

CORDEIRO, Sara Ramos. *Balzac e Tocqueville: a mudança social na França revolucionária*. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, n. 23, p. 97-112, 2007.

COUTANT, Arnaud. *Une critique republicaine de la démocratie libérale*. Paris: Mare & Martin, 2007.

COUTANT, Arnaud. *1848, quand la République combattait la Démocratie*. Paris: Mare & Martin, 2009.

DEGROS, Maurice. *Tocqueville et la question romaine: livre du Centenaire (1859-1959)*. Paris: CNRS, 1960.

DESCARTES, René. *Discurso do método*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os pensadores).

DEL CORRAL, Luis Diez. Tocqueville et la pensée politique des doctrinaires. In: DEL CORRAL, Luis Diez. *Livre du Centenaire (1859-1959)*. Paris: CNRS, 1960. p. 57-70.

DEL CORRAL, Luis Diez. Tocqueville y sus libros, Session conmemorativa de la fiesta nacional del libro español, celebrada el día 22 de abril de 1980 em la real academia de la historia, Madrid, 1980.

DEL CORRAL, Luis Diez. Tocqueville et les Pensées de Pascal. *Philosophie* (Toulouse le Mirail), v. 12-13-14, n. 2, p. 321-332, 1986-88.

DEL CORRAL, Luis Diez. *El pensamiento político de Tocqueville: formación intelectual y ambiente histórico*. Madrid: Alianza, 1989.

DRESCHER, Seymour. Tocqueville's comparative perspectives. In: WELCH, Cheryl B. (Ed.). *The Cambridge Companion to Tocqueville*. New York: Cambridge University Press, 2007. p. 21-48.

DUBOIS, Christian. *Alexis de Tocqueville : vie, oeuvres, concepts*. Paris: Ellipses, 2004.

FAGUET, Émile. *Politiques et moralistes du dix-neuvième siècle*. Vingtième édition. Paris: Boivin, 1907. (Troisième Série)

FAURÉ, Christine. Tocqueville au poste de commande. In: FAURÉ, Christine. *Tocqueville Les Néoconservateurs à la française*. Paris: Editions Mimésis, 2015. p. 13-55.

FILGUEIRAS, Fernando. Montesquieu, Tocqueville y la corrupción de la República. *Frone-sis - Revista de Filosofía Jurídica, Social e Política*, v. 16, n. 2, p. 319-339, 2009.

- FINKIELKRAUT, Alain. Tocqueville e les emballements de la démocratie. *Cahiers de philosophie politique et juridique de l'université de Caen*, n. 44, p. 13-26, 2008.
- FINKIELKRAUT, Alain; JAUME, Lucien; LEGROS, Robert. Tocqueville philosophe. *Cahiers de philosophie politique et juridique de l'université de Caen*, n. 44, p. 319-340, 2008.
- FRANCO, Livia. *Pensar a democracia com Tocqueville*. Caiscais: Princípia, 2012.
- FROHNEN, Bruce. *Virtue and the promise of conservatism: the legacy of Burke & Tocqueville*. [EUA]: University Press of Kansas, 1993.
- FURET, François. *Ensaio sobre a revolução francesa*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1978.
- FURET, François. Naissance d'un paradigme: Tocqueville et le voyage en Amérique (1825-1831). *Économies, Sociétés, Civilisations*, v. 39, n. 2, p. 225-239, 1984.
- FURET, François. Prefácio, bibliografia e cronologia. In: TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América: livro I - leis e costumes*. Tradução de Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. XI-XLIX.
- GARGAN, Edward T. *De Tocqueville*. New York: Hillary House Publishers, 1965.
- GAYARD, Laurent. Alexis, reviens! Ils sont devenus fous! *Revue des Deux Mondes*, Dossier: Tocqueville, la démocratie face à ses démons, p. 67-73, décembre 2016/janvier 2017.
- GOURIAND, Pierre. *Tocqueville une certaine vision de la démocratie*. Paris: L'Harmattan, 2005.
- GOYARD-FABRE, Simone. La pensée politique d'Alexis de Tocqueville. *Cahiers de philosophie politique et juridique de l'université de Caen*, n. 19, p. 21-44, maio 1991.
- GUELLEC, Laurance. *Tocqueville et l'apprentissage de la liberté*. Paris: Michalon, 1996.
- GUELLEC, Laurence. La complication: Lefort lecteur de Tocqueville. In: RAISONS politiques: le moment tocquevillien. Paris: Presses de Sciences, 2001.
- GREVE, Ronney. *Qual liberalismo?: individualismo e republicanismo em Alexis de Tocqueville*. 112f. 2006. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.
- HAAZ, Ignace. *La solidarité, Chez Hegel, Von Hartmann, Tocqueville e Mill*. Paris: L'Harmattan, 2012.
- HALÉVI, Ran. Tocqueville, les Français et les passions démocratiques. *Revue des Deux Mondes*, Dossier: Tocqueville, la démocratie face à ses démons, p. 37 a 47, décembre 2016/janvier 2017.
- HERBERT, Joseph. Individualism and intellectual liberty in Tocqueville and Descartes. *The Journal of Politics*, v. 69, n. 2, 2007. Disponível em: <<https://www.journals.uchicago.edu/doi/pdfplus/10.1111/j.1468-2508.2007.00548.x>>. Acesso em: 5 nov. 2018.

HERETH, Michael. *Alexis de Tocqueville : threats to freedom in democracy*. Durham: Duke University Press, 1986.

HIRSCHMAN, Albert O. *As paixões e os interesses: argumentos políticos para o capitalismo antes de seu triunfo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

JACQUES, Daniel. *Tocqueville et la modernité: la question de 'individualité dans la Démocratie en Amérique*. Québec: Boreal, 1995.

JANINE, Renato. Prefácio. In: JANINE, Renato. *Lembranças de 1848: as jornadas revolucionárias em Paris*. Tradução Modesto Florenzano. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

JARDIN, André. *Alexis de Tocqueville, 1805-1859*. México: Fondo de Cultura Económica, 1988.

JASMIN, Marcelo Gantus. *Tocqueville e as consequências despóticas da democracia*. 1988. 183f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

JASMIN, Marcelo Gantus. Tocqueville, a providência e a história. *Dados*, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200002>. Acesso em: 9 nov. 2018.

JASMIN, Marcelo Gantus. Interesse bem compreendido e virtude em 'A Democracia na América'. In: BIGNOTTO, Newton (Org). *Pensar a república*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. p. 71-86.

JASMIN, Marcelo Gantus. *Alexis de Tocqueville: a historiografia como ciência da política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

JAUME, Lucien. Tocqueville ou le libéral réaliste. *La Revue Tocqueville*, vol. 31, n. 1, p. 267-274, 2002.

JAUME, Lucien. *Tocqueville, les sources aristocratiques de la liberté*. Biographie intellectuelle. Paris: Librairie Arthème Fayard, 2008.

JAUME, Lucien. *Qu'est ce-que l'esprit européen?* Paris: Flammarion, 2009.

JAUME, Lucien. Tocqueville 'Correspondance, Tomes x & XIV'. *Revue de science politique*, v. 48, n 3-4, p. 545-546, juin-août 1998.

JAUME, Lucien. Tocqueville et le problème du pouvoir exécutif en 1848. *Revue française de science politique*, v. 41, n. 6, p. 739-755, 1991.

KAHAN, Alan S. *Aristocratic liberalism: the social and political thought of Jacob Burckhardt, John Stuart Mill, and Tocqueville*. New York: Oxford University Press, 1992.

KRULIC, Brigitte. Un passeur entre deux mondes. *Revue des Deux Mondes*, Dossier: Tocqueville, la démocratie face à ses démons, p. 48-54, décembre 2016/janvier 2017.

- KIM, Steve Chong. *Cultural analysis of concept of democracy in Tocqueville's "Democracy in America"*. 1993. 414f. Dissertation (Doctor of philosophy in political science) -University of California at Berkeley, Berkeley, 1993.
- KINKIELKRAUT, Alain. Tocqueville et les emballements de la démocratie. *Cahiers de philosophie politique et juridique de l'université de Caen*, n. 44, p. 13-26, 2008.
- LA FOURNIÈRE, Xavier de. *Alexis de Tocqueville um monarchiste independente*. Paris: Librairie Académique Perrin, 1981.
- LARAT, P. *Expliquez-moi: les historiens du XIX siècle*. Paris: Les Éditions Foucher, 1946-47. Tomo 1 – Thierry, Guizot, Michelet – Tocqueville.
- LAMBERTI, Jean-Claude. *La notion d'individualisme chez Tocqueville*. [Paris]: Press Universitaires de France, 1970.
- LAMBERTI, Jean-Claude. *Tocqueville et les deux démocraties*. Paris: PUF, 1983.
- LAMBERTI, Jean-Claude. La liberté et les illusions individualistes selon Tocqueville. *La Revue Tocqueville*, v. 8, p. 153-164, 1986/87.
- LAVAL, Christian. *L'ambition sociologique*. Paris: La Découverte, 2002.
- LAVAL, Christian. Tocqueville, sociologue libéral? *Cahiers de philosophie politique et juridique de l'université de Caen*, n. 44, p. 269-290, 2008.
- LAWLER, Peter Restless Mind. *Alexis de Tocqueville on the origem and perpetuation of Human Liberty*. Boston: Rowman & Littlefield Publishers, 1993.
- LEFORT, Claude. *A invenção democrática: os limites do totalitarismo*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- LEFORT, Claude. *Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. deixar só este
- LEFORT, Claude. Préface des Souvenirs. *Folio-Histoire*, n. 94, p. I-L, 1999.
- LEFORT, Claude. La menace qui pèse sur la pensée. *La Revue Tocqueville*, v. 28, n. 1, p. 29-36, 1997.
- LEFORT, Claude. *Formas de sociedade*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- LEGROS, Robert. La démocratie en questions. *Cahiers de philosophie politique et juridique de l'université de Caen*, n. 44, p.7-10, 2008a.
- LEGROS, Robert. Tocqueville phénoménologue. *Cahiers de philosophie politique et juridique de l'université de Caen*, n. 44, p. 27-58, 2008b.
- LENOIR, Norbert. *Libélisme politique et démocratie*. Paris: Studyrama, 2013.
- LERNER, Max; SCHMUHL, Robert. *Tocqueville & american civilization*. New Brunswick: Transaction Books, 1994.

LE STRAT, Claire; PELLETIER, Willy. *La canonisation libérale de Tocqueville*. Paris: Syllepse, 2005.

LIMA, Abreu e. *O socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MADISON, James; HAMILTON, Alexander; JAY, John. *Os artigos federalistas*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

MANENT, Pierre. *Tocqueville et la Nature de la Démocratie*, Paris: Julliard, 1982.

MANENT, Pierre. *História intelectual do liberalismo: dez lições*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

MANENT, Pierre. Intérêt privé et intérêt public. *Cahiers de philosophie politique et juridique de l'université de Caen*, n. 19, p. 67-72, maio 1991.

MANENT, Pierre. Tocqueville philosophe politique. *Commentaire*, v. 3, n. 107, p. 580-588, 2004.

MANENT, Pierre. Tocqueville, political philosopher. In: WELCH, Cheryl B. (Ed.). *The Cambridge companion to Tocqueville*. New York: Cambridge University Press, 2007. p. 108-120.

MANIERI, Dagmar. Historicidade e atores políticos nas interpretações de Marx e Tocqueville. *Fragmentos de Cultura (Goiânia), Universidade Católica de Goiás*, v. 12, p. 171-192, 2002.

MAQUIAVEL, Niccolo. *O príncipe*. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2010.

MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2016.

MAYER, J. Peter. *Alexis de Tocqueville: estúdio biográfico de ciência política*. Madrid: Editorial Tecnos, 1965.

MÉLONIO, François. Tocqueville “pessimiste public”? *Romantism*, n. 61, p. 5-18, 1988.

MÉLONIO, François. Sur les traces de Tocqueville. *Cahiers de philosophie politique et juridique de l'université de Caen*, n. 18, p. 11-20, maio 1990.

MÉLONIO, François. *Tocqueville et les Français*. Paris: Aubier, 1993. (Histoires).

MÉLONIO, François. Tocqueville et le despotisme moderne. *Revue française d'Histoire des Idées politiques*, n. 6, p. 339-354, 1997.

MÉLONIO, François. Tocqueville entre Révolution et Démocratie. In: TOCQUEVILLE, Alexis de. *Lettres choisies; Souvenirs (1814-1859)*. Manchecourt: Quarto Gallimard, Éditions Gallimard, 2003.

MEUWLY, Olivier. *Liberté et société: constant et Tocqueville face aux limites du libéralisme moderne*. Genève; Paris: Librairie DROZ, 2002.

MILL, John Stuart. *Essais sur Tocqueville et la société américaine*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1994.

MITCHELL, Joshua. *The fragility of freedom: Tocqueville on religion, democracy, and the American future*. Chicago and London: the university of Chicago, 1995.

MITCHELL, Harvey. *Individual choices and the structures of history – Alexis de Tocqueville as historian reappraised*. Cambridge University Press, 1996.

MONTESQUIEU. *O espírito das leis*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

NICOLETE, Roberta K Soromenho. *Quando a política caminha na escuridão: um estudo sobre interesse e virtude n'A Democracia na América*. 2013. 121f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

NOLLA, Eduardo. *Alexis de Tocqueville – De la Democratie en Amérique: première édition histórico-critique revue et augmentée par Eduardo Nolla*. Paris: Libraririe Philosophique J. Vrin, 1990a.⁴⁶⁶

NOLLA, Eduardo. *Alexis de Tocqueville – De la Democratie en Amérique: première édition histórico-critique revue et augmentée par Eduardo Nolla*. Paris: Libraririe Philosophique J. Vrin, 1990b.

ONFRAY, Michel. Tocqueville, homme de gauche. *Revue des Deux Mondes*, Dossier: Tocqueville, la démocratie face à ses démons, p. 24-36, décembre 2016/janvier 2017.

PASCAL, Blaise. *Pensamentos*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Os pensadores).

PETITFILS, Jean-Christian. *Os socialismos utópicos*. São Paulo: Circulo dos Livros, 1978.

POLIN, Raymond. Tocqueville entre l'aristocratie et la démocratie. *Cahiers de philosophie politique et juridique de l'université de Caen*, n. 19, p. 45-66, maio 1991.

QUIRINO, Célia N. Galvão. *Dos infortúnios da igualdade ao gozo da liberdade: uma análise do pensamento político de Alexis de Tocqueville*. São Paulo: Discurso, 2001.

QUIRINO, Célia N. Galvão. *Tocqueville: a realidade da democracia e a liberdade ideal*. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/santostocqueville.pdf>>. Acesso em: 4 nov. 2011.

RAYNAUD, Philippe. Tocqueville dans la grande tradition de la philosophie politique. *La Revue Tocqueville*, v. 35, n. 2, p. 205-210, 2014.

REINHARDT, Mark. *The art of being free: taking liberties with Tocqueville, Marx, and Arendt*. Ithaca and London: Cornell University, 1997.

REIS, Helena Esser. *A liberdade do cidadão: uma análise do pensamento ético-político de Alexis de Tocqueville*. 2002. *N folhas?* Tese (Doutorado em Filosofia) - Curso de Pós-Graduação em Filosofia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

⁴⁶⁶ Os textos de Eduardo Nolla utilizados nesta tese foram retirados dos comentários realizados por este autor nas edições histórico-críticas de “*A democracia da América – Livro I e Livro II*”.

- REIS, Helena Esser. A virtude na filosofia política de Tocqueville. *Diálogos Philosophos*, v. 4, n. 2, 1999. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/philosophos/article/view/11313>>. Acesso em: 5 nov. 2011.
- REIS, Helena Esser. Virtudes e vícios da democracia. *Philosophos*, n. 11, p. 115-128, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/philosophos/article/view/3710/3466#.UiuTpdKko50>>. Acesso em: 3 nov. 2018.
- RIVIALE, Philippe. *Tocqueville ou l'intranquilité*. Paris: L'Harmattan, 1997.
- ROSANVALLON, Pierre. *La sacre du citoyen*. Paris: Gallimard, 1992.
- ROSANVALLON, Pierre. *L'Etat em France de 1789 à nos jours*. Paris: Editions du Seuil, 1990.
- ROSANVALLON, Pierre. *La démocratie inachevée*. Paris: Gallimard, 2000.
- ROUSSEAU. *Do contrato social*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os pensadores).
- ROVIELLO, Anne-Marie. La démocratie selon Tocqueville: entre pente naturelle et art de la liberté. *Cahiers de philosophie politique et juridique de l'université de Caen*, n. 44, p. 59-82, 2008.
- SCHLEIFER, James T. Tocqueville's democracy in America: some key themes reconsidered. *The Tocqueville Review/ La Revue Tocqueville*, v. 30, n. 2, p. 165-178, 2009.
- SCHLESINGER JR., Arthur. Individualism and apathy in Tocqueville's democracy. In: EISSENSTADT, Abraham S. (Ed.). *Reconsidering Tocqueville's democracy in America*. London: Rutgers University Press, 1988. p. 525-537.
- SHINER, L. E. *The secret mirror: literary form and history in Tocqueville's recollection*. Ithaca; London: Cornell University Press, 1988.
- SOUZA, Ricardo Luiz de. Hannah Arendt, Tocqueville e 1848. *Humanitas*, Campinas, v. 7, n. 1, p. 33-48, jan./jun. 2004.
- SPITZ, Jean-Fabien. *La liberté politique: essai de généalogie conceptuelle*. Paris: Presses Universitaires de France, 1995.
- STRAUSS, Leo. What is Political Philosophy? *The journal of politics*, v. 19, p. 343-368, 1988.
- TAVOILLOT, Pierre-Henri. Les querelles philosophiques de la Révolution française. *Cahiers de philosophie politique et juridique de l'université de Caen*, n. 44, p. 157-168, 2008.
- TENZER, Nicolas. Tocqueville, critique social de la modernité politique. *Cahiers de philosophie politique et juridique de l'université de Caen*, n. 44, p. 291-316, 2008.
- THIERRY, Patrick. Introduction. In: MILL, John Stuart. *Essais sur Tocqueville et la société américaine*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1994.

TRAVERSO, Enzo. *Le passé, modes d'emploi: histoire, mémoire, politique*. Paris: La Fabrique éditions, 2005.

VERNAZZA, Diogo. *Le monde inquiet: Machiavel, Montesquieu e Tocqueville*. 2011. Thèse (Doctorat en Etudes Politiques) – Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 2011.

VERNAZZA, Diogo. El concepto de “hombre democrático” em Platon, Tocqueville e Nietzsche. *Nómadas. Revista Crítica de Ciências Sociais e Jurídicas*, v. 36, n. 4, 2012. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/NOMA/article/viewFile/42321/40281>>. Acesso em: 3 nov. 2018.

VICTOR, Jacques de Saint. Quelques choses en nous de Tocqueville. *Revue des Deux Mondes*, Dossier: Tocqueville, la démocratie face à ses démons, p. 55-66, décembre 2016/janvier 2017.

WINTER, Lairton Moacir. A teoria dos humores de Maquiavel: a relação entre o conflito e a liberdade. *Cadernos de Ética e Filosofia Política - USP*, n. 19, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/55738/59154>>. Acesso em: 3 nov. 2018.

WATKINS, Sharon B. *Alexis de Tocqueville and the Second Republic, 1848-1852: a study in political practice and principles*. Lanham, New York, Oxford: University Press of America, 2003.